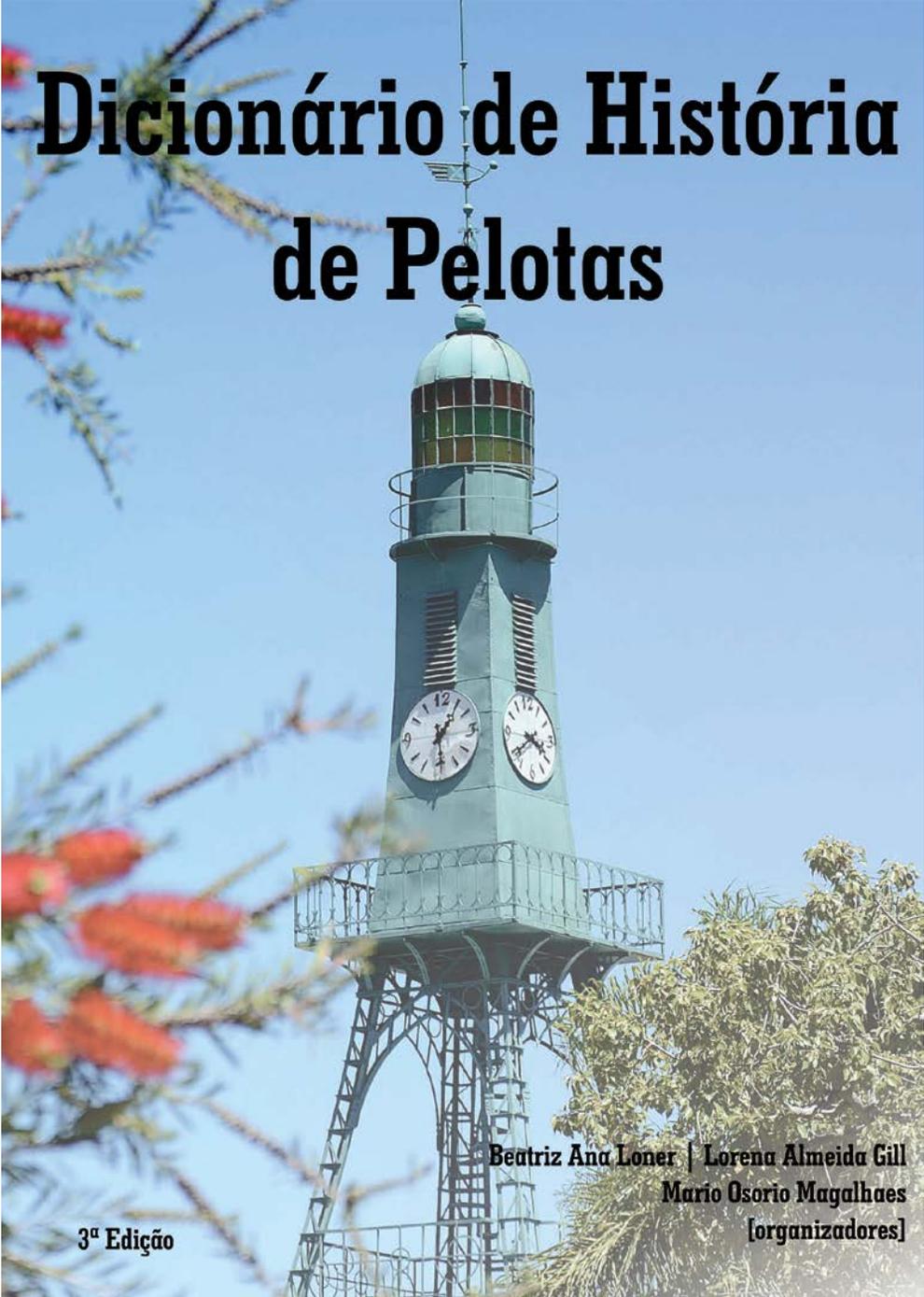


Dicionário de História de Pelotas



3ª Edição

Beatriz Ana Loner | Lorena Almeida Gill
Mario Osorio Magalhaes
[organizadores]



UFPEL

Reitoria

Reitor: *Pedro Rodrigues Curi Hallal*

Vice-Reitor: *Luis Isaías Centeno do Amaral*

Chefe de Gabinete: *Aline Elias Lamas*

Pró-Reitor de Graduação: *Maria de Fátima Cossio*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Flávio Fernando Demarco*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Francisca Ferreira Michelin*

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: *Otávio Martins Peres*

Pró-Reitor Administrativo: *Ricardo Hartlebem Peter*

Pró-Reitor de Infra-estrutura: *Julio Carlos Balzano de Mattos*

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: *Mário Renato de Azevedo Jr.*

Pró-Reitor de Gestão Pessoas: *Sérgio Batista Christino*

Conselho Editorial

Representante das Ciências Agronômicas: *Guilherme Albuquerque de Oliveira Cavalcanti (Titular),*

Cesar Valmor Rombaldi (suplente) e Fabrício de Vargas Arigony Braga (suplente)

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: *Adelir José Strieder (titular) e Juliana Pertille da Silva (suplente)*

Marla Piumbini Rocha, Rosângela Ferreira Rodrigues (suplente) e

Raquel Ludke (suplente)

Representante da Área das Engenharias e Computação: *Darci Alberto Gatto*

Representantes da Área das Ciências da Saúde: *Claiton Leoneti Lencina (titular) e*

Giovanni Felipe Ernst Frizzo (suplente)

Representante da Área das Ciências Sociais Aplicadas: *Célia Helena Castro Gonsales*

Representante da Área das Ciências Humanas: *Charles Pereira Pennaforte e Guilherme Camargo Massauí (suplente)*

Representantes da Área das Linguagens e Artes: *Josias Pereira da Silva (titular) e*

Maristani Polidori Zamperetti (suplente)

NOTA À TERCEIRA EDIÇÃO

Passados 7 anos do lançamento da 1ª edição do Dicionário da História de Pelotas, já era o momento de publicá-lo em versão digital, dando maior visibilidade e facilidade de acesso à obra.

O conteúdo que o leitor encontrará não foi modificado, até porque não encontramos (nas duas edições) reparos a realizar.

Com a divulgação on-line e gratuita, interessa-nos que um maior número de pessoas possa conhecer estudos diversos, de especialistas nas temáticas abordadas. Ainda, que os professores do ensino fundamental, que ministram o conteúdo de História de Pelotas, analisem o material aqui divulgado e possam abordá-lo com seus alunos, tornando a História mais instigante e problematizadora.

Uma boa leitura a todas e todos.

APRESENTAÇÃO

No ano de 2005 iniciamos o projeto intitulado "Dicionário sobre a História de Pelotas". A ideia surgiu tendo em vista toda a produção existente no campo da História, especialmente vinculada a monografias, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, que discutiam a cidade e as pessoas que nela habitavam ou que por aqui passavam.

A concepção era ousada e tinha como meta aglutinar os estudos dos principais especialistas sobre temas diversos. Dessa forma, foram 5 anos de trabalho intenso ao se convidar e definir como seriam tratados os verbetes por 36 profissionais e 14 estudantes, hoje formados e atuando.

De todos os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Núcleo de Documentação Histórica da UFPel este foi, sem sombra de dúvida, o que mais envolveu a todos e também o que deixou mais saudade.

O tempo mudou muito de lá para cá: Mario nos deixou; a Beatriz se aposentou, mas a lembrança daquele tempo de trabalho e troca, nos animou a publicar uma nova edição do Dicionário, em versão digital, para torná-la ainda mais acessível.

O conteúdo não foi alterado com relação às duas edições anteriores, até porque foi um trabalho gestado e concebido por três professores, em um determinado momento de suas trajetórias.

Possivelmente alguns verbetes poderiam ter outras informações tendo em vista pesquisas recentes realizadas, mas imaginamos que o conteúdo do livro apresenta alguns caminhos interessantes para se pensar a pesquisa histórica, bem como um ensino que leve em conta uma abordagem mais crítica.

Esperamos que tenham uma ótima leitura, que divulguem o livro, o utilizem em suas pesquisas e proponham abordagens para temas sobre os quais sempre haverá novas possibilidades de se pensar.

Pelotas, setembro de 2017.

Lorena Almeida Gill

Advertência aos leitores:

Os verbetes estão assinados e se procurou intervir o mínimo possível em sua redação e nos dados que os integram, levando em conta que foram feitos por especialistas e que a assinatura implica em responsabilidade pela sua escrita. Entende-se, entretanto, que eventuais incorreções poderão acontecer, embora sendo raras, pois se tomou o cuidado, em caso de dúvida, de conferir o material com o colaborador. Alguns verbetes preservaram a ortografia original, mesmo desatualizada, em casos de nomes próprios, associações ou empresas. As expressões em negrito, no corpo do texto, têm o objetivo de remeter o leitor ao respectivo verbete.



**Editora
UFPel**

Filiada à A.B.E.U.

Rua Benjamin Constant, 1071 - Porto
Pelotas, RS - Brasil
Fone +55 (53)3227 8411
editora.ufpel@gmail.com

Direção

João Luis Pereira Ourique
Editor-Chefe

Seção de Pré-Produção

Isabel Cochrane
Administrativo

Seção de Produção

Gustavo Andrade
Administrativo
Anelise Heidrich
Revisão
Ingrid Fabiola Gonçalves
Editorial Designer

Seção de Pós-Produção

Morgana Riva
Assessoria
Madelon Schimmelpfennig Lopes
Administrativo

Paulo Luiz Crizel Koschier
Arte da Capa e Projeto Gráfico

Daniel Giannechini
Fotografias

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Leda Lopes – CRB-10/2064

D545 Dicionário de História de Pelotas [recurso eletrônico] / Beatriz Ana Loner, Lorena Almeida Gill, Mario Osorio Magalhães, [organizadores]. 3. ed. – Pelotas: Editora da UFPel [FAU - Fundação de Apoio Universitário] 2017. 295 p.

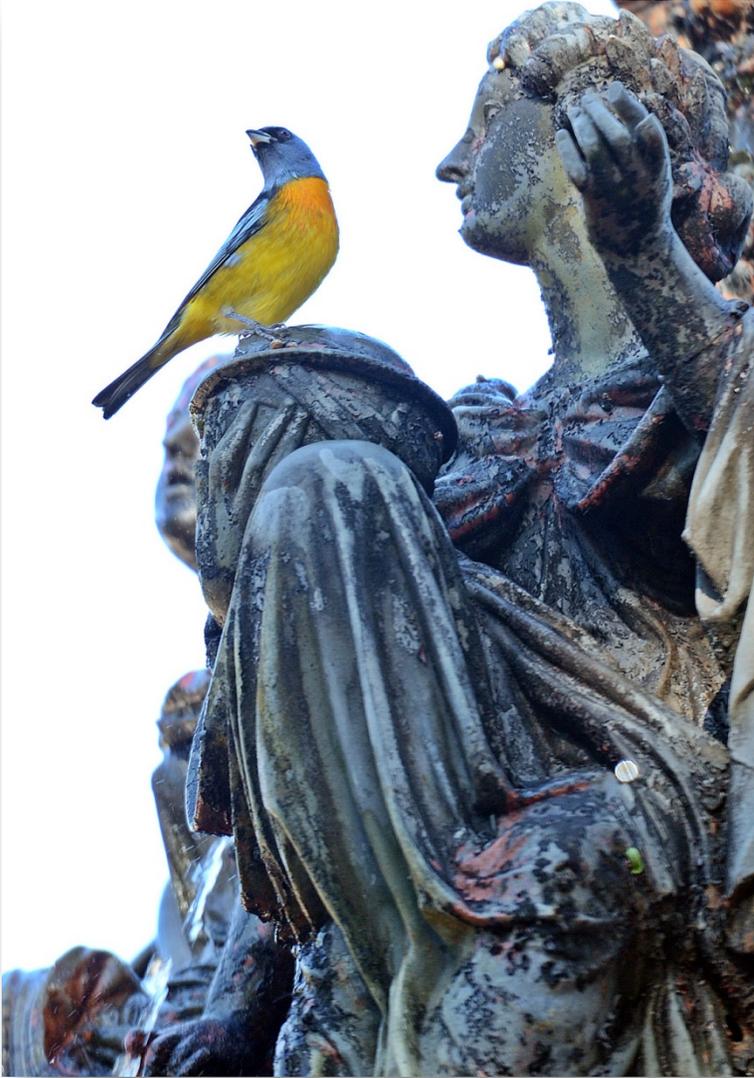
Disponível em:

<http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/3466>

ISBN: 978-85-517-0016-7

1. Dicionário. 2. História de Pelotas. 3. Rio Grande do Sul. 4. História. I. Loner, Beatriz Ana, org. II. Gill, Lorena Almeida, org. III. Magalhães, Mario Osorio, org. IV. Título.

CDD 981.657003



Chafariz das Nereidas, Praça Coronel Pedro Osório (detalhe).

Abolição. O processo de Abolição no Estado gaúcho teve início com a criação da Sociedade Partenon Literário, em 1868, na cidade de Porto Alegre. Embora fosse uma associação literária, o Partenon possuía preocupações abolicionistas, tendendo para a ideia de uma abolição gradual e dedicando-se à propaganda da causa. Na década de 1880, a luta contra a instituição escravista alastrou-se por todo o país, com o surgimento de várias associações e a disseminação das ideias antiescravistas, formando uma opinião pública que condenava a escravidão e horrorizava-se com as crueldades impostas aos cativos. A **imprensa**, em variados matizes, passou a combater a **escravidão** através de artigos, propostas abolicionistas e denúncias de maus tratos ou escravização ilegal. Também publicava todas as notícias referentes à concessão de liberdades, imediatas ou sob contrato, além de incentivar e participar ativamente de campanhas, como a da **Emancipação**, em 1884. **Amaçonnaria**, como instituição disseminada entre vários setores e classes sociais, foi uma das grandes incentivadoras dessa luta, bem como a Igreja Católica, que, através de **irmandades** religiosas e do apoio de preladados, esteve bem representada no processo abolicionista. Outro setor que participou intensamente da campanha foi o dos trabalhadores e **artesãos**, nacionais e imigrantes, através de suas associações, que estavam em formação nesse período. Essa participação assumiu variadas formas, como apresentação de peças teatrais abolicionistas por sociedades filo-dramáticas; críticas agudas à escravidão nos desfiles de **clubes** carnavalescos de caixeiros e artesãos (Clube Demócrito e Clube Nagô em Pelotas); participação popular em atividades abolicionistas e coleta de dinheiro em associações profissionais para propiciar a liberdade de escravos. Na luta contra a escravidão, houve também os esforços individuais, daqueles que denunciaram infrações aos contratos, maus tratos aos cativos, manutenção de pessoas legalmente livres em cativo, ou que participaram de atividades ilegais, auxiliando fugas de escravos e/ou dando-lhes esconderijo. Quanto aos escravos, auxiliaram a acabar com a escravidão com suas fugas ou atitudes de rebeldia, que se intensificaram na década de 1880. Os grupos compostos **por negros** na cidade, livres, libertos e escravos, congregavam-se em algumas associações, sendo a principal organizadora dos esforços abolicionistas o Centro Ethiópico. Alguns negros livres destacaram-se por sua participação ativa na luta abolicionista, de que é exemplo Manoel Conceição da Silva Santos. Em Pelotas, a abolição teve três fases, a primeira marcada pela criação do jornal **A Voz do Escravo**, em janeiro de 1881, do qual partiu a ideia de criar-se um Clube Abolicionista, fundado em 21 de agosto desse ano, que buscava encaminhar a abolição de forma gradual, através do convencimento dos senhores ou pela compra da alforria, com uso de pecúlio próprio do escravo libertando ou de doações. Esse clube congregava os abolicionistas, alguns políticos e grandes proprietários, mas viu-se envolvido nas disputas político-partidárias, o que prejudicou o seu trabalho. A segunda fase teve início em 1884, com a funda-

ção do jornal **A Penna**, que tentou encaminhar a abolição através de uma campanha pela emancipação, ou seja, através de um processo pelo qual os proprietários formalizavam com seus escravos um contrato de prestação de serviços por alguns anos, estabelecendo que depois desse prazo tinham direito à liberdade. Essa campanha foi encaminhada principalmente através do Centro Abolicionista, entidade que contava com os principais donos de escravos da região, mas teve o auxílio e colaboração do Clube Abolicionista também. Com isso, a cidade considerou extinta a escravidão, realizando a Festa da Emancipação em 16 de outubro de 1884. Mas continuaram a existir muitos escravos e os contratados estavam insatisfeitos, pois se consideravam logrados com uma liberdade adquirida apenas no papel. A terceira fase abarca os anos finais da escravidão, quando houve muitos conflitos, fugas e até revoltas, aumentando o temor dos brancos. Por outro lado, a tensão social também se elevou devido à ação dos escravagistas, que, inconformados com a Abolição, que sabiam estar próxima, procuravam explorar ao máximo seus trabalhadores, utilizando-se de forte repressão para inibir as fugas, levando às vezes até ao assassinato dos fugitivos. Em 1887, o clima de tensão atingiu o auge no episódio de uma pretensa revolta de escravos de uma charqueada. Para apaziguar os ânimos, foi criada uma última entidade abolicionista, a Associação Abolicionista Dom Sebastião, cuja função principal era controlar a obediência dos contratos pelos cativos, enquanto os **charqueadores** comprometiam-se a transformar seus escravos em contratados. Assim, em 13 de maio de 1888, havia menos de 300 escravos em Pelotas, mas um número muito expressivo de contratados, pelo que as festas da Abolição tiveram que esperar o fim da safra do charque, sendo marcadas para 6 a 8 de junho.

Bibliografia.— Bakos, Margaret M. *RS: escravismo & abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982; Loner, Beatriz Ana. 1887: a revolta que oficialmente não houve, ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata. *História em Revista*, v.3, Pelotas, novembro de 1997, pp. 29-52; Loner, Beatriz Ana. Abolicionismo e imprensa em Pelotas. In Alves, Francisco (org.). *Imprensa, história, literatura e informação*. Anais do II Congresso Internacional de Estudos Históricos. Rio Grande. FURG: 2007, p. 57-64.

(Beatriz Loner)

Administração. A história política de todo o município brasileiro cuja origem remonta ao período monárquico – como é caso de Pelotas – teve início com o reconhecimento formal da sua condição de **vila**. Essa condição Pelotas adquiriu ainda na vigência do Primeiro Reinado (1822-1831), em 7 de dezembro de 1830, através de lei provincial, por iniciativa do presidente da Província. Mas a Vila de São Francisco de

Paula – primeiro nome oficial do município – só foi instalada um ano e quatro meses depois, no dia 7 de abril de 1832, já durante o chamado Período Regencial (1831-1840). Em 27 de junho de 1835, outra lei provincial, originária da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, outorgou à vila o título de **cidade**, sob a denominação de **Pelotas**. Antes, na vigência do chamado Período Joanino (1808-1822), um alvará de 7 de julho de 1812, assinado pelo príncipe regente de Portugal, havia promovido este então distrito da vila do Rio Grande à condição de **freguesia**, permitindo a criação de uma igreja matriz desligada da Matriz de São Pedro, porém mantendo-a administrativamente vinculada ao município vizinho. Com a instalação da vila, em 1832, constituiu-se a **Câmara Municipal**, composta de sete vereadores e detentora a um só tempo dos poderes executivo e legislativo, segundo o preceito parlamentarista. Em condições normais, o vereador mais votado era automaticamente o presidente da Câmara, competindo a ele dar execução às leis elaboradas pelo órgão colegiado. Esse mecanismo vigorou entre 1832 e 1889. Com a implantação da República, sob o regime presidencialista, verificou-se a divisão de poderes: de 1889 a 1934 o chefe do executivo municipal passou a ser chamado de Intendente e a câmara legislativa, de **Conselho Municipal**. A partir daí – da constituição federal de 1934 –, em substituição ao Intendente surgiu a figura do Prefeito e, em substituição ao Conselho, o que se chamou outra vez de Câmara Municipal.

Bibliografia.– Magalhães, Mario Osorio. *Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Editora da UFPel, 1993; Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*, 1º vol., 3ª edição. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997.

(Mario Osorio Magalhães)

Alemães. Para o Brasil, na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, dirigiram-se muitos imigrantes europeus, tanto para ocupar lotes de terra quanto para trabalhar nas cidades. Na região sul do estado, os alemães se fizeram presentes, em pequeno número, desde a metade do século XIX, como **artesãos** e operários especializados ou como mercenários para as campanhas militares (os “brummers”), alguns dos quais se radicaram na zona sul. A partir da segunda metade do século XIX iniciou-se o processo de formação de **colônias** na região, a maior parte das quais por iniciativa particular, por parte de proprietários de terra que reservavam para esta ocupação terras menos favoráveis à criação extensiva de gado, mais longe dos cursos d’água. Por outro lado, havia **charqueadores** que, possuindo propriedades na Serra dos Tapes, com o objetivo de ocupar a mão-de-obra escrava durante os meses de inverno, resolveram investir no lucrativo empreendimento da **colonização** privada, em que os lotes de terra eram vendidos a preços

altos. Especialmente na região da Serra dos Tapes formaram-se muitas colônias, várias delas contando com famílias alemãs. Entretanto, a principal colônia, depois emancipada, desenvolveu-se às margens da Lagoa dos Patos. Em 1857 Jacob Rheingantz e José Antonio de Oliveira Gusmão fundaram a colônia alemã de São Lourenço introduzindo 88 colonos, num total de 27 famílias, dentre as quais três pomeranas e as demais alemãs. Essa colônia fazia parte da Freguesia do Boqueirão, a qual se emancipou de Pelotas em 26 de abril de 1884. Com o tempo, muitos agricultores procedentes da colônia de São Lourenço começaram a se deslocar à cidade de Pelotas, mais precisamente ao bairro Três Vendas, para comercializar os produtos lá produzidos e adquirir outras mercadorias. Esse bairro caracterizou-se na história da cidade pela grande concentração de descendentes de alemães. Segundo Hallal dos Anjos, em 1900 Pelotas possuía 61 colônias, sendo que em 28 delas foi possível identificar a origem dos seus habitantes e nada menos do que 23 eram constituídas por colonos alemães, o que indica a formação de um campesinato teuto-brasileiro prevalecendo sobre as nacionalidades italiana e francesa. Dentre as colônias com maior presença alemã, destacavam-se as seguintes: Arroio do Padre, de 1868; Municipal, Santa Colleta e Santa Helena, de 1882; São Luiz, Marina, Santo Amor e São Zacharias, de 1885; Santa Eulália, de 1889; São Manoel, de 1891; Santa Áurea e Santa Maria, de 1893; Santa Rita e Visconde da Graça. Além desses imigrantes, que se instalaram no meio rural, muitos alemães fixaram residência na zona urbana, desenvolvendo atividades de natureza comercial e industrial. Alguns foram pioneiros no setor fabril, como João Haje Guilherme Sielburger, que em 1886 estabeleceu um curtume, em sociedade com o português Albino João Cardoso, sendo o alemão responsável pela implementação de uma nova técnica de envernizamento do couro. A fábrica foi premiada na Exposição de Paris, em 1889, e em Chicago, no ano de 1892. A indústria de fumos também contou com um pioneiro alemão, Jacob Klaes, que instalou em 1879 a Fábrica de Fumos Santa Bárbara. A Cervejaria Ritter, fundada em 1872 à Rua Vinte e Quatro de Outubro (atual Tiradentes), foi iniciativa de Carlos e Frederico Jacob Ritter, responsáveis ainda pela criação do Jardim Ritter, um dos mais frequentados espaços de lazer com que contou Pelotas no último quartel do século XIX. Destacaram-se ainda a Fábrica Lang de sabão e velas, propriedade de Frederico Carlos Lang e Adolfo Voigt, com início nos anos 1860 e estendendo-se até a segunda metade do século XX. Instalados principalmente no bairro Três Vendas, os alemães fundaram a Associação de Cultura Teuto-Brasileira – Três Vendas (Deutsche Schulverein in Três Vendas) em 28 de novembro de 1914, que foi uma escola que se desenvolveu inicialmente na casa do Sr. August Krause, tendo sua sede própria inaugurada em 1º de dezembro de 1916, com o objetivo de ministrar as línguas alemã e portuguesa. Em 1930, esse bairro apresentava uma média

de 43 famílias estabelecidas, sendo apenas oito de outras etnias que não a alemã. Em 1934 inaugurou-se uma igreja e em 1936 uma escola, com o nome de Comunidade Evangélica Martin Lutero – Três Vendas em 28 de abril de 1950, e em 1959 fundou-se uma nova escola com pessoas lideradas pelo Reverendo Alfredo Simon, o qual dá seu nome à escola atualmente, Colégio Sinodal Alfredo Simon, vinculada à Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Além das iniciativas educacionais, o bairro abrigou negócios como armazéns, ferragens, casas de conservas, matadouros de suínos, salões de dança animados por bandas, sociedades de tiro e corais. É importante perceber que a organização cultural dos alemães deu origem a uma importante Sociedade que ainda hoje se mantém em funcionamento, a **Sociedade Recreativa** 15 de julho, fundada em 15 de julho de 1951 por iniciativa de 24 pessoas com o intuito de difundir a cultura alemã e que logo ampliou-se entre essa etnia. No século XIX, as associações alemãs eram poucas, mas havia aquelas de auxílio mútuo, como a Sociedade de Beneficência Alemã, fundada em 1857. Os alemães formaram ainda, entre 1880 e 1900, algumas associações esportivas, como o **Clube** Germânia, o Club Alemão de Ginástica e o Club de Regatas Alemão. As sociedades corais e de tiro eram bem disseminadas entre os colonos, tendo um importante papel na preservação de sua cultura, pelas atividades e festas realizadas. Jornais nessa língua circularam no município, por longos anos, também auxiliando a manter a cultura e a língua alemã. Em 1898, houve a fundação do Colégio Alemão, fator importante na manutenção da identidade étnica. O século XX foi marcado pela forte repressão aos teuto-brasileiros, visto que em 1914 se proibiu a imigração alemã, em virtude da Primeira Guerra Mundial e houve alguns distúrbios e depredações de estabelecimentos de alemães. Durante a Segunda Guerra, porém, foram maiores os reflexos negativos para os imigrantes e seus descendentes que residiam na cidade: vítimas de perseguições, tiveram até mesmo algumas de suas igrejas saqueadas, queimadas e interditas até o final da Guerra. A perseguição foi intensificada após um desfile realizado em 4 de julho de 1942, contra os países do Eixo, e a partir de então muitos alemães foram demitidos dos seus empregos. Sobretudo no mês de agosto desse ano, verificaram-se inúmeros atos de vandalismo contra propriedades e estabelecimentos comerciais de descendentes de alemães. A campanha de nacionalização empreendida pelo governo brasileiro, a partir de 1938, eliminou a língua alemã dos currículos das escolas que a ensinassem, com o objetivo de forçar a assimilação deste grupo étnico, assim como o dos demais. Após a guerra, mesmo que a campanha tivesse terminado, houve, por um período de tempo, distanciamento das novas gerações com as tradições e culturas germânicas, que recentemente começa a ser revertido.

Bibliografia.— Anjos, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Editora e

Gráfica Universitária-UFPel, 2000; Fachel, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária-UFPel, 2002; Manske, Lisiane Sias. *Uma Pequena Alemanha em Pelotas: formação e desenvolvimento do bairro Três Vendas*. Pelotas: UFPel, 2003. Monografia (Graduação em História).

(Fernanda Oliveira da Silva)

Almanaque de Pelotas. O *Almanach de Pelotas* (grafia utilizada até o ano XIX, 1931) foi publicado entre 1913 e 1935. Criado por Florentino Paradedda e Inácio Ferreira, sob a firma Ferreira & Companhia, até 1920 era impresso nas oficinas tipográficas do *Diário Popular*, e a partir de 1921 na Tipografia Guarany. De 1928 ou 1929 e até a última edição, foi impresso nas oficinas tipográficas da Livraria do Globo. Em 1919 Inácio Ferreira afastou-se da empresa, ocasião em que Florentino Paradedda tornou-se o único responsável pela redação e direção do Almanaque. Em todas suas edições seu conteúdo foi dedicado à cidade — ela é o seu tema e constitui o seu público principal. Aproximadamente um terço de cada exemplar era ocupado por anúncios de farmácias e de medicamentos, locais e nacionais, e de um grande número de estabelecimentos de secos e molhados, o que indica a importância comercial de Pelotas no âmbito regional. Os outros dois terços abordavam questões públicas de interesse municipal, como impostos e taxas, e publicavam textos de natureza histórica, biografias de figuras ilustres, produções poéticas locais e nacionais, reportagens especiais sobre instituições públicas e privadas — como repartições do poder público municipal, estabelecimentos de ensino, **asilos** e hospitais. Todos os números eram fartamente ilustrados. Acredita-se que a sua extinção tenha sido decorrente da falta de anúncios, por sua vez advinda da estagnação econômica que a região passou a enfrentar a partir do final da década de 1920.

Fonte.— *Almanaque de Pelotas*, Ano I a XXIII (1913 a 1935).

(Carla Gastaud/Fernanda Oliveira da Silva)

Alvorada, A. O jornal *A Alvorada* circulou na cidade de Pelotas e região de 5 de maio de 1907 a 13 de março de 1965, o que o torna hoje o mais longevo periódico da **imprensa** negra brasileira. Foi fundado por trabalhadores, na sua maioria de origem afro-brasileira, para ser um veículo de informação, defesa e protesto da comunidade negra e da classe operária pelotense. Por meio de suas páginas podemos resgatar boa parte das trajetórias de vida de alguns dos principais intelectuais **negros** pelotenses e líderes operários, bem como acompanhar as discussões e demandas dos trabalhadores brasileiros daquele período. Foram redatores e articulistas do jornal os irmãos Juvenal e Durval Penny, Ro-

dolfo Xavier e Antonio Baobad, Armando Vargas, Dario Nunes, Carlos Torres, Ivo Porto, Humberto de Freitas e Miguel Barros. Alguns deles usavam nomes fictícios, como Zumbi dos Palmares, Pardo Otrebla, Crioulo Leugim, Moço Negro, Tribuno Montanha, Negro Velho e tantos outros. Escreviam artigos e reportagens e mantinham colunas que criticavam o comportamento e tentavam interferir na conduta dos leitores. Também aproveitavam o anonimato para reivindicar melhores condições sociais e salariais para os operários e tratamento igualitário dos negros em relação aos brancos. A **Frente Negra Pelotense**, movimento que buscava a **educação** da comunidade negra, nos anos 1930 considerava o semanário seu órgão de representação política. Isso se dava, principalmente, porque boa parte daqueles que fundaram e mantiveram *A Alvorada* longo de décadas também participaram da criação da Frente. Dessa forma, deixaram de divulgar o acontecido e passaram a fazer acontecer, o que lhes permitiu imersão completa na comunidade negra pelotense e o consequente reconhecimento das suas vidas como exemplos a serem copiados e opiniões a serem seguidas. O jornal era o espaço onde a comunidade se via representada. Fotografias, anúncios de nascimento e morte, convites para bailes, aniversários, casamentos e jogos de futebol, denúncias sobre casos de discriminação e preconceito racial, divergências internas, tudo está nas páginas do semanário. Reconhecido em Pelotas como “jornal de negro”, *A Alvorada* nos abre a janela para o passado e descortina uma comunidade negra cheia de história, organização e trabalho.

Bibliografia.— Ferrara, Miriam N. *A imprensa negra paulista, 1915-1963*. São Paulo: USP, 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia); Loner, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária – UFPel, 2001; Muller, Liane S. *As contas do meu rosário são balas de artilharia: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre*. Porto Alegre: PUCRS, 1999. Dissertação (Mestrado em História); Santos, José Antônio dos. *Raiou a Alvorada: Intelectuais negros e imprensa*. Pelotas: Editora e Gráfica. Universitária - UFPel, 2003.

(José Antônio dos Santos)

Aroio Pelotas. Retirante da seca que assolou em 1777 a capitania do Ceará, três anos depois o português José Pinto Martins estabeleceu uma fábrica de salgar carnes no extremo sul do Brasil, mais precisamente num distrito da Vila do Rio Grande, à margem direita do arroio Pelotas. O arroio, cuja extensão é de cerca de 60 quilômetros, nasce em Canguçu e deságua no **Canal de São Gonçalo**, que se comunica com as lagoas Mirim e dos Patos. A Lagoa, ou Laguna, dos Patos, por sua vez, encontra-se com o Oceano Atlântico no porto de Rio Grande. Um iate, carregado de carne seca, podia atravessar o percurso entre o arroio Pelotas e o

porto de Rio Grande – ou de São José do Norte – num período médio de três horas: daí a escolha, por José Pinto Martins, da costa do arroio, levando em consideração a circunstância de que a força dos ventos e a intensidade da areia, em lugar mais próximo ao oceano, poderiam arruinar a produção do charque. Com o tempo, novas **charqueadas** se estabeleceram nas margens de outros cursos d'água que banham a atual cidade de Pelotas: arroios Santa Bárbara, Fragata, Moreira e Canal de São Gonçalo; mas a grande maioria dos cerca de 40 saladeiros que chegaram a funcionar na região, simultaneamente, durante o século XIX, localizou-se às margens do arroio Pelotas. O primeiro registro que se conhece da existência do arroio encontra-se no mais antigo documento relacionado à história da cidade: em 1758 a carta de **sesmaria** outorgada por Gomes Freire de Andrade ao coronel Tomás Luís Osorio já menciona, como um dos limites daquela área de cinco léguas quadradas, o arroio Pelotas, nome derivado das embarcações de couro utilizadas na sua travessia. Na ocasião em que a **Vila** de São Francisco de Paula, em 1835, recebeu da Assembleia Provincial o título de **cidade**, teve o nome substituído para **Pelotas** em homenagem “ao fato histórico que aglomerara com a rapidez do raio a gente e a riqueza da localidade”, na expressão de Domingos José de Almeida. Esse fato histórico, evidentemente, foi o estabelecimento das principais charqueadas nas terras marginais do arroio. Hoje é considerado Patrimônio Cultural do Estado, conforme a Lei 11.895/2003, de autoria do então deputado estadual Bernardo de Souza.

Bibliografia.— Magalhães, Mario Osorio. *Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora da UFPel, 1993.

(Mario Osorio Magalhães)

Artes plásticas. A grande colaboração para a implantação das práticas artísticas em Pelotas, no século XIX, foi dada pelos artistas plásticos itinerantes que chegaram ao Sul do Brasil no final do século XIX, devendo destacar-se o trabalho de dois estrangeiros, ambos com significativa participação na estruturação inicial das artes plásticas na cidade. São eles Alberto Crispin Frederico Arnoldi Trebbi (1837-1928), italiano, e Guilherme Litran y Cassinelo (1840-1897), espanhol. O primeiro chegou nesta cidade em 1870, lecionando desenho e pintura, inicialmente em cursos por ele organizados e, mais tarde, em escolas particulares. Guilherme Litran veio para Pelotas em 1879, atuando como professor e artista até a sua morte, em 1897. Trebbi, além de retratista e professor de cursos particulares, lecionou desenho na Academia de Comércio de Pelotas e também exerceu a docência no Ginásio Pelotense, até a sua aposentadoria. Sua formação deu-se na Academia de Roma, seguindo a orientação neoclássica e acadêmica de seus mestres. Como

professor, influenciou várias gerações de artistas pelotenses, tanto no século XIX como nas primeiras décadas do século XX. Teve como alunos Marina de Moraes Pires, fundadora da **Escola de Belas Artes** (EBA), em 1949, e Leopoldo Gotuzzo, artista plástico de grande destaque na arte brasileira. Também foi sua aluna, ainda no século XIX, Sinhá Costinha, que era elogiada pelas qualidades que demonstrava em seus trabalhos artísticos desenvolvidos sob a orientação de Trebbi e que foram mostrados em duas exposições: Exposição Brasileiro-Alemã, no ano de 1881, em Porto Alegre, e Exposição de Belas Artes, ocorrida em Pelotas, em 1885, tendo como local a **Bibliotheca Pública**. Sinhá Costinha não deu prosseguimento à carreira artística, uma vez que sua formação nas artes tinha como objetivo uma complementação cultural, comum às jovens da elite pelotense naquela época. As obras que apresentou naquelas duas exposições mereceram elogios da imprensa local. Frederico Trebbi pintou um número considerável de retratos que, em sua maioria, figuram nas galerias de honra de instituições benemerenes da cidade de Pelotas, assim como em residências particulares. Leopoldo Gotuzzo nasceu em Pelotas em 8 de abril de 1887 e morreu no dia 11 de abril de 1983, na cidade do Rio de Janeiro, aos 96 anos de idade. A partir de 1900 passou a frequentar o curso de Frederico Trebbi, até viajar para a Europa, em 1909, tendo estudado em Roma, Madri e Paris. Retornou ao Brasil em 1918, fixando residência no Rio de Janeiro, o que não o impediu de manter contatos periódicos com sua cidade natal. Gotuzzo realizou inúmeras exposições em Pelotas, em locais como a Bibliotheca Pública e o hall do Grande Hotel, situados no entorno da Praça Coronel Pedro Osorio e, por vezes, em vitrinas de casas comerciais, como o Bazar da Moda, de larga tradição na cidade. Seu estilo foi fortemente influenciado pelos movimentos artísticos europeus do século XIX (Realismo, Impressionismo, Simbolismo, *Art Nouveau*) e quando retornou ao Brasil, este estilo já estava amadurecido. Manteve-se fiel à pintura naturalista, com fortes laços acadêmicos, na qual demonstrava toda a sua competência artística, não cedendo aos apelos da arte moderna, com a qual convivera na Europa. Sua obra, aperfeiçoada quando de sua longa jornada europeia, rendeu-lhe consagração nacional, uma vez que recebeu inúmeras premiações em alguns dos mais consagrados salões de arte brasileiros. Quando a EBA foi fundada (1949), Gotuzzo recebeu o título de patrono da nova escola. Em razão disso, manteve vínculos muito próximos com a EBA, tendo feito duas grandes doações de obras de sua autoria, uma em 1955, no total de vinte e cinco telas, e outra por cláusula testamentária, consumada em 1983. O conjunto advindo das duas doações compõe parte do acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, inaugurado em 7 de novembro de 1986, sob a coordenação da professora Luciana de Araújo Renck Reis, do então Instituto de Letras e Artes. No início do século XX, um bom número de colégios particulares proporcionava educação artística, além de cursos particulares, como o de

Frederico Trebbi. Não havia um curso acadêmico específico para a área de artes plásticas, embora desde 1918 já estivesse instalado o **Conservatório de Música** de Pelotas. Provavelmente em razão disso, foi articulada pela direção dessa entidade a sua transformação em um instituto que acolhesse os dois cursos: música e artes plásticas. Essa ideia tornou-se realidade a partir da reunião ocorrida em 15 de dezembro de 1926, quando ficou decidida a transformação do Conservatório de Música em Instituto de Belas Artes. O objetivo da instituição era o de ministrar aulas de desenho e pintura, além das aulas de **música**, e, para isso, orientou-se pelos estatutos do Instituto de Belas Artes de Porto Alegre. O classicismo, em vigor nas academias brasileiras, serviu como orientação para a nova instituição. Embora tenha havido um grande empenho pelo seu desenvolvimento, desde o início a novel entidade enfrentou dificuldades financeiras, que se prolongaram até o ano de 1937, quando foi municipalizada. Com esse ato, foram encerradas as atividades de artes plásticas e o Instituto de Belas Artes voltou a chamar-se Conservatório de Música de Pelotas. O Instituto de Belas Artes teve como seu primeiro professor de desenho e pintura o artista plástico João Fahrion, que morava em Porto Alegre e que deu importante contribuição para a formação de novos artistas na cidade. Após alguns anos de trabalho, ao deixar o cargo, indicou para substituí-lo o pintor pelotense Adail Bento Costa, que fizera sua formação no Instituto de Belas Artes de Porto Alegre, entre 1928 e 1932. Adail nasceu em Pelotas, em 10 de maio de 1908, e morreu em 15 de junho de 1980. A sua preferência artística vinculou-se ao retrato, sem descuidar das naturezas-mortas e paisagens. Como professor do Instituto de Artes, onde lecionou por vários anos, foi responsável pela orientação de inúmeros alunos dentro de uma linha clássica e acadêmica. Em 1939, mudou-se para o Rio de Janeiro, voltando-se para novos interesses e passando a trabalhar em restauração de arquitetura e arte sacra, desinteressando-se pela pintura e desenho. Isso proporcionou-lhe a realização de diversas restaurações em igrejas, conventos e residências. Retornando a Pelotas em 1954, foi contratado para restaurar o **Clube Comercial** desta cidade. Atuou, mais tarde, na restauração do **Theatro Guarany**. Na década de 1970, Adail Bento Costa, na sua luta pela preservação da arquitetura antiga da cidade, empenhou-se numa campanha para que a **Casa nº 2** da Praça Coronel Pedro Osório fosse adquirida pela prefeitura e tombada como patrimônio histórico. Pretendia organizar ali um museu da cidade, que levaria seu nome e para o qual doaria seu riquíssimo acervo. Porém, morreu antes de ver seu desejo realizado. Posteriormente, a casa foi restaurada pelo IPHAN e abriga parte do seu acervo, que foi doado pela família. Em 1949, foi criada a EBA, por ação de Marina de Moraes Pires, que muito lutou para atingir esse intento. Foram professores do curso preparatório da nova escola as senhoras Carmen Maria Wisintainer e Marina de Moraes Pires, além do artista plástico italiano

Aldo Locatelli. Do conjunto de professores que atuaram para a concretização da escola, deve ser destacada a figura do artista italiano Aldo Danielle Locatelli. Esse artista veio para Pelotas em 1º de novembro de 1948, a convite do bispo Dom Antônio Zattera, para pintar a recém reformada catedral da cidade. Locatelli nasceu em Bérgamo, Itália, em agosto de 1915, realizando sua formação na Academia da mesma cidade. Mais tarde, mudou-se para Roma, onde cursou aperfeiçoamento na Escola de Belas Artes. A influência clássica de seu trabalho foi resultado da orientação que recebeu nas academias italianas onde estudou. Esse estilo, com base classicista e referências maneiristas e barrocas, presentes em algumas figuras, pode ser observado nas pinturas murais da catedral de Pelotas. A Itália mandara o artista, mas coube a Pelotas a descoberta de Locatelli como professor, pois foi na Escola de Belas Artes que ele iniciou essa experiência, que teria continuidade no Instituto de Belas Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e que se encerraria com sua morte em 1962. Sua influência sobre os primeiros alunos foi de extrema importância, pois era um professor dedicado, que procurava transmitir a essência de sua formação artística, ensinando-lhes desenho e pintura, assim como a melhor técnica de composição, sempre sob orientação clássica. O convite para lecionar desenho e pintura na nova Escola partiu da professora Marina de Moraes Pires, que deve ter seu papel destacado, pois, graças à sua persistência, deu-se início a um ensino sistematizado que proporcionou a organização de um futuro sistema das artes em Pelotas. Entre os demais docentes da Escola, não se pode deixar de registrar o nome do escultor pelotense Antônio Caringi, que passou a atuar como professor de escultura da EBA em 1952. Ele nasceu em Pelotas, em 18 de maio de 1905. Sua aptidão para a escultura manifestou-se desde cedo: em 1920, ao expor no Salão de Outono em Porto Alegre um busto de sua irmã, passou a despertar a atenção da crítica para o seu talento. O resultado foi a conquista de uma viagem para a Alemanha, em 1928, mais precisamente para Munique, onde realizou com êxito concurso para ingressar na Academia de Belas Artes, o que lhe proporcionou excelentes orientadores e professores. O tempo de aprendizado e de aperfeiçoamento na Europa encerrou-se em 1940, quando regressou ao Brasil, onde se tornou um escultor consagrado. Grande parte de sua obra encontra-se em espaços públicos, e nela transparece seus conhecimentos em plástica monumental, apreendidos nos longos anos em que estudou na Alemanha. Também realizou esculturas de pequeno porte que fazem parte de coleções particulares. Entre as suas obras, deve ser destacado o monumento equestre do general Bento Gonçalves, que está em Porto Alegre e que foi executado na Alemanha, entre os anos de 1934 e 1935. Digno de nota, ainda, é o Monumento ao Laçador, em Porto Alegre, que se tornou o símbolo do gaúcho para todos os cidadãos deste Estado. Em Pelotas, ele figura como autor de diversos **monumentos** públicos, como O Sentinela Farroupilha, Monumento ao Colono, Monumento às Mães,

Monumento ao Coronel Pedro Osorio, entre outros. A EBA, no início de sua trajetória, contava com vários alunos que, formados, poderiam atuar como professores de arte na rede municipal e na estadual e em escolas privadas. O aprendizado artístico era realizado na EBA e a complementação didática dava-se na **Universidade Católica de Pelotas**. Em 1968 foi criado, na Escola de Belas Artes, o curso de Professorado/Licenciatura em Desenho e Plástica, passando a funcionar, a partir de 1970, dois cursos: Licenciatura e Bacharelado em artes. Há uma série de alunos que cursaram a Escola e que deram continuidade à sua carreira artística, enquanto outros passaram a atuar como professores, contribuindo para a concretização de um campo artístico em Pelotas. Inicialmente, deve ser destacada a artista plástica Inah D'Ávila Costa, aluna da primeira turma da EBA. Suas primeiras experiências artísticas ocorreram sob a orientação de Locatelli e formam um acervo de pinturas em estilo clássico. Embora as qualidades das obras realizadas nessa época fossem inegáveis, Inah seguiu em busca de novos conhecimentos. Em longas permanências na cidade do Rio de Janeiro, recebeu aulas no Museu de Arte Moderna (MAM), o que a encaminhou para a experiência da arte moderna. A duplicidade de sua formação (classicista na EBA e concretista no Museu de Arte Moderna), gerou a riqueza de seu estilo, presente nas obras que fazem parte de inúmeros acervos. Inah Costa também deve ser lembrada pelas suas atuações como professora. Nesta atividade, ela foi responsável pela criação da primeira escolinha infantil em Pelotas e durante muito tempo trabalhou com crianças, orientando-as no mundo da arte. Há também a destacar o curso de Estruturação de Desenho e Pintura, por ela criado na década de 1970, calcado nos principais movimentos da modernidade europeia do início do século XX e que passou a ter um importante papel como estímulo artístico para muitas ex-alunas da Escola de Belas Artes. Esse curso, que tinha razoável frequência, estimulou a produção das artes plásticas em Pelotas. Muitas obras realizadas no curso da professora Inah passaram a ser expostas e adquiridas pelo público presente nas exposições. Este fator, conjugado a outros, estimulou o surgimento das primeiras galerias de arte que proporcionaram a estruturação de um sistema das artes em Pelotas, que teve seu mais alto índice de desenvolvimento na década de 1980. Concomitantemente a esse curso e seus desdobramentos, vale ressaltar a atuação de mais dois artistas, formados na Escola de Belas Artes e contemporâneos nos bancos desta Instituição: Luis Carlos Mello da Costa e Lenir Garcia de Miranda. Luis Carlos Mello da Costa nasceu em 3 de setembro de 1947, em Pelotas, cidade onde faleceu em 18 de julho de 1993. Iniciou seus estudos na Escola de Belas Artes, em 1964. Seu curso foi concluído com medalha de ouro e primeiro prêmio em pintura, em 1967. Posteriormente à sua formatura, transferiu-se para o Rio de Janeiro, em busca de aperfeiçoamento artístico. Estudou no atelier livre do Museu de Arte Moder-

na, tendo como professor o artista Ivan Serpa, consagrado pela orientação modernista. Buscou na sua caminhada pela história da arte uma base teórica, conjugada com o aperfeiçoamento técnico e o uso de novos materiais. Foi o que o conduziu para a definição de uma poética alinhada com a modernidade, produzindo obras de inegável valor, consagradas não só em Pelotas, mas por todos os lugares por onde passou. Mello da Costa expressou em sua obra um gosto peculiar pelas naturezas mortas, mas, também, pela representação da figura humana. Lenir Garcia de Miranda concluiu o seu curso de pintura na Escola de Belas Artes, em 1967. No início da década de 1980 ingressou como professora no Departamento de Artes Visuais do Instituto de Letras e Artes (ILA)-**UFPEL**, onde teve destacado desempenho. Sua atuação docente revestiu-se de grande importância pelo encaminhamento que deu ao ensino da arte, contribuindo decisivamente para a inserção de práticas artísticas contemporâneas na orientação dos alunos e nas artes visuais de Pelotas. Como artista plástica, pela qualidade de sua produção, Lenir assumiu um papel de destaque na arte gaúcha a partir da década de 1980. Na sua obra, a representação expressionista é constante e cria um elemento de ligação entre os diferentes momentos de sua trajetória artística. Inah D'Ávila Costa e Lenir Garcia de Miranda tiveram atuações e posicionamentos, como artistas e professoras, que foram reconhecidamente decisivos para a modernização da arte e para a mudança de mentalidade, encaminhando seus alunos para linguagens artísticas modernas e contemporâneas. Há uma série de professores/artistas ligados à Escola de Belas Artes que devem ter seus nomes citados, tais como Luiz de Moraes Notari, Bruno Visentin, Nestor Marques Rodrigues, José Érico Alípio Cava. Todos tiveram atuações importantes como professores e artistas em Pelotas. Embora tenha havido uma escola de artes formando alunos, desde 1949, a efetiva concretização de um sistema das artes em Pelotas só ocorreu a partir da década de 1970, resultando num conjunto de instituições e indivíduos considerados responsáveis pela produção, difusão e consumo de objetos e eventos considerados artísticos. Entre os artistas que atuam como professores (as) do Instituto de Artes e Design, devem ser citados José Luiz de Pellegrin, Paulo Renato Viégas Damé, Daniel Acosta, Helena Kanaan, José Carlos Nogueira, Lauer Alves Nunes dos Santos. Há um outro grupo de artistas que têm atuado na cidade, desde a década de 1970, como Arlinda Magalhães Nunes, Harly Couto, Maria da Graça Osório Marques, Maria da Graça La Falce, Helena Pinto Ferreira, Túlio Oliver, entre outros. Esta cidade possui várias galerias que proporcionam espaços para exposições: Galeria do Instituto de Artes e Design; galerias de arte da Prefeitura (Sala Antônio Caringi, Sala Inah D'Ávila Costa, Sala Frederico Trebbi); Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo e outros espaços alternativos utilizados para exposições.

Bibliografia.— Garcia, Maria Amélia Bulhões. *Artes Plásticas: participação e distinção*. Brasil anos 60 /70. São Paulo: USP, 1990. Tese (Doutorado em Artes). Diniz, Carmen Regina Bauer. *Nos Descaminhos do Imaginário: A Tradição Acadêmica nas Artes Plásticas de Pelotas*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Dissertação (Mestrado em Artes). Silva, Úrsula Rosa da e Loreto, Mari Lucie da Silva. *História da Arte em Pelotas: a pintura de 1870 a 1980*. Pelotas: EDUCAT, 1996.

(Carmen Regina Bauer Diniz)

Artesãos. Artesão ou artista era como se chamava o profissional especializado em algum ofício no qual trabalhava por sua própria conta ou em manufaturas. Neste sentido, tanto podia ser um artista, um mestre construtor, quanto um ourives, ou um funileiro, marceneiro, segeiro, ou qualquer um dos vários tipos de profissões existentes. Até 1824, quando foram proibidas, sua organização era em corporações de ofício, que definiam as várias hierarquias de uma mesma profissão, desde o aprendiz até o mestre. Os artesãos existiram durante todo o período colonial e imperial e só perderam definitivamente sua razão de ser com o advento das fábricas e a mecanização que, no Brasil, acentuou-se a partir da **República**. Na Pelotas do século XIX eles existiam em grande quantidade e variedade, porque a riqueza e o luxo desejados pela elite da cidade transformavam esta em um bom local de trabalho. Assim, muitos estrangeiros se estabeleceram, com lojas ou oficinas de negócios, e algumas delas posteriormente se transformaram em fábricas. Contudo, havia também muitos artistas nacionais, homens livres ou escravos, que trabalhavam nas mesmas profissões, embora para os escravos algumas delas fossem proibidas.

Bibliografia.— Anjos, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária-UFPel, 2000; Loner, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888- 1930)*. Pelotas, Editora e Gráfica Universitária-UFPel, 2001; Magalhães, Mario Osorio. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPel, 1993.

(Beatriz Ana Loner)

Asilos. Os asilos mais antigos da cidade surgiram no século XIX, momento em que se julgava que idosos, órfãos e doentes deveriam ser deixados a cargo da caridade pública, sem entender que fosse dever do Estado amparar os mais fracos. O atual Instituto Nossa Senhora da Conceição foi fundado em 7 de setembro de 1855, com o nome de Imperial Asylo de Órfãos Desvalidas Nossa Senhora da Conceição, já em seu prédio próprio, situado na Rua Gonçalves Chaves, paralelo à praça central. Sua

origem veio da **maçonaria** pelotense, pois em 1853 funcionavam na cidade as sociedades maçônicas Protetora da Orfandade e Comércio e Indústria, que foram fundidas com o nome de União e Concórdia. A primeira Loja sempre desejou fundar um abrigo para órfãs, o que continuou sendo tentado após a fusão. Assim, em 11 de agosto de 1855, uma reunião com 36 membros da loja União e Concórdia decidiu doar o prédio em que ela funcionava e formar uma associação filantrópica que cuidasse das órfãs na cidade. O Asilo foi instalado em 7 de setembro de 1855, com a maçonaria o sustentando e dirigindo, sendo seu presidente por 30 anos Joaquim José Affonso Alves, destacado maçom. Mais tarde, o Asilo passou para a administração de ordem religiosa. Devido aos preconceitos sociais, durante muito tempo só foram aceitas órfãs de cor branca e filhas legítimas. Quando as órfãs saíam para casar, recebiam dote e enxoval. Em 1888 assumiram a direção do Asilo as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, vindas de São Leopoldo. Em 1904 iniciaram obras de ampliação do prédio, inauguradas em 1916, posteriormente sendo construídas novas etapas, até dominar todo o quarteirão. Em seu interior, possui a capela de Nossa Senhora da Conceição, cujo prédio foi erguido em 1885. Atualmente, funciona em regime de semi-internato, atendendo a meninas carentes e alugando parte de suas instalações para instituições educacionais. O Asilo de Órfãs São Benedito, reagindo à discriminação contra meninas negras, por parte do Nossa Senhora da Conceição, foi fundado em 1901, por iniciativa da comunidade negra de Pelotas, com Luciana Lealdina de Araújo e os membros da **Irmandade** de São Benedito à frente. Até 1912, o cuidado com as crianças foi feito por mulheres leigas, negras, e então a direção interna passou às religiosas da Congregação do Imaculado Coração de Maria, sempre mantendo-se uma diretoria da instituição. As aulas foram ministradas por duas professoras e um professor particular inicialmente, sendo que em 1910 conseguiu-se uma subvenção municipal anual, com professor pago pelo município. Até 1916 o asilo funcionou em prédio cedido pelo Dr. Joaquim Rasgado, seu presidente honorário. Nessa data, conseguiram comprar seu prédio próprio. Em 1921, foram iniciadas as obras e melhoramentos, que foram terminadas em 1929. Atualmente, o Instituto São Benedito funciona em regime de semi-internato, tendo em seu interior a Escola Fundamental São Benedito, de primeira a quarta série, atendendo meninas carentes, proporcionando aulas, oficinas de complementação e atividades, além de alimentação. A ideia da fundação do Asilo de Mendigos data de setembro de 1882, com o jornal **Correio Mercantil** abrindo subscrição para sua fundação. Entretanto, só em novembro de 1887 começaram as obras de construção do prédio, projeto do arquiteto José de Magalhães, do Rio de Janeiro, que foram interrompidas em consequência da proclamação da **República**. Em 1891, inconformadas com a demora, algumas lideranças da cidade fizeram uma comissão para viabilizar um Asilo de Mendicidade, que funcionou em casa alugada a partir de 13 de

abril de 1891. Pouco depois, o Visconde da Graçadoou os recursos necessários para terminar a obra do primitivo asilo, que foi inaugurado em 5 de fevereiro de 1892, reunificando-se as duas instituições, com o nome de Asilo de Mendigos. Esse Asilo congregava especialmente velhos, trabalhadores que não tinham família e não conseguiam se sustentar na velhice, e outras pessoas desvalidas, como deficientes mentais ou físicos. Por algum tempo, sua administração interna ficou a cargo de irmãs franciscanas, embora sua diretoria sempre tenha sido laica. Em 1928, o Asilo foi reformulado, ampliando-se suas dependências. Posteriormente, sofreu outras reformas e obras de restauração e conservação. A lei municipal nº 1991 de 1972 declarou-o de utilidade pública. Atualmente, constitui-se numa casa de descanso da terceira idade.

Fontes.- *Correio Mercantil*, Pelotas, 28/8/1888; *O Templário* de 7 de setembro de 1922, ano 1, n.11; Asilo de Órfãs São Benedito-Anais do Cinquentenário; Asilo de Órfãs São Benedito- Relatório de 13 de maio de 1906, apresentado pelo presidente Carlos Antonio Palma. Pelotas: Livraria Comercial, 1906.

Bibliografia.- Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*. Pelotas: Of. Diário Popular, 1922; Moura, Rosa Garcia e Schlee, Andrey. *100 imagens da arquitetura pelotense*. Pelotas: Pallotti, 1998.

(Beatriz Loner)

Associação Comercial. A indústria saladeiril, atividade econômica predominante em Pelotas durante todo o século XIX, promoveu intenso e variado comércio: de gado, com o interior da Campanha e, mais para o final do século, com a região do Planalto rio-grandense; de charque e couros, com outras províncias do Brasil, Cuba e sul dos Estados Unidos; de couro, chifres, cinzas de ossos (utilizados para adubo) e línguas defumadas, com a Europa e os grandes centros universais do período. Justifica-se, portanto, que, apesar do seu perfil industrial, a primeira vez em que as lideranças econômicas de Pelotas tiveram que se unir, numa associação de classe, tenham optado por criar não uma sociedade industrial, mas comercial, de natureza mais elástica e abrangente. E que o resultado fosse ainda maior que a intenção: a Praça do Comércio, hoje Associação Comercial de Pelotas, fundada em 7 de setembro de 1873, desde logo se empenhou, ao lado da defesa de interesses próprios do comércio e da indústria, em iniciativas que diziam respeito ao desenvolvimento integral do município. São exemplos o alfandegamento da Mesa de Rendas e a desobstrução do canal de São Gonçalo, com o objetivo de que o charque passasse a ser embarcado diretamente em Pelotas; as tratativas para a construção da estrada de ferro até Bagé; já no século XX, a criação de um frigorífico pelotense, o primeiro a ser organizado

com capitais nacionais, e a fundação da **Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência**. Em janeiro de 1942, a Associação Comercial inaugurou sua sede própria: o Palácio do Comércio, um edifício de nove andares, na ocasião o mais alto “arranha-céu” da cidade de Pelotas.

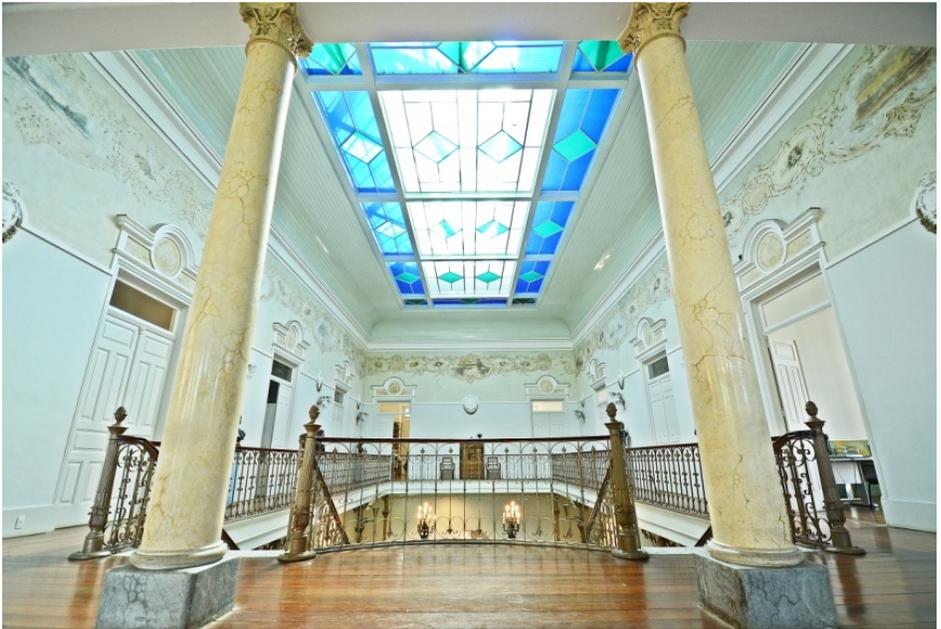
Bibliografia.— Magalhães, Mario Osorio. *Pelotas agrícola e pastoril* (história da Associação Rural). Pelotas: Editora Armazém Literário, 1998.

(Mario Osorio Magalhães)

Associação Rural. Foi fundada em 12 de outubro de 1898, sob a denominação de Sociedade Agrícola e Pastoril do Rio Grande do Sul e por iniciativa dos redatores da *Revista Agrícola do Rio Grande do Sul*, periódico mensal, editado pelos professores do Liceu Rio-Grandense de Agronomia (origem da atual **Faculdade de Agronomia** Eliseu Maciel). É a mais antiga associação rural do Rio Grande do Sul e, de âmbito regional, a primeira que se fundou no Brasil (a Sociedade Nacional de Agricultura havia sido criada, no Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1897, quando já existia uma Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura, fundada por Joaquim Francisco de Assis Brasil, mas com sede em Paris). Teve 53 sócios fundadores, sendo seu primeiro diretor o dr. José Cipriano Nunes Vieira, então diretor do Liceu Rio-Grandense de Agronomia e chefe do serviço de clínica da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Promoveu a primeira exposição agrícola-pastoril do estado em 1899. Com a disseminação, a partir de 1903, de entidades congêneres em outros municípios do Rio Grande do Sul, no dia 20 de setembro de 1909 foi fundada em Porto Alegre a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, com o objetivo de representar seus interesses comuns. A associação pelotense, porém, ainda manteve a sua denominação, de abrangência estadual, e funcionou como sede da federação rio-grandense por um período de doze anos. Em 1921, a diretoria da Federação transferiu-se para a União dos Criadores, na capital gaúcha; no ano seguinte, uma reforma dos estatutos impôs à associação local o nome de Sociedade Agrícola e Pastoril de Pelotas. Sua denominação atual — Associação Rural de Pelotas — foi adotada em 1966. O Parque de Exposições Dr. Ildefonso Simões Lopes, hoje sede da Associação, na Avenida Fernando Osorio, principal artéria do bairro Três Vendas, foi inaugurado em 3 de outubro de 1945, segundo projeto do dr. Reinaldo Dieberger, com inclusões do engenheiro Fernando Rullmann. Construído sobre terreno de 43 hectares, cedido pelo município, era considerado, na ocasião, o segundo maior parque de exposições da América do Sul, superado apenas pelo de Palermo, em Buenos Aires. A sede anterior da Associação localizava-se na Praça Vinte de Setembro, em área hoje ocupada por dependências da Companhia Estadual de Energia Elétrica, Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios e Secretaria Municipal de Saúde.

Bibliografia.— *FARSUL: 70 anos* (álbum comemorativo). Porto Alegre: s. ed., 1970; Grando, Marinês Zandavali. *Pequena agricultura em crise*. Porto Alegre: FEE, 1990; Magalhães, Mario Osorio. *Pelotas agrícola e pastoril* (história da Associação Rural). Pelotas: Editora Armazém Literário, 1998; Otero, Darcy Trilho. *Sociedade Agrícola de Pelotas: um pouco de sua história*. Pelotas: IHGPel, maio de 1997.

(Mario Osorio Magalhães)



Bibliotheca Pública Pelotense

Banco Pelotense. Em pouco menos de 25 anos – desde a sua fundação, em 5 de fevereiro de 1906, até a sua liquidação, em 5 de janeiro de 1931 –, o Banco Pelotense teve precisamente 70 agências: a matriz de Pelotas e 69 filiais, abrangendo cinco estados brasileiros. Em 1920 era considerado o maior banco do Rio Grande do Sul e o terceiro do Brasil. O capital de três mil contos de réis, com que iniciou suas atividades, foi integralizado por dois coronéis da Guarda Nacional, cujas fortunas tiveram origem na produção e exportação do charque: Joaquim Augusto de Assumpção, que depois seria eleito Senador da República, e Alberto Roberto Rosa, sócio, em diversos empreendimentos, do coronel Pedro Osorio (então chefe local do Partido Republicano Rio-Grandense). A ideia de se criar um banco em Pelotas partiu de Plotino Amaro Duarte, proprietário de uma casa de câmbio em que atuava como representante do Banco de Londres. No próprio escritório de Duarte – um sobrado à Rua Andrade Neves esquina General Neto – estabeleceu-se o primeiro prédio da matriz, ali funcionando até 1916, quando foi inaugurado o suntuoso edifício da Rua Marechal Floriano esquina Andrade Neves, atual sede do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Em âmbito regional, suas primeiras filiais se localizaram na metade sul do estado, expandindo-se em seguida pelas regiões de **colonização** alemã e italiana, na metade norte. A partir de um empréstimo ao governo do estado, com o objetivo de que encampasse a Viação Férrea, transformou-se em agente financeiro do Rio Grande do Sul, ou seja, em depositário e administrador de todos os bens estaduais. Em âmbito nacional, inaugurou filiais no Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Chegaram a fazer parte do seu patrimônio quase toda a Ilha do Governador e o terreno onde hoje se encontra o Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro; no Paraná, era propriedade do Banco a agrovila que deu origem à cidade de Londrina. Todo esse esplendor, porém, resultaria em falência, seguida da sua encampação pelo Banco do Estado. Diversos argumentos buscam explicar o fenômeno: o primeiro deles, incontestável, é de natureza estrutural, diz respeito à grande depressão ocasionada pela quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929. Outras explicações, de caráter predominantemente factual, repousam sobre desavenças internas, verificadas entre dois ex-diretores do Banco, Alcibiades de Oliveira e Pedro Luís Osorio; acusações recíprocas motivaram a publicação de seus respectivos livros, arrolados na bibliografia. No imaginário dos pelotenses, porém, ainda hoje recai a principal pecha de responsabilidade sobre o já então presidente da **República**, Getúlio Vargas. Getúlio teria negado o empréstimo que evitaria a falência – auxílio já prometido pelo presidente deposto Washington Luís – com base em dois antecedentes: o suicídio do seu sogro, quando gerente da filial de São Borja, e o repasse de todas as contas e saldos do governo, do Banco Pelotense para o Banco do Estado – transferência que havia autorizado pouco antes da **Re-**

volução de 1930, na ocasião em que exercia a presidência do Rio Grande do Sul.

Fonte.— Guimarães, Álvaro. “Um banco brota do charque”. *Diário Popular*, 05.02.2006; “O abraço de ouro do Pelotense”, *DP*, 06.02.2006; “A grande queda”, *DP*, 07.02.2006.

Bibliografia.— Lageman, Eugênio. *O Banco Pelotense e o sistema regional*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1985; Oliveira, Alcibiades de. *Um drama bancário*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936; Osorio, Pedro Luís. *O Banco Pelotense*. Pelotas: A Universal, 1935.

(Mario Osorio Magalhães)

Banda União Democrata. A Sociedade Musical União Democrata foi fundada em 7 de setembro de 1896, mas sua necessidade já havia sido discutida desde 1890 pelos seus criadores. Segundo Paulo Barbosa, os músicos e operários Adolfo Jacinto Dias, João Batista Lorena e João Vicente Silva Santos, seus idealizadores a pretendiam “como uma associação instrutiva, recreativa e beneficente, composta por um número indeterminado de indivíduos, com distintas nacionalidades, cores e cultos”. Com suas apresentações iniciais conseguiu comprar seus instrumentos, estabelecendo-se em sedes alugadas até 1915, quando conseguiu comprar sua sede atual, no centro, à Rua Major Cícero. Acredita-se que essa banda tenha sido a primeira a aceitar músicos **negros** entre os seus membros, vindo a concretizar-se como espaço de congregação de descendentes de escravos e ex-escravos, além de outras etnias que constituíam a população pelotense de então, tornando-se um espaço de resistência contra a discriminação racial. Nos seus primórdios proporcionou aos seus integrantes um curso elementar prático e teórico de **música**, que posteriormente foi estendido gratuitamente à população. Conforme Paulo Barbosa, o provável símbolo oficial da banda era em cor vermelha, com adornos dourados e tendo ao centro o desenho de cinco instrumentos — uma bandeira com essas características, confeccionada em seda, foi encontrada recentemente em um armário que compõe o acervo da entidade. A banda existe até hoje, tendo sido tombada como bem imaterial do Patrimônio Cultural de Pelotas e do Rio Grande do Sul, segundo a lei 5.085, artigo 221, de 4 de agosto de 2000.

Bibliografia.— Barbosa, Paulo Sergio Medeiros. *Memorial Sociedade Musical União Democrata*. Pelotas: UFPel, 2006. Monografia (Graduação em História); Loner, Beatriz Ana. Pelotas se diverte: clubes recreativos e culturais do século XIX. *História em Revista*, v. 8, Pelotas, 2002, p. 37-68.

(Fernanda Oliveira da Silva)

Bandas musicais. As bandas eram as principais associações musicais que existiram durante o século XIX e eram indispensáveis em todas as festas, desfiles, enterros, homenagens ou espetáculos teatrais. Eventualmente costumavam apresentar retretas ou concertos em praças da cidade, para delícia da população, que tinha bem poucas formas de diversão naqueles anos. Elas apareceram cedo na cidade. Na década de 1870, existia a Banda Santa Cecília, a Lira Pelotense e a Banda União. Na década seguinte, fundou-se a Banda Apollo, deixando de existir a Lira Pelotense. As bandas formavam as-sociações, algumas delas inclusive com montepios, mas também ocorria o inverso, com entidades que montavam uma banda para abrilhantar suas próprias festividades ou para aproveitar os talentos musicais de seus sócios. Outras associações musicais que existiram em Pelotas no século XIX foram a Philharmonica Pelotense e o Club Beethoven, as quais se destinavam a dar concertos, com maior número de instrumentos. Em 1896 surgiu a **Banda União Democrata**, importante por sua longevidade. Nas duas primeiras décadas do século XX, apareceram a Lira Pelotense, a Lira Artística e a Banda Musical Onze de Novembro, esta última vinculada à **Liga Operária**. A partir de 1930, começaram a se disseminar os grupos de jazz, as orquestras e a **música mecânica**, que praticamente as suplantaram em relação à animação de bailes e festas. Contudo, ainda hoje existem algumas bandas, principalmente em colégios ou corporações militares.

Bibliografia.— Loner, Beatriz. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas, 1888-1937*. Porto Alegre, IFCH, UFRGS, 1º. Vol., 1999. Tese (Doutorado em Sociologia); Magalhães, Mario. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPel, 1993.

(Beatriz Ana Loner)

Barões do charque. Barão era o título inicial na escala hierárquica da nobreza brasileira. Seguiam-se, pela ordem, os títulos de visconde, conde, marquês e duque (nenhum deles hereditário), sendo que o último foi concedido pelo Império uma única vez: ao marechal Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias. A outorga do baronato, que tinha como condição, quase sempre, certa fortuna acumulada, significava o reconhecimento oficial da Monarquia ao poder e ao prestígio de quem era agraciado. Dez **charqueadores** de Pelotas receberam esse título, apenas o primeiro durante o Primeiro Reinado e apenas os dois primeiros havendo alcançado, também, o grau de visconde: Domingos de Castro Antiquiera foi Barão de Jaguarí (1829) e Visconde de Jaguarí (1846); João Simões Lopes, Barão da Graça (1872) e Visconde da Graça (1876); José Antônio Moreira, Barão de Butuí (1873); Francisco Gomes da Costa, Barão do Arroio Grande (1884); Felisberto Inácio da Cunha, Barão de Correntes (1884); Leopoldo Antunes Maciel, Barão de São Luís (1884);

Aníbal Antunes Maciel, Barão dos Três Cerros (1884); Antonio de Azevedo Machado, Barão de Azevedo Machado (1885); Joaquim da Silva Tavares, Barão de Santa Tecla (1886); e Joaquim José de Assumpção, Barão de Jarau (1888). Não foram charqueadores, mas residiram em Pelotas e construíram suas fortunas sobre a base da economia saladeiril. João Francisco Vieira Braga, Barão de Piratini (1854) e Conde de Piratini (1885); João Antonio Pereira Martins, Visconde de Cerro Azul; e Manuel Alves da Conceição, Barão Alves da Conceição, cujo título foi expedido pelo Rei de Portugal. Não foram charqueadores, não viveram do lucro das **charqueadas**, mas residiram e constituíram família em Pelotas o dr. Miguel Rodrigues Barcellos, Barão de Itapitocai (1888), que, embora exercesse a medicina, era filho e genro de charqueadores; Manuel Luís Osorio, Marquês do Erval; José Álvares de Souza Soares, Visconde de Souza Soares (título português) e José Júlio de Albuquerque Barros, Barão de Sobral. A maior parte recebeu essa honraria nos anos derradeiros da Monarquia, como prêmio pela libertação antecipada de escravos. Outros, ou por sua contribuição pecuniária ao governo ou por atos de benemerência social. Também um número significativo integrou a administração política do Império, quase todos antes de receberem os galardões e na condição de **vice-presidentes** do Rio Grande do Sul ou de **presidentes** interinos da Província. Poucos obtiveram títulos acadêmicos e foi comum o entrelaçamento de suas famílias, através de sucessivos casamentos.

Bibliografia.— Carvalho, Mário Teixeira de. *Nobiliário Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937; Magalhães, Mario Osorio. *Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPel, 1993; Magalhães, Mario Osorio. Um barão a menos. In: *História aos domingos*. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2003.

(Mario Osorio Magalhães)

Batuque. Tem-se por batuque, ou nação, a religião de matriz africana de culto aos orixás enquanto forças cósmicas da natureza. Surgiu, atualizou-se e se perpetuou a partir da experiência da **escravidão** de africanos no Rio Grande do Sul (iniciada no século XVIII), segundo alguns autores primeiro em Pelotas e Rio Grande, depois em Porto Alegre e outras localidades, incluindo países vizinhos como Uruguai e Argentina. O batuque foi uma manifestação de resistência na cidade de Pelotas e região, surgida a partir de tensões étnico-classistas. As batucadas e a mobilização em torno delas constituíram uma forma de construção de identidade étnica, de sociabilização (entre escravos, como também entre estes e negros libertos) e de protesto. Os **negros** se mantiveram organizados nos terreiros, onde praticavam os seus cultos buscando uma ligação com a África. A realização das batucadas foi uma forma de resis-

tência mais furtiva, porém não menos eficiente que outras. Além de demonstrar contrariedade ao escravismo, os encontros desses grupos religiosos procuravam romper o monopólio espiritual da Igreja Católica, que criava **irmandades** para negros, com o fim de sufocar a sua necessidade de expressão religiosa. Uma importante forma utilizada pelos africanos na tentativa de preservar sua cultura religiosa da destruição ou do esquecimento foi o sincretismo religioso, que constituía uma associação conscientemente estabelecida entre os santos católicos e os orixás africanos. Mas o sincretismo também representava a necessidade que os negros tinham de aliviar os sofrimentos do dia-a-dia buscando se sentirem e serem aceitos como brasileiros diante da sociedade branca. No batuque, religião iniciática e que envolve rituais de possessão, são cultuadas principalmente doze divindades, os orixás, que constituem o panteão afro-brasileiro e que se apresentam na seguinte ordem: Bará, Ogum, Iansã, Xangô, Ode/Otim, Oba, Ossaim, Xapanã, Oxum, Yemanjá e Oxalá. No transe os denominados *cavalos-de-santo* são possuídos pelo orixá dono de suas cabeças, também designado como seu orixá pai ou mãe. Os rituais de batuque utilizavam tambores, danças, sacrifícios de animais, canções nos dialetos africanos, possessões espirituais, gritos e risos, sendo largamente diferentes daqueles vivenciados pelos católicos, o que provocava represálias da polícia aos terreiros (muitos terreiros foram quebrados, queimados e seus adeptos foram presos, acusados de feitiçaria ou curandeirismo). O batuque era declarado pela imprensa como feitiçaria perigosa, inferior, primitiva e exótica, o que causava ao mesmo tempo medo e curiosidade à elite da sociedade escravocrata. Por outro lado, muitos brancos iam até às mal vistas zona do Porto e zona da Várzea, nas quais eram predominantemente localizados os terreiros, procurando soluções para seus problemas, de saúde, vida amorosa etc., o que conferia certo prestígio, não declarado abertamente, aos negros denominados macumbeiros. Pesquisas etnográficas realizadas recentemente apontaram a cidade de Rio Grande como uma espécie de matriz dos fundamentos da nação Jêje (Nagô), que existe em todo o Estado. Já a difusão dos cultos afros na cidade de Pelotas participa de uma perspectiva tida como regional, sendo difícil perceber a cidade isolada e sim como receptora da difusão que ocorre principalmente a partir de Rio Grande. Os resultados dessas pesquisas, que envolveram cerca de vinte pais e mães-de-santo, interligados por uma rede de sociabilidade de aproximadamente quatorze terreiras ou “casas de religião”, ou ainda “Ilês de Axé”, as quais se conectam por municípios da região de Pelotas e Rio Grande (entre eles, Jaguarão, Arroio Grande, Pedro Osório, incluindo cidades do Uruguai), apontam para a dinâmica de cruzamentos de práticas religiosas que envolvem a manutenção dessa experiência afro-brasileira. Essa experiência vem se atualizando e perpetuando ao longo dos séculos, em detrimento das ideias do início do século XX, de que com a modernização essas religiões acabariam por se dissolver. Percebeu-se que, coexistindo

com o culto exclusivo às divindades do batuque, encontram-se nas mesmas terreiras espaços de culto de outra religião, também iniciática e de transe, a umbanda, que pode se apresentar como Linha Branca, quando se cultuam as entidades (espíritos de pessoas que já morreram) conhecidas como caboclos e preto-velhos, e Cruzada, quando são cultuadas as entidades exus e pombagiras. Essa coexistência reforça o caráter de cruzamentos e combinações, em detrimento da ideia de sincretismo, a qual supõe que na miscigenação os elementos originais se perderiam, dissolvendo-se assim na formação de algo novo, porém que teve sua necessidade para a manutenção dessa prática religiosa na sociedade escravocrata. Em Pelotas, apesar de haver casas que se autodefinem como casas de nação Jêje, ou Jêje com Ijexá, ou ainda outras combinações, a cidade é tida como da Cabinda (na África seria de língua Bantu), nação da qual Pai Valdemar Antônio dos Santos — Valdemar do Xangô Kamucá — segue os fundamentos, ou que estaria "sob a bandeira do Pai João Carlos de Oxalá", filho-de-santo de Pai Valdemar e grande difusor das casas de Cabinda na cidade e também no Estado. Segundo interlocutores, Valdemar teria aprendido os fundamentos da Cabinda com um africano, Gulu-lu, residente em Porto Alegre, e trazido para Pelotas, onde a partir da sua família-de-santo surgiram muitas outras. É importante reforçar que essas nações não fazem maior referência a uma origem direta às nações africanas, elas servem mais como um referencial genealógico. Um exemplo disso é que na Cabinda, que seria bantu, não são cultuados os Inkices, mas sim os orixás, que são iorubanos. Há um intenso trânsito entre as casas de diferentes cidades da região sul do Estado, inclusive com Porto Alegre, o que se desenvolve desde a época da escravidão a partir dos escravos e ex-escravos das charqueadas. É a capacidade criativa de coexistência das múltiplas experiências culturais, intrínseca à própria dinâmica das religiões afro-brasileiras (sejam elas a **Umbanda**, o Candomblé da Bahia, o Xangô de Recife etc.), que permite a perpetuação do batuque como religião e como modo de vida para um incontável número de pessoas. Ultrapassa fronteiras de cor ou território, configurando-se em territórios de existência da presença africana em Pelotas e em qualquer outro espaço onde tais agenciamentos aconteçam.

Bibliografia.— Anjos, José Carlos Gomes Dos. *No território da Linha Cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006; Goldman, Márcio. Formas do Saber e Modos do Ser: Observações Sobre Multiplicidade e Ontologia no Candomblé. *Religião e Sociedade* 25 (2): 102-120 – 2005; Correa, Norton. *O Batuque do Rio Grande do Sul: Antropologia de uma religião afro-rio-grandense*. 2 ed. São Luis: Ed. Cultura & Arte, 2006; Oro, Ari Pedro. *Religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul: Passado e Presente*. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24,

nº 2, 2002, p.345-384. Prandi, Reginaldo. As religiões negras no Brasil. *Revista da USP*, nº 28. São Paulo, 1989, p.65-83.

(Juliana Marcello/ Marília Floôr Kosby)

Beneficência Portuguesa. Instituição hospitalar criada por imigrantes portugueses no Brasil e no mundo colonial português a partir da segunda metade do século XIX. Além de atender aos associados nas enfermidades e nas horas finais, objetivo principal da instituição, proporcionava suporte cultural e financeiro diante da omissão das autoridades governamentais. Como instituição privada, dependente do pagamento de mensalidades e de doações espontâneas advindas dos associados, as Sociedades Portuguesas de Beneficência diferiam das Santas Casas de Misericórdia, cujo atendimento hospitalar foi direcionado para a população em geral e as despesas indiretamente subvencionadas pelo governo. No entanto, nas instituições de Beneficência Portuguesa persistiam elementos que as situavam dentro do modelo das Misericórdias Portuguesas, do qual derivam as Santas Casas de Misericórdia no Brasil. Foram e são os seguintes elementos: a organização dos estatutos sob o modelo do Compromisso de Lisboa (normas regimentais que regulamentam o funcionamento do hospital), a incorporação dos valores da Igreja Católica na assistência (uma instituição laica guiada pelo ideário cristão, mas não governada por autoridades religiosas), o contínuo entre os cargos diretivos, a preocupação educacional e moral dos associados e os vínculos que estabelece com a formação de elites locais. À semelhança das Misericórdias em Portugal, as Sociedades Portuguesas de Beneficência agiam na circulação social da caridade tanto como um meio ético quanto como forma de prolongar o favorecimento de determinados grupos e poderes elitários, garantindo para os imigrantes portugueses visibilidade. A mais antiga associação de Beneficência Portuguesa criada no Brasil foi a do Rio de Janeiro, em 1840, seguida por outra em Porto Alegre, em 1854, e em Santos, em 1859. O fluxo de imigrantes, portugueses e de outras nacionalidades, também foi alto nessas instituições, o que proporcionou o bom início de suas atividades, sobretudo pelo número significativo de lusos que conseguia cooptar como associados. Em Pelotas, município da então Província de São Pedro do Rio Grande, a Sociedade Portuguesa de Beneficência foi instalada como agência da instituição de Porto Alegre, em 21 de junho de 1857, já contando, de início, com 254 sócios. Em 16 de setembro do mesmo ano, após pedir autorização à matriz, foi instalada oficialmente, o mesmo ocorrendo com as agências beneficentes em Rio Grande e Bagé. Sob o modelo institucional já organizado no Rio de Janeiro, estabeleceu como corpo diretivo um procurador e doze diretores, além do presidente Francisco Luís Ribeiro, do secretário José Vieira Pimenta e do tesoureiro Manoel José Fernandes Lima. A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, inaugurando seu edifício-sede na data do aniversário do Rei de Portugal, evidenciou a

devoção régia e identificou o imigrante português com a pátria do alémmar. Cada instituição de Beneficência deveria ter como protetor um membro da monarquia portuguesa, sendo o da instituição de Pelotas D. Pedro V. O seu edifício-sede ficou instalado na Rua da Igreja (atual Anchieta), esquina da São Domingos (atual Benjamim Constant), em prédio de propriedade da firma Ribas & Irmão. Uma das primeiras regras institucionais estabelecida nos estatutos dessa instituição foi a categorização dos sócios, na pretensão de organizar seus direitos e deveres. Em Pelotas, foram sócios ativos apenas os indivíduos de nacionalidade portuguesa, sendo esses associados os que poderiam ascender aos cargos diretivos, embora na prática associados não-portugueses passassem a sócios ativos em algumas situações. Também foi direito da Sociedade Portuguesa de Beneficência a expulsão dos sócios que mantinham baixa moral (desvio de conduta), que estivessem envolvidos em processos criminais ou não se achassem quites com a associação. Se por um lado tal fato funcionava como um limitador do número de participantes da instituição em Pelotas, por outro fazia referência ao fato de os portugueses serem identificados como europeus integrantes de uma elite social. A administração da Beneficência Portuguesa de Pelotas, bem como a organização de seu patrimônio ativo, visava a melhoria das condições de seu funcionamento. Não obstante, os estatutos previam como capital da sociedade as quantias oferecidas pelos sócios quando adquirissem o título de benfeitores e as cotizações mensais. Os estatutos revelavam as doações concedidas pelos imigrantes lusos para a construção do seu edifício-sede, realização de cerimônias, comemorações típicas, entre outros. Em 1861, graças a esses donativos, a sede da entidade mudou-se para o edifício atual, à Rua das Flores (hoje Andrade Neves) entre Santo Inácio (hoje Gomes Carneiro) e Independência (hoje Uruguai), ocupando a quadra inteira. O desejo de demonstrar a valorização social que a entidade obtinha em Pelotas, e em Portugal através do seu protetor, configurou-se como mais importante do que a descrição do próprio trabalho assistencial a ser realizado, uma vez que, em quase toda a ata de fundação, não existem referências a ele.

Bibliografia.— Sousa, Ivo Carneiro de. *Da descoberta da Misericórdia às Misericórdias* (1498-1525). Porto: Granito, 1999; Silva, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil (1850-1938)*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso Brasileiras, 1992; Chaves, Larissa Patron. *Grandiosos mesmo foram os portugueses – A Sociedade de Beneficência de Bagé (1878-2002)*. Porto Alegre: PUCRS, 2002. Dissertação (Mestrado em História).

(Larissa Patron Chaves)

Bibliotheca Pública. A Bibliotheca Pública Pelotense foi fundada em 1875, sendo inaugurada, em prédio cedido pelo Visconde da Graça, em 5 de março de 1876. Nesse prédio, à Rua General Neto esquina Anchieta, funciona atualmente a Secretaria Municipal de Educação. Contava com um acervo de 960 volumes. Pouco tempo depois, começaram as tratativas para a construção de uma sede própria, sendo lançada a pedra fundamental em 7 de setembro de 1878. Situado no perímetro central da cidade, ao lado da Prefeitura e em frente à Praça Coronel Pedro Osorio, o edifício da Bibliotheca foi projetado pelo arquiteto italiano José Isella e construído por Manoel Jorge Rodrigues. Inicialmente era um prédio de um pavimento apenas, mas no ano de 1911 foi iniciada a construção do segundo piso, projetado pelo arquiteto Caetano Casaretto e inaugurado no ano de 1913. De extrema qualidade, a proposta teve como ponto alto o conjunto formado pela escada que leva ao segundo pavimento, estrutura de apoio do mezanino e a grande zenital que coroa o salão de leitura. Os principais materiais utilizados nesses elementos foram o ferro, o mármore e o vidro. As paredes superiores que contornam esse espaço receberam pinturas parietais e elementos decorativos em relevo. Durante o ano de 1878 inaugurou-se o curso de alfabetização, com aulas noturnas, que se manteve até o final do Império e pelas décadas iniciais da **República**. Esse curso era voltado para as classes populares e nele estudaram vários trabalhadores nacionais, brancos ou negros, e imigrantes. Nessa época, em seu prédio eram realizados bailes e concertos, bem como reuniões de partidos políticos ou eventos de interesse de toda a comunidade. Sua história está ligada aos principais acontecimentos da cidade, pois seus fundadores e sustentadores sempre mantiveram uma atitude progressista e aberta frente aos principais problemas da sociedade brasileira, desde o tempo do Império. Em seu edifício houve reuniões históricas, como a que tratou da fundação da primeira associação abolicionista da cidade e da festa da **emancipação** dos escravos do município, em 1884. Seus salões foram locais de palestras, seminários, cursos e eventos públicos de importância política e cultural para Pelotas. No século XX, várias associações educacionais de interesse da comunidade se abrigaram inicialmente em sua sede, como alguns dos primeiros cursos superiores da cidade, e também a Escola Luis Braille, de amparo a portadores de deficiência visual. Em 11 de maio de 1946 foi fundada a Biblioteca Infantil, uma das primeiras do Rio Grande do Sul. Além de livros, a Bibliotheca guarda revistas e jornais, em setor próprio, bem como um Arquivo, que preserva os documentos históricos que compõem seu acervo, e um Museu Histórico, fundado em 18 de janeiro de 1904, no qual se encontram objetos e artefatos ligados à história da cidade e do país, além de quadros e pinturas variados. Em sua longa trajetória, acumulou uma imensa quantidade de material, que lhe confere um lugar entre os principais acervos históricos do Estado gaúcho, especialmente de obras do século XIX. Possui uma coleção, sempre em cres-

cimento, de relatórios de municípios e do Estado, de Ministérios e dos vários órgãos do Governo Federal. Possui atas de associações há muito desaparecidas, fotos, anais e documentos da **Câmara Municipal**, coleções de jornais de Pelotas e de outros municípios. Seu acervo de livros inclui volumes raros ou muito antigos e outros modernos, vários dos quais são de difícil localização em outras bibliotecas gaúchas. A Bibliotheca Pública Pelotense é uma instituição de caráter privado, com fins educacionais e culturais, que não visa lucros e é mantida por uma associação particular. Embora seja sustentada por uma associação privada, a Bibliotheca Pública sempre teve uma relação muito próxima com o poder municipal, a ponto de sediar, por vários anos, a Câmara Municipal e a Secretaria Municipal de **Educação**.

Bibliografia.- Moura, Rosa e Schlee, Andrey. *100 imagens da arquitetura pelotense*. Pelotas: Pallotti, 1998; Peres, Eliane. *“Templos de Luz”*: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense -1875-1915. UFRGS, Porto Alegre, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação); Loner, Beatriz. *Projeto de organização do arquivo histórico da Bibliotheca Pública Pelotense*. Pelotas, 2001.

(Beatriz Loner)

Bondes. A Companhia Ferro Carril e Cais de Pelotas assinou contrato com a Presidência da Província no ano de 1870: através dele, adquiriu o privilégio de construir linhas férreas urbanas e suburbanas e explorá-las pelo espaço de 35 anos, ao fim dos quais passariam a pertencer ao Município. Em 9 de novembro de 1873 foi inaugurado o tráfego de bondes movido por mares: a primeira linha partia da Rua do Imperador (atual Félix da Cunha), atingindo a São Domingos (atual Benjamin Constant) e a Praça Domingos Rodrigues, na região do Porto. A estação central situava-se na Praça Dom Pedro II (atual Coronel Pedro Osório) esquina da Rua São Jerônimo (hoje Marechal Floriano). Outra estação com depósito, oficina e estrebarias localizava-se na Praça da Constituição (atual 20 de Setembro). Construíram-se novas linhas: uma, pelas ruas São Miguel (atual Quinze de Novembro), passando pela Praça do Mercado (atual Sete de Julho) e pela Sete de Abril (atual Dom Pedro II) até a Estação Ferroviária; outra, pela São Jerônimo (Marechal Floriano) até o Parque Pelotense, no Fragata; outra pela Rua das Flores (atual Andrade Neves), desde o matadouro da Tablada até o Mercado; e uma linha do Mercado até a Igreja Nossa Senhora da Luz. A Ferro Carril chegou a ter bondes para diversas finalidades: escolar, expresso, de carga, de carnes, de bandas de música e de passageiros em geral. Em 1914, a companhia *Ligth & Power of Rio Grande do Sul* iniciou a instalação de luz elétrica em Pelotas, inaugurando as linhas de bondes movidos a eletricidade em 20

de outubro de 1915. Esses bondes serviram à população até o ano de 1955.

Bibliografia.- Oliveira, Leni Dittigen de. *O início do fim da Ferro Carril e Cais de Pelotas: o caso dos bondes na noite de 14 de dezembro de 1914*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária – UFPel, 1997.

(Leni Dittigen de Oliveira)

Brasão e bandeira. O brasão da cidade foi instituído em 1961, através de concurso promovido pela Prefeitura Municipal, tendo em vista o sesquicentenário de **Pelotas**, a ser comemorado no ano seguinte. Participaram 18 candidatos, apresentando um total de 26 trabalhos. Seu julgamento esteve a cargo de uma comissão formada pelos vereadores Darci Adam, Getúlio Dias e José Pederzolli Sobrinho, pelo senhor Gilberto Isaacsson, pelo jornalista Waldemar Coufal e pelos professores da **Escola de Belas Artes** Adail Bento Costa e Marina Moraes Pires. Por unanimidade, foi escolhido o trabalho do Sr. Artur Henrique Foerstnow, adotado como símbolo do município mediante o decreto n.º 427, de 30 de dezembro de 1961. Trinta anos depois, em 1991, foram substituídos, pelo próprio autor, alguns elementos que compunham o desenho original, sendo aprovadas essas alterações pela lei 3.463. O brasão possui a forma de escudo clássico esquartelado, tendo em cima uma coroa de cor amarelo-ouro com a borda em vermelho e, em baixo, uma faixa, igualmente amarelo ouro com a borda em vermelho, contendo a inscrição **Princesa do Sul** em letras azuis. A sua parte lateral externa é composta, à esquerda, por uma espiga de arroz, na cor amarela, referenciando a maior fonte econômica da região, e à direita, por um ramo de louro, na cor verde, referenciando o aniversário de 150 anos da cidade. Nas quatro partes em que se divide o interior do brasão, estão representados: no alto, à esquerda, sobre fundo azul, a figura em branco de um índio que conduz com os dentes, através de um rio, uma pelota, em alusão ao barco de couro que deu nome à cidade (na versão original, alterada pela lei de 1991, o índio estava dentro da pelota); no alto, à direita, sobre fundo branco, simbolizando a importância das charqueadas na formação da cidade, a figura em marrom de um bovino (na primeira versão essa figura era verde); abaixo, à direita, sobre fundo azul, a figura em branco do Obelisco, monumento que representa em Pelotas o ideal republicano; abaixo, à esquerda, sobre fundo branco, a figura em verde da Rosa, monograma que simboliza a Ordem de São Francisco de Paula (no seu interior, as iniciais SFDPC significam São Francisco de Paula Caritas — caridade); finalmente, ao centro, em vermelho, a Cruz de Malta, em homenagem à **colonização** portuguesa. Por solicitação do então prefeito, João Carlos Gastal, o vencedor do concurso encarregou-se de fazer a bandeira do município, composta por três faixas no sentido vertical, duas laterais de cor azul e uma central de cor branca, sobre a qual foi inserido

o brasão municipal. A bandeira foi instituída oficialmente pela lei nº. 1.119 de 1962.

Fontes.— Decreto nº. 427 de 30 de dezembro de 1961, Lei nº. 1.119 de 1962, Lei 3.463 de 1991, art. 1º e 2º; acervo pessoal de Arthur Henrique Foerstnow; <http://www.pelotas.rs.gov.br> – acesso em 12.08.2009.

(Fernanda Oliveira da Silva)



Caixa d'água na Praça Piratinino de Almeida

Café Aquário. Em janeiro de 1942 foi inaugurado o Palácio do Comércio – sede da Associação Comercial de Pelotas –, construção moderna e sofisticada, executada pelos engenheiros construtores Azevedo Moura & Gertum, de Porto Alegre. Compôs-se de nove andares destinados a firmas comerciais, escritórios e consultórios, além de quatro apartamentos residenciais em cada pavimento. No seu andar térreo, em uma ampla loja de esquina, na Rua Quinze de Novembro com Sete de Setembro, nesse mesmo ano inaugurou-se uma filial do Café Nacional. Essa empresa porto-alegrense, de propriedade da família Silveira Neto, possuía sucursais nas cidades de Pelotas, Rio Grande, Bagé e Santana do Livramento, num total de 17. Em Pelotas as dependências do Café Nacional, até então, ficavam na Rua Marechal Floriano entre a Praça Coronel Pedro Osório e a Rua Andrade Neves. Foi fechada esta sucursal, logo após a inauguração da espaçosa loja no Palácio do Comércio, e o nome Café Nacional manteve-se ainda por algum tempo nos registros da empresa; popularmente, porém, o estabelecimento desde cedo começou a ser chamado de Café Aquário. O apelido justifica-se: o Café exibe uma fachada toda de vidro, nas duas esquinas ocupadas pelo prédio, o que faz lembrar imediatamente um aquário. De dentro os frequentadores podiam ver e ser vistos pelos transeuntes. De forma especial, os jovens fregueses podiam assistir ao *footing* das moças na calçada em frente. Fernando Melo, numa novela escrita em 1948, já se refere à prevalência do nome Aquário sobre a denominação Café Nacional. No final dos anos 1940, a sociedade anônima que explorava o Café foi dissolvida, passando a propriedade de algumas sucursais aos respectivos gerentes. Um novo proprietário registrou a empresa como Café Aquário, e um próximo como Aquário's, utilizando-se do apóstrofo característico do idioma inglês. Desde que foi fundado, o Café tornou-se ponto de referência obrigatório no centro da cidade, não só por sua localização (na movimentada Rua Quinze), como também por consolidar uma tradição, entre moços e senhores, de frequentarem cafés, que eram muitos, sobretudo no eixo principal do perímetro urbano. Pelotas teve, por exemplo, o Café Santos, o Lamego, o Java, o Orosi, o Jockey Club. Desde o início, o Aquário foi frequentado principalmente por comerciantes e profissionais liberais, que possuíam seus escritórios nas proximidades e desfrutavam de maior prestígio social. Outros cafés possuíam uma clientela mais modesta, como o Orosi. O Café Aquário resistiu ao tempo, ao contrário de seus concorrentes, que foram sucumbindo nas décadas seguintes. Ainda hoje consegue manter muitas de suas características originais. É um dos principais pontos de encontro da cidade: aliando tradição e bom atendimento, este símbolo da convivência urbana pelotense é uma das marcas mais fortes do moderno calçadão da Quinze.

Fontes. — “Emprestando à “urbs” o traço característico dos grandes centros”. *Diário Popular*, 25 de janeiro de 1942; Hofmeister, Carlos Frede-

rico Neto. “Cafés: tradição humanista que a cidade perdeu”. *Correio do Povo*, 5 de setembro de 1982; Magalhães, Mario Osorio. “A esquina dos ventos uivantes”. *Diário Popular*, 25 de novembro de 2007; Entrevista com o sr. Flávio Alberto Silveira Neto, 11 de janeiro de 2008.

Bibliografia.— Melo, Fernando. *Fios telefônicos*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária – UFPel, 1996.

(Vanessa Devantier)

Caixa-d’água. A caixa-d’água em ferro, localizada na Praça Piratinino de Almeida, foi importada pela Companhia Hidráulica Pelotense, em 1875, para fazer parte do primeiro sistema de abastecimento de água da cidade. Esse reservatório, projetado pela empresa Hanna Donald & Wilson da cidade de Paisley, Escócia, com a técnica da pré-fabricação em peças basicamente de ferro fundido, revela um elevado nível de precisão dimensional dos elementos modulados. Sua planta é em coroa circular, de forma cilíndrica, com capacidade para armazenar 1.500 m³ de água e com a caixa elevada sobre quarenta e cinco colunas. No topo existe um mirante, composto de colunas e cúpula de ferro fundido, apoiado na estrutura central da caixa (sob a vigilância de um guarda, permitia-se que o público, do alto desse mirante, contemplasse a cidade). A escada de acesso ao interior da caixa e do mirante é de ferro fundido, sob forma helicoidal e implantada no centro. A caixa é ornada por consoles, grades, molduras e arcos em ferro fundido. O conjunto veio de navio, em várias peças, junto com o engenheiro encarregado de coordenar os trabalhos de montagem. Para conduzir todo o material, a Companhia Ferro Carril teve que estender trilhos de trem por um longo trecho, do porto até a praça. Em maio de 1875, o reservatório começou a ser erguido no então Largo da Caridade, sendo as obras concluídas em setembro desse ano. Na edição de 13 de julho do **Correio Mercantil**, o jornalista Antônio Joaquim Dias já tecia elogios ao empreendimento da Companhia Hidráulica Pelotense: “No largo da Santa Casa de Misericórdia, ergue-se altivo e majestoso o edifício de ferro destinado a reservatório d’água da Companhia Hidráulica Pelotense. É uma obra imponente, um monumento de arte e de subido valor [...]”. Segundo Geraldo Gomes da Silva, a caixa d’água de Pelotas é um dos mais importantes monumentos em ferro do Brasil. Constitui-se em um dos quatro bens arquitetônicos da cidade que já foram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Ministério da Cultura. Está registrado no Livro de Belas Artes, sob a inscrição n.º. 561, processo 1064-T-82, com data de 19 de julho de 1984.

Fonte.- *Correio Mercantil*, 13 de julho de 1875.

Bibliografia.— Silva, Geraldo Gomes da. *Arquitetura do ferro no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1987; Xavier, Janaina Silva. *Chafarizes e Caixa d’Água de*

Pelotas: Elementos de modernidade do primeiro sistema de abastecimento de água (1871). UFPel: Pelotas, 2006. Monografia (Especialização em Artes: Patrimônio Cultural e Conservação de Artefatos).

(Janaina Silva Xavier)

Câmara Municipal (1832-1889). Decreto provincial de 7 de dezembro de 1830 outorgou a **Pelotas** a condição de município, desmembrando o seu território do município de Rio Grande. Essa nova unidade administrativa, sob a denominação de **Vila** de São Francisco de Paula, só seria instalada, porém, em 7 de abril de 1832, inaugurando-se um pelourinho na praça principal, como símbolo de autonomia judiciária, e uma câmara administrativa, no entorno da mesma praça, para exercício dos outros dois poderes, legislativo e executivo. Sabe-se que, no período imperial, atribuía-se às câmaras municipais a responsabilidade não só de legislar, mas de executar as leis, e esta função competia, de forma específica, ao seu presidente — em regra, o vereador mais votado de todos os sete, de início, e depois nove, a partir de 1845, que compunham a Câmara. Entre 3 de maio de 1832 (dia da instalação da primeira Câmara) e 15 de novembro de 1889 (dia do golpe militar republicano), houve em Pelotas 16 legislaturas. Registre-se que, entre 4 de fevereiro de 1836 e 15 de abril de 1844, esse órgão deliberativo permaneceu fechado, em consequência da **Revolução Farrroupilha**; mas reabriu, como se pode verificar pela data, dez meses antes da assinatura da paz de Ponche Verde. Foram presidentes da Câmara Municipal de Pelotas, no período monárquico, os seguintes vereadores, aqui relacionados por ordem cronológica com as respectivas datas em que tomaram posse — quando só há indicação do ano é porque a investidura se verificou em 16 de março: Manuel Alves Morais (3 de maio de 1832), Alexandre Vieira da Cunha (1833), Alexandre Vieira da Cunha, reempossado para mandato provisório (15 de abril de 1844), João Jacinto de Mendonça (1845), Joaquim José Afonso Alves (1849), Amaro José de Ávila Silveira (1853), Serafim José Rodrigues de Araújo (1857), Antônio Raimundo de Assumpção (1861), Joaquim Vieira da Cunha (1865), João Chaves Campello (1869), João Teodósio Gonçalves (1873), João Teodósio Gonçalves, reeleito (1877), Leopoldo Antunes Maciel (9 de novembro de 1878), Antônio Francisco dos Santos Abreu (1881), Aníbal Antunes Maciel (1883, substituído no final desse ano por Bernardo José de Souza) e Artur Antunes Maciel (1887). No decorrer desses 57 anos, a administração política local teve quatro endereços: a partir de 1832, Praça da Regeneração, à esquerda do Teatro Sete de Abril (atual Edifício Sulbanco); a partir de 1868, Praça Pedro II, à direita do Teatro (atual Edifício Del Grande); a partir de 1876, Félix da Cunha esquina Praça Pedro II (Quartel dos Farrroupilhas, também chamado de **Casa da Banha**); e a partir de 1880, Praça Pedro II esquina Sete de Julho (atual Prefeitura). Regeneração e Pedro II foram as denominações

que serviram para identificar, no período, o mesmo logradouro público: a atual Praça Coronel Pedro Osorio.

Bibliografia.— Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*, 1º vol., 3ª edição. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997.

(Mario Osorio Magalhães)

Câmara Municipal (1936-2010). Conselho Municipal foi a designação escolhida pela constituição rio-grandense de 1891 para identificar o legislativo de cada município gaúcho durante a vigência da **República**. Mas a partir da constituição federal de 1934 restaurou-se a antiga denominação do período monárquico, que se mantém até hoje: Câmara Municipal. Em Pelotas, a primeira legislatura a funcionar nesse período tomou posse em 2 de janeiro de 1936 e teve como presidentes Antônio Augusto Assumpção Júnior, Fermiano Ramos Soares e Nelson Ferraz Viana. Seu mandato deveria encerrar em 1939, porém foi dissolvida antes, com o advento da ditadura getulista em 10 de novembro de 1937. Retornando o país ao regime democrático, promulgou-se a constituição federal de 1946; no ano seguinte, constituiu-se o legislativo pelotense para o período de 1948 a 1951, que esteve sob a presidência de Ariano de Carvalho, José Ottoni Xavier e Alvacyr Faria Collares. Desde então e até os dias de hoje, foram os seguintes os presidentes da Câmara Municipal de Pelotas: Alvaro Barcelos, Francisco Ribeiro da Silva e Rubens de Oliveira Martins (1952-1955); Jaime Gonçalves Wetzel (1956-1959); Wolney da Silva Vieira e Celso Garcia d'Ávila (1960-1963); Wolney da Silva Vieira, José Pederzolli Sobrinho e Neri Silveira Dias (1964-1968); Teófilo Alves Galvão e Mansur Macluf (1969-1972); Mansur Macluf, Getúlio Lima e Pedro Bachini Sobrinho (1973-1976); Elberto Madruga, Paulo Aci Teixeira, Francisco de Paula Moraes, José Karini, Teófilo Salomão e Pedro Machado Filho (1977-1982); Uil Dias, Mansur Macluf, Edmundo Wendt, Marciolino Mena e Mário Silveira (1983-1988); Rubens Ávila Rodrigues, Ivan Aune e Ricardo Nogueira (1989-1992); Nelson Harter Filho, José Artur Ávila Dias e Virgínia Fetter Gomes (1993-1996); Ademar Fernandes de Ornel, Edmar Campos, Flávio Coswig e Otávio Martins Soares (1997-2000); Otávio Martins Soares e Ademar Fernandes de Ornel (2001-2004); Pedro Godinho da Silva, José Sizenando dos Santos Lopes e Otávio Martins Soares (2005-2008); Adalim Meeiros (2009) e Milton Martins (2010).

Fonte.— <http://www.camarapel.rs.gov.br>. Acesso em 12.08.2009.

Bibliografia.— Etcheverry, José. *O poder legislativo pelotense* (mimeografado). Pelotas, 1990.

(Vanessa Devantier)

Canal de São Gonçalo. Fisicamente o Canal de São Gonçalo destaca-se por fazer a ligação entre a Laguna dos Patos e a Lagoa Mirim. Anteriormente, foi chamado de rio São Gonçalo e de Sangradouro da Mirim. Na sua margem, no antigo **Passo dos Negros**, foi estabelecido o primeiro projeto de núcleo urbano da atual cidade de **Pelotas**, logo rechaçado pelas justificativas do mau cheiro exalado pela produção do charque, assim como pelo interesse na especulação de lotes mais ao norte daquela região. Pelo leito deste Canal é que eram levadas e trazidas as mercadorias da cidade de Pelotas, principalmente aquelas relacionadas aos saladeiros. Durante o século XIX, devido ao grande volume de bancos de areia no canal de São Gonçalo, a cidade enfrentava muitas dificuldades nas atividades de navegação. Estas dificuldades estavam relacionadas à inexistência de um porto capacitado para receber navegações de grande porte, ocasionando dependência das cidades de Rio Grande e São José do Norte para a remessa da produção ao restante do país e do mundo. Desde o princípio do século XIX, a elite charqueadora já pensava em um projeto de desobstrução desse canal, mas, devido aos conflitos causados pela **Revolução Farroupilha**, esse projeto só se efetivou na década de 1870. Para tanto, foi fundada a Companhia de Desobstrução do Canal de São Gonçalo, que conseguiu do governo da Província a garantia de juros de 8% sobre o capital empregado, que foi cerca de 500 contos de réis divididos em cinco mil ações. Para o financiamento dos gastos, foi criado um imposto especial sobre as mercadorias exportadas por Pelotas para a desobstrução da barra. A empresa iniciou seus trabalhos em 1869 e os concluiu, em relação ao São Gonçalo, em 1882, embora não tenha cumprido a abertura do canal na largura contratada. A importância histórica desse canal encontra-se em ter sido fundamental na instalação da cidade de Pelotas, ser local de estabelecimento de algumas **charqueadas**, além de ter sido palco de importantes episódios militares no início da Revolução Farroupilha. Destacou-se, entre estes, o combate do dia 2 de junho de 1836, de que participou a barca Liberal, construída em Pelotas, fato que assinala a inauguração do emprego, na história militar do Brasil, de embarcações a vapor em operações de guerra.

Bibliografia. – Gutierrez, Ester. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Editora Universitária da UFPel, 2001; Moreira, Ângelo Pires. *Pelotas na tarca do tempo*, 3º vol. Pelotas: s. ed., 1990; Rosa, Mário. *Geografia de Pelotas*. Pelotas: EdUFPel, 1985.

(Caiuá Cardoso Al-Alam)

Canalete. Em 1927, o engenheiro sanitarista Saturnino de Brito apontou em seus estudos a existência de uma sanga na Rua General Argolo que resultava em frequente inundação, alagando a rua em “torrentoso esgotamento”. Diante do problema, sugeriu: “Preferimos os canaletes abertos às galerias, quando se tenham de esgotar águas pluviais

volumosas. Podem constituir, quando bem tratados, elementos decorativos das ruas, com as pequenas pontes, passadiços e jardineiras [...] Façamos então um canaleta.” A obra começou a ser realizada em abril de 1928, mas avançou lentamente, devido à dificuldade de continuar os trabalhos na estação chuvosa e à insuficiência de pessoal. Por isso, em 30 de junho desse ano, apenas 170 metros do canaleta estavam prontos. A ideia causou descontentamento e reclamações na imprensa local: alegava-se que uma galeria subterrânea seria mais conveniente e que, por ser plana a rua, o canaleta praticamente não teria declive. Saturnino rebateu as críticas, afirmando que as galerias subterrâneas ocasionavam obstruções e que a inclinação do canaleta era suficiente para manter o escoamento necessário. Posteriormente, uma vez concluída a obra, foram feitas medições durante os períodos de precipitação, comprovando-se a sua eficácia na drenagem. O canaleta começava, de início, na Rua Marechal Deodoro esquina Padre Felício, dobrando perpendicularmente na Rua Argolo até desaguar no Canal do Pepino. No ano de 1970, o trecho da Marechal Deodoro começou a ser fechado, permanecendo apenas o da Argolo a partir da esquina com a Rua Andrade Neves. Tem 1,60 metro de altura por 2,10 metros de largura e o seu contorno é preenchido por floreiras em cimento, decoradas com folhas de acanto e tulipas.

Fontes.— Brito, Saturnino Rodrigues de. *Saneamento de Pelotas* (relatório apresentado ao Governo do Estado). Pelotas: 1927/1929; *Saneamento de Pelotas - novos estudos*. (relatório apresentado a Prefeitura de Pelotas pelo Escritório Saturnino de Brito). Pelotas: 1947.

(Janaina Silva Xavier)

Carnaval. Nos idos de 1810, o viajante inglês John Luccock descreveu a folia em Rio Grande, quando o território hoje ocupado por Pelotas fazia parte daquele município. Entretanto, o que existe de permanente nessa manifestação é o calendário (comemora-se antes da quaresma), o espírito de festa e a prioridade dada à rua como espaço privilegiado, pois o modo de comemorá-la modificou-se substancialmente no tempo. De modo simplificado, pode-se dizer que o Carnaval pelotense começou como Entrudo, a exemplo do que ocorreu no país inteiro: um festejo de origem ibérica, realizado prioritariamente nas ruas e que consistia no fato de as pessoas jogarem água, farinha e perfume umas nas outras. Ele passou a ser considerado como brutal, bárbaro e indesejável, principalmente pela **imprensa** e pela elite, sendo suplantado paulatinamente por uma nova forma de comemoração, o Carnaval, que o substituiu até mesmo como identificação da folia. Esse processo transcorreu entre 1850 e 1880, embora o Entrudo só tenha desaparecido totalmente no início do século XX. O Carnaval, de origem italiana e francesa, pode ser sintetizado no préstito — o desfile de carros alegóricos, os quais fazi-

am crítica social, homenagens e humor — e no baile de salão, inicialmente de fantasias e máscaras. Luxuoso, refinado e elitizado, muito em função do custo para participar da festa, o Carnaval também se distingue do Entrudo pela formalização e o espírito de exibição. Pelotas vivenciou um apogeu tardio do Carnaval ao estilo veneziano, na década de 10 do século XX, quando **Brilhante** e **Diamantinos**, entidades formadas pela burguesia local, rivalizaram na promoção de desfiles de carros alegóricos, bailes de salão e uma série de eventos artísticos e culturais ligados à festa, como a Coroação da Rainha, realizada em teatros locais, a encenação de operetas e a apresentação de Estudantinas. Tais desfiles prosseguiram até os anos 1930, também com novas entidades, como: Fantoches e Atrazados. No final da década de 10 do século XX começaram a se estruturar as primeiras entidades formadas por outros estratos sociais, em especial os de origem afro, como Depois da Chuva, Chove Não Molha, Fica Ahí Pra Ir Dizendo, as quais se tornariam protagonistas da folia nos anos 1920, ao lado dos chamados blocos. Era o princípio de uma apropriação e rearticulação do Carnaval pelos elementos populares e que fariam a festa brasileira e pelotense, em particular, diferenciar-se drasticamente do modo de comemoração existente em outros países, como Uruguai ou Argentina. Classificados como cordões ou ranchos, e seguindo o que ocorrera no Rio de Janeiro, essas entidades seriam o embrião das **escolas de samba**, que surgiram na cidade nos anos 1950, como General Osório e General Telles, às quais se somaram, nas décadas seguintes, entre outras, Estação Primeira do Areal e Unidos do Fragata. Paralelamente a esse processo, tornaram-se famosos os blocos com denominação de animais (Girafa, Camelo), ao lado de blocos infantis e de homens vestidos de mulher, os quais proliferaram desde os anos 1920 e recuperaram o antigo espírito do Entrudo. A Girafa da Cerquinha, fundado em 1940, atualmente é o bloco mais antigo do Brasil em funcionamento.

Bibliografia.— Barreto, Álvaro. *Dias de Folia: o Carnaval pelotense de 1890 a 1937*. Pelotas: EDUCAT, 2003.

(Álvaro Barreto)

Carruagens fúnebres. O Livro de Atas da **Santa Casa de Misericórdia** revela que em 1853 o senhor Custódio Manuel Vieira de Araújo fez um donativo de 600 mil réis “para aplicar em carro fúnebre”, imediatamente encomendado do Rio de Janeiro. No ano seguinte já se encontrava em atividade, “com boleiro próprio e animais de tração”. É esta a origem da chamada Carruagem Nobre — tratada pela Mesa Administrativa do hospital como “carro de luxo”, destinado aos “que possam pagar”. Nessa ocasião a Santa Casa funcionava num antigo armazém, localizado à Rua São Jerônimo, hoje Marechal Floriano. Em 1861, ao ser lançada a pedra fundamental do novo prédio, na atual Praça Piratinino de Almeida, previa-se o “erguimento de duas cocheiras para os carros

fúnebres”, uma vez que se esperava a carruagem “para anjinhos”, já encomendada, e “que deveria aumentar a renda do campo santo” (em 1855 foi inaugurado o **cemitério** da instituição, no bairro Fragata). Sobrevivem ainda hoje essas duas carruagens, depositadas em estado precário num prédio da Prefeitura. Mas houve outras; pelo menos mais três, segundo as atas da Santa Casa: uma mais “ao alcance dos modestos meios da população”, uma “para servir de graça à pobreza” e uma “para enterramento de escravos”. A Carruagem Nobre e a Carruagem dos Anjinhos (que serviu não só para o enterro de crianças: também de mulheres solteiras) sobrevivem graças a dois fatores: a qualidade do material com que foram construídas e a circunstância de terem permanecido em atividade, ainda que esporádica, até os anos 1960. Em 1972, embora desativado, o carro de luxo percorreu com os restos mortais de dom Pedro I as ruas de Porto Alegre; em 1993, com os despojos do general Osorio, as ruas de Pelotas; participou como figurante, ainda, numa minissérie de televisão, baseada num romance de Erico Veríssimo.

Fonte.- Atas da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, 1853 e 1861.

Bibliografia.- Ferreira, Fernanda Brauner. *Carruagens fúnebres: pensando a conservação de um patrimônio cultural pelotense*. Pelotas: UFPel, 2003. Monografia (Especialização em Patrimônio Cultural); Nascimento, Heloísa Assumpção. *Histórico da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas*. Pelotas: s. ed., 1987.

(Mario Osorio Magalhães)

Casa da Banha. Estar vinculada a uma família representante do poder imperial na fronteira sulina, defensora dos legalistas, opositora dos farroupilhas, favoreceu a entrada da chamada Casa da Banha na história local, regional e nacional. No início do movimento, João Francisco Vieira Braga, futuro Conde de Piratini, apoiou Antônio Rodrigues Fernandes Braga, genro de sua irmã e presidente da Província. João Francisco convenceu a **Câmara Municipal** de Pelotas a se declarar pelo Império e ajudou Fernandes Braga na fracassada tentativa de levantar um exército monarquista no sul da Província. Em seguida, embarcaram juntos para o Rio de Janeiro, onde João Francisco ficou até a vitória imperial. Teve uma de suas propriedades — a Estância da Música — confiscada pelos farrapos, recebendo-a de volta, bastante decaída, ao fim da guerra. Os fatos ocorridos no sobrado de seu cunhado João Rodrigues Ribas em Pelotas foram muito semelhantes. Em 1836 a casa funcionava como quartel legalista, sob o comando do major Manuel Marques de Souza, futuro Conde de Porto Alegre, e era usada como depósito de armamentos e de munições. No dia 7 de abril, chefiados por João Manuel de Lima e Silva, os farroupilhas sitiaram o sobrado por vários dias, à espera da capitulação pela sede e pela fome. Como a sujeição não

acontecia, cercaram o edifício com barris de pólvora, e os sitiados, imediatamente, entregaram a posição. Sucessivamente, durante a **Revolução Farroupilha**, o sobrado, por ter uma localização estratégica, trocou de mãos — assim como a cidade, situada entre a capital, Porto Alegre, e Rio Grande, único porto marítimo da Província. Em 1861, o sobrado, à Rua Félix da Cunha esquina Praça Coronel Pedro Osório (então Rua do Comércio esquina Praça da Regeneração); a casa térrea contígua e uma “meia água”, na esquina com a Rua Anchieta — onde seria construída a atual sede do **Clube Caixeiral** — foram inventariados entre os bens de João Rodrigues Ribas. João era Veador de Sua Majestade Imperial, título honorífico que se encontra entre os maiores concedidos pela Casa Brasileira. Além disso, era comendador da Ordem Imperial da Rosa, juntamente com o irmão Domingos e o cunhado, João Francisco Vieira Braga (referido anteriormente). Depois, o sobrado passou à propriedade de Francisco Vieira Braga, advogado, casado com Cecília Ribas Braga, filha de João. Tiveram um único filho, Alberto Vieira Braga, engenheiro, falecido em 1904. Em 1878, o prédio foi alugado para o município, com o objetivo de sediar a Câmara de Vereadores. Em consequência de brigas eleitorais, uma de suas peças foi usada como prisão, em agosto desse ano, para o médico Miguel Rodrigues Barcellos, ex-vice-presidente do Rio Grande do Sul e presidente do Partido Conservador em Pelotas. A Câmara ali permaneceu até 1881, quando foi inaugurado o atual prédio da Prefeitura. Foi sede do jornal **Diário de Pelotas** até meados de 1889, ano do fechamento da redação. Com a República, nele funcionou o Colégio Salvador, dirigido por Bernardo Taveira Júnior, conhecido escritor, pioneiro na literatura gauchesca; a estação telegráfica; a União Republicana, fundada em 30 de setembro de 1888 — quando da Proclamação, no ano seguinte, contava com 150 associados. Durante a **Revolução Federalista**, de 1893, o sobrado foi prisão de maragatos. De 1892 a 1900, serviu de sede para a Igreja Anglicana, cuja capela tinha capacidade para abrigar 250 pessoas. O edifício ainda foi usado pela Sociedade Musical Euterpe, formada por jovens do comércio local, e pelo Clube Demócrito, um dos primeiros clubes carnavalescos do município. A partir de 1922, o sobrado foi residência dos recém casados Maria Augusta Simões Lopes e Afonso Gastal, artista e radioamador. Em 1926, Mário Cardozo Braga, Olga Cardozo Vieira Braga e Oscar Cardozo Vieira Braga venderam o sobrado, junto com outras duas casas térreas à Rua Félix da Cunha, para o **Clube Caixeiral**. Nessa data, foi realizada a transformação. A antiga linguagem da arquitetura luso-brasileira — com beirais, aberturas de arcos abatidos, postigos e janelas de guilhotinas — ganhou platibandas, decoradas com motivos geométricos, vergas retas, janelas de abrir e portas envidraçadas. Ao mesmo tempo, as alterações revelaram os últimos suspiros do patrimônio eclético e anunciaram os primeiros tempos do acervo moderno. Nessa intervenção, funcionalmente, o térreo, na frente Praça, foi destinado para dois armazéns; na Rua

Félix da Cunha, para duas residências, e a última porta que dá acesso à escada levava a uma terceira morada no pavimento superior, com dez dormitórios. O número exagerado de quartos reforça a hipótese de que abrigava moças que serviam aos divertimentos dos caixeiros. Em 1949, no primeiro pavimento foram mantidos os compartimentos comerciais e nos dois níveis as moradas foram transformadas em escritórios. Em 1992, as funções foram diversificadas: no térreo apareceu um açougue, uma vídeo-locadora, uma alfaiataria, um escritório; no piso superior, escritórios, depósitos, relojoaria. Popularmente, o sobrado ficou conhecido como Casa da Banha, devido ao nome de um açougue ali estabelecido na década de 1960. Em 27 de abril de 1999, este prédio foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE). Tem o registro no Livro Tombo de número 83 e a divulgação do reconhecimento no *Diário Oficial do Estado* de 5 de maio do mesmo ano. O ato aconteceu em decorrência do desabamento da cobertura do imóvel, em 2 de janeiro de 1998, ocasião em que o edifício estava alugado para vários prestadores de serviços. Em 2001, com recursos do estado do Rio Grande do Sul, o telhado foi recuperado. Permaneceu fechado até 2006, quando foi vendido à construtora do arquiteto e urbanista Ricardo Ramos, que promoveu a sua restauração. A história deste antigo sobrado confunde-se com a própria história da cidade e do Sul do Brasil. A diversidade de usos e de abandonos, a presença de nobres, de ricos, de militares, de presos políticos, de comerciantes, de prostitutas, de caixeiros, de pequenos prestadores de serviços, de religiosos, de artistas, de músicos, de carnavalescos, nos fala de economia, de sociedade, de política e de cultura.

Bibliografia.— César, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Porto Alegre: UCS/IEL, 1978; Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*, 2 vols. 3ª. Edição. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997/1998.

(Ester Gutierrez)

Casa de Correção. Uma Casa de Correção em Pelotas começou a ser construída em 1832, na Rua do Açougue (atual Barão de Santa Tecla) esquina Rua do Poço (atual Sete de Setembro). O projeto foi uma iniciativa dos políticos liberais da cidade, preocupados com a ordem das ruas e com a defesa das propriedades. Esses membros da elite acreditavam que as cadeias não podiam ser unicamente depósitos de condenados, e sim espaços de regeneração social dos ditos criminosos. Nesses espaços eles poderiam exercer ações ininterruptas sobre os indivíduos, através de uma disciplina incessante, construída a partir da prática do trabalho: por exemplo, em oficinas de marcenaria, de alfaiataria, sapataria etc. Desejava-se transformar os presos, na maioria escravos, libertos ou

brancos pobres, em operários dóceis e obedientes, objetivo que dificilmente seria conquistado, devido às péssimas condições das celas, que apresentavam sujeira, superlotação, calor e umidade exacerbantes, bem como as péssimas condições de saúde dos presos, devido à pouca ou nenhuma alimentação. Essa Casa de Correção nunca teve sua construção finalizada, tanto por falta de verbas como de iniciativas governamentais, sendo desativada na década de 1890.

Fonte.— Cunha, Alberto Coelho da. “Antigualhas de Pelotas”. *A Opinião Pública*, 5 de dezembro de 1928.

Bibliografia.— Al-Alam, Caiuá Cardoso. *A negra forca da Princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: edição do autor/Sebo Icária, 2008; Foucault, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

(Caiuá Cardoso Al-Alam)

Casa nº 2. Situada na esquina da Rua Lobo da Costa, a mais antiga das três casas que compõem o **conjunto neoclássico** da Praça Coronel Pedro Osório pertenceu originalmente ao grande proprietário de escravos, animais, terras, prédios e terrenos urbanos, construtor e charqueador José Vieira Vianna. Seu estabelecimento ficava à margem esquerda do arroio Santa Bárbara. A primeira anotação escrita encontrada sobre o sobrado é de 1854, data do inventário desse senhor. Talvez as características físicas originais do imóvel apresentassem a linguagem dos sobrados luso-brasileiros, com cunhal nos vértices, e soco, cimalha e beiras que acompanhavam os limites prediais dos terrenos. Funcionalmente, seguia os usos tradicionais, em que o pavimento superior era ocupado pela família senhorial e o térreo, pelos escravos e animais. Porém, apresentava melhorias: as cavaliças estavam localizadas mais afastadas do corpo principal assobradado e o seu acesso ficava na rua secundária, no limite do terreno, reduzindo assim os inconvenientes de compartilhar a mesma edificação com animais. Na fachada principal, no segundo piso, o volume apresentava um recuo em relação ao limite lateral, eliminando o problema das alcovas, ambientes sem iluminação e ventilação naturais. Depois, a moradia foi comprada por um rico senhor, dono de 150 trabalhadores cativos, provavelmente um dos maiores plantéis da fronteira meridional do Brasil, José Antônio Moreira, o Barão de Butuí. A casa passou a ser moradia de um de seus filhos, que teve com sua segunda esposa, Leonídia: Alfredo Gonçalves Moreira, casado com Mercedes Antunes Maciel, poeta e musicista, filha de Eliseu Antunes Maciel e Leopoldina da Rosa. Para receber o casal, a casa foi reformada pelo arquiteto José Isella. Do risco primitivo permaneceu uma camarinha e um grande frontão cimbrado, acompanhado de platibanda formada de balaustres e pilaretes que apóiam vasos de louça e escondem os telhados que conduzem as águas até às calhas e a seguir aos pluviais. No primeiro

piso, com exceção da porta principal de arco abatido, enfeitado com uma cártula com rolos, a simplicidade das molduras que acompanham as aberturas ainda deixa transparecer o tempo das construções coloniais. No segundo pavimento, no frontispício principal, as portas-janelas dos balcões, com gradis de ferro, são ornamentadas com pequenos frontões cimbrados e triangulares na face lateral. As janelas receberam a mesma ornamentação. A cada dois vãos, com capitéis coríntios, pilastras monumentais atravessam sem interrupção os pavimentos, reforçando as composições volumétricas. Alfredo Gonçalves Moreira fez política ao lado dos federalistas, conhecidos como “maragatos”, defensores do parlamentarismo e herdeiros do Partido Liberal do Império, partidários de Gaspar Silveira Martins e opositores dos “pica-paus”, defensores da república e do presidencialismo, liderados por Júlio de Castilhos. Em 1912, com a fundação da União dos Criadores, Alfredo passou a presidir a entidade, que unia frações de uma mesma classe dominante: criadores e **charqueadores**, cujo interesse comum era o processo de acumulação de capitais. Em 1917, nas eleições estaduais para a oitavalegislatura da Assembleia dos Representantes, Alfredo fez parte da chapa vencedora federalista. O palacete teve vários usos. Depois, o andar superior foi abandonado; o inferior, subalugado para pequenos comerciantes e prestadores de serviços. Passou pelas seguintes mãos: Arthur Gonçalves Moreira; Célia Botelho Moreira; Pedro Irigon Zabaleta; Inah Bordagorry de Assumpção Mello; APLUB (Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil) e, para evitar a sua demolição, a Prefeitura Municipal de Pelotas fez sua desapropriação em 10 de agosto de 1977. No mesmo ano, através da Lei Municipal 2.365 foi instalada a Fundação Museu de Pelotas e, sob a orientação do artista Adail Bento Costa, iniciadas as obras de restauração. Em 1980, com a morte de Adail, foi interrompida a reconstrução. Em 1987, com verbas do IPHAN, recuperaram-se as esquadrias e os pisos do segundo andar. Em 1996, através da participação da comunidade, novas intervenções foram realizadas. Em 1999, o IPHAN investiu na recuperação da cobertura, pisos, esquadrias e paredes. Entre janeiro de 2004 e novembro de 2005, com recursos do Programa Monumenta, as obras foram concluídas e o casarão passou a abrigar a Secretaria Municipal de Cultura e o Centro Cultural Adail Bento Costa.

Bibliografia.— Gutierrez, Ester J. B. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas. (1777-1888)*. Editora da UFPel, 2004; Chevallier, Ceres. *Vida e obra de José Isella: arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX*. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2002; Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*. 2 volumes, 3ª edição. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997/1998.

(Ester Gutierrez)

Casa nº6. Embora alguns histo-riadores atribuam a autoria do projeto de construção da casa ao arquiteto José Isella, não há documento que comprove essa afirmação. A casa de porão alto foi erguida em 1879 para ser residência de Leopoldo Antunes Maciel (1850-1904) e Cândida Moreira de Castro. Localizada no meio da quadra, o terreno tem forma de um “T” com a maior frente voltada para a Praça Coronel Pedro Osório e a menor, onde estavam situadas as cavaliças, no alinhamento predial da atual Rua Gonçalves Chaves. Na parte mais larga do lote, a planta simétrica tem forma de um “H”, o que corresponde a um afastamento de frente, no centro, e um pátio atrás, refletindo na fachada principal três blocos e permanecendo as alcovas. Na área mais estreita do terreno, unindo os dois volumes laterais, foram construídos os banheiros. Um pequeno pátio separa esse volume das cavaliças. Na parte da frente, com seus forros de gessos, estão as áreas sociais e íntimas. Na parte dos fundos, intercalados por um corredor transversal coberto por uma estrutura de ferro e vidro, os banheiros e serviços. O centro do “H” tem dois andares, com um pequeno recuo no segundo piso. É arrematado por um grande frontão triangular. Na parte mais alta do tímpano do frontispício, com ramagens nas laterais, uma gárgula ostenta em números arábicos a data 1879. Na base do triângulo, dois pedestais dão sustentação a duas estátuas de louça. No pavimento superior, três portas-janelas são sobrepostas por frontões ondulados e pilastras de capitéis compostos; fustes rusticados arrematam os cunhais. No térreo está a entrada principal. O acesso é realizado por duas escadas circulares em mármore com proteção de ferro decorado, de onde se chega a uma varanda coberta, sustentada por três arcos plenos (semi-circunferência), apoiados em quatro colunas da ordem composta, revestidas por escaiolas, que imitam o mármore. No nível do porão, junto à parede, uma fonte centralizada reforça, ao mesmo tempo, a simetria e o romantismo da entrada social. Nos avanços laterais, frisos horizontais marcam o porão, rusticado, e a platibanda, vazada por balaústres e pedestais, que apóiam esculturas. No nível principal, as portas-janelas têm balcões de ferro individuais que acompanham as curvas das sacadas. Nas esquadrias, na parte de cima, frontões triangulares interrompidos são sustentados por consoles, que formam almofadas ornamentadas com rosetas e motivos florais. Na parte de baixo, a decoração é completada com um mascarão. Filho de Eliseu Antunes Maciel e Leopoldina da Rosa, Leopoldo Antunes Maciel formou-se aos vinte anos pela Faculdade de Direito de São Paulo. Quatro anos depois, casou-se com Cândida Moreira de Castro, filha de José Antônio Moreira, o Barão de Butuí, com a sua primeira esposa, Mara Josefa de Castro. Em 1873, em prol dos caixeiros, conseguiu a aprovação de uma postura municipal determinando o fechamento do comércio aos domingos e dias santificados. Entre 1878 e 1882 foi vereador, sendo presidente da **Câmara** nos dois primeiros anos. Entre 1882 e 1883 as-

sumiu a vice-presidência da Província, exercendo a sua presidência interina em parte do ano de 1882. Em 1884, presidiu o Centro Abolicionista de Pelotas, exatamente quando os trabalhadores escravos começaram a ser emancipados (libertados mediante cláusula de prestação de serviços). No mesmo ano, recebeu o título de Barão de São Luís. Logo após a implantação da **República**, estando no Comando Superior da Guarda Nacional em Pelotas, organizou resistência ao novo regime, à frente de 1.200 homens, acampados no bairro Fragata; a cidade, na ocasião, encontrava-se ocupada pelo 18º Batalhão de Infantaria, fiel ao marechal Deodoro. Em 1892, apoiou a fundação do Partido Federalista. Morreu aos 54 anos de idade, de insuficiência renal. Mais tarde, passaram a viver na morada Otília Maciel e José Júlio de Albuquerque Barros, respectivamente filhos dos barões e baronesas de São Luís e do Sobral. Sobral fora **presidente da Província** do Rio Grande do Sul entre os anos de 1883 e 1885. José Júlio foi prefeito de Pelotas entre os anos de 1938 e 1944. Alugado à Prefeitura, o prédio, durante muitos anos, abrigou secretarias municipais. Desde 2005 está fechado. Com vistas à sua recuperação, destinado a integrar o Conjunto Arquitetônico Praça Coronel Pedro Osorio, formando o Complexo Turístico, Cultural e Administrativo do Município do Pelotas, dentro do Programa Monumenta, a Lei nº 5.250 de 2006 autorizou o município a permutar imóveis de sua propriedade com Maria Martins Antunes Maciel, Regina Martins Antunes Maciel e Carlos Martins Antunes Maciel, recebendo a Casa nº 6, de propriedade destes.

Bibliografia.— Gutierrez, Ester J. B. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas. (1777-1888)*. Editora da UFPel, 2004; Chevallier, Ceres. *Vida e obra de José Isella: arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX*; Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2002; Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*. 2 volumes, 3ª edição. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997/1998.

(Ester Gutierrez)

Casa nº 8. Alguns historiadores atribuem a autoria do projeto deste palacete ao arquiteto José Isella. Não há nada, porém, que a comprove. Localizada na esquina da Rua Barão de Butuí, a morada de porão alto foi construída em 1878 para ser residência de Francisco Antunes Maciel (1836-1917), filho de Eliseu Antunes Maciel e Leopoldina da Rosa. Francisco casou-se com Francisca de Castro Moreira, viúva de José Maria Chaves, filha do Barão de Butuí com sua primeira esposa, Mara Josefa de Castro. Ao lado de Silveira Martins, Francisco teve atuação de destaque no Partido Liberal; em 1882, pela primeira vez foi eleito deputado geral; entre 1883 e 1884, foi Ministro do Império no gabinete liberal presidido por Lafayette. Em 1888, durante o gabinete conservador presi-

dido por João Alfredo, foi líder dos liberais. De início, o gabinete tentou a emancipação gradual dos escravos, mas em seguida cedeu às forças abolicionistas, propondo a **Abolição** imediata, sem indenização. Com a **República**, Francisco aderiu à **Revolução Federalista** de 1893. Por conta disso, viveu algum tempo no exílio em Montevidéu. Entre 1906 e 1911, durante duas legislaturas, foi **deputado federal**. Em 1910, durante a Campanha Civilista, foi líder da minoria. Seu filho, Francisco Antunes Maciel Júnior (1881-1966), em 1906 assumiu a direção de *A Reforma*, órgão do Partido Federalista, que fazia cerrada oposição ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), dominante na política gaúcha durante toda a República Velha. Em 1915 foi eleito deputado federal, cargo que exerceu mais três vezes, a partir de 1921, de 1924 e de 1930. Em 1927, assumiu a direção de *O Libertador*, órgão oficial da Aliança Libertadora, que logo a seguir se transformou no Partido Libertador (PL). Em 1929, participou das negociações que levaram à união do Partido Libertador com o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) na Frente Única Gaúcha (FUG), constituída para dar apoio à candidatura presidencial de Getúlio Vargas. Em 1930, sendo **deputado federal**, participou da conspiração e do movimento armado que em outubro do mesmo ano levou Vargas ao poder. Logo, foi nomeado secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul. Em 1932 foi nomeado **ministro** da Justiça. Durante o Estado Novo, negou-se a ocupar cargo no governo. Entre 1946 e 1951, colaborou com o governo do general Eurico Gaspar Dutra. Em 1953, no segundo governo Vargas, foi nomeado diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), função que exerceu até 1960. A casa, que abrigou vários órgãos públicos, atualmente se encontra fechada. Internamente, os forros de marmorino, moldados manualmente, atribuem valor de raridade ao edifício. Alinhado na esquina, o prédio tem dois jardins, que dão acesso à moradia, e um pátio ao fundo, que fornece conforto natural a todos os ambientes. Em frente à Praça, na fachada principal, o acesso social se faz pelo recuo lateral que conforma um pequeno jardim. O jardim lateral divide a vivenda em dois blocos, o social/íntimo e o serviço. No bloco avançado, no frontispício principal, cinco portas-janelas e quatro pilastras dividem a superfície em três partes. As pilastras são da ordem compósita e o fuste é canelado. Sob as cornijas, as duas aberturas laterais têm frontões compostos com arranjos florais. As três aberturas centrais recebem frontões triangulares, suportados por consoles. A cada pilastra corresponde um pedestal na platibanda, vazada por balaústres nas laterais. O centro cego é decorado com motivos geométricos, sob a forma de losangos. Ocupando grande parte da fachada, o frontão é recortado e no seu tímpano vê-se o monograma da família, “AM”, adornado com uma estátua de louça em cada lado. No porão habitável, de paredes rusticadas, as gateiras correspondem uma a cada porta-janela. O bloco recuado tem dois andares e recebe tratamento discreto. As portas-janelas do térreo estão sobrepostas por almofadas

decoradas e as aberturas superiores apresentam pequenos frontões ondulados. A fachada lateral tem as três partes bem marcadas. O jardim central corresponde à parte de dois andares. As varandas são decoradas e protegidas por lambrequins confeccionados em madeira. Na esquina, ficam os ambientes sociais e íntimos e, no meio da quadra, os de serviço. O frontispício lateral recebeu ornamentação mais simplificada. O frontão é reduzido às pilastras centrais, que emolduram a abertura localizada no centro da composição do bloco principal. Cada abertura corresponde à platibanda vazada por balaústres e gateiras no porão; cada pilastra corresponde a pedestais ornados com vasos e estátuas próximas aos frontões. Sobre as aberturas estão almofadas decoradas. Na zona de serviço, a rusticação toma conta também da parede e das pilastras. As janelas dispõem apenas de molduras. Tudo o mais se repete. Com vistas à sua recuperação, destinado a integrar o “Conjunto Arquitetônico Praça Coronel Pedro Osorio”, formando o “Complexo Turístico, Cultural e Administrativo do Município de Pelotas”, dentro do Programa Monumenta, a Lei n.º 5.253 de 2006 autorizou o município a permutar imóveis de sua propriedade com Maria Alice Maciel Lafaiete, Maria da Glória Maciel de Mussnich e Maria Francisca Adamo Maciel, recebendo a Casa n.º 8, de propriedade destes. No último mês desse ano, o imóvel foi comprado pela UFPel.

Bibliografia.— Gutierrez, Ester J. B. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas. (1777-1888)*. Pelotas: Editora da UFPel, 2004; Chevallier, Ceres. *Vida e obra de José Isella: arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX*. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2002; Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*. 2 volumes, 3ª edição. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997/1998.

(Ester Gutierrez)

Catedral de São Francisco de Paula. Autorizada a criação da freguesia, em 7 de julho de 1812, dividiram-se as opiniões sobre o melhor lugar para a construção da igreja: um grupo defendia as terras do Laranjal, então propriedade de dona Isabel Francisca da Silveira; outro, a lomba que dominava a várzea, na atual região leste do centro da cidade, onde hoje é a capela de Nossa Senhora da Conceição, também conhecida como Capela do Asilo; e outros, enfim, onde se ergue atualmente a Catedral de São Francisco de Paula. A construção da igreja teve início em 1813 e, no final desse ano, foi dada por concluída, realizando-se a primeira procissão às vésperas do Natal. Foi seu primeiro pároco o vigário Felício Joaquim da Costa Pereira Furtado de Mendonça, irmão de Hipólito da Costa, o patriarca do jornalismo brasileiro. Em 1826, a igreja foi reconstruída, em razão do abalo ocasionado por um raio: praticamente edificou-se um novo templo, pelo lado de fora do primitivo, concluindo

do-se as obras em 1828. Já em 1821 fora aprovada, pela Mesa da **Irmandade**, com a significativa diferença de 21 votos a 6, a ideia de transferir a igreja matriz para o entorno da atual Praça Coronel Pedro Osorio. Depois de um intervalo, provocado pela **Revolução Farrroupilha** (1835-1845), no dia 10 de fevereiro de 1846 foi colocada a pedra fundamental do novo templo, em solenidade que contou com a presença do imperador Dom Pedro II e da Imperatriz. Essa igreja, que substituiria a existente, nunca passou, porém, dos alicerces. Seguiram-se várias modificações no prédio original, como a edificação do altar-mor, a construção dos consistórios e da torre, obras todas feitas entre os anos de 1847 e 1852. O cidadão que mais contribuiu com as doações foi Domingos de Castro Antiqueira, o Visconde de Jaguarí, que hoje está sepultado no interior da Catedral. No início do século XX, a igreja já apresentava a sua fachada atual, mas era ainda primitiva, com nave única, tribunas laterais, altar mor ao fundo e as duas torres, sendo que as fachadas laterais, de estilo colonial, estavam em desacordo com a fachada principal. Em 1910, tornou-se sede do Bispado, adquirindo a condição de Catedral. Só assumiu inteiramente o seu aspecto atual entre 1947 e 1948, quando o arquiteto Victorino Zani a reformou pela última vez, fazendo as fachadas laterais concordarem com a principal, aumentando a nave principal, construindo a cúpula e a cripta. Para a finalização vieram da Itália o pintor Aldo Locatelli e o decorador Emilio Sessa. Inauguradas na noite de Natal de 1950, as obras de decoração interior, realizadas por Sessa, e as pinturas de Locatelli, projetaram a Catedral internacionalmente. O templo mescla estilos arquitetônicos diferentes: seus vitrais com passagens bíblicas, seus altares de mármore vindos da Itália e seus belos afrescos formam um conjunto artístico admirável.

Bibliografia.— Moura, Rosa Maria Garcia Rolim de; Schlee, Andrey Rosental. *100 imagens da arquitetura pelotense*. Santa Maria: Pallotti, 1998; Nascimento, Heloisa Assumpção. *Arcaç de lembranças*. Porto Alegre: Editora Martins Livreiro, 1982.

(Angela Beatriz Pomatti)

Catedral do Redentor. Em 1892, chegaram a Pelotas o missionário John Gaw Meem e o catequista Antônio Machado Fraga, com o objetivo de implantar aqui uma Igreja Anglicana. Instalaram-na, primeiro, em salas emprestadas, como a loja de couros de José Fernando Duval, ou em casas das famílias que participavam do culto. O primeiro prédio alugado para abrigar os fiéis foi um sobrado da Rua General Osório, entre a General Telles e a Dom Pedro II. O primeiro culto realizou-se ali no dia 9 de outubro de 1892. Mais adiante, outros prédios serviram de sede para a Igreja Anglicana, inclusive uma das salas da **Casa da Banha**. Em 1906, John Meem conseguiu autorização superior para angariar fundos, no intuito de que se construísse uma igreja própria. Em 28 de

março de 1908 foi adquirido o terreno, na Rua Quinze de Novembro esquina General Telles. Por decisão da Junta Paroquial, a igreja seria construída segundo projeto e sob a própria administração do missionário Meem, que era formado em Engenharia Civil. Em 21 de outubro de 1908, lançou-se a sua pedra fundamental, inaugurando-se a obra menos de um ano depois, em 17 de outubro de 1909, sob o nome de Igreja do Redentor. Em estilo gótico, com 28 metros de comprimento por 11 de largura, possui uma torre de 27,5 metros de altura. É uma construção de nave única, salientando-se na fachada a torre do sino e, no seu interior, trabalhos em madeira. Seu sino é proveniente da Inglaterra; as janelas, de Nova Iorque. Como monumento arquitetônico, é um dos mais interessantes da cidade, graças sobretudo à vegetação que o cobre quase que totalmente. Essa vegetação adquire diferentes colorações ao longo do ano e fez a capela ser conhecida, popularmente, como “Igreja Cabeluda”. Em 1989, foi instalada a Diocese Anglicana de Pelotas, sendo o templo elevado à condição de catedral, sob o nome de Catedral do Redentor.

Bibliografia.— Moura, Rosa Maria Garcia Rolim de; e Schlee, Andrey Rosental. *100 Imagens da arquitetura pelotense*. Santa Maria: Pallotti, 1998; Rickhofel, Oswaldo. *Catedral do Redentor, Igreja Episcopal do Brasil*. Santa Maria, Pallotti, 1999.

(Angela Beatriz Pomatti)

Catolicismo. Por alvará de 7 de julho de 1812, o príncipe regente Dom João criou a paróquia de São Francisco de Paula, desligando-a da matriz de Rio Grande, com a devida confirmação eclesiástica do bispo do Rio de Janeiro, dom José Caetano da Silva Coutinho a 18 de agosto do mesmo ano. Tinha os seguintes limites: ao norte, com a freguesia de Canguçu; ao centro, com a Serra dos Tapes e Arroio Grande até sua barra no rio Camaquã; ao sul, com a freguesia de Rio Grande pelo canal de São Gonçalo; ao leste, pela Lagoa dos Patos; ao oeste, com Canguçu, pelo arroio das Pedras até sua foz no rio Piratini, e por ele abaixo até desembocar no São Gonçalo. Teve como primeiro pároco o padre Felício Joaquim da Costa Pereira, que ficou com a incumbência de escolher o local da igreja matriz e incentivar a sua construção. Na paróquia havia os seguintes sacerdotes: o pároco; o coadjutor, padre Francisco Florêncio da Rocha; padre Francisco Pereira, no oratório da Serra da Buena; padre Joaquim dos Reis, no oratório de José Tomás; padre Joaquim Correia, no oratório dos Barcelos; padre Antônio Pereira, no oratório do Pereira; padre Lourenço de Sousa, no oratório do capitão-mor Antônio dos Anjos; padre Roberto Antônio Gonçalves da Silva (irmão de Bento Gonçalves, futuro líder farroupilha), no oratório do Boqueirão; padre Francisco de Macedo, no oratório de dona Isabel Francisca da Silveira (Laranjal) e frei Manuel (franciscano), no oratório do Saco. Falecendo o

padre Felício no dia 11 de outubro de 1818, foi apresentado como novo pároco, a 26 de janeiro de 1820, o padre Manuel Antônio de Azevedo, o qual ficou na paróquia até 1826. Sabe-se que em 30 de agosto de 1824 benzeu a capela de Nossa Senhora da Luz, em fase de conclusão. Em 1822 foi nomeado coadjutor o padre Bernardino José do Espírito Santo Ferreira, sendo coadjutor deste período também o Pe. José Casanova y Thomaz, que benzeu o cemitério da freguesia. O padre Bernardino José Teixeira assumiu a paróquia em 1826, substituído em 1827 pelo padre Francisco Florêncio da Rocha, que ficou até 1829. O padre Manuel Antônio de Azevedo reassumiu e ficou até 1831 (quando foi suspenso pela Igreja, durante o período farroupilha, foi ser capelão das tropas imperiais, morrendo a 1º de setembro de 1851). O padre João Temudo Cabral Diniz assumiu a administração paroquial em 1831. Nesse mesmo ano o padre Francisco Florêncio da Rocha assumiu novamente e ficou até 1839. Em seguida foi nomeado o padre Jerônimo José Espínola, que morreu no cargo em 1845. Posteriormente, a paróquia foi atendida pelo padre José Dutra Lemos e depois pelo padre Joaquim Inácio Freire até a chegada do padre Antônio Augusto da Assunção e Sousa (1845-1846). De 1846 a 1847 paroquiou o padre João Batista Domingues, natural de Pelotas, substituído pelo padre Pedro Pierantoni, oriundo da Córsega (1847-1848). Seguiu-se o cônego Francisco Teodósio de Almeida Leme (1848-1851), paulista. A 1º de novembro de 1851 assumiu o padre Antônio da Costa Guimarães, que a dirigiu até a sua morte, em 1873. Teve vários coadjutores, entre eles o padre Nicolau de Gênova e o padre Francisco de Miranda Pinto. Dom Sebastião Dias Laranjeira (segundo bispo, na ordem cronológica, da diocese do Rio Grande do Sul) nomeou a seguir para Pelotas o padre Guilherme Pereira Dias da Cunha, recém chegado de Portugal, que foi exonerado em breve. Seu sucessor, o cônego Dr. Augusto Joaquim de Siqueira Canabarro, que pleiteou a **abolição** da escravatura, faleceu a 8 de dezembro de 1890. Em 15 de novembro de 1889, a **República** foi proclamada e o regime de padroado extinto por decreto do governo provisório. A evangelização deixou de ter a interferência do Estado e a Santa Sé começou a ajudar mais diretamente a Igreja brasileira, a qual terminou o período imperial com apenas 10 dioceses. Foi neste momento que ocorreu a fundação da Diocese de Pelotas, em 15 de agosto de 1910, pelo papa São Pio X. A área geográfica abarcava o que hoje constitui as dioceses de Pelotas, Rio Grande e Bagé. As paróquias que a compunham eram: Nossa Senhora das Graças (Arroio Grande), Santa Isabel (Passo dos Canudos), São Sebastião (Bagé), Nossa Senhora da Luz (Pinheiro Machado), Nossa Senhora da Conceição (Canguçu), Nossa Senhora do Rosário (Cerrito), São João Batista (Herval), Divino Espírito Santo (Jaguarão), Santo Antônio (Lavras), São Luiz (Mortardas), São Francisco de Paula (Catedral - Pelotas), Santo Antônio (Boa Vista), Nossa Senhora da Conceição (Piratini), Nossa Senhora da Conceição (Estreito), Nossa Senhora da Penha (Quinta), São Pedro (Rio

Grande), São José (São José do Norte), São Lourenço (São Lourenço do Sul), Nossa Senhora da Consolação (Boquete), São João Batista (Reserva), Nossa Senhora da Conceição (Boqueirão), Santa Vitória (Santa Vitória do Palmar), Nossa Senhora da Conceição (Taim) e São José do Patrocínio (Camaquã). O primeiro bispo foi dom Francisco de Campos Barreto, que logo remodelou a diocese de acordo com as necessidades pastorais, criando novas paróquias em Pelotas: desmembrou a Catedral em Nossa Senhora da Luz (1912), Sagrado Coração de Jesus (1912) e Sant'Anna (1916), e em Rio Grande criou a Nossa Senhora do Carmo e – anexando outras – a paróquia São José do Patrocínio a São Feliciano no arcebispado, o Estreito a São José do Norte, o Taim a Santa Vitória, o Boquete e Boa Vista a Nossa Senhora da Luz, o Boqueirão e a Reserva a São Lourenço e a Santa Isabel a Arroio Grande. Dom Barreto foi transferido em 1920 para a Diocese de Campinas, para substituir dom Nery, que havia falecido. Para o lugar de bispo diocesano de Pelotas foi nomeado dom Joaquim Ferreira de Melo, natural do Crato, no Estado do Ceará. Este foi nomeado pelo papa Bento XV em 15 de março de 1921 e sagrado no dia 18 de setembro do mesmo ano. Chegou à Diocese de Pelotas através da cidade de Rio Grande, fez viagem de trem especialmente colocado à disposição pelo governador Borges de Medeiros. A realidade pastoral de Pelotas não era nada fácil. Dom Joaquim deparou-se com a falta de um elemento fundamental, o sacerdote. Para isto dedicou o seu bispado à construção do Seminário Diocesano São Francisco de Paula. Em 31 de maio de 1939, foi emitida uma circular, avisando que o seminário começaria a funcionar sem maiores festividades porque a construção do prédio ainda não estava acabada. Dom Joaquim nasceu em 31 de agosto de 1873 e faleceu em 22 de setembro de 1940. O terceiro bispo da diocese de Pelotas, D. Antônio Zattera, nasceu em Garibaldi, no Estado do Rio Grande do Sul. Foi eleito bispo em janeiro de 1942, quando era pároco de Bento Gonçalves. Em 31 de maio do mesmo ano foi sagrado no cargo, tomando posse em 9 de julho. Dom Antônio deixou marcas muito significativas, não apenas para os católicos, dos quais era pastor, mas também para os pelotenses de maneira geral. Em 1943, promoveu a fundação da paróquia São José no Fragata, em 1956 da paróquia Santa Teresinha do Menino Jesus nas Três Vendas, em 1958 da igreja Santo Antônio no Laranjal, em 1959 da paróquia Nossa Senhora Aparecida no bairro Simões Lopes, em 1965 da paróquia Nossa Senhora de Fátima no bairro Fátima e, por último, em 1970, o Santuário de Adoração Perpétua, no centro da cidade. A ereção do Instituto de Menores em 26 de março de 1944 foi um evento importante: há muito se tentava articular tal instituição, e a participação de Dom Antônio foi decisiva ao convocar os diversos segmentos católicos para ajudar a angariar fundos. No campo educacional, dom Antônio deixou também sua marca com o decreto episcopal de 7 de setembro de 1956, criando o Colégio Diocesa-

no, que serviu para atender à demanda das populações da Várzea. Em 7 de outubro de 1960, por decreto do então presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi criada a primeira universidade do interior do Rio Grande do Sul: a **Universidade Católica Sul-Riograndense de Pelotas** (era sul-riograndense porque abrangia, também, faculdades em Bagé e Rio Grande). Como dom Antônio era muito ocupado, em 1966 foi nomeado um bispo auxiliar, dom Angelo Mugnol, o qual ficou até 1969, quando foi eleito segundo bispo diocesano da Diocese de Bagé, criada em 25 de junho de 1960, sendo desmembrados da Diocese de Pelotas os municípios de Bagé, Pinheiro Machado e Lavras do Sul. O padre Jayme Henrique Chemello, então reitor do Seminário São Francisco de Paula, no mesmo ano de 1969 foi sagrado bispo auxiliar. Em 28 de setembro de 1977 a renúncia de dom Antônio foi confirmada pelo Vaticano. Dom Antônio nasceu em 25 de julho de 1899 e faleceu em Pelotas no dia 15 de outubro de 1987. No dia 29 de setembro de 1977 o cargo de bispo diocesano foi passado a dom Jayme Henrique Chemello, natural de São Marcos, Estado do Rio Grande do Sul, substituído em 2009 por dom Jacinto Bergman, natural de Alto Feliz, neste Estado.

Bibliografia.— Rubert, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul. Vol. I*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994; Rubert, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul. Vol. II*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

(Caio Oppa Ribeiro)

Cemitérios. Os cemitérios de Pelotas foram vários, segundo testemunho de Alberto Coelho da Cunha, em um de seus manuscritos. Para o autor o primeiro foi um “primitivo cemitério”, em local que depois passaria a se chamar Rua Santa Cruz e que teria iniciado suas atividades em 19 de outubro de 1812. A partir de 1814, com a finalização da obra da igreja, alguns enterramentos foram realizados em seu interior. Já entre os anos de 1820 até 1825, muitos sepultamentos passaram a ser feitos no que se denominou de Cemitério Detrás da Igreja Matriz (atual **Catedral São Francisco de Paula**), uma vez que a **Irmandade** do Santíssimo Sacramento havia mandado murar o terreno que ficava nos fundos da Igreja. Segundo o autor “durante este período nova praxe se estabeleceu: todos os sepultamentos passaram a ser feitos dentro dos muros: só por exceção, era efetuado algum no recinto da igreja”. Tendo em vista que a população crescia muito, houve a procura por um lugar mais afastado, que foi encontrado nas atuais Avenida Bento Gonçalves e Rua Almirante Barroso (antiga Rua do Passeio com Rua das Fontes). Este foi o cemitério principal da cidade entre os anos de 1825 e 1855, momento em que aconteceu a grande epidemia do cólera e que provocou a procura por um lugar ainda mais longínquo, junto à Estrada do Fragata. Tal empreendimento ficou a cargo da Irmandade da **Santa**

Casa, organizada desde 20 de junho de 1847. O terreno tinha 220 metros de frente pela estrada do Fragata e 440 metros de fundos “ao campo do Dr. Xavier” e desde o ano de 1855 até os dias atuais recebe a maior parte dos sepultamentos. Segundo o autor, houve também um cemitério na Luz. “Pelo que bem provável é que tal cemitério nunca passasse além das boas intenções de um projeto que por isso, nisso mesmo ficou”. No que diz respeito aos distritos, Cunha disserta sobre a existência de dois no 2º: Cemitério da Cruz e Cemitério Boa Vista, ambos públicos e leigos; no 3º distrito, quatro cemitérios católicos (Colônia do Retiro, Picada do Cerrito, Rincão do Andrade e Colônia Santa Isabel) e quatro protestantes (Colônia do Retiro, dois na Picada do Cerrito e um na Colônia Ramos) e no 4º distrito existiram cemitérios nas seguintes localidades: Serro da Buena, Passo do Valdez, Colônia São Domingos e Estação do Capão do Leão. Com relação ao 5º distrito, Cunha fornece dados sobre 22, entre públicos e particulares. Já no que diz respeito ao 6º, o mesmo autor revela a existência de 29, sendo a grande maioria de domínio particular.

Fonte.- Fundo Alberto Coelho da Cunha: Pasta ACC – 002.Arquivo da Bibliotheca Pública Pelotense.

(Lorena Almeida Gill/Micaele Irene Scheer)

Chafarizes. Em 1871, o governo da Província de São Pedro (atual Estado do Rio Grande do Sul) assinou um contrato com o Sr. Hygino Corrêa Durão para a implantação da Companhia Hidráulica Pelotense. O segundo artigo obrigava o contratante a instalar quatro chafarizes que possuíssem quatro torneiras, com candelabros para o serviço de venda de água diário e noturno. Os chafarizes deveriam ser em ferro, iguais aos da capital. Assim, o Relatório da Companhia Hidráulica Pelotense de 1872 informou: “acabam de chegar da Europa os modelos para chafarizes das Fundições Durenne de Paris [...]” Essa fundição localizava-se no departamento de Haute-Marne, na região da Champagne Ardenne, na França. Em 5 de abril de 1874, três dos quatro chafarizes foram entregues ao público, sob a responsabilidade de um guarda. Junto aos chafarizes existiam candelabros que iluminavam o local e permitiam servir à população durante a noite. Para evitar o acesso das pessoas, e como meio de proteção, a Companhia Hidráulica circundou as fontes com grades de ferro. Conforme o contrato da Companhia, a água era vendida a um custo de 20 réis o barril com 25 litros. O chafariz da Praça Pedro II (atual Coronel Pedro Osorio) foi o primeiro a ser colocado. Segundo ata da Câmara Municipal, o chafariz recebeu autorização para ser instalado no centro da Praça em 25 de junho de 1873. Em 1915, foi realizada a obra de levantamento da base do chafariz. Essa fonte é muito importante, pois seu modelo fez muito sucesso na Exposição Universal de Paris em 1867. Foi esculpida pelos artistas Jean Baptiste Jules Klag-

mann e Ambroise Choiselet. Na cidade de Pelotas ela é conhecida como Fonte das Nereidas. Das quatro fontes de Pelotas, essa é a mais rica em elementos. O corpo central, totalmente em ferro, é composto de vinte e dois esguichos, apresenta uma bacia superior com vinte pontos de saída de água e três conjuntos que totalizam doze bacias pequenas que funcionam por transbordo. O corpo central é ornado com uma grande diversidade de elementos, destacando-se entre eles figuras femininas mitológicas, leões, peixes, ânforas, conchas, guirlandas, frutas e flores. No espelho d'água existem quatro figuras femininas, montadas em cavalos marinhos, que carregam sobre o ombro vasos de onde jorram esguichos. Ao redor da fonte existe um conjunto de oito luminárias decoradas em ferro fundido. O segundo chafariz recebeu autorização para ser colocado na praça defronte à Igreja Matriz em 11 de julho de 1873. Este chafariz encontra-se desaparecido. A última informação que se tem dele é do relatório da Intendência Municipal de 1916, que diz que a Praça foi ajardinada e o chafariz retirado. O destino que foi dado à fonte é um mistério até hoje, ela não foi instalada em nenhum outro local e seu paradeiro permanece desconhecido. O chafariz da Matriz possuía uma ponteira, decorada com arabescos e cariátides, que jorravam água pela boca, apoiada sobre uma pequena bandeja circular enfeitada com frisos. Abaixo da bacia ficavam dois cupidos nus com pequenas asas nas costas. Os cupidos estavam em pé, com as mãos agarradas a um vaso que ficava acima de suas cabeças e apoiados sobre uma base enfeitada de folhas, frutas e volutas. Abaixo deles, ficava uma bacia maior decorada com conchas e flores que jorravam água. A base do chafariz era enfeitada com cariátides, que jorravam água pela boca, folhas, frisos e conchas. Para completar o conjunto, existiam ainda, quatro postes para iluminação. A terceira fonte a ser instalada foi o chafariz da Praça Domingos Rodrigues, no ano de 1874. Em 1910, a Praça foi arborizada e o chafariz foi removido para o centro da parte ajardinada. Posteriormente, em 1914, ele teve sua base elevada. Finalmente, foi transferido para o Calçadão da Rua Andrade Neves no cruzamento com a Rua Sete de Setembro e inaugurado neste local no dia 18 de dezembro de 1981. O chafariz do Calçadão possui na parte superior uma ponteira com quatro rostos de leões que jorram água pela boca. Logo abaixo existe uma pequena bacia decorada com flores que jorram água. Essa bacia está apoiada sobre três grandes figuras de crianças vestidas com mantos drapeados que carregam flores e frutos nas mãos. Debaixo das crianças existe uma grande bacia circular decorada com arabescos, folhas, flores, ramos, conchas e quatro rostos femininos coroadas com conchas que jorram água pela boca. A base do chafariz é decorada com quatro cariátides coroadas de guirlandas, conchas e volutas, que jorram água pela boca. Existem, ainda, volutas, conchas, frisos e folhas. O quarto chafariz foi instalado, em 1876, num terreno localizado na Rua São Miguel (Quinze de Novembro) esquina Santo Ignácio (Gomes Carneiro), local onde atualmente fica o Corpo de Bombeiros. Em

1910, foi transferido para a Praça Floriano Peixoto (atual Cypriano Barcellos). O chafariz da Praça Cypriano Barcellos possui uma ponteira enfeitada com flores e arabescos que está apoiada em uma pequena bandeja circular com a borda arrematada em curvas. Abaixo da pequena bacia estão os dois meninos com as formas cheias, agarrados a um globo, mal cobertos com panejamentos drapeados. As figuras estão apoiadas sobre um vaso que fica sobre uma base decorada com conchas e rocálias. Abaixo dos meninos estão quatro grandes bacias decoradas com frisos, fechos pendurais, juncos e conchas. A base do chafariz é decorada com folhas de acanto, volutas, quatro rostos de anjos que jorram água pela boca, flores, juncos, frisos, conchas e galhos.

Bibliografia.— Xavier, Janaina Silva. *Chafarizes e Caixa d'Água de Pelotas: elementos de modernidade do primeiro sistema de abastecimento de água (1871)*. Pelotas: UFPel, 2006. Monografia (Especialização em Artes).

(Janaina Silva Xavier)

Charqueadas. As charqueadas eram estabelecimentos onde se preparava a carne salgada e seus subprodutos. O gado era abatido na *mangueira de matança*. Essa constituía um curral, com paredes altas e resistentes, podendo comportar até 60 cabeças de gado. Comunicava-se por um caminho estreito, o brete. Tinha piso inclinado, deslizante, usualmente em grandes tijolos. No chão, havia uma vagoneta móvel sobre trilhos. Uma plataforma acompanhava exteriormente a mangueira da matança. Dali, um cativo atirava um laço sobre o boi, que aparecia no brete. A outra ponta do mesmo laço, enrolada em um guincho, era fixada aos arreios de duas bestas de carga. O laço era puxado; o boi, arrastado; a cabeça, presa contra o guincho. Um segundo cativo, matador ou desnucador, enfiava um facão na nuca. O animal caía sobre o vagonete. Dois escravos puxavam o vagão com o animal até a *cancha*, disposta de um lado ou dos dois lados dos trilhos. Quase sempre, era coberta por telhados e tinha o mesmo piso da mangueira. Comportava de 20 a 40 animais. Aí, arrastado por dois cativos a pé ou por um a cavalo, o boi era derrubado do vagonete, passando a ser esfolado e, com uma faca no coração, sangrado. O sangue cobria os homens. Os bichos eram esquartejados. O lombo, as duas mantas, o coxão, os músculos do membro posterior, o tatu, a paleta de fora e a paleta de dentro iam para o *galpão*, um salão vizinho, geralmente construído com paredes de tijolos e coberto com telhas de barro. Os músculos intercostais serviam para alimentar os escravos. A cabeça, o tronco, as vísceras, os pulmões, os rins e o fígado ficavam abandonados ao redor das canchas ou eram jogados e boiavam nos cursos d'água. Em um ou mais galpões começavam as operações de desossar, lonquear, salgar e empilhar. Para ser feita a desossa, os pedaços

ficavam suspensos. Dois escravos transformavam os nacos irregulares em retalhos, de igual espessura. Depois, faziam incisões paralelas umas às outras, bastante profundas (a essa tarefa chamavam lonquear). Os pedaços eram colocados em mesas côncavas, cheias de sal. As partes eram dispostas em *pilhas*, compostas sucessivamente de carne e sal. Em torno de cinco cativos, de pé sobre as pilhas, com as mãos ou com ganchos de ferro, estendiam as mantas. Um conjunto formado pelas carnes de 200 bois media perto de 5 m de comprimento e de largura, 0,80 m de altura nas pontas e 1,30 m no centro. O sangue e o sal que escorriam das pilhas de carne eram conduzidos a um *tanque*. Nesse, eram jogadas costelas, línguas e outras partes que se queria conservar na salmoura; podia-se, também, banhar os couros por 24 horas. As mantas de carne eram levadas para os *varais* ou secadores, compostos por uma barra de madeira longa e estendida transversalmente, a 1,50 m do solo, de disposição variada. Ao anoitecer ou quando a chuva caía, eram amontoadas em vários pontos dos varais. Completamente seco, o charque era arrumado novamente em pilhas para esperar o embarque. Com a utilização da máquina a vapor, *agraxa* era feita em cubas — algumas chegavam a atingir 4 a 5 m de altura —, nas quais eram lançados os ossos, cabeças, encéfalos, estômagos, corações e certas vísceras de 150 a 200 animais. O cozimento era feito por um período que variava de 36 a 50 horas. O sebo, para cuja elaboração entravam os intestinos e as membranas envolventes do peritônio, era feito em cubas menores, dispostas dos dois lados da caldeira, confeccionadas em madeiras grossas, reforçadas com aros de ferro. Em algumas fábricas, a gordura era derramada nas bexigas de boi preparadas para esta finalidade. De cada boi se extraía uma média aproximada de oito a doze quilos de gordura e de quatro a nove de sebo. As graxas e os couros representavam para o charqueador a metade do preço do animal. Os *couros*, uma vez retirados, passavam pelas mãos de dois cativos, que os limpavam completamente dos fragmentos que ficavam aderentes e regularizavam certos pontos. Nos primeiros tempos, eram estaqueados. Posteriormente, passaram a ficar nos banhos em tanques de salmoura, de onde saíam para ser polvilhados de sal, dobrados em dois e dispostos uns ao lado dos outros, alternados por camadas espessas de sal. Eram instalados num galpão especial, chamado *barraca de couro*. Com as *patas*, elaborava-se um óleo chamado de mocotó. Das *línguas* eram feitas conservas. Os *chifres* eram tratados. As *cinzas* dos ossos eram geralmente vendidas como adubo. Os *ossos* serviam para abastecer o fogo das caldeiras a vapor. Os estabelecimentos eram dotados de um *porto*, o que favorecia o transporte das mercadorias. Mas as águas serviam também para lançar o que não era aproveitado de 600 bois/dia por charqueada (média de 200 a 1.000 bois) ou 6,5 toneladas diárias de sangue por charqueada (600 bois/dia por 11 litros de sangue). Diferentemente dos demais núcleos charqueadores da América do Sul, o Núcleo Charqueador Pelotense, situado no encontro do **arroyo Pelotas** com o **canal de São Gonçalo**,

constituía uma zona fabril, com mais de trinta saladeiros localizados lado a lado, sem os campos destinados à criação e onde perto de 2000 escravos labutavam. Além de toda a rudeza do trabalho e do tratamento dado à população servil, do mau cheiro continuamente reinante, da sujeira e da presença de feras e animais peçonhentos e pestilentos, o espaço interno da produção do charque acompanhava o quadro macabro, tétrico, fétido e pestífero que dominava o seu meio ambiente.

Bibliografia.— Couty, Louis. *A erva mate e o charque*. 2ª edição. Pelotas: Seiva, 2000; Dreys, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul* [1839]. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1927. Gutierrez, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. 2ª edição. Pelotas: Editora da UFPel, 2001.

(Ester Gutierrez)

Charqueadores. Pelos cálculos de Simões Lopes Neto, teriam funcionado aproximadamente duzentas empresas nas cerca de quarenta **charqueadas** que se estabeleceram em Pelotas entre 1780 e 1911. Pequenas unidades industriais, normalmente destinadas, com exclusividade, ao abate do gado e sua transformação em charque e couros – e não à produção da matéria prima, circunscrita às estâncias da região da Campanha –, fundaram-se essas charqueadas às margens dos rios e arroios do município, fazendo-se o escoamento da produção em iates até os portos de Rio Grande e de São José do Norte. Há fortes indícios de que o mais antigo desses estabelecimentos foi a propriedade de José Pinto Martins, português, retirante da seca que se abateu sobre o Ceará em 1777. Sua família (pai e tios) era dona de *oficinas* no Nordeste – unidades produtoras da chamada carne-de-sol ou carne do sertão. Fixando-se nas proximidades da vila do Rio Grande, às margens do arroio Pelotas, em 1780, Pinto Martins provocou o que se considera uma verdadeira *revolução econômica* no Rio Grande do Sul, que desde o século XVII era o maior repositório de gado bovino do Brasil. Em 1820, visitando a região, o francês Auguste Saint-Hilaire registrou a existência de dezoito charqueadas; um relatório do presidente da Província, em 1856, menciona trinta e oito “fábricas de salgar carne” na região de Pelotas. A exemplo de José Pinto Martins, os primeiros charqueadores eram **portugueses** de origem – naturais do continente português e não das ilhas do Atlântico – e, pelo que se pode supor, comerciantes já previamente enriquecidos em consequência de outros negócios. Isso porque o empreendimento saladeiril exigiu a aplicação de grandes capitais: para aquisição da terra (sendo restrita a área, foram se valorizando cada vez mais essas propriedades), do gado (em torno de trinta mil cabeças em cada safra), do sal (geralmente importado de Cádiz ou do Reino), de escravos (cerca de oitenta em cada estabelecimento) e de iates, casas, galpões, máquinas etc. Em virtu-

de do êxito desse empreendimento, os charqueadores acabaram por transferir residência da vila do Rio Grande para um lugar mais próximo dos seus saladeiros: na terceira década do século XIX lograram a emancipação de Pelotas e foram responsáveis pelo surgimento de uma das cidades mais prósperas do Brasil, “centro e coração da Província do Rio Grande do Sul”, na expressão de um viajante estrangeiro. Construíram sobrados no centro da cidade, promoveram banquetes e **saraus** e permitiram que seus filhos fossem estudar no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Montevideú, em Buenos Aires, na Europa e nos Estados Unidos. Alguns receberam títulos nobiliárquicos. Um incipiente requinte social não foi capaz, porém, de “amaciá-los” nos “homens flexuosos e plásticos” do extremo Nordeste e do Recôncavo baiano, de que trata Gilberto Freyre. Aqui no Sul, houve um certo equilíbrio que impediu os excessos: a vizinhança com outras populações rio-grandenses, rudes e agrestes, fez com que os charqueadores mantivessem a altivez, o caráter firme e uma certa aspereza que caracterizam os gaúchos da região da Campanha. Seus filhos, sim, cresceram no convívio com os **livros** e na “escola galante dos salões”, fazendo discursos e cortejando damas que “nada ficavam devendo às mais graciosas parisienses”, na expressão de Nicolau Dreys.

Bibliografia. – Dreys, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Rio de Janeiro: J. Villeneuve & Cia., 1839; Freyre, Gilberto. *Nordeste*. 4ª. edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967; Girão, Valdelice. “As charqueadas”. In Souza, Simone de. *História do Ceará*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1989; Lopes Neto, J. Simões. *Apontamentos sobre a história de Pelotas*. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1994; Magalhães, Mario Osorio. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPel, 1993; _____ *Pelotas século XIX*. Editora Livraria Mundial, 1994; Nobre, Geraldo da Silva. *As oficinas de carne no Ceará*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977; Saint-Hilaire, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

(Mario Osorio Magalhães)

Cidade. No Brasil, foi o decreto-lei federal nº. 311, de 2 de março de 1938 – na vigência, portanto, do chamado Estado Novo –, que deu sentido definitivo, pela primeira vez, às palavras cidade e vila: a sede de cada município passou a se chamar de cidade e à sede de cada um dos seus distritos deu-se o nome de vila. Até então, não havia um critério estabelecido para que os municípios fossem considerados de uma ou outra categoria. Prevalencia, porém, ao menos desde a Independência, a regra de que as capitais de província eram cidades e os demais municípios, **vilas**. Por isso é que, no Rio Grande do Sul, a vila de Porto Alegre, capital desde 1773 (no período colonial), foi erigida em cidade por um decreto de 14 de dezembro de 1822, assinado por dom Pedro I dois

meses depois de ter sido aclamado Imperador do Brasil. A exceção a essa regra verificou-se no início do Período Regencial, quase às vésperas da **Revolução Farroupilha**: as vilas de Rio Grande e São Francisco de Paula, conforme a Lei n.º 5, de 27 de junho de 1835, aprovada pela Assembleia Legislativa da Província, foram elevadas à categoria de cidades, a primeira sob a mesma denominação e a segunda tendo o seu nome alterado para cidade de Pelotas. Tratava-se mais de um título honorífico – de reconhecimento à importância das duas vilas no contexto histórico sul-rio-grandense – do que de uma promoção de caráter administrativo: na prática a única modificação que houve foi o direito de as duas novas cidades elegerem, a exemplo da capital, nove vereadores em vez de sete. A proposta de concessão dos títulos partiu do **deputado provincial** dr. João Batista de Figueiredo Mascarenhas, natural de Minas Gerais, médico em Pelotas e fundador da Santa Casa de Misericórdia. Propunha que o nome – São Francisco de Paula – também se mantivesse. Apresentaram-se à mesa da Assembleia, então, quatro emendas, sugerindo que São Francisco de Paula passasse a se chamar Pelotapes, Calópolis, Próspera Cidade ou Pelotas. Esta última designação, finalmente aprovada, foi proposta por Francisco Xavier Ferreira, futuro revolucionário farroupilha, e justificada por Domingos José de Almeida, natural de Minas Gerais, **charqueador** em Pelotas e futuro ministro e vice-presidente da República Rio-Grandense. Afirmou Almeida que o nome Pelotas homenageava o arroio em cujas margens se estabeleceram os seus principais estabelecimentos saladeiris, originando o progresso do município.

Bibliografia. – Fortes, Amyr Borges e Wagner, João B. S. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1963; Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*. 3ª. edição, 1º. volume. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997.

(Mario Osorio Magalhães)

Cinema. A exibição de filmes. Onze meses separaram o que se convencionou chamar de “a primeira sessão de cinema” (28 de dezembro de 1895, no Salão Indiano do Café des *Capucines*, em Paris, com o “cinematographo Lumière”) da primeira projeção de imagens em movimento para um público pagante, em Pelotas. O fato ocorreu em 26 de novembro de 1896, por iniciativa do pioneiro Francisco de Paola, três semanas depois da primeira exibição em Porto Alegre, em 4 de novembro, e quatro meses após a sessão inaugural do cinematógrafo no Brasil, ocorrida no Rio de Janeiro em 8 de julho. Ainda que não se possa considerar que a sessão de 1896 marcasse a instalação da primeira sala permanente de exibição de filmes na cidade — já que as “cenas mudas” eram projetadas em meio a apresentações musicais, de mágicos, de dança e de números circenses —, a data serve, como as demais aqui relacionadas,

como marco inaugural de uma atividade comercial que iria rapidamente se desenvolver pelos próximos anos. A primeira sessão com uso do cinematógrafo Lumière só vai acontecer em 1901, por iniciativa do empresário Henrique Sastre, com energia fornecida pela usina da empresa Moinho Pelotense: durante meses as projeções se sucederam no Theatro Sete de Abril, com imensa afluência de público, ávido por conhecer a novidade. Uma década depois, ao mesmo tempo em que se realizavam projeções em circunstâncias precárias — em clubes sociais, salões de festa e até no salão da Bibliotheca Pública, com uso de aparelhos europeus e norte-americanos —, já eram várias as salas de exibição pública permanentes: o primeiro local a se estabelecer em caráter definitivo foi o Cinema Ponto Chic (Rua Quinze de Novembro esquina Sete de Setembro, propriedade de J. F. Passos), com sessão inaugural em 30 de março de 1912. Logo vieram mais três salas: a do Cinema Politheama (face à Praça Coronel Pedro Osorio esquina Rua Anchieta), a do Cinema Coliseu (Rua Anchieta entre General Telles e Dom Pedro II), bem como a do Cinema O Popular. Essas salas, funcionando como alternativa para outras atividades de diversão e lazer, inclusive como restaurantes, disputavam público crescente com os locais que exibiam preferencialmente “números de variedades”. A novidade revelara-se negócio extremamente lucrativo e desde o início do século XX o tradicional Theatro Sete de Abril arrendava o local para projeção de fitas. Um dos arrendatários — Francisco Santos (Porto, 1872 – Bagé, 1937), que já vinha atuando no mercado de produção e exibição de filmes, com a Guarany-Films, tendo seu contrato de dois anos rescindido em 1919, resolveu, em sociedade com Rosauro Zambrano e Francisco Xavier, construir seu próprio teatro. Em 18 de maio de 1921, ocorreu a sessão inaugural do portentoso Theatro Guarany, com a exibição de um melodrama de sucesso norte-americano (*Defraudando o público*, com a popular atriz Enid Markey, que ficaria sendo conhecida como a primeira Jane de Tarzan do cinema), em sete partes, para um público de 3.800 espectadores. Orquestra dirigida pelo maestro Romeu Tagnin acompanhou as imagens. Ficou “moderno” ir ao cinema: famílias alugavam camarotes, frisas permanentes, como até então se fazia para assistir a óperas e recitais no Theatro Sete de Abril. Afinal, o cinema já podia ser considerado como mais do que mera diversão popular: em 1911, o literato europeu Riccioto Canudo já o havia batizado como a “sétima arte”. No início dos anos 1930, a cidade dispunha de mais de uma dezena de salas exibidoras. Com o advento do cinema sonoro — o primeiro filme “falado” exibido em Pelotas foi uma “fita cantante”, *Alvorada de amor* (*The love parade*, Paramount, 1929, dirigida por Ernest Lubitsch, com Jeanette MacDonald e Maurice Chevalier), em 17 de dezembro de 1930, no Guarany, com o sofisticado sistema de som *Western Electric*, da Paramount Pictures —, proliferaram as empresas exibidoras e as salas se espalharam do centro para a periferia urbana, instituindo os cinemas de bairro. Nos anos 1950, o público lotava as salas já tradicio-

nais — Cine-Theatro Guarany (1921), Cine-Theatro Apollo (1925), Cine-Theatro Avenida (1926), Cinema Capitólio (1929), todos construídos por Francisco Santos, bem como o Cine-Theatro São Raphael e o aristocrático e já tradicional Theatro Sete de Abril — e prestigiava o aparecimento de novos locais, como o Cine América e o Cine-Rádio Pelotense. Na década de 1960, apareceram o Cine Tabajara e o Cine Rei. Surgiu nessa época a primeira sala provida com sistema de calefação: o efêmero Cine Garibaldi, na zona do Porto. A fase áurea de um cinema para grandes plateias, que começara nos anos 1920, teve o seu apogeu nos anos 1950, com dezenas de salas projetando filmes das diversas cinematografias mundiais. Todas as novidades técnicas da indústria fílmica repercutiram na cidade. O primeiro filme brasileiro colorido — *O destino em apuros* (1953, dirigido pelo italiano Ernesto Remani, da produtora paulista Multifilmes) — foi exibido no Capitólio em 1953. Também nesse ano, o Avenida apresentou o primeiro filme produzido em Cinemascope — *O manto sagrado* (*The robe*, Henry Koster, USA, 1953, Twenty Century Fox). Em 1954, foi apresentada no Guarany, com estardalhaço e intensa afluência de público durante mais de um mês, a novidade do “cinema em três dimensões” — 3D, que exige o uso de óculos bicolores —, com o filme *Museu de cera* (*House of Wax*, USA, 1953, dirigido por André de Toth). O sistema VistaVision, conquista técnica exclusiva da Paramount Pictures, alavancou o grande sucesso de *Os dez mandamentos* (*The ten commandments*, USA, 1956, dirigido por Cecil B. de Mille), em 1957, no Guarany. A partir do final dos anos 1960, como consequência do avanço comercial das redes de televisão e da facilidade possibilitada pela audiência de imagens em domicílio, o público afastou-se das salas exibidoras e muitos cinemas fecharam as bilheterias, o que refletia uma tendência mundial. Do início do século XX até os anos 1960, Pelotas contou, concomitantemente ou não, com 33 salas exibidoras, a saber, incluindo as já citadas: Cine Bandeirantes, Cine Benfica, Cine Continental, Cine Esmeralda, Cine Fragata, Cine Glória, Cine Presidente, Cine Sansca, Cine Tupy, Cine-Theatro Gonzaga, Cine 15, Cinema Coliseu, Cine Éder Salão, Cinema Eldorado, Cinema Excelsior, Cinema High Life, Cinema Ideal, Cinema Parisiense, Cinema Recreio Ideal.

A produção de filmes. Seis anos depois das primeiras tomadas (*prise de vues*) cinematográficas no Brasil — vistas da Baía da Guanabara por Afonso Segreto, em 1898 —, filmava-se em Pelotas pela primeira vez. José Filippi, vindo do Nordeste, usando um aparelho Bioscopo-inglês, realizou *takes* no Retiro, documentando uma festa regional de cavaleiros da União Gaúcha. O documentário foi exibido dois dias depois no Theatro Sete de Abril (26 de abril de 1904). Essa referência histórica, entretanto, não dá conta da produção sistemática de filmes na cidade. Foi em 1912, com a fixação do ator português Francisco Santos em Pelotas, o qual, em sociedade com Francisco Vieira Xavier, estabeleceu a “Fábrica de filmes”

Guarany-Films, que teve início a produção e exibição contínuas de fitas rodadas em Pelotas. Dezenas de cine-jornais (o “Jornal da tela 1913” teve 83 edições), curtas-metragens de ficção, “partes naturais”, documentários vários foram aqui produzidos e exibidos nos diversos cinematógrafos da cidade entre 1913 e 1914. O resultado dessa atividade foi tão importante que não se hesita em denominar o período como “Ciclo de Pelotas”, nas mesmas condições em que se reconhece a existência de outros focos importantes de produção intensa no país, em Cataguazes, Minas Gerais, ou em Pernambuco, fora do eixo Rio-São Paulo, durante as primeiras décadas do século XX. Ator e diretor de teatro, Santos investiu na criação de filmes de ficção: o chamado “cinema posado”, ou seja, filmes interpretados por atores, narrativas ficcionais, inspiradas em fatos do cotidiano, criadas especialmente para serem filmadas ou adaptadas de obras literárias. *Os óculos do vovô* (1913, 20 minutos), único exemplar que restou intacto, recuperado pelo pesquisador Jesus Pfeil, encontra-se depositado na Cinemateca Brasileira, em São Paulo. O curta-metragem de ficção conta as peripécias de um menino travesso (Mário Santos) que pinta de preto as lentes dos óculos do vovô (Francisco Santos), enquanto esse dormia. Ao acordar, e acreditando-se cego, o avô se assusta e provoca uma série de situações cômicas. Dirigido e roteirizado por Santos, tem fotografia de Francisco Xavier. O formato do filme seguiu a linha de curtas de sucesso no mundo inteiro, a partir das primeiras fitas francesas de ficção dos irmãos Lumière e do pioneiro Georges Méliès, que narravam anedotas curtas, explicitando quiproquós da vida cotidiana. Dos outros filmes, inacabados ou desaparecidos, só restam informações publicadas em jornais e em arquivos particulares e nenhum fotograma. Segundo esses registros, os filmes seriam: *Amor de perdição* (1913), adaptação do romance de Camilo Castelo Branco; *O beijo* (1913); *Maldito algoz* (ou *O álbum maldito*, 1913); *O marido fera* (1913, estreia em 17 de outubro em Pelotas, e em Porto Alegre em 24 de novembro, também referido como *A mulher do chiqueiro*). Mas é *O crime dos banhados* (1914, 8 partes, 2.400 metros), considerado como o primeiro filme de longa-metragem de ficção feito no Brasil — já que *Os estranguladores*, de Antonio Leal, Rio de Janeiro, 1908, tido como o primeiro filme de ficção, tinha apenas 3 partes, 3 rolos, com duração de 40 minutos, ou seja, um média-metragem —, que vai localizar Pelotas como importante pólo na produção nacional de filmes. O filme estreou no Cine Íris, em 25 de fevereiro de 1914, em Pelotas, e em Porto Alegre no dia 23 de março. Escrito, produzido, fotografado, interpretado e dirigido por Santos, o filme tem ainda no elenco Jaime Cardoso, Jorge Pinto, Abel Pêra, Manoel Pêra, Graziella Diniz, Antonieta Cancelli, entre outros. Reconstituição ficcional de um crime ocorrido no Passo da Estiva, na vizinha cidade de Rio Grande, em abril de 1912, a fita se insere num gênero nacional muito cultuado na época: o de filmes sobre crimes e assassinatos de grande impacto social. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, e devido à

consequente restrição à importação de filme virgem, a produção da Guarany-Films praticamente terminou. Francisco Santos e seu sócio, Francisco Xavier, dedicaram-se então exclusivamente à exibição de filmes, construindo, em 1920, a mais confortável e ampla sala de projeção da cidade, o Cine-Theatro Guarany. Pelotas jamais viveria um surto de produção e exibição de filmes locais igual. Dilettantes e “cavadores” continuaram a filmar por aqui, esporadicamente, mas nada que se comparasse ao breve período de quase dois anos em que a cidade viu florescer uma incipiente, mas prolífica indústria cinematográfica. Do ponto de vista da produção de filmes, outro fato registrável, até os anos 1960, foi a realização, quase que totalmente em locação na cidade, do filme *Ângela*. Produção da paulista Companhia Cinematográfica Vera Cruz, de 1951, inicialmente sob a responsabilidade de Alberto Cavalcanti, o filme foi dirigido pelo ator e dramaturgo Abílio Pereira de Almeida e pelo imigrante norte-americano Tom Payne. Com elenco de atores famosos nas telas brasileiras — Eliane Lage, Alberto Ruschel, Inezita Barroso, Ruth de Souza, Luciano Salce —, além de iniciantes, como Maria Clara Machado, Antunes Filho e Sérgio Cardoso, o filme contou com inúmeros pelotenses, como figurantes e até em pequenas participações, como a de Nôris Gastal. Durante as semanas em que se filmou na cidade, a circulação de técnicos e atores colocou em agitação os meios artísticos de Pelotas, principalmente de estudantes e de cinéfilos. Produto típico da marca de qualidade técnica da Vera Cruz, sob a inspiração de modelos vigentes do realismo *noir* do cinema norte-americano e do realismo poético europeu, a película teve locações na residência da família Maciel (onde hoje está instalado o Museu da Baronesa, no Areal) e no Clube Comercial, no centro da cidade. Atualmente distribuído pela Universal Pictures, encontra-se disponível em vídeo, além de ter cópia depositada na Cinemateca Brasileira, em São Paulo.

O cineclubismo. A cinefilia pelotense possibilitou que aqui se criassem condições propícias para o desenvolvimento dos clubes de cinema, por meio dos quais os cinéfilos puderam assistir a filmes importantes que não passavam pelas salas comerciais, ao mesmo tempo em que realizavam a necessária reflexão sobre a natureza estética dos filmes. Na esteira da proliferação dos *cineclubs* europeus — franceses, notadamente, logo após a Segunda Guerra Mundial —, foi fundado o Círculo de Estudos Cinematográficos, em 14 de agosto de 1950, o qual deu origem ao Clube de Cinema de Pelotas. Aglutinando interesse de cinéfilos — estudantes, professores, pessoas ligadas às artes ou simplesmente dilettantes —, a entidade promoveu mais de duzentas sessões em suas diversas fases de funcionamento, até o final dos anos 1960. As sessões eram realizadas nos mais diversos locais, como salas de aula de escolas e faculdades, para projeções em 16 mm (a sala 54 da Faculdade de Odontologia acolheu dezenas de sessões sempre bastante concorridas), ou em salas de exibi-

ção dos cinemas locais que eram cedidas para os associados do clube aos domingos pela manhã, para exibição de filmes em 35 mm e debates muitas vezes acalorados. Filmes de cinematografias importantes da Europa e de países orientais puderam ser apreciados nessas sessões, constituindo-se os eventos como verdadeira programação de cinemateca, já que, sistematicamente, eram realizados também festivais de cinema, com o melhor da programação internacional, e que só circulava no âmbito cineclubístico. Até o final dos anos 1960, o Clube de Cinema teve em sua coordenação nomes como Luiz Fernando Lessa Freitas, Gustavo Gastal, Pedro Zanotta, Manoel Villanova, Hamilton Fernandes, Geraldo Valente, Aldyr Garcia Schlee, Pedro Luis Monti Prieto, Gisela Dias da Costa, Antonio Carlos Mazza Leite, João Manuel dos Santos Cunha, Laura Pedrotti, Jurema Lopes. Por essa mesma época, no início dos anos 1960, foi ativo, também, nos mesmos moldes do Clube de Cinema, o Cine-Clube de Pelotas, por iniciativa da agência local do SESI, sob a responsabilidade de João de Deus Correa e animado por jovens estudantes secundaristas coordenados por Laerte Mario Pedrosa Jr. Outra iniciativa importante foi a criação do Clube de Cinema dos Gatos Pelados, do Colégio Municipal Pelotense, que promoveu vários festivais de cinema em “super 8”, sob a coordenação dos próprios estudantes, além de projeções, seguidas de debates, no auditório da escola. Pouco tempo antes de se dissolver, em meados dos anos 1970, coube ao clube do Colégio Pelotense façanha memorável: a exibição, em mais de trinta sessões, do curta-metragem *Di Cavalcanti* (Glauber Rocha, 1976), no breve espaço de tempo em que o filme circulou no âmbito cineclubístico, antes de sua apreensão pela Polícia Federal, interditado a pedido da família do pintor. Até hoje o filme não foi liberado para qualquer tipo de exibição, pública ou privada.

A crítica. O que de importante a crítica cinematográfica em Pelotas produziu até o final dos anos 1960 está publicado nos jornais *A Opinião Pública* e *Diário Popular*, redigido pelos pelotenses Paulo Fontoura Gastal (1922-1996), sob pseudônimo de “Écran”, e Pery Gonçalves Ribas (1904-1979). Até o fim dos anos 1920, não se pode afirmar que tenha havido crítica de cinema sistemática em Pelotas; os poucos escritos publicados em jornais e revistas locais iam na direção do que a grande imprensa nacional também praticava: resenhas, notas informativas, entrevistas com artistas. P.F. Gastal, jornalista em tempo integral, iniciou-se na crítica de cinema em 1941, no *Diário Popular*, ao mesmo tempo em que trabalhava como programador em um cinema local. Dele, disse Paulo Emílio Salles Gomes: “É o principal responsável, no Rio Grande do Sul, pela constituição do público cinematográfico proporcionalmente mais evoluído do Brasil” (1981). Tendo se transferido para Porto Alegre, no final dos anos 1940, passou a colaborar com a *Revista do Globo* e, a partir de 1949, além de manter coluna crítica sobre cinema, com o pseudônimo de “Calvero”, tornou-se o mais importante jornalista da área cultural do estado, criando

o “Caderno de Sábado” do jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre. A qualidade e o alcance popular de seus textos, bem como sua incansável atividade de animador cultural (criador do Festival de Cinema de Gramado e ativo cineclubista — sua colaboração foi decisiva para a criação e a manutenção das atividades do Clube de Cinema de Pelotas —; assessor do cineasta Alberto Cavalcanti na criação do Instituto Nacional de Cinema — INC), levaram o jornalista Almir Labaki a afirmar ser ele “uma espécie de André Bazin dos Pampas, influência maior sobre mais de quatro gerações”. Sua produção crítica está compilada no livro *Cadernos de cinema de P. F. Gastal*. Pery Ribas iniciou sua trajetória como homem de cinema também em jornais pelotenses, daqui saindo para ser articulista na influente revista *A Cena Muda*, no Rio de Janeiro, tendo atuado ainda como crítico de cinema em alguns dos mais importantes periódicos brasileiros, como *Cinearte* e *O Cruzeiro*. Em 1927, assinou o roteiro do filme de longa-metragem *Amor... Amor... Amor...*, que se encontra desaparecido, produzido pela Gaúcha Filmes, em Pelotas. Foi ator de cinema (*Alô, Alô Carnaval*, 1936, de Adhemar Gonzaga; *Ganga bruta*, 1933, de Humberto Mauro) e participou, como entrevistado e personagem, do documentário *De como se faz um jornal moderno* (1933, de Adhemar Gonzaga). Cobriu festivais e lançamentos de filmes, sempre como jornalista e comentarista de cinema. Em seu retorno para Pelotas, entretanto, mais do que crítico de filmes, exercitou-se como pesquisador dotado de argúcia e espírito científico, numa época em que a atividade de investigação metodológica em cinema ainda não se institucionalizara. Seus textos, primeiramente publicados aqui, no jornal *Diário Popular*, repercutiram no país e no exterior, veiculados pelas principais revistas especializadas nacionais. Teve o ensaio *Il cinema in Brasile fino al 1920* publicado na Itália, em 1961 (é nesse texto que ele apresenta dados sobre o “ciclo de Pelotas 1913-1914”, referência para todas as pesquisas que se sucederam sobre a produção local de cinema). Sua produção sistemática de biofilmografias e filmografias sustentou por anos a base da pesquisa historiográfica sobre cinema no Brasil. Seu arquivo — composto por milhares de peças, entre filmes, críticas, sinopses, fichas técnicas, fotos, recortes de jornais e revistas, cartazes de filmes, roteiros, entrevistas —, resultado de mais de cinquenta anos de vida dedicada exclusivamente ao cinema e aos filmes, juntamente com sua filмотeca e biblioteca especializada, que abrangiam mais de oitenta anos de cinema mundial, foram vendidos para particulares em Porto Alegre, visto que não se encontrou, em Pelotas, instituição que se interessasse pelo acervo.

Bibliografia.— Becker, T. (org.). *Cinema no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE, 1995; Becker, T. (org.). *Cadernos de cinema de P. F. Gastal*. Porto Alegre: UE, 1996; Caldas, P. H., Santos, Y. L. *Guarany: o grande teatro de Pelotas*. Pelotas: Semeador, 1994; Caldas, P. H. A primeira sessão de

cinema: 1901. In: *Pelotas Memória*. v. especial. Pelotas: 1992. p. 15-18; Cunha, J. M. S. Cinema: a crítica e os limites de uma impossibilidade. In: *Continente Sul/Sur*. Porto Alegre: IEL/CNPq, 1996; Cunha, J. M. S. *O crime dos banhados* e o pioneirismo de Pelotas em produção cinematográfica. In: *Diário Popular*. Pelotas: Diário Popular, 16.09.1984. p. 6; Cunha, J. M. S. Pelotas e a atividade cineclubística. In: *Gazeta Pelotense – Caderno de Cultura*. Pelotas: Gazeta Pelotense, 08.10.1976. p. 3; Gomes, P. E. S. *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Embrafilme, 1980; Magalhães, N. N. Palcos e telas. In: *Pelotas Memória*. N.2, v.12. Pelotas, 2001; Miranda, L. *Dicionário de cineastas brasileiros*. São Paulo: Art Editora, 1990; Pfeil, J. Cinematógrafo e o cinema dos pioneiros. In: Becker, T. (org.): *Cinema no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE, 1995; Ribas, P. G. Il cinema in Brasile fino al 1920. In: *Cinema brasiliano*. Gênova: Silva Editora, 1961; Santos, Y. L., Caldas, P. H. *Francisco Santos: pioneiro do cinema no Brasil*. Pelotas: Semeador, 1996; TULARD, J. (org. brasileira de Hiron Goidanich). *Dicionário de cinema: os diretores*. Porto Alegre: L&PM, 1996.

(João Manuel dos Santos Cunha)

Círculo Operário. Fundado em 15 de março de 1932, por iniciativa do padre jesuíta Leopoldo Brentano, tornou-se o berço do chamado Circulismo, um movimento voltado à assistência social e à formação da classe operária, segundo a ótica e os interesses do catolicismo, baseado na Doutrina Social da Igreja, no princípio da harmonia de classes, no combate às doutrinas comunistas e na colaboração com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). O Circulismo rapidamente espalhou-se pelo Rio Grande do Sul e pelo Brasil (especialmente Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Santa Catarina e Minas Gerais). Oficialmente, o Círculo Operário não pertencia à Igreja, era uma iniciativa de católicos leigos, aberta a não-católicos. Contudo, uma entidade só poderia ser classificada como tal se contasse com um assistente eclesiástico, cuja função era zelar para que os princípios do movimento fossem respeitados. A filosofia de trabalho era a de que o operariado, sem assistência social e sem educação espiritual, tornava-se presa fácil das doutrinas comunistas. Era necessário oferecer este tipo de serviço, o que somente a Igreja poderia fazer com sucesso, dado o caráter laico do Estado moderno. Assim, o Círculo Operário Pelotense (COP) realizou intensa e agressiva ação no meio operário, contando para isso com benesses e recursos públicos, o apoio do catolicismo leigo e a influência da Igreja na sociedade da época, tais como: atendimento médico, jurídico e odontológico; aviamento de receitas; distribuição de roupas, gêneros alimentícios, refeições e material escolar; agência de empregos e Cooperativa de Consumo, depois transformada em armazém para venda de produtos a preços subsidiados e, finalmente, entregue à iniciativa privada (origem da atual Padaria do Círculo Operário). No campo da educação, o COP

formou cursos de alfabetização para adultos (1932), escola para entregadores de jornais (1936) e escolas para crianças, das quais as iniciativas mais destacadas são: o Abriguinho Infantil (1944) e a escola primária de semi-internato (1945), posteriormente Escola Nossa Senhora Medianeira, cuja administração foi repassada ao governo estadual em 1959. Também procurou atuar na área de cultura e entretenimento: fundou um corpo cênico (1932) e, posteriormente, construiu um teatro (Leão XIII, em 1936, que, reformado, é hoje o Teatro do COP), projetou filmes, fundou um clube de futebol, o Grêmio Atlético Círculo Operário, que funcionou de 1936 a 1951, e sediou um grupo de escoteiros. Uma das obras mais ambiciosas do COP foi o oferecimento de moradia ao trabalhador, o que conseguiu com a fundação da Vila Operária Flores da Cunha, depois rebatizada de Nossa Senhora Medianeira, quando o político caiu em desgraça junto ao Governo Vargas. As primeiras casas, de material, foram concluídas em 1936, sendo construídas na Rua Barroso, ao lado da sede original da entidade. No ano seguinte, o COP passou a construir casas de madeira, nos fundos da sede. O terreno para todas essas obras foi aforado perpetuamente pela Prefeitura em 1933 e, na década de 1960, doado para a entidade. O COP também atuou no campo da organização sindical. Para driblar a legislação que estabelecia sindicatos leigos e combater concorrentes locais (como a Frente Sindicalista e a **Liga Operária**), procurou organizar entidades, às quais oferecia infra-estrutura para o funcionamento e o encaminhamento de processos de oficialização junto ao MTIC. Desse modo, ao final de 1932, controlava oito entidades e pôde ser uma das mais influentes organizações no Congresso Operário de 1933, patrocinado pelo MTIC para reerguer a Federação Operária do Estado do Rio Grande do Sul. Na tentativa de dominar a organização local, fundou a União Sindical dos Operários de Pelotas (1934) e, em 1935, fechou acordo com o Partido Republicano Liberal para indicar um de seus membros como candidato a vereador para a eleição daquele ano. O escolhido foi Carlos Alberto Minuto, que se elegeu. Além disso, o Circulismo participou na eleição da representação dos trabalhadores na Assembleia Legislativa no período 1935-37, com Carlos Santos, e no Congresso Nacional, com Austro Idiart Oliveira.

Bibliografia.—Barreto, A. A. B. *Propostas e contradições dos círculos operários*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária-UFPel, 1995.

(Alvaro Barreto)

ClubeBrilhante. O Clube Brilhante, hoje uma das principais entidades sociais e esportivas da cidade, foi fundado em 12 de março de 1911, por sócios do **Clube Caixeiral** (Francisco Vieira Villela, Adriano Recondo, Hipólito Leite, Mário Gonçalves de Aguiar e Honório Rosselli), a partir de um conflito com o então Clube Carnavalesco **Diamanti-**

nos. Por isso, o nome remete à ideia de um “diamante lapidado”. A entidade surgiu como um **clube** carnavalesco, cujo objetivo era a promoção de bailes e a apresentação de desfiles de carros alegóricos pelas principais ruas da cidade. Nos anos 1910 e 1920, seus préstitos – como eram chamados esses eventos – ajudaram a consolidar a fama do **Carnaval** pelotense. Nos anos 1930, porém, as atividades restringiram-se a bailes de salão e à festa de coroação da Rainha, evento formado por apresentações artísticas, realizado em teatros (Sete de Abril, Guarany e Polytheama). Em 1942, a crise provocada pela II Guerra Mundial levou a entidade à extinção. O reerguimento ocorreu dois anos depois e marcou a mudança no perfil do Clube: ele deixou de ser exclusivamente carnavalesco e passou a investir nas atividades sociais (bailes de debutantes em especial) e esportivas. Foi neste setor que o Brillante encontrou a sua nova identidade, tendo se destacado, desde então, como uma referência na região, especialmente pela construção de uma importante infraestrutura de lazer e esportes, o que ocorreu a partir dos anos 1950, quando obteve sede própria. A sede social hoje reúne: salão social, churrasqueira, piscinas, sendo uma térmica, salas de ginástica e musculação, ginásio poliesportivo, espaços privilegiados para a prática de bolão, bocha e *snooker*. O primeiro esporte a ser desenvolvido foi o bolão, que atingiu destaque nos anos 1960. Ainda nessa década, com a construção da sua piscina, o Clube montou a equipe de natação, que se mantém em atividade. Nos anos 1970, construiu o seu ginásio poliesportivo e passou a investir nos setores de futsal e voleibol. Foi no futsal que a entidade obteve os melhores resultados, ao trabalhar com a formação de atletas e com as categorias de base, tendo vencido mais de duas dezenas de campeonatos estaduais.

Bibliografia.—Barreto, Álvaro. *Clube Brilhante 80 anos de história*. Pelotas: Clube Brilhante, 1991.

(Alvaro Barreto)

Clube Caixeiral. Fundado em 25 de dezembro de 1879, foi a primeira entidade do gênero do Rio Grande do Sul. Surgiu como consequência da movimentação dos caixeiros (como eram então chamados os comerciários) para o fechamento das portas do comércio aos domingos e feriados pela parte da tarde, acordo firmado no dia 8 de dezembro de 1879. A luta pela conquista de outros direitos da categoria não cessou durante todo o século XIX e início do século XX. Em 1880 o direito ao descanso dominical dos caixeiros foi incluso na Lei de Posturas Municipal. Em 1886 essa lei foi homologada pelo presidente da Província, desembargador Henrique Pereira de Lucena, e aprovada pela Assembleia Legislativa através da Lei Provincial nº 1.717, de dezembro de 1888. A instrução sócio-profissional dos caixeiros foi outra preocupação do Clube Caixeiral (CC) de Pelotas. Circulavam muitos livros, jornais e revistas

na sua biblioteca, que em 1895 possuía um acervo de 7.342 volumes. Além disso, havia grande quantidade de publicações do Clube, como estatutos, relatórios anuais, regulamentos, catálogos e jornais, importantes instrumentos de pesquisa histórica. Os cursos oferecidos pelo CC de Pelotas eram de caráter profissionalizante, visando o aperfeiçoamento dos caixeiros na profissão. Havia, entre eles, cursos de Língua Portuguesa, de Língua Estrangeira e de Escrituração Mercantil. O ápice do investimento em cursos de formação ocorreu em 1906, com a fundação da Academia de Comércio do Clube Caixeiral de Pelotas, que formou a primeira turma em 1913. A prestação de socorro aos associados foi o papel mais importante atribuído ao CC de Pelotas, o que o vincula às Sociedades Mutualistas, comuns no período de transição do Império para a **República**. Segundo o estatuto de 1895, aos sócios em dia com suas mensalidades eram garantidos auxílio médico, medicamentos e uma quantia diária em dinheiro; no caso de desemprego, teriam auxílio moradia; no caso de morte, teriam direito ao funeral; e em caso de desemprego ou impossibilidade de trabalhar por enfermidade, estariam livres das mensalidades. O CC de Pelotas aumentou gradualmente o seu número de sócios: em 1894, eram 420, chegando a um total de 733 em 1903. Em 1904 foi inaugurado o edifício do Clube Caixeiral de Pelotas, prédio imponente que ainda hoje é de propriedade do Clube, verdadeiro patrimônio arquitetônico situado na praça principal da cidade, ao lado de outros prédios históricos. Foi importante instrumento de identificação coletiva, legitimação social e valorização profissional dos caixeiros, numa época em que o trabalho ainda era considerado como algo aviltante.

Bibliografia.— Duarte, Paulo César Borges. *Despachando no balcão: Caixeiros de Pelotas e identidade social dos empregados do comércio do Rio Grande do Sul (1879-1904)*. Porto Alegre: PUCRS, 2001. Dissertação (Mestrado em História); Duarte, Paulo César Borges. A fundação e os objetivos dos Clubes Caixeirais do Rio Grande do Sul. In: *História em Revista*, vol. 6, dez. 2002, p.97-114.

(Paulo César Borges Duarte)

Clube Comercial. Fundado em 17 de agosto de 1881, teve como primeiro presidente o senhor Francisco Alsina. Foi criado para ser um **clube** eminentemente masculino, embora as esposas e filhas dos associados participassem ativamente da sua rotina. Sua primeira sede localizou-se no terreno onde hoje funciona o **Clube Caixeiral**, permanecendo neste espaço até outubro de 1888, quando foi transferido para a sede atual, situada na Rua Félix da Cunha esquina General Neto. O prédio era de propriedade da família Braga, que se obrigou a vendê-lo para sanar dívidas que contraíra. O chamado “palacete Braga” foi mandado construir pelo charqueador Felisberto José Gonçalves Braga e

projetado pelo arquiteto italiano José Isella em 1871. De estilo renascentista, custou na época 300 contos de réis. Além do prédio, praticamente todo o mobiliário e a tapeçaria foram arrecadadas no ato da compra. Ocupando apenas a parte superior, o clube alugou o pavimento inferior para lojas e escritórios: nele funcionou, por algum tempo, a sede dos Correios. Em 9 de agosto de 1908, um incêndio atingiu as dependências internas do prédio, e em dezembro do mesmo ano a diretoria iniciou a sua reconstrução. Posteriormente, na década de 1930, a entidade enfrentou dificuldades financeiras, em resultado da falência do **Banco Pelotense**, nos quais o clube depositava grande parte de seu capital. A partir de 1954, reformou-se novamente o edifício, contratando-se o artista Adail Bento Costa e ocupando-se também o pavimento inferior. Em 1981, o clube comemorou cem anos de fundação, oferecendo um suntuoso baile de gala a seus associados. Entre 1988 e 1993, o palacete passou por processos de alterações estruturais.

Fonte.- Acervo do Clube Comercial.

Bibliografia.— Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*. Pelotas: Editora Armazém Literário, v. 2, 3ª ed., 1998. Moura, Rosa Maria Garcia Rolim de; Schlee, Andrey Rosenthal. *100 Imagens da Arquitetura Pelotense*. Santa Maria: Pallotti, 1998.

(Emmanuel de Bem)

Clube Diamantinos. O Clube Diamantinos foi fundado em 8 de Abril de 1906, por sócios do **Clube Caixeiral**. Teve como primeiro presidente o Sr. João Abadie. Seu primeiro nome – Clube Carnavalesco Diamantinos – foi proposto pelo sócio Armando Xavier em 27 de maio, sendo aprovado em assembleia. Na mesma data, aprovaram-se os primeiros estatutos. Surgiu com objetivos carnavalescos, fazendo sua estreia nos prêmios pelotenses em 12 de fevereiro de 1907, ocasião em que apresentou seis carros alegóricos, de autoria dos cenógrafos Giacomo Mancini e Joaquim Bastos Guerra. A entidade renovaria drasticamente o **Carnaval** da cidade, retomando antigas formas de comemoração e criando outras. Dentre as atividades desenvolvidas no período extra-folia, intensificadas a partir de dezembro, mas mantidas o ano todo, estava a coroação da Rainha, recepção ao Rei Momo, passeios burlescos nos finais de semana anteriores ao Carnaval e apresentações de **músicas** em salões e teatros da cidade. No período de Carnaval, destacavam-se os bailes à fantasia, participação no corso e desfile de carros alegóricos, sendo esse o grande destaque que viria marcar os demais desfiles, juntamente com o luxo acentuado. A recepção ao Rei Momo foi uma inovação do clube, ocorrendo pela primeira vez em 1907 para marcar a chegada do ano, fato que veio a se repetir inúmeras vezes durante os anos seguintes, com o Rei Momo chegando por via marítima, aérea, terrestre ou ainda, encenando o clima sugerido pela Primeira Guerra Mundial,

sobre um canhão, como ocorreu em 1915. O clube contava com um amplo apoio da imprensa pelotense, principalmente por ser considerado o responsável pelo legítimo Carnaval Veneziano na cidade. O préstito, já em seu primeiro ano, contava com duas bandas de acompanhamento, modelo apresentado pelas entidades do final do século XIX e que viria a ser seguido pelo grande rival, **Brilhante**. As alegorias não apresentavam uniformidade, os carros alegóricos compunham-se sobre estrados cedidos pela companhia ferroviária, sendo puxados por cavalos, bois ou muares devidamente ornamentados e conduzidos por uma guarda fantasiada – a qual era formada basicamente por **negros**, não recebendo, no entanto, muito destaque na imprensa da época. Inicialmente, o Clube não possuía sede própria, fazendo suas reuniões de diretoria nos mais variados locais, como o Bazar Musical, à Rua Quinze de Novembro, a Caverna, à Rua Marechal Floriano, e Clube Caixerai, entre outros. Em 1917 foi adquirido um terreno na Rua Gonçalves Chaves, nº. 956, onde se construiria a sede, inaugurada em 15 de novembro de 1941. Em 1957, o prédio passou por uma reforma, em função do cinquentenário do clube. Em 1967, o nome da entidade foi simplificado para Clube Diamantinos.

Fonte.– <http://www.clubediamantinos.com.br/Historia/historia.html>. Último acesso em 05 de agosto de 2008.

Bibliografia.– Barreto, Alvaro. *Dias de Folia: o Carnaval pelotense de 1890 a 1937*. Pelotas: EDUCAT, 2003.

(Alvaro Barreto/ Fernanda Oliveira da Silva)

Clubes carnavalescos negros. Nas comemorações pela **emancipação de escravos**, em 1884, apareceu o Clube Negro Netos D'África. No século XIX, ainda houve outras associações carnavalescas, como a Satélites do Progresso, nascida em julho de 1891, e a Flores do Paraíso, em 1898. Antes, existiu a sociedade Recreio dos Operários, de caráter recreativo e carnavalesco, além de também manter um Grêmio Dramático. Contudo, as mais importantes associações recreativas do grupo **negro** para o **Carnaval** surgiram entre 1916 e 1921, como cordões carnavalescos, entre as quais citam-se o Depois da Chuva (1916), Chove Não Molha (1919), Fica Aí Para Ir Dizendo (1921), Quem Ri de Nós Tem Paixão (1921) e Está Tudo Certo (1931). Desses clubes, os mais duradouros foram os três primeiros, dois dos quais (Fica Aí e Chove) existem até hoje, tendo conseguido edificar sede própria no perímetro central da cidade, através de muito esforço de seus associados. O Depois da Chuva localizava-se à Rua Dr. Cassiano e acredita-se que seu nome tenha surgido do fato de que seus carros alegóricos e fantasias eram feitos inicialmente com papel crepom e papelão, podendo desfilar apenas com tempo bom ou depois da chuva. O Clube Fica Aí teve como sua primeira sede

um prédio na Rua Félix da Cunha, e em 1953 foi lançada a pedra fundamental de sua sede própria, à Rua Marechal Deodoro. Nesse mesmo ano, o cordão passou a ser denominado Clube Cultural Fica Aí e entre os seus associados encontravam-se algumas das pessoas de melhor condição econômico-social da comunidade negra. Foi a partir da organização de seus sócios que se criou a Academia de Samba, uma das primeiras **escolas de samba** a participar do carnaval de Pelotas. O Chove Não Molha teve sua sede à Rua Major Cícero, sendo que em 1952 foi lançada a pedra fundamental da atual sede, à Rua Benjamin Constant. Destacou-se em relação aos demais clubes por realizar, durante vários anos, jogos de **futebol** e de *ping-pong* dos que participavam os demais clubes negros da cidade e também de Rio Grande. Quanto ao Quem Ri de Nós Tem Paixão, sua sede era na Rua Urbano Garcia e, na década de 1930, foi o cordão mais popular e preferido pelos jovens. Também o Está Tudo Certo era de jovens e foi o que menos perdurou, sendo sua sede na Rua Argolo. Além desses, existiram vários outros clubes, menos duradouros, e ainda havia a possibilidade de se formar blocos de associados dentro de um clube, mas que tinham programação e diretoria próprias, muitos deles dirigidos por mulheres e que funcionavam auxiliando financeira e socialmente a entidade maior. Nas décadas de 1920 e 1930 esses clubes e outros participaram ativamente do Carnaval de rua, contribuindo de forma significativa para dar a Pelotas o título de Carnaval mais importante do interior do Estado, inclusive atraindo turistas para a região. Os cordões carnavalescos negros formavam a alma do Carnaval de rua, sendo a maioria nos desfiles e corsos, e vencedores, inúmeras vezes, de concursos de “melhor bloco de rua” promovidos por empresas e/ou pela imprensa pelotense. Tinham atividades em todos os meses do ano, através de chás-dançantes, bailes, quermesses, festivais artísticos e/ou de coroação de rainhas, ocasião em que aproveitavam para sair às ruas, em desfiles e passeatas que saíam da sede, da casa do presidente ou da rainha, indo até o teatro que seria palco do espetáculo. Depois de 1940, esses cordões se recolheram ao interior dos clubes, intensificando o Carnaval de salão e saindo poucas vezes às ruas nas décadas posteriores, em que foram, de certa forma, substituídos pelas escolas de samba e pelos blocos com nomes de bichos. Entretanto, continuaram a manter suas atividades, congregando a comunidade negra da região, promovendo concursos de beleza negra e outras atividades de cunho social ou educacional, contribuindo para agregar os negros pelotenses e auxiliar em sua integração social.

Bibliografia.— Loner, Beatriz. Negros: organização e luta em Pelotas. IN: *História em Revista*, v. 5, dezembro 1999, pp.7-27; Loner, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária – UFPel, 2001; Loner, B. e Gill, L. Clu-

bes Carnavalescos Negros na cidade de Pelotas. In: *Estudos Ibero-Americanos*, v. 35, n° 1, jan/junho 2009. P. 145-162.

(Beatriz Loner)

Clubes. Clube é um anglicismo, derivando da palavra *club*, em inglês. No século XIX, especialmente, aparecia escrito exatamente assim, sem o g final. Historicamente é difícil diferenciar clubes de **sociedades recreativas**, pois essas palavras são usadas praticamente como sinônimos, sendo que clube neste caso tem uma abrangência maior, pois não necessariamente implica em recreação, podendo referir-se a clubes literários, políticos, esportivos, filatélicos ou de vários outros tipos. O dicionário de Língua Portuguesa traz definição de “local de reuniões políticas, literárias ou recreativas”. Mas também tem uma segunda acepção, que será a empregada no desenvolvimento deste tópico, como “local que, em geral, conta com edificações, piscina, etc., e onde, comumente pagando uma mensalidade ou taxa, se reúnem pessoas de uma sociedade, para praticar esportes, jogar, dançar, etc.”. Nesta segunda acepção, pode-se dizer que a maioria dos clubes recreativos surgiu em Pelotas a partir do início do século XX, com as antigas **sociedades recreativas** mais limitadas, cedendo espaço a estes clubes que, diferentemente delas, tinham como critério básico de entrada não mais a nacionalidade ou profissão, mas sim a posição social, em geral utilizando-se como critério de inclusão/exclusão o custo da mensalidade e da joia de entrada, ao lado de outras regras, como roupa e conduta, embora continuasse havendo a discriminação pela cor da pele, ou seja, clubes exclusivos para brancos e para negros. Entre os últimos, predominaram os clubes carnavalescos, tendo maior limitação no número de atividades de lazer oferecidas devido à questão econômica. Na cidade, era comum as famílias se associarem a mais de um clube e acompanharem a temporada de festas e atividades sociais mais ou menos intensa destes, pois os clubes não serviam só para o lazer, mas principalmente para o convívio de pessoas de certa classe ou setor social entre si, o que depois podia redundar em negócios, empregos, parcerias e até casamentos. Devido a isso, eram também muito procurados por famílias com filhas em idade núbil. Os principais clubes brancos, para o período estudado, foram o **Comercial**, o **Brilhante** e o **Diamantinos**, os dois últimos tendo acirrada rivalidade entre si por ocasião do **Carnaval** e dos desfiles nas ruas, nas primeiras décadas do século XX. Quanto aos clubes esportivos, nos últimos anos do século XIX começaram a surgir algumas associações de regatas, ciclismo, esgrima, remo, ginástica e tiro, a maioria associada aos **alemães**. Com o século XX, o avanço do **futebol** foi impossível de ser freado, desenvolvendo-se numerosos grêmios dedicados a este esporte, alguns dos quais se tornaram grandes clubes e existem até hoje, como o **Pelotas**, o **Brasil** e o **Farroupilha**. Quanto aos demais esportes, nunca conseguiram se

desenvolver muito, ficando restritos a grupos seletos de aficionados, no período em questão.

Bibliografia.- Barreto, Alvaro. *Dias de folia*. O carnaval pelotense de 1890 a 1937. Pelotas: Educat, 2003; Holanda, Aurélio Buarque de. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [s.d.]; Loner, Beatriz. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas, 1888-1937*. Porto Alegre: UFRGS, 2º.vols., 1999. Tese (Doutorado em Sociologia), Nascimento, Heloisa Assumpção. *Nossa cidade era assim*. Pelotas: Livraria Mundial, 1989.

(Beatriz Loner)

Colégio Gonzaga. Instituição de ensino de orientação cristã, fundada em 4 de março de 1895 pelo sacerdote jesuíta José Anselmo de Souza. O educandário, que iniciou com 15 alunos e terminou o primeiro ano com 92, entre internos e externos, contou a partir de 1910 com a colaboração de irmãos maristas, que se responsabilizaram pelo curso primário. Quando os padres jesuítas foram convidados a assumir o Seminário Diocesano do Bispado de Santa Maria, por volta de 1924, irmãos lassalistas passaram a administrar o então chamado Ginásio Gonzaga, através de um contrato de aluguel que perdurou até 1951, ano da compra efetiva do prédio. Os lassalistas começaram com 69 internos, provenientes das mais variadas cidades do interior do Estado: eram organizados em turmas de maiores e menores, obedecendo regras de disciplina e convívio comunitário; um Irmão Prefeito era responsável pelo controle do estudo e do relacionamento com os familiares dos alunos. Esse internato teve fim em 1967. Os irmãos lassalistas se destacariam ainda na ênfase dada ao curso de Comércio Prático, voltado para um ensino dinâmico através do Banco do Gonzaga (simulação de agência bancária), no qual os alunos tinham ampla iniciativa para a gestão de negócios. O sucesso dessa experiência levaria à criação da Faculdade de Ciências Econômicas em 1937, a qual funcionou até 1954. Mas pensar no Gonzaga é lembrar de sua Banda Marcial, tricampeã nacional, inspirada na banda dos Fuzileiros Navais. Saiu pela primeira vez às ruas de Pelotas em 1958, com 180 componentes, tendo na regência o maestro Werneck. A banda conquistaria a vitória no Campeonato Brasileiro de Bandas e Fanfarras em São Paulo nos anos de 1972, 1973 e 1975. Os Galinhas Gordas, como eram chamados os alunos do Ginásio Gonzaga pelos rivais do Ginásio **Pelotense**, os Gatos Pelados, cultivaram com os alunos desse educandário uma rivalidade que se estendeu à área futebolística e que teve o seu auge entre as décadas de 1930 e 1960, capaz de mobilizar a cidade inteira em dias de clássicos Pe-Gon, que muitas vezes levava a excessos por parte das torcidas. O Colégio Gonzaga teve direção lassalista até o ano de 2003, quando a escola foi vendida a dois empresários de

Pelotas numa alternativa ao definitivo fechamento. Mesmo com direção leiga, a escola continua sua orientação cristã.

Bibliografia.– Parmagnani, Irmão Jacob José e Ruedell, Otto. *Memorial do Colégio Gonzaga – cem anos de Educação*. Porto Alegre: Gráfica Editora Pallotti, 1995.

(Taiane Mendes Taborda)

Colégio Municipal Pelotense. A **Maçonaria**, durante o Império, foi um importante elemento para consolidar o regime monárquico, sustentado pela união entre Igreja e Estado. No final do século XIX, porém, o Vaticano desencadeou uma forte pressão anti-maçônica. No Brasil, a proclamação da **República** e a consequente separação entre o secular e o religioso permitiram o ensino laico. Esses fatos favoreceram que, em 1902, essa disputa político-ideológica se refletisse no campo educacional de Pelotas, com a criação do Ginásio Pelotense, resultado da união de três sociedades maçônicas: Antunes Ribas, Lealdade e Rio Branco, contrapondo-se à instituição católica Ginásio **Gonzaga**. Sua primeira sede foi a residência do Dr. Miguel Barcellos, na rua que hoje leva seu nome, onde atualmente funciona o Colégio Monsenhor Queiroz. Em 1903, passou a funcionar no casarão adquirido pela Maçonaria, na Rua Félix da Cunha esquina Tiradentes (prédio histórico, que por duas ocasiões havia abrigado a Família Imperial) até ser transferido, em 1961, para o endereço atual: Rua Marcílio Dias esquina Avenida Bento Gonçalves. O Pelotense, como hoje é denominado, surgiu na cidade como uma nova opção de ensino primário e secundário de qualidade, oferecendo **educação** laica, assegurando liberdade de consciência, formando cidadãos aptos para a democracia e para alcançar o tão almejado progresso. O ensino era pago, no sistema de internato e externato, primeiramente só para meninos, na sua maioria de formação não católica. Na época o método de avaliação era a equiparação com o Ginásio D. Pedro II, o que permitia que os alunos não prestassem exame para ingresso no ensino superior. Pouco depois da fundação, organizou-se o Grêmio Estudantil, de forte interação com a sociedade. A rivalidade com os alunos do Ginásio Gonzaga fez surgirem os respectivos apelidos dos alunos dos dois educandários, tendo por base as iniciais de ambas as instituições: Galinhas Gordas e Gatos Pelados. O que tinha inicialmente o propósito do conflito tornou-se um fator de identidade para o corpo discente. As principais pautas da organização dos estudantes eram o nacionalismo, o orgulho de pertencer à instituição, a ligação forte entre alunos e professores e o tom irônico para criticar o que, segundo eles, havia de errado na sociedade brasileira da época. Durante as passeatas que se organizavam todos os anos, no dia de aniversário do colégio – 24 de outubro – extravasavam essas críticas de forma bastante contundente. Os mestres em geral eram maçônicos, escolhidos entre a elite intelectual de Pelotas. Em 1911 foi criada, como anexa ao Ginásio Pelotense, a

Faculdade de Farmácia e **Odontologia**, e um ano mais tarde a **Faculdade de Direito**. Em 1917, após um período de crise, devido a problemas administrativos e mudanças na legislação de ensino (fator responsável pela perda da equiparação), essa instituição se tornou municipal, situação necessária para a reequiparação, reconquistada em 1962. Porém, o ensino continuou sendo pago, tendo vaga para poucos bolsistas através de um contrato com a Prefeitura. A mudança de nome para Colégio Municipal Pelotense data de 1943. Hoje essa escola é considerada uma das maiores instituições municipais da América Latina.

Bibliografia. – Amaral, G. L. (org.). *Gymnasio Pelotense, Colégio Municipal Pelotense: entre a memória e a história*. Pelotas: Educat, 2002; Amaral, Giana Lange do. *Gymnasio Pelotense e a Maçonaria; uma face da história da educação em Pelotas*. Pelotas: Seiva publicações, 1999.

(Micaele Irene Scheer)

Colégio São José. Foi fundado em 19 de março de 1910 pela Madre Saint Maurice Richermoz, juntamente com outras irmãs da Congregação de São José, provenientes da França. Para este fim tiveram o apoio do intendente municipal da época, José Barbosa Gonçalves. O Colégio esteve instalado em um prédio alugado, localizado na Rua Quinze de Novembro, 51, esquina Gomes Carneiro, até a data de 5 de fevereiro de 1916, quando passou a se localizar na Rua Félix da Cunha, em prédio próprio, local em que continua até os nossos dias. Em 1936 foi equiparado às escolas complementares do Estado, sendo construída a ala localizada na Rua Três de Maio. Na década de 1940 foram organizados os cursos Ginásial, Normal e Científico Complementar. No início estudavam no local 117 alunas, distribuídas em diversas séries primárias. Em 1950 a escola chegou a um número de 906 alunas, isto porque só funcionava para meninas, até o ano de 1972, quando passou a ser um colégio misto. Neste momento passou a ter 1.472 alunos. A partir deste período a escola sempre teve um expressivo crescimento não só no número de alunos, como na oferta de cursos e de atividades destinadas aos estudantes. A década de 1980 foi marcada pela inauguração da Biblioteca Infantil e pela organização da Olimpíada das Cores, que acontece anualmente no mês de setembro, congregando toda a comunidade escolar. O São José possui ainda grupo de danças, escolas esportivas, grupo de teatro, atividades musicais e Filosofia para as crianças, desde as séries iniciais. Atualmente oferece também cursos universitários, em parceria com instituições relacionadas a atividades no campo do ensino superior.

Bibliografia.- Osorio, Fernando. *A Cidade de Pelotas*. Vol. 2, terceira edição, Pelotas : Editora Armazém Literário, 1998.

(Angela Beatriz Pomatti/Lorena Almeida Gill)

Colônias. Através da análise de dados obtidos no Relatório da Intendência Municipal de 1922 e no documento elaborado por Carl Otto Ullrich, no final do século XIX, para a Associação Central de Geografia e Incremento dos Interesses Alemães no Exterior, relacionamos as seguintes colônias de Pelotas, com os seus respectivos títulos, data de fundação, nome do(s) fundador(es) e etnia(s) predominante(s), quando houver: Lopes (1866), Manuel da Fontoura Lopes; Arroio do Padre (1868), Augusto Gerber e Guilherme Bauer – famílias alemãs; Cerrito (1868), Jacob Rheingantz; Bismark (1868), Guilherme Bauer; Santa Clara (1869), Joaquim de Sá Araújo; Santa Silvana (1869), Custódio Gonçalves Belchior; Arroio Bonito (1869), Jacob Rheingantz; São Domingos (1875), herdeiros de Domingos de C. Antiqureira – famílias alemãs, algumas italianas; Santo Antônio (1881), João Antonio Pinheiro – famílias alemãs e francesas; Arroio Grande (1881), Jacob Rheingantz; Continuação (1881), Gottiel Neruberg; Aliança (1881), Augusto Hardt; Municipal (1882), Câmara – famílias alemãs, algumas italianas; Santa Colleta (1882), Antonio Francisco Ribeiro – famílias alemãs; Santa Helena (1882), Sigmar von Schiegl – famílias alemãs; Retiro (1883), Manoel da Fontoura Lopes; São Simão (1883), Simão da Rocha; Accioli (1885), Governo Imperial; Affonso Pena (1885), Governo Imperial – famílias italianas; São Luiz (1885), Luiz Juvêncio da Silva Leivas – famílias alemãs, poucos italianos; Marina (1885), Luiz Juvêncio da Silva Leivas – famílias alemãs, alguns italianos; Santo Amor (1885), Dr. Vicente Cypriano de Maia – famílias alemãs, alguns italianos; Morro Redondo (1885), Dr. Vicente Cypriano de Maia; Maciel (1885), Governo Imperial – famílias italianas; São Zacharias (1885), Zacharias Delgado – famílias alemãs, brasileiras, austríacas, francesas e italianas; Domingos Fragata (1885), Domingos Francisco dos Anjos; Santa Eulália (1889), Heliodoro de Azevedo e Souza – famílias alemãs; Santo Bento (1899), José Bento de Campos; Progresso (1891), Jacob Rheingantz; Catita (1891), Luiz Juvêncio da Silva Leivas; São Manoel (1891), Pedro Antonio Toledo – famílias alemãs; Manoel Dias (1892), Domingos Jacintho Dias; Santa Izabel (1893), Benjamim Leitão; Santa Aurea (1893), Manoel Baptista Teixeira – famílias alemãs; Santa Maria (1893), João Schild – famílias alemãs; São João, João Baptista Scholl; São Pedro, Pedro Nunes Baptista; Ramos, Antonio Ferreira Ramos; Santa Bernardina, Dr. Piratinino e Frederico Nachtigall; São Domingos, Dr. Epaminondas Piratinino de Almeida; Dona Marcolina, Luiz Juvêncio da Silva Leivas; Santa Rita, Carlos Ritter & Irmão – famílias alemãs; Visconde da Graça, Carlos Ritter & Irmão – famílias alemãs; Triumpho, João Baptista Scholl; Ritter, Carlos Ritter & Irmão. Além disso, encontramos as seguintes: Colônia Júlio de Castilhos; Colônia Santa Juliana; Colônia Caixão; Colônia São Francisco; Colônia Luiz Nelle; Colônia Florêncio; Colônia Wilhelonhöhe; Colônia Santa Francisca; Colônia Alberto; Colônia João Lemos; Colônia Algodão; Colônia

Chaves; Colônia Oliveira; Colônia Santa Thereza; Colônia Santa Hercília e Colônia São Pedro.

Fontes.— Relatório da Intendência Municipal em 1922. Arquivo da Biblioteca Pública Pelotense, vol. 632.

Bibliografia.— Anjos, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária –UFPEL, 2000; Ullrich, Carl Otto. *As colônias alemãs no sul do Rio Grande do Sul*. Conselhos aos imigrantes para o Sul do Brasil. R. Jan-nasch (org.), Berlim, 1898. In: *Ensaio FEE*, ano 5, n.º 2, 1974, p. 66.

(Marcos Hallal dos Anjos)

Colonização. A primeira colônia agrícola de que se tem notícia na região surgiu por volta do ano de 1780, no local denominado Serra dos Quevedos, hoje pertencente ao município de São Lourenço do Sul. Formada por agricultores açorianos, não prosperou de imediato, vindo a dar sinais de melhoras somente a partir de 1830. Conforme o relatório de 1922 da Intendência Municipal, a ideia da colonização do município pela importação de braços europeus data dos primeiros dias de instalação da **Câmara Municipal** (1832). Pela lei provincial nº 143, de 27 de julho de 1848, foi criada a colônia agrícola denominada São Francisco de Paula, mas não levada a termo, apesar da Câmara ter escolhido terreno e levantado a respectiva planta, enviando-a ao presidente da Província, general Andréa, que, em ofício de 9 de junho de 1849, julgou-a inoportuna. No entanto, o insucesso da iniciativa oficial não impediu que, por essa mesma época, surgisse a Associação Auxiliadora da Colonização de Estrangeiros, entidade particular, com a finalidade de “proteger a imigração estrangeira de agricultores para a Província”. Formada com um capital de 40 contos de réis, em 1850, a Associação adquiriu, de um de seus maiores acionistas, o Sr. Antonio Rafael dos Anjos, terreno na estrada que ia para o Capão do Leão, a uma légua da cidade, fundando ali a Colônia Dom Pedro II, com 40 lotes, todos ocupados por colonos irlandeses, em número superior a 300, provenientes de Liverpool. Geograficamente o município de Pelotas é composto por duas grandes paisagens naturais: a planície, ao sudeste, e a região serrana, ao noroeste. Na primeira, localizaram-se as propriedades dos estancieiros e as **charqueadas**, sustentadas economicamente pelo braço escravo; na segunda, multiplicaram-se as pequenas propriedades, destinadas ao assentamento de imigrantes europeus. A colonização na região serrana de Pelotas revestiu-se de um caráter todo especial, por ter sido realizada, quase que exclusivamente, por capitais particulares e de forma muito intensa. Após dominarem e explorarem economicamente a região da planície, os abastados charqueadores, estancieiros e comerciantes pelotenses voltaram seus interesses, no século XIX, para as terras férteis e ricas em matos da região serrana. Lentamente apossaram-se destas, com o objetivo inicial de extrair a madeira e,

esporadicamente, formar pequenas lavouras, ainda ambas as atividades baseadas na mão-de-obra escrava. Essas atividades darão lugar, porém, a uma outra, bem mais lucrativa: a formação de **colônias** de imigrantes. O movimento colonizador em Pelotas inseriu-se no processo de especulação imobiliária, ocorrido a partir da Lei Provincial nº 304, de 1854, que não mais baseou na doação, mas sim na venda, o fornecimento de lotes aos imigrantes. As terras vendidas por particulares chegavam a custar 800% mais do que as vendidas pelo governo para a formação de colônias oficiais. O relatório de 1922, encaminhado ao Conselho Municipal pelo intendente Pedro Luis Osorio, registrou, para o ano de 1900, nada menos do que 61 colônias, sendo apenas quatro delas oficiais: a Municipal, criada em 1882, e as colônias Accioli, Afonso Pena e Maciel, criadas pelo governo imperial no ano de 1885. Em 28 dessas 61 colônias relacionadas, identificou-se a origem dos colonos; em 82,14% delas, ou seja, em 23 colônias, os habitantes eram certamente alemães. Originariamente instalados em lotes coloniais que distavam entre 18 e 72 km da cidade, os colonos estavam estrategicamente distantes das grandes propriedades escravocratas e das terras de planície destinadas à atividade econômica principal. Por outro lado, devido à estrutura viária das estradas de rodagem existentes no município, não se encontravam totalmente isolados, obtendo acesso à zona urbana, onde podiam abastecer-se de gêneros e utensílios necessários à sua sobrevivência, além de esboçarem uma pequena atividade mercantil baseada em excedentes agrícolas e na comercialização da manteiga. Na segunda metade do século XIX, as principais estradas de rodagem para a zona colonial eram: a estrada de Santo Amor, a do Retiro e a do Monte Bonito. A primeira comunicava com Canguçu, atravessando a Serra dos Tapes, levando ao mercado de Pelotas a produção das seguintes colônias: Afonso Pena, Accioli, Santa Hercília, São Domingos e Marina. A estrada do Retiro dirigia-se para São Lourenço do Sul e possuía diversos ramais, levando à sede do município a produção das colônias de São Lourenço, Santa Silvana, Santa Clara, Lopes, Santa Thereza e Retiro. A estrada do Monte Bonito, que atravessava a região compreendida por aquelas duas primeiras, dividia-se, pouco além do arroio Pelotas, em dois ramais: um atravessava a colônia Santo Antônio, chegando à Colônia Municipal, e o outro atravessava as colônias Santa Helena e Maciel, encontrando a estrada que segue para Canguçu. Em 1884, foi inaugurada a linha férrea entre Rio Grande e Bagé, em cuja estação do Capão do Leão (pertencente então ao município de Pelotas) eram embarcados os produtos coloniais para as cidades de Rio Grande e Pelotas. As colônias distavam, em média, 50 a 60 Km dessa via férrea. Além da organização e do poder econômico das sociedades particulares de fomento à **imigração**, foram a boa qualidade do solo da Serra dos Tapes e a localização das colônias — servidas por estradas e perto de dois grandes centros urbanos, Pelotas e Rio Grande — as responsáveis pelo

sucesso dos empreendimentos. A região serrana de Pelotas tornou-se pólo concentrador de elementos estrangeiros e uma das principais portas de entrada destes à zona urbana. Além do intercâmbio econômico natural que se estabeleceu entre a cidade e suas colônias circunvizinhas, muitos elementos acabaram por se desgarrar destes agrupamentos humanos, por motivos vários, estabelecendo-se na cidade e contribuindo efetivamente para o progresso local.

Fontes.— Relatório da Intendência Municipal em 1922. Arquivo da Bibliotheca Pública Pelotense, vol. 632; Livro de Atas da Associação Auxiliadora da Colonização de Estrangeiros, 1849. Arquivo da BPP, vol. 476. Bibliografia.— Anjos, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2000; Grando, Marinês Zandavalli. *Pequena agricultura em crise: o caso da Colônia Francesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, FEE, 1990.

(Marcos Hallal dos Anjos)

Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência (CTMR). Fundada em 20 de março de 1919, a CTMR originou-se principalmente dos capitais dos comerciantes, dos charqueadores, dos industriais e do setor bancário. Em reunião na sede da Associação Comercial, o coronel Alberto Rosa, diretor do **Banco Pelotense**, afirmou que a única solução para melhorar os serviços telefônicos que eram prestados na cidade seria fundar uma companhia telefônica com capitais locais. Ficou a cargo do advogado dr. Bruno de Mendonça Lima a redação dos estatutos da nova entidade, que, sob a forma de sociedade anônima, teria como principal incorporadora a Associação Comercial de Pelotas. Os objetivos da Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência seriam *melhorar os serviços e resistir ao capital estrangeiro*. Seus primeiros diretores foram Feliciano Ignácio Xavier e Alberto Tonca Duarte. Com o sucesso da expansão da rede telefônica na área central da cidade, seus diretores resolveram estender os serviços de telefonia para a vizinha cidade de Rio Grande. Mas não conseguiram atingir seus objetivos, porque a companhia norte-americana IIT — International Telephone and Telegraph — havia incorporado a empresa prestadora dos serviços naquela cidade e instalado em Rio Grande telefones automáticos. Em Pelotas, dada a presença da CTMR como empresa sólida, coube à IIT apenas o fornecimento de equipamentos. Para a CTMR restou a expansão das redes telefônicas para São Lourenço do Sul e no interior do próprio município. Na “batalha pela telefonia” em Pelotas, a IIT bloqueou o acesso dos telefones da CTMR ao tráfego interurbano. Dessa forma, em Pelotas, os serviços telefônicos, durante algum tempo, foram prestados por duas empresas, e quem necessitava comunicar-se com as cidades de Rio Grande e Porto Alegre utilizava os telefones da Companhia Telefônica Rio-Grandense, pertencente à IIT. Mesmo com esse problema, os dire-

tores da CTMR continuaram a investir na ampliação da rede. No relatório de 1926, o número de telefones particulares era de 2.475, sendo 57 instalados nas repartições públicas, além dos 12 privativos da própria empresa. A extensão das linhas passou a ser de 3.837 metros, e o número total de trabalhadores era de 37 homens e 56 mulheres — na sua maioria telefonistas. No início da década de 1930, a Companhia contava com 7.810 km de linhas urbanas, 1.810 km de linhas rurais e 480 km de linhas intermunicipais. Implantaram-se nesse período, também, nos principais bairros da cidade e em outros locais que utilizavam os serviços da Companhia, os “centros-filiais” (centrais telefônicas que atendiam estas localidades). Já nos anos 1950, o município contava com 5.896 telefones. Nos anos 1960, o Rio Grande do Sul passou por grandes transformações no setor da telefonia: o governo de Leonel Brizola encampou a Companhia Telefônica Rio-Grandense; a CTMR, porém, manteve-se como empresa local e não aceitou participar da rede telefônica estadual. Em 1974, a CTMR passou a ser subordinada ao governo federal. Houve uma reestruturação do sistema: cada estado teria uma companhia telefônica e, como no Rio Grande do Sul a companhia pertencia ao governo estadual, a CTMR passou a fazer parte do sistema TELEBRÁS na condição de empresa não-pólo, por não estar localizada na capital. Isso deu novo impulso ao sistema de telefonia na cidade, ampliando sua rede e incorporando novas tecnologias. Nos anos 1990, a CTMR ganhou notoriedade, situando-se entre as cinco melhores do sistema TELEBRÁS. Apesar de atender apenas 3,5% da população gaúcha (Pelotas, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu), apresentava 8,3% do total de terminais instalados no estado. Numa época de escassez de investimentos nas telecomunicações, um mês era o tempo máximo que transcorria entre a aquisição de uma linha telefônica, sua instalação e seu pleno funcionamento. Esta situação deu destaque, no país, à cidade e à Companhia Telefônica. Em 1991 havia 64.982 telefones instalados e em 1999 esse número passou para 110.230, além de contar com a progressiva expansão da telefonia móvel. Até a sua privatização pelo governo federal (1998) e posterior extinção (2000), a CTMR era uma das melhores empresas de telefonia do Brasil.

Bibliografia.— Ueda, Vanda. *Inovação tecnológica e espaço urbano: a implantação da Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência em Pelotas/RS*. Florianópolis: UFSC, 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia); Ueda, Vanda. *Innovación tecnológica y cambio social: agentes y estrategias en las redes de telecomunicaciones en Rio Grande do Sul, Brasil (1852-1930)*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2002. Tese (Doutorado em Geografia).

(Vanda Ueda)

Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG). Partindo da necessidade do desenvolvimento da lavoura e da educação do pequeno trabalhador rural, o dr. Pedro Luis Osorio, intendente municipal, em setembro de 1920 solicitou a criação de uma escola de ensino agrícola ao dr. Ildefonso Simões Lopes, ministro da Agricultura do governo de Epiácio Pessoa. O Conselho Municipal, presidido por Manoel Simões Lopes, através da lei nº 144 de 17 de outubro de 1921, destinou à União 201 hectares no 2º distrito, denominado Boa Vista, a 8 km do centro da cidade. Em 9 de novembro de 1921, o decreto presidencial nº 15.102 criou o Patronato Agrícola Visconde da Graça, assim denominado em homenagem ao detentor desse título imperial, João Simões Lopes Filho, pai do então ministro da Agricultura. Vinculado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, em 12 de outubro de 1923 foi inaugurado o Patronato, funcionando inicialmente como Escola Rural de Alfabetização com noções elementares de Agricultura e criação de animais domésticos, já neste dia contando com 75 alunos em regime de internato. O Decreto nº. 24.115 de abril de 1934, do Governo Provisório de Getúlio Vargas, extinguiu o Patronato, que passou a funcionar como Aprendizado Agrícola, com uma reorganização no programa de ensino, passando a dar mais ênfase à parte técnico-profissional. A Lei Orgânica do Ensino Agrícola criou, através do decreto-lei nº 9.613 de 20 de Agosto de 1946, do presidente Eurico Gaspar Dutra, a Escola Agrotécnica Visconde da Graça, em substituição ao Aprendizado Agrícola. Em 1952 ocorreu a formatura da primeira turma de técnicos, correspondendo ao 2º ciclo. A mesma lei orgânica possibilitou que, em 20 de agosto de 1957, fosse criado o curso de magistério de Economia Doméstica, incluindo as mulheres nesse tipo de estabelecimento. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, associada ao decreto nº. 52.666 de 11 de dezembro de 1963, substituiu o nome de Escola Agrotécnica para Colégio Agrícola. Pelo decreto nº. 62.178 de 25 de janeiro de 1968, do presidente Costa e Silva, o Colégio passou a integrar a Universidade Rural do Rio Grande do Sul, e o decreto nº 56.881 de 16 de dezembro de 1969 vinculou-o definitivamente à **Universidade Federal** de Pelotas. Em 1974 passou a denominar-se Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça. Em 2010, o CAVG foi desvinculado da UFPel, passando a integrar o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense.

Fonte. – *Lei orgânica do Ensino Agrícola*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1946.

Bibliografia.—Antunez, José Leonel da Luz. *CAVG: História de um patronato*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, UFPel, 1996;

(José Leonel da Luz Antunez)

Conjunto neoclássico. Em 15 de dezembro de 1977, três **casas** localizadas na Praça Coronel Pedro Osorio – números **2, 6 e 8** – foram reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através da inscrição nº 526 no Livro Tombo de Belas Artes e nº 70 no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A descrição do registro diz que o conjunto é formado por casarões em estilo eclético, com interiores e exteriores requintados, como os forros em gesso e em marmorino, as pinturas e barras decorativas nas paredes, as esquadrias com vidros de cristal trabalhados, os gradis de ferro fundido, as platibandas decoradas com estátuas e jarrões de louça. Afirma que a sua arquitetura utilizou projetos, materiais e elementos decorativos importados da Europa e expressa o poder e a sofisticação das ricas famílias locais. A poética do classicismo manifesta-se nestes palacetes, repletos de analogias à Antiguidade e ao Renascimento, representando “civilização”, “cultura” e “bom gosto”. A composição dos prédios adota, de forma específica, o sistema normativo clássico, a composição tripartida, as simetrias, os ritmos, os paralelismos, etc. Assume as ordens, especialmente a coríntia e a compósita. Elementos e acabamentos de gosto romântico – em especial nos recuos ajardinados e pátios – referenciam a natureza do lugar, dando especificidade e originalidade a este conjunto urbano. Até hoje, o quarteirão onde estão situadas essas residências não foi reconstruído. Por sua autenticidade, pelo seu valor histórico e artístico, pela ostentação e pela riqueza de ornamentação que apresentaram, têm merecido destaque. Construídos no final da década de 1870, os “palacetes”, que se debruçavam sobre a área verde, alcançaram o ápice do refinamento, servindo de exemplo às obras executadas posteriormente. A partir de então, passaram a morar nestas vivendas duas filhas e um filho do Barão de Butuí, casados com dois filhos e uma filha de Eliseu Antunes Maciel. Os Antunes Maciel representavam o gosto da aristocracia liberal da Fronteira Sul. Por um lado, as fachadas externas, repletas de ornamentações “elegantes”, de brasões imperiais, associados aos desenhos rebuscados dos monogramas familiares e, por outro, as fachadas dos pátios internos, despossuídas de platibanda e de decoração, ao mesmo tempo escondem e mostram a dualidade do ocaso da nobreza e da **escravidão** brasileira.

Bibliografia.— Gutierrez, Ester J. B. *Barro e sangue*: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas. (1777-1888). Ed. da UFPel, 2004; Chevallier, Ceres. *Vida e obra de José Isella*: arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2002.

(Ester Gutierrez)

Conselho Municipal (1891-1935). A primeira Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul, conhecida como Carta Castilhistas,

foi aprovada em 14 de julho de 1891, dia de aniversário da Revolução Francesa. No seu artigo 63, estabeleceu: “O poder municipal será exercido, na sede de cada município, por um intendente, que dirigirá todos os serviços, e por um conselho, que votará os meios de serem eles criados e mantidos”. Do mesmo modo que à chamada Assembleia dos Representantes, correspondente ao legislativo estadual, ao legislativo municipal, chamado de Conselho, competia apenas aprovar o orçamento, neste caso para que o intendente pudesse criar, manter e dirigir os “serviços” necessários à manutenção e ao progresso do município. Bastava, para tanto, que se reunisse uma vez por ano, “durando a sessão dois meses no máximo”, conforme o artigo 65. Fora isso, só se fosse convocado extraordinariamente, por iniciativa dos seus próprios membros ou do intendente. Também a exemplo dos deputados estaduais, os conselheiros eram eleitos para um período de quatro anos. Ao contrário daqueles, porém — e ao contrário dos intendentes e dos subintendentes distritais, no âmbito do município —, seu mandato era gratuito: não “percebiam”, pelo exercício do cargo, qualquer espécie de “remuneração pecuniária”. Percebiam-se, isto sim, suficientemente recompensados pela honra de integrar o Conselho. No artigo 64 da Constituição de Castilhos previa-se que a Lei Orgânica municipal, a ser elaborada já na primeira legislatura, é que determinaria o número dos conselheiros. Antes disso, ou seja, na primeira eleição, seriam escolhidos sete membros, “com exceção do município da capital, cujo conselho se comporá de nove”. Em Pelotas, o primeiro Conselho Municipal, composto por sete membros, teve como presidente o coronel Alberto Roberto Rosa (1891-1896). A partir de então, elevou-se para nove o número de cadeiras. Distinguiram-se como presidentes, até a Revolução de 1930, os seguintes cidadãos pelotenses: Francisco de Paula Gonçalves Moreira (1896-1900), Guilherme Echenique (1900-1904), Pompeu Mascarenhas de Souza (1904-1908), Joaquim Augusto de Assumpção (1908-1912), Joaquim Augusto de Assumpção, reeleito (1912-1916), Pedro Luís Osorio (1916-1920), Manuel Simões Lopes (1920-1924), Manuel Luís Osorio (1924-1928) e José Francisco Dias da Costa (1928-1930). Durante o chamado Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), preencheram-se os cargos através de nomeação, passando o órgão a ter o nome de Conselho Consultivo. Nesse período foram seus presidentes, em Pelotas, Guilherme Echenique (1930-1932) e Edmundo Gastal Sobrinho (1933-1935). Depois de aprovada a Constituição de 1934, o legislativo de cada município brasileiro recebeu o nome de Câmara Municipal — o mesmo que havia identificado durante o Império, em âmbito local, o poder político constituído.

Bibliografia.— Etcheverry, José. *O poder legislativo pelotense* (datilografado). Pelotas: 1990; Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*, 1º vol., 3ª edição. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997; Osorio, Joaquim Luís. *Consti-*

tuição Política do Estado do Rio Grande do Sul: Comentário, 3ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

(Mario Osorio Magalhães)

Conservatório de Música. Fundado em 18 de setembro de 1918 como instituição particular, foi a primeira entidade dedicada especificamente ao ensino da **música** em Pelotas, a terceira do gênero no Rio Grande do Sul (o Conservatório de Bagé foi fundado em 1904 e o Conservatório de Porto Alegre em 1908) e a quinta no Brasil. Desde sua criação, o Conservatório é a única instituição para o ensino musical com atividade ininterrupta na cidade. A situação econômica e a tradição cultural e musical de Pelotas entravam em consonância, em 1918, com o projeto de “interiorização da cultura artística”, idealizado por José Corsi e pelo professor Guilherme Fontainha (1887-1970), então diretor do Conservatório de Música de Porto Alegre, fundado em 22 de abril de 1908. Esse projeto pretendia a criação de um movimento cultural autônomo no Rio Grande do Sul, através do “estabelecimento de uma rede de centros culturais que permitisse a circulação permanente de artistas nacionais e internacionais, além de também promover a educação musical da juventude”. O projeto seria efetivamente implementado através do Centro de Cultura Artística do Rio Grande do Sul (criado em 1921), mas podemos considerar que possivelmente o Conservatório de Música de Pelotas tenha sido uma iniciativa pioneira para o projeto mais amplo. Os primeiros professores do Conservatório foram Antonio Leal de Sá Pereira, diretor e professor de piano, e Andino Abreu, professor de canto. Sá Pereira, pianista e pedagogo baiano, realizou sua formação musical durante dezessete anos de estudos na Europa, sempre voltado para a valorização da música brasileira e da música de câmara. Andino Abreu, primeiro professor de canto da instituição, responsável pela divulgação do repertório da mais nova música brasileira da época, foi o primeiro intérprete de Camargo Guarnieri, sendo responsável, em Paris, pelas primeiras gravações das canções de Villa-Lobos, com Lucília Villa-Lobos, esposa do compositor, ao piano. Sá Pereira também foi diretor do Centro de Cultura Artística de Pelotas, publicou artigos e críticas sobre música nos jornais da cidade e foi responsável pela formação do Coro dos Mil, um coro de mil vozes que cantou diante da Intendência nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Sá Pereira e Andino Abreu atuaram no Conservatório de Música no período de 1918 a 1923. Após Sá Pereira, foram seus diretores: Milton de Lemos, de 1923 a 1954; Benedito de Souza Lima, de 1954 a 1955; Antônio Margherita, de 1955 a 1959; Fernando Lopes, de 1959 a 1960; Maria de Lourdes Nascimento, de 1960 a 1970; Maria Luiza Mathilde de Mello Allgayer Mendonça, de 1971 a 1978; Maria Leda Vernetti dos Santos, de 1979 a 1983; Maria do Carmo Mascarenhas Seus, de 1983 a 1987; Aida Pons Dias da Costa, de

1987 a 1989; Maria Elisabeth Maurer de Salles, de 1989 a 1993; Alfonso Celso da Costa Júnior, de 1993 a 1995; Leda Maria Vieira, diretora *pro tempore* de outubro de 1995 a setembro de 1996; Regina Maria Balzano de Mattos, de 1996 a 2003. Desta data até a atualidade, Isabel Porto Nogueira assumiu a direção. O Conservatório de Música de Pelotas foi municipalizado em 1937 e participou do processo de fundação da **Universidade Federal de Pelotas**, em 1969, passando a ser unidade de ensino em novembro de 1983. A escola dedicou-se, desde a sua fundação, às atividades de ensino e de promoção de concertos, e é na atualidade a única sala de concertos em atividade na cidade de Pelotas, oferecendo mais de oitenta concertos gratuitos anualmente. Juntamente com o Conservatório de Música, funcionaram o Centro de Cultura Artística, de 1919 a 1922, e a Sociedade de Cultura Artística, de 1940 a 1974, sendo responsáveis pela vinda à cidade de Pelotas de grandes nomes da cena artística internacional, como Arthur Rubinstein, Andrés Segóvia, Cláudio Arrau, Ignaz Friedman, Alexandre Brailowsky, Francisco Mignone, Magdalena Tagliaferro, entre outros. Em 1994 foi fundada a Sociedade Amigos do Conservatório de Música, que apoia os concertos e eventos realizados pela escola. Os professores formados pelo Conservatório exercem atividades de ensino e performance, contribuindo para a educação musical e para a formação de público para a música de concerto na cidade de Pelotas a partir de sua atuação como concertistas ou professores. O Conservatório de Música oferece regularmente cursos de extensão e cursos de bacharelado em canto e instrumentos. Foram criados em 2008 o Curso de Bacharelado em Composição Musical, em 2009 o Curso de Bacharelado em Ciências Musicais (primeiro no gênero no Brasil) e em 2010 serão criados os Cursos de Bacharelado em Música Popular e em Regência. Em 2004, o Conservatório de Música da UFPel foi reconhecido como Patrimônio Cultural do Estado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Bibliografia.— Caldas, Pedro Henrique. *História do Conservatório de Música de Pelotas*. Pelotas: Semeador, 1992; Corte Real, Antônio. *Subsídios para a História da Música no Rio Grande do Sul*. 2ª. edição. Porto Alegre: Movimento, 1984; Nogueira, Isabel Porto (org.). *História Iconográfica do Conservatório de Música da UFPel*. Porto Alegre: Pallotti, 2005.

(Isabel Porto Nogueira)

Contrabando. O contrabando sempre existiu no Rio Grande do Sul, quase como uma atividade normal, sendo utilizado tanto por grandes grupos de contrabandistas, aliados a poderosos comerciantes ou fazendeiros, como pelos pequenos, no contrabando isolado e individual. A extensa fronteira do estado com os países vizinhos, Argentina e Uruguai e, especialmente em relação a esse último, o fato dela ser contínua, sem muitos obstáculos a serem transpostos, fez com que fosse muito

fácil a circulação de mercadorias, homens ou gados, de um lado a outro. Sabe-se que, durante o período imperial, muitos estancieiros possuíam estâncias dos dois lados da fronteira e fechavam seus negócios de gado de acordo com o melhor preço obtido, em um ou outro lugar. O único porto marítimo do estado, Rio Grande, era um dos mais perigosos do mundo até a construção dos molhes da barra, o que fazia com que muitos dos produtos exportados e importados para o Rio Grande do Sul fossem enviados pelo porto de Montevidéu. Isso levou, inclusive, a que a rede de estradas de ferro do Uruguai se configurasse de forma a unir o porto de Montevidéu com as fronteiras com Brasil e Argentina. Várias localidades brasileiras fronteiriças foram servidas antes pela viação férrea destes dois países e só depois integradas à rede brasileira. Mas, se por esse modo, vinham muitos produtos importados legalmente, o contrabando era largamente praticado e de maneira tão forte que, ao final do Império, os prejuízos sofridos pelos comerciantes de atacado estabelecidos nas principais cidades gaúchas, como Porto Alegre, fez com que solicitassem uma “tarifa especial” ao governo do Brasil para, segundo eles, terem condições de competitividade frente às mercadorias contrabandeadas. Com essa tarifa, se baixaria mais ainda as taxas de importação de produtos manufaturados estrangeiros, o que foi concedido pelo Império em inícios de 1889. A “tarifa especial” foi um dos fatores que motivou a organização profissional de vários setores industriais e de trabalhadores artesanais, unidos através das **Ligas Operárias** e outras associações de classe de todo o estado e até no país. Pelotas, dentro da estrutura fazendária vigorante até 1892, era responsável por 30,15% da arrecadação total do estado, e muito sofreu com a forte concorrência do contrabando, o que ocasionava situações inéditas, como por exemplo o fato de os chapéus produzidos em Pelotas não encontrarem mercado na própria região, devendo ser exportados para o centro e nordeste do país, pois não conseguiam competir com os similares ingleses ofertados via contrabando. Com a **República**, a “tarifa especial” foi revogada em fevereiro de 1890 e várias medidas foram tomadas, inclusive com a criação de zonas fiscais ampliadas nas fronteiras e maior fiscalização, o que, em alguns momentos, deu resultado e em outros, ficou ao sabor dos costumes e alianças entre contrabandistas e forças políticas de cada região. A arrecadação dos tributos e repressão ao contrabando ficavam a cargo de delegados e fiscais fazendários, que tinham forças específicas para seu combate, mas a nomeação de alguns desses cargos era motivo de muitas disputas dentro do viciado sistema público da Primeira República, com evidentes consequências nocivas no combate a essa prática.

Bibliografia.- Axt, Günter. A dimensão política e social do contrabando no Rio Grande do Sul. *História em Revista*, v. 8, dez. 2002, UFPel, p. 69-110; Loner, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande*

(1888- 1930). Pelotas, Ed. UFPel, 2001; Espírito Santo, Miguel. Castilhismo, Capitalismo e obstrução da barra. In Alves, Francisco e Torres, Luiz Henrique (org). *Temas de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Ed. FURG, 1994, p.69-81.

(Beatriz Loner)

Correio Mercantil. Fundado pelo português Antonio Joaquim Dias, que já havia criado outros jornais na cidade de Rio Grande, inclusive *A Arcádia*, folha literária precursora do gênero no Rio Grande do Sul. Ao se transferir para Pelotas, fundou o *Jornal do Comércio* e, em janeiro de 1875, o *Correio Mercantil*, que veio a ser um dos mais importantes jornais da cidade. Seu formato era de 58 x 39 cm, sendo que suas oficinas tipográficas, localizadas na Rua Sete de Setembro, tinham maquinário variado e evoluído para a época, possibilitando a composição de livros. Foi o primeiro jornal a utilizar-se de motor a gás na Província, bem como de manter um serviço telegráfico regular para transmissão e recepção de notícias (1881). Seu proprietário também tentou inovar em termos de administração. O *Correio Mercantil* não se submetia à orientação de nenhum partido, declarando-se *folha imparcial*, o que fez com que os estudiosos da **imprensa** gaúcha lhe assegurassem uma posição de importância, na condição de precursor do jornalismo profissional no Estado. Contudo, a análise de suas posições em diversas campanhas em que se envolveu não satisfaz o critério de imparcialidade jornalística, graças a atitudes por vezes surpreendentes e a rápidas mudanças de tratamento em relação a alguns assuntos. É que seu proprietário e redator, Antonio Joaquim Dias, entrou em polêmicas diversas, durante toda sua vida, seja com outros jornais, seja com políticos ou apoiadores de campanhas, manifestando as mais distintas opiniões pessoais. Após sua morte, em 1892, seu filho César Dias continuou com o jornal, contando com o auxílio de Theodoro Garcia na administração e Arthur Toscano na redação. Em 1906, o *Correio Mercantil* foi vendido e, a partir de 1908, ficou em mãos de políticos do Partido Democrático, passando a ser um órgão de oposição ao castilhismo. Esta situação perdurará até 1915, quando, sob a direção de João Simões Lopes Neto (que nele publicou em folhetim seus *Casos do Romualdo*), foi liquidado. Contudo, renascerá em 1929, com uma nova proposta, vinculada às classes empresariais, sob a direção de Ernani Fornari e tendo como redator Euclides Gallo. Sua trajetória foi definitivamente encerrada em junho de 1932.

Bibliografia.– Calderan, Ana Paula. *Antonio Joaquim Dias, uma figura polêmica*. Pelotas: UFPel, 2001. Monografia (Graduação em História); Loner, Beatriz. Jornais pelotenses diários na República Velha. *Ecos Revista*. Pelotas, v.2, n.1, abril de 1998, pp. 5-34; Rudiger, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1993.

(Beatriz Loner)



Grande Hotel

Democracia Social. Jornal semanal, de orientação socialista, surgido em Pelotas em 1893. Iniciou sua publicação logo após o fim do jornal *O Operário* e durou seis meses, lançando 26 números, de 9 de julho a 3 de dezembro de 1893. Com sua redação e direção a cargo de Guilherme Sauter, João Tolentino de Souza e Alberto Ferreira Rodrigues, era propriedade de uma sociedade, congregando trabalhadores simpatizantes da social-democracia em Pelotas. Sua tiragem era de 500 exemplares. Foi processado devido a denúncias contra uma fábrica da cidade e entrou também em conflito com a **Liga Operária**, à qual acusava de seguir os interesses dos patrões. Sua existência foi abreviada devido ao clima tenso provocado pela conjuntura da Revolução de 1893, e seus diretores tiveram que sair temporariamente da cidade devido às pressões sofridas. Foi o primeiro órgão jornalístico de destaque da social-democracia no Rio Grande do Sul e serviu como núcleo difusor dessa doutrina, tanto pelas suas páginas, que tentavam explicar os princípios socialistas, quanto porque, depois do seu fechamento, membros de sua equipe espalharam-se através do estado, alguns criando outros jornais nas cidades em que se estabeleceram.

Bibliografia.— Jardim, Jorge. *Comunicação e militância*. Imprensa Operária no Rio Grande do Sul (1892-1923). Porto Alegre, PUC-RS, 1990. Dissertação (Mestrado em História); Loner, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 2001; Petersen, Silvia. *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1845/1940)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/FAPERGS, 1989.

(Beatriz Loner)

Deputados estaduais. Com a proclamação da **República**, em 1889, passaram a ser denominados deputados estaduais os antigos **deputados provinciais**. Participaram da primeira legislatura estadual – que funcionou como Congresso Constituinte entre 25 de junho e 24 de julho de 1891, e como assembleia ordinária entre 19 de setembro de 1891 e 29 de dezembro de 1892 –, os seguintes cidadãos naturais de Pelotas ou aqui residentes: Antônio Antunes Ribas, Carlos Barbosa Gonçalves, Epaminondas Piratinino de Almeida, Gervásio Alves Pereira, Ismael Simões Lopes, Luiz Carlos Massot, Possidônio Mâncio da Cunha Júnior e Vasco Pinto Bandeira. Seguiram-se, até o advento da **Revolução de 1930**: Artur Lara Ulrich, Ismael Simões Lopes, João Py Crespo, Luiz Carlos Massot e Vasco Pinto Bandeira (1892-1896); Gervásio Alves Pereira, Ildefonso Simões Lopes e Luiz Carlos Massot (1897-1900); Carlos Barbosa Gonçalves, Ildefonso Simões Lopes, Luiz Carlos Massot e Vasco Pinto Bandeira (1901-1904); Carlos Barbosa Gonçalves, Emílio Guylain, João Jacinto de Mendonça, Joaquim Luís Osorio, José Gonçal-

ves Chaves e Vasco Pinto Bandeira (1905-1908); Emilio Guylain, Francisco da Cunha Ramos, João Jacinto de Mendonça e Joaquim Luís Osorio (1909-1912); Alberto Roberto Rosa e Francisco da Cunha Ramos (1913-1916); Alberto Roberto Rosa, Emilio Guylain e Francisco da Cunha Ramos (1917-1920); Alberto Roberto Rosa – falecido em 28 de dezembro de 1923 –, Emílio Guylain, Manuel Luís Osorio e Victor Russomano (1921-1924); Ildefonso Simões Lopes Filho, Manuel Luís Osorio e Victor Russomano (1925-1928); Antero Moreira Leivas e Victor Russomano (1929-1930). Promulgada a constituição federal de 1934, participou da Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, de abril a julho de 1935, o deputado Ildefonso Simões Lopes Filho. Seguiram-se: Antônio Augusto de Assumpção Júnior e Ildefonso Simões Lopes Filho (1935-1937). Em 10 de novembro de 1937, em consequência do golpe do Estado Novo, seus trabalhos foram encerrados. Entre março de 1947 e janeiro de 1951, uma nova constituinte estadual teve a participação dos pelotenses Ataliba Figueiredo Paz e Joaquim Duval. Daí até os dias de hoje, houve os seguintes deputados estaduais, naturais de Pelotas ou representantes dos interesses locais: Arthur Bacchini, Miguel Olivé Leite, Procópio Duval Gomes de Freitas e Suely Gomes de Oliveira (1951-1955); Arthur Bacchini, Hipólito Jesus do Amaral Ribeiro, Manuel Braga Gastal e Suely Gomes de Oliveira (1955-1959); Arthur Bacchini, João Carlos Gastal, Manuel Braga Gastal e Suely Gomes de Oliveira (1959-1962); Arthur Bacchini, Enilton Grill e Suely Gomes de Oliveira (1963-1967); José Pederzolli Sobrinho, Mozart Bianchi Rocha e Suely Gomes de Oliveira (1967-1970); Lélío Miguel Antunes de Souza, João Carlos Gastal, José Pederzolli Sobrinho e Suely Gomes de Oliveira (1971-1974); Lélío Miguel Antunes de Souza, João Carlos Gastal, José Pederzolli Sobrinho e Victor Bacchieri (1975-1979); Erico André Pegoraro e Lélío Miguel Antunes de Souza (1979-1982); Erico André Pegoraro (1983-1986); Hilda Regina Albandes de Souza, Joaquim Luís dos Santos Moncks e Teófilo Salomão (1987-1990); Bernardo Olavo Gomes de Souza (1995-1998); Bernardo Olavo Gomes de Souza, Érico Ribeiro, Maria Cecília Moreira Hipólito e Adriane Rodrigues (1999-2002); Bernardo Olavo Gomes de Souza, Néelson Harter e Leila Fetter (2003-2006); Néelson Harter e Leila Fetter (2007-2010).

Bibliografia.— Aita, Carmen; Axt, Günter; Araújo, Vladimir (orgs.). *Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RGS, 1996.

(Mario Osorio Magalhães)

Deputados federais. Proclamada a **República**, em 1889, passaram a ser denominados deputados federais os antigos **deputados gerais**. Participou da primeira constituinte republicana – que se reuniu

entre 15 de novembro de 1890 e 26 de fevereiro de 1891 – o pelotense Alexandre Cassiano do Nascimento. Seguiram-se, até a Revolução de 1930: Alexandre Cassiano do Nascimento (1891-1893); Alexandre Cassiano do Nascimento e Epaminondas Piratinino de Almeida (1894-1896); Alexandre Cassiano do Nascimento, João Py Crespo e Possidônio Mâncio da Cunha Júnior (1897-1899); Alexandre Cassiano do Nascimento (1900-1902); Alexandre Cassiano do Nascimento (1903-1905); Alexandre Cassiano do Nascimento, Francisco Antunes Maciel e Ildefonso Simões Lopes (1906-1908); Alexandre Cassiano do Nascimento e Francisco Antunes Maciel (1909-1911); Ildefonso Simões Lopes e Joaquim Luís Osorio (1912-1914); Francisco Antunes Maciel Júnior, Ildefonso Simões Lopes, Joaquim Luís Osorio e José Barbosa Gonçalves (1915-1917); Ildefonso Simões Lopes, Joaquim Luís Osorio e José Barbosa Gonçalves (1918-1920); Francisco Antunes Maciel Júnior, Ildefonso Simões Lopes, Joaquim Luís Osorio e José Barbosa Gonçalves (19121-1923); Francisco Antunes Maciel Júnior, Ildefonso Simões Lopes, Joaquim Luís Osorio e José Barbosa Gonçalves (1924-1926); Ildefonso Simões Lopes e José Barbosa Gonçalves (1927-1929); Francisco Antunes Maciel Júnior, Ildefonso Simões Lopes e José Barbosa Gonçalves (1930). Participou da constituinte federal que elaborou a Constituição de 1934 o pelotense Augusto Simões Lopes. Entre fevereiro e setembro de 1946, depois do intervalo ditatorial do Estado Novo, nova constituinte, com o objetivo de promulgar a Constituição de 1946, teve a participação de Antero Moreira Leivas e Artur de Souza Costa. Daí até o presente, houve os seguintes deputados federais, naturais de Pelotas ou representantes dos interesses locais: Antero Moreira Leivas e Artur de Souza Costa (1946-1951); Sylvio da Cunha Echenique (1951-1954); Joaquim Duval (1955-1959); Joaquim Duval (1959-1962); Ary Rodrigues Alcântara (1963-1966); Ary Rodrigues Alcântara (1967-1970); Ary Rodrigues Alcântara e Getúlio Pereira Dias (1971-1975); Getúlio Pereira Dias (1975-1978); Ary Rodrigues Alcântara, Carlos Alberto Chiarelli e Getúlio Pereira Dias (1979-1982); Irajá Andara Rodrigues e Lélío Miguel Nunes de Souza (1983-1986); Erico André Pegoraro, Irajá Andara Rodrigues e Lélío Miguel Nunes de Souza (1987-1990); Adolfo Antônio Fetter Júnior (1991-1994); Adolfo Antônio Fetter Júnior (1995-1998); Adolfo Antônio Fetter Júnior e Fernando Marroni (1999-2002); Érico Ribeiro (2003-2006); Matteo Chiarelli (2007) e Fernando Marroni (2007-2010).

Bibliografia.— Aita, Carmen; Axt, Günter; Araújo, Vladimir (orgs.). *Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RGS, 1996.

(Mario Osorio Magalhães)

Deputados gerais. De acordo com a Constituição de 1824 — a única que teve o Império brasileiro —, a duração do mandato de

um deputado geral era, no máximo, de oito anos (nesse período o regime, de inspiração parlamentarista, permitia que a Câmara fosse dissolvida a qualquer momento); e sua eleição era indireta, em dois graus (a eleição direta só seria introduzida pela reforma eleitoral de 1881). Durante o Primeiro Reinado e a Regência (1822-1840), o Rio Grande do Sul teve direito a três representantes na Câmara Baixa. Em 1846 — seis anos depois da implantação do Segundo Reinado —, esse número elevou-se para cinco; para seis, a partir da lei eleitoral de 19 de setembro de 1855. Registre-se ainda que a Província de São Pedro, em consequência da Guerra dos Farrapos, não teve representantes nas legislaturas gerais entre 1838 e 1844. Depois de 1845 — ano da pacificação farroupilha — e até o final da monarquia, em 1889, sempre um ou dois políticos naturais de Pelotas, ou aqui residentes, compuseram a diminuta bancada gaúcha, com uma única e breve exceção: a 16ª legislatura, que vigorou durante o ano de 1877. O primeiro deputado pelotense, na ordem cronológica, foi Joaquim Vieira da Cunha, eleito quando a Província tinha apenas três representantes; exerceu o cargo entre 1845 e 1847. Seguiram-se: Israel Rodrigues Barcellos (1848-1849); Joaquim José da Cruz Secco (1850-1852); Francisco Carlos de Araújo Brusque e Joaquim José da Cruz Secco (1853-1856); João Jacinto de Mendonça e Francisco Carlos de Araújo Brusque (1857-1860); Israel Rodrigues Barcellos (1861-1863); Joaquim José de Afonso Alves (1864-1866); João Jacinto de Mendonça, Ildefonso Simões Lopes e Joaquim Jacinto de Mendonça, sendo suplentes os dois últimos — Ildefonso, porém, substituiu João Jacinto, falecido no início do mandato (1869-1872); Francisco Carlos de Araújo Brusque (1873-1875); Antônio Antunes Ribas e Francisco Antunes Maciel, que, embora eleito na condição de suplente, substituiu Luiz da Silva Flores (1878-1881); Antônio Antunes Ribas e Francisco Antunes Maciel (1882-1884); Francisco Antunes Maciel (1885); e Francisco Antunes Maciel (1886-1889). No total, foram sete efetivos e um suplente os deputados de Pelotas que representaram o Rio Grande do Sul durante esses 44 anos do Segundo Reinado. Saliente-se que dois dentre eles — Joaquim José da Cruz Secco e Antônio Antunes Ribas — exerceram dois mandatos; um, Francisco Carlos de Araújo Brusque, três mandatos; e registre-se que o conselheiro Francisco Antunes Maciel, eleito quatro vezes, foi Ministro do Império durante o Gabinete Lafayette (1883-1884). Sabendo-se que o regime era parlamentarista, compreende-se que ele tenha podido ascender a esse cargo executivo precisamente porque pertencia à câmara legislativa. Mas é preciso mencionar, ainda, o nome de Antonio Ferreira Vianna, pelotense ilustre, homenageado com uma extensa avenida e um belo monumento em Pelotas, este inaugurado no dia do centenário de seu nascimento na praça da Faculdade de Direito. Esse conselheiro imperial, **Ministro** da Justiça e do Império e redator da Lei Áurea durante o Gabinete João Alfredo (1888-1889), nasceu nesta cidade em 11 de maio

de 1832 – um mês e quatro dias depois da instalação do município. Tinha cinco anos de idade quando seus pais transferiram residência para a capital do Império. Ferreira Vianna foi deputado geral em cinco legislaturas, quatro representando a Província do Rio de Janeiro e uma o então chamado Município Neutro da Corte.

Bibliografia.— Aita, Carmen; Axt, Günter; Araújo, Vladimir (orgs.). *Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1926*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RGS, 1996; Brandão, Paulo José Pires. *Primeiro centenário de nascimento do Conselheiro Antônio Ferreira Vianna (1832-1932)*. Rio de Janeiro: Tipografia São Benedito, 1932; Magalhães, Mario Osorio. *Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (1883-1983)*. Pelotas: Editora da UFPel, 1983.

(Mario Osorio Magalhães)

Deputados provinciais. A Constituição imperial de 1824 criou o Conselho Geral das Províncias, que no Rio Grande do Sul atuou entre 29 de novembro de 1828 e 28 de fevereiro de 1834; sua composição era de 21 membros, escolhidos por eleição indireta, em dois graus. Integraram esse órgão, durante esse período, quatro cidadãos radicados nesta região que, até 1832, era um distrito da Vila do Rio Grande e, a partir de então, município autônomo, sob o nome de **Vila** de São Francisco de Paula. Foram eles, em ordem cronológica: José Rodrigues Barcellos (1828 a 1829), Antônio José Gonçalves Chaves (1828 a 1832), José Inácio da Silveira e Antônio Joaquim da Silva Maia (1830 a 1833). Esse Conselho manteve-se oficialmente até 12 de agosto de 1834, dia da aprovação do Ato Adicional. Criaram-se então as Assembleias Legislativas Provinciais. A que correspondia ao Rio Grande do Sul foi composta inicialmente por 28 representantes, elevando-se esse número para 30 a partir de 1855 e até o final do Império. Em consequência da **Revolução Farroupilha**, suas atividades foram interrompidas de 1838 a 1845. Entre 1835 e 1889, em 35 legislaturas, 35 cidadãos naturais de Pelotas ou aqui residentes elegeram-se deputados à Assembleia Legislativa da Província de São Pedro. A grande maioria, em número de 29, exerceu de um a oito mandatos; os seis restantes ocuparam entre 11 e 21 vezes o cargo de deputado provincial. Foram dez os pelotenses, aqui relacionados em ordem alfabética, que tiveram apenas um mandato: Alfredo Gonçalves Moreira (1881/1882), Epaminondas Piratinino de Almeida (1879/1880), Francisco de Paula de Azevedo e Souza (1885/1886), João Simões Lopes (1871/1872), José Batista Pereira (1883/1884), Juvêncio Augusto de Menezes Paredes (1881/1882), José Vieira Braga (1862), Miguel Rodrigues Barcellos (1856), Severino Ribeiro Carneiro Monteiro (1885/1886) e Vasco Pinto Bandeira (1887/1888). Seis, dois mandatos: Antônio Joaquim da Silva Maia (1835, 1836), Antônio José Gonçalves Chaves (1835, 1836), Domingos José de Almeida (1835, 1836), Henrique Bernardino

Marques Canarim (1864, 1869), João Batista de Figueiredo Mascarenhas (1835, 1836) e João Chaves Campello (1873/1874 e 1883/1884). Três mandatos foram cumpridos por cinco deputados: Antônio Mâncio Ribeiro (1869, 1871/1872, 1877/1878), José Brusque (1856, 1857, 1871/1872), Saturnino Epaminondas de Arruda (1873/1874, 1875/1876, 1877/1878), Sebastião Rodrigues Barcellos (1864, 1865, 1866) e Vicente José da Silva Maia (1835, 1846, 1848). Quatro mandatos, por três: Antônio Antunes Ribas (1873/1874, 1875/1876, 1881/1882, 1883/1884), Antônio Vieira Braga (1846, 1849, 1850, 1851) e Joaquim Jacinto de Mendonça (1856, 1857, 1859, 1871/1872). Cinco mandatos, por dois: Francisco Antunes Gomes da Costa, futuro Barão do Arroio Grande (1862 a 1864, 1879/1880, 1881/1882) e Francisco Antunes Maciel (1875/1876, 1877/1878, 1879/1880, 1881/1882, 1883/1884). Um deputado exerceu seis mandatos: Alexandre Jacinto de Mendonça (1858 a 1863). Um, sete mandatos: Manuel Lourenço do Nascimento, pai do futuro **Ministro** de Floriano, na **República**, Alexandre Cassiano do Nascimento (1860 a 1863, 1866, 1877/1878, 1879/1880). Um, oito mandatos: Antônio José Gonçalves Chaves, filho do Conselheiro Geral da Província e deputado do mesmo nome (1847 a 1849, 1852, 1853, 1860 a 1862). Um, onze mandatos: Joaquim José da Cruz Secco (1848 a 1854, 1856 a 1859). Um, doze mandatos: João Jacinto de Mendonça (1848, 1850 a 1854, 1856, 1860 a 1863). Quatorze mandatos foram cumpridos por um deputado: Joaquim Vieira da Cunha (1835 a 1836, 1846, 1847, 1849, 1858 a 1863, 1866, 1873/1874, 1875/1876). Quinze mandatos, por um: Francisco Carlos de Araújo Brusque (de 1848 a 1860, 1875/1876 e 1889). Finalmente, houve dois deputados pelotenses que exerceram o elevado número de 21 mandatos provinciais: Israel Rodrigues Barcellos (1846 a 1863, 1869, 1883/1884, 1885/1886, 1889) e Joaquim José Afonso Alves (1848 a 1855, 1857 a 1863, 1873/1874, 1875/1876, 1879, 1881/1882, 1885/1886, 1887/1888).

Bibliografia.— Aita, Carmen; Axt, Günter; Araújo, Vladimir (orgs.). *Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1926*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RGS, 1996; Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*, 3ª edição, 2 volumes. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997/1998.

(Mario Osorio Magalhães)

Diário de Pelotas. Foi um dos principais jornais do período imperial na cidade e o que manteve maior longevidade, tendo presença constante desde 1866 (segundo o próprio jornal) até 1889. Como órgão do Partido Liberal, consagrava integral apoio a seu líder, Gaspar Silveira Martins. Seu fundador e principal redator foi Ernesto Gerngross, e contou com vários redatores e colaboradores de prestígio, entre os quais

Theodósio de Menezes, Bernardo Taveira Junior, Piratinino de Almeida, Arthur Maciel e Germano Otacílio de Oliveira. Sua tipografia ficava na Rua do Imperador (atual Félix da Cunha), seu formato era de 54 x 38 cm e, em 1885, suas máquinas ainda eram movidas à força humana. A partir de 1886, com a saúde abalada, Gerngross alternou períodos na direção do jornal com eventuais licenças, quando foi substituído por outros redatores e o jornal passou a apresentar oscilações entre o partido que oficialmente apoiava e uma linha mais neutra. Em setembro de 1888 passou a se denominar Órgão do Partido Liberal da Província, e a partir de então a linha editorial e redação ficaram completamente a cargo do Clube Liberal. Gerngross retirou-se definitivamente em março de 1889 e o jornal durou apenas até julho do mesmo ano. A partir de agosto de 1889, a posição liberal na cidade foi defendida pelo *O Nacional*.

Bibliografia.— Loner, Beatriz Ana. 1887: a revolta que oficialmente não houve, ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata. *História em Revista*, v.3, Pelotas, novembro de 1997, pp. 29-52; Cezar, J.J. “Notas sobre a Imprensa do Rio Grande do Sul”. *Anuario da Província do Rio Grande do Sul, para o ano de 1885*, publicado sob a direção de Graciano de Azambuja. Porto Alegre: Gundlach Livrheiros, 1884.

(Beatriz Ana Loner)

Diário Popular. Fundado em 27 de agosto de 1890, sob a classificação de “órgão republicano”. Sua equipe inicial incluía Theodozio de Menezes, Arthur Hameister (revisor e noticiarista), Mário Costa e outros. Poucos anos depois, devido a questões partidárias, Theodozio e sua equipe deixaram o jornal e fundaram *AOpinião Pública*; foi quando o *Diário Popular* alinhou-se oficialmente ao Partido Republicano Rio-Grandense, condição em que permaneceu por toda a República Velha. Esta circunstância possibilitou que se tornasse o jornal mais importante da cidade – o que tinha maiores recursos, maior número de assinantes e maior tiragem. Também foi uma das causas de sua sobrevivência por todo aquele período, sendo que existe até hoje e vem ampliando sua área de atuação para boa parte da zona sul do Estado. Hoje em dia, é o jornal mais antigo do Rio Grande do Sul e o terceiro do Brasil. Suas oficinas e administração estão localizadas na Rua Quinze de Novembro, em prédio próprio. Devido à ferrenha defesa do governo castilhistas durante a República Velha, cultivou polêmicas com jornais oposicionistas, como *O Rebate* e, posteriormente, *O Libertador*. Em 1923, escapou por pouco de ter suas oficinas destruídas pelos simpatizantes de Zeca Neto, quando este invadiu a cidade. Na década de 30 do século XX passou por um período turbulento, devido à complicada situação política gaúcha: a unanimidade estabelecida para levar Vargas ao poder se dissipou, os velhos partidos pretenderam manter-se, mas criaram-se novas combinações, ao sabor do apoio ou não ao governo Vargas; nessa ocasião o *Diário Popu-*

larsofreu períodos de interrupção, um deles no Estado Novo, a pretexto de adequação à nova Lei de Imprensa, que proibia jornais partidários. Para voltar a funcionar, o que aconteceu em julho de 1938, estruturou-se como uma sociedade por quotas, Gráfica Diário Popular, que teve inicialmente um Conselho Administrativo, até que, em 1972, passou a ser dirigido por uma diretoria executiva, composta por três membros, na qual, nos últimos anos, sempre destacou-se um representante da família Fetter. Durante sua existência mais do que secular, teve muitos redatores e gerentes, alguns por breve período, como Cassiano do Nascimento e Jorge Salis Goulart, e outros por décadas, como Salvador Hitta Porres.

Fonte.— *Diário Popular*. Edição Centenária, 25 de agosto de 1990.

Bibliografia.— Caldas, Pedro. *Zeca Netto & a conquista de Pelotas*, 2ª edição. Porto Alegre: Edições EST, 1995; Loner, Beatriz. *Jornais pelotenses diários na República Velha*. *Ecos Revista*. Pelotas: EDUCAT, v.2, n.1, abril de 1998, pp. 5-34; Rudiger, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1993.

(Beatriz Ana Loner)

Discussão, A. Jornal diário, circulou a partir de 8 de janeiro de 1881, fundado pelos políticos Saturnino Epaminondas de Arruda, Cipriano da França Mascarenhas, Epaminondas Piratinino de Almeida, Marçal Pereira de Escobar e Fernando Luís Osorio. Seu objetivo era divulgar as ideias desse grupo, que recém havia criado a chamada Dissidência do Partido Liberal no Rio Grande do Sul. No início de 1882 os nomes que constavam de sua redação eram os de Saturnino Epaminondas de Arruda, como proprietário e redator, e Marçal Pereira de Escobar, como redator, ao mesmo tempo em que o diário se autodenominava “folha popular”. A partir daí, seu redator principal foi Arthur Lara Ulrich. Saía sempre à tarde, sua redação situava-se na Rua Andrade Neves, nº. 73, e seu formato era de 50 x 32 cm, impresso em uma máquina do tipo Marinoni, importada de Paris. Abolicionista, abriu suas oficinas para a impressão do jornal *A Voz do Escravo*, em 1881, e *A Penna*, em 1884. Na campanha pela **Abolição** teve papel relevante, sendo um dos primeiros jornais brasileiros que se negou a publicar anúncios sobre compra, venda ou fuga de escravos. Seja por motivos políticos ou ideológicos, frequentemente envolveu-se em polêmicas, especialmente com o *Diário de Pelotas* e com o *Correio Mercantil*. Extinguiu-se em fins de janeiro de 1888.

Bibliografia.— Cezar, J.J. “Notas sobre a Imprensa do Rio Grande do Sul”. In *Annuario da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1885*. Direção de Graciano A. de Azambuja. Porto Alegre: Gundlach Livreros,

1884; Loner, Beatriz. Abolicionismo e imprensa em Pelotas. In *Anais do II Congresso Internacional de Estudos Históricos*. Rio Grande: Ed. FURG, 2007, pp. 57-64.

(Beatriz Loner)

Doces. Até as primeiras décadas do século XX Pelotas foi identificada, no Brasil, como a cidade do charque, uma vez que esse alimento, sobretudo durante o século XIX, foi produzido quase que com exclusividade nas **charqueadas** pelotenses. Era exportado, a partir de Rio Grande e de São José do Norte, para todas as regiões brasileiras, com o objetivo principal de abastecer a sua numerosa população escrava. Com o passar do tempo — e a interrupção da atividade saladeiril —, essa identificação foi sendo substituída por outra, não vinculada precisamente a um alimento, mas a uma especialidade gastronômica: com crescente intensidade, tem-se atribuído ao município o título de “capital nacional do doce”. Sabe-se que a região Nordeste do Brasil é a área por excelência do açúcar e que não são menos famosos os doces do Nordeste; a região Sul, por sua vez, jamais produziu açúcar de forma significativa. Não obstante, a tradição do doce em Pelotas praticamente coincidiu, no tempo, com a implantação das primeiras charqueadas. Segundo o antropólogo pernambucano Gilberto Freyre, explica-se essa tradição a partir do intercâmbio charque-açúcar. Os navios que levavam o charque para o Nordeste traziam, de torna-viagem, grandes quantidades de açúcar, transformados, no interior dos casarões pelotenses, em doces finos, confeccionados geralmente à base de ovos, conforme a melhor tradição portuguesa. Associaram-se, na realidade, três fatores, que nada esclarecem por si mesmos, mas tão-somente quando se entrelaçam: os primeiros charqueadores eram **portugueses**, ou descendentes de portugueses — transportaram da metrópole a predileção por essa iguaria, que transmitiram aos filhos; enriquecidos, esses industriais exercitaram o requinte social — promoveram festas, banquetes, bailes e **saraus**, em que esse doces eram servidos; na sua condição de charqueadores, tiveram facilidade para importar do Nordeste o açúcar, matéria-prima básica, na ocasião muito cara e inacessível à grande maioria dos brasileiros. Esse doce fino, adaptado ao paladar local, é responsável pela singularidade do doce pelotense — o doce de bandeja — em comparação com o doce nordestino — doce de tabuleiro, predominantemente. Já nas proximidades do século XX, estabeleceram-se numa das áreas do município — a Serra dos Tapes — as primeiras **colônias** de imigrantes: primeiro uma colônia francesa, seguida, entre outras, das alemãs e das italianas — estas mais presentes em toda metade norte do Rio Grande do Sul. O cultivo de frutas de clima temperado, que o solo da região favorecia, permitiu que se acrescentassem aos chamados doces finos os doces de massa (pessegadas, goiabadas, marmeladas), as geléias, as compotas, as passas, os cristalizados. Enfim, sobre uma tradição que já existia construiu-se outra, compondo

os elementos capazes de justificar que Pelotas seja identificada hoje, no Brasil, como a capital nacional do doce.

Bibliografia.— Freyre, Gilberto. *Açúcar*. 3ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; Magalhães, Mario Osorio. *Doces de Pelotas: tradição e história*. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2001; SENAC. *A doçaria tradicional de Pelotas*. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2003; Vallandro, Amélia (org.). *Doces de Pelotas*. Porto Alegre: Editora Globo, 1959.

(Mario Osorio Magalhães)



Mercado Público

Economia. Pelotas iniciou seu desenvolvimento a partir das **charqueadas**, do aproveitamento dos bois criados na região, mas, em pouco tempo, sua economia diversificou-se de forma a abranger um forte comércio, com muitas firmas atacadistas, de importação e exportação; uma agricultura desenvolvida e uma indústria precoce, alicerçada no capital oriundo da indústria saladeril.

Comércio — Inicialmente boa parte estava em mãos de estrangeiros, **portugueses, franceses** ou **alemães**, que se dedicavam ao comércio de exportação e importação, sendo Pelotas um excelente mercado para produtos de luxo, ao mesmo tempo que, como empório atacadista, abastecia boa parte do interior gaúcho, especialmente da região da campanha e da fronteira. Um dos maiores problemas para o desenvolvimento mercantil e também das manufaturas, estava no **contrabando**, especialmente através da fronteira com o Uruguai, o qual muito prejudicou a indústria e o comércio da região até, aproximadamente, 1930. Outra grave ameaça ao desenvolvimento econômico da cidade foi a rede de **transportes**, visto que seu **porto** frequentemente foi preterido, quanto a isenção de taxas, dragagem e modernização de sua infra-estrutura, pelas autoridades estaduais e federais, desta forma ficando em situação desvantajosa frente a Rio Grande e São Lourenço do Sul, portos que concorriam diretamente com ele. Também a rede férrea não privilegiou Pelotas, mas sim Rio Grande, além do fato de não haver ligação direta entre Porto Alegre e Pelotas, onerando muito o preço do frete ferroviário e as exportações de produtos da região. Mesmo assim, o comércio pelotense conseguiu manter-se competitivo durante muitas décadas do século XX. Contudo, aos poucos foi perdendo terreno frente aquele de Porto Alegre e outras regiões nacionais. Isso primeiramente manifestou-se no grande atacado, mas nas décadas finais do século XX praticamente generalizou-se até abranger também o mercado a varejo, pela concorrência com as lojas da capital, com os grandes magazines de comércio nacional ou multinacional e pela concorrência com os *free-shops* da região da fronteira com o Uruguai, mais recentemente. Todas essas medidas atuaram no sentido de desregionalizar seu comércio e também trouxeram sérios problemas à sua indústria.

Agropecuária— Pelotas está inserida em região de tradicional impacto agropecuário e de grandes propriedades, embora tenha se desenvolvido, ao seu redor, uma franja de municípios oriundos de **colônias de imigração** e pequena propriedade, como Canguçu e São Lourenço, que muito colaboraram para o suprimento de produtos alimentícios na cidade. Ao longo de sua história, a região pelotense viu o desenvolvimento, ao lado da pecuária extensiva de bois e ovelhas, de uma agricultura de subsistência colonial. Quanto à agricultura comercial, primeiramente foi representada por lavouras de trigo, que feneceram pela concorrência platina e bem mais tarde, foram substituídas pelas plantações de arroz irrigado, hortaliças e frutas, com destaque para o pêssego. Essas produções agrí-

colas sustentaram uma indústria de beneficiamento de produtos alimentícios desde o início do século XX. A indústria conserveira desenvolveu-se com base nas colônias da região, e aquelas de derivados animais diversificaram-se ao longo do século XX, especialmente com os frigoríficos e a formação das granjas. Para auxiliar e subsidiar esta fonte econômica, se estabeleceram na região sul instituições de ensino e pesquisa, algumas delas atualmente incorporadas à **Universidade Federal**, além da Embrapa Clima Temperado.

Indústria — A indústria pelotense teve seu maior desenvolvimento com as **charqueadas**, durante os séculos XVIII e XIX. Contudo, o desenvolvimento destas propiciou uma concentração de capitais em escala suficiente para demandar outras aplicações, iniciando-se assim o desenvolvimento de um diversificado leque de manufaturas e oficinas artesanais, que supriam boa parte das necessidades de Pelotas e região da campanha. Posteriormente, muitas dessas oficinas e manufaturas transformaram-se em fábricas movidas a motores, mantendo até 1900, aproximadamente, sua característica de diversificação e abundância de oferta. Boa parte dos produtos aqui fabricados eram derivados da agropecuária, como sabão, cerveja, tecidos de lã, couro, etc. Entretanto, também havia oficinas e fábricas de carruagens, produtos químicos e farmacêuticos, chapéus, vidrarias e funilarias. Juntamente com Rio Grande, Pelotas formava no final do Império, o principal pólo industrial do estado, muito embora já na época tivesse menor diversificação de sua produção do que o pólo representado por Porto Alegre. Contudo, a concorrência do contrabando, especialmente pelas fronteiras; a falta de uma política de proteção industrial e a crise porque passaram as charqueadas com o fim da escravidão, levaram a uma estagnação econômica no início da **República**. É neste momento que o pólo formado por Porto Alegre suplantou as duas cidades do sul, firmando-se como a principal região industrialista do estado. A situação se agravou ainda mais na República, com o relativo abandono porque passou a região sob o governo do Partido Republicano Rio-Grandense e a continuidade da falta de incentivo estatal à industrialização. Das duas cidades, Pelotas foi a mais prejudicada, porque sua industrialização se alicerçava com o dinheiro advindo do charque e possuía um mercado mais restrito, pois os grandes proprietários poderiam comprar produtos de outras regiões e os demais consumidores tinham pouco dinheiro. E com a diminuição dos lucros, não houve uma tentativa de diversificação da produção industrial por parte dos investidores da região. Ao contrário, sua industrialização foi sendo direcionada para produtos de transformação da agropecuária, como a indústria conserveira, o beneficiamento do arroz, lã e carne bovina. Outro problema foi a flutuação do mercado internacional da carne, na qual entrava em más condições de concorrência, devido à menor qualidade do produto gaúcho em comparação com o argentino e uruguaio. A tentativa de fundação de um

frigorífico próprio em Pelotas, o Frigorífico Rio Grande, durou pouco tempo, sendo depois vendidas as instalações para uma empresa estrangeira – Anglo. Nos anos 20 a região passou por forte crise, que se agravou ainda mais com a crise mundial de 1929 e a falência do **Banco Pelotense**, o que fez diminuir a diversidade e o número das empresas industriais e comerciais na cidade. Como o governo estadual não auxiliou na superação dos problemas, houve dificuldades para a manutenção do nível de atividade econômica para boa parte dos empreendedores da região, que tinham suas economias no Banco Pelotense. Entre as décadas de 30 e 50, as várias zonas econômicas gaúchas se fusionaram, integrando-se num mercado único. A região sul do Estado passou por uma lenta decadência, terminando por especializar-se nas atividades voltadas para o beneficiamento de produtos da agropecuária local. Atualmente, Pelotas, em termos de importância industrial, perde para cidades da região nordeste do Estado, tanto em termos de número de operários empregados, quanto de diversificação da produção, nos ramos industriais. Mesmo assim, no caso da indústria conserveira, as inovações tecnológicas permitem que se mantenha ou até se amplie sua capacidade de produção. Muitos estabelecimentos desapareceram por dificuldades em enfrentar a concorrência de empresas de outras regiões, ou devido à concentração de empresas do mesmo ramo, ou complementares, em determinados municípios. Durante a crise inflacionária dos anos 1980/1990, capitais da região foram investidos especulativamente, configurando uma situação de fragilidade nos investimentos na região sul. A esta situação, se somou a política federal neo-liberal de corte nos subsídios à agricultura, obrigando ao enxugamento de custos e gastos, especialmente das empresas agrícolas, com redução do emprego rural e consequente redução nos lucros do comércio. No setor de serviços, Pelotas é beneficiada por sua abrangência e diversificação, com várias instituições de ensino, saúde e comunicação. Contudo, mesmo essa expansão apresenta problemas para incorporar produtivamente uma grande quantidade de pessoas que não encontram colocação no mercado em outros setores, o que acompanha uma tendência mundial de diminuição de postos de trabalho. Na última década, verificam-se movimentos de significativo crescimento na economia. Alguns exemplos são o incremento da agricultura familiar e a consequente diversificação da produção, o desenvolvimento da construção civil, uma ainda inicial, mas potencialmente significativa exploração do turismo, por meio da qualificação da rede hoteleira e da realização de eventos de repercussão nacional, como a FENADOCE. Do ponto de vista regional, a implantação de dezenas de assentamentos concorreu para o incremento da atividade leiteira (com a instalação de importantes indústrias) e a recente constituição de um pólo da indústria naval em Rio Grande contribuiu para a qualificação da mão-de-obra e para a diversificação da economia local com a instalação de rede de fornecedores.

Bibliografia.- Bandeira, Pedro S. As raízes históricas do declínio da região sul. In: Alonso, José; Benetti, Maria e Bandeira, Pedro. *Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre: FEE, 1994, p.7- 48; Herrlein Jr., Ronaldo e Dias, Adriana. *Trabalho e indústria na Primeira República*. In: Targa, Luiz Roberto (org.). *Gaúchos & paulistas*. Dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: FEE, 1996, p. 141-180; Loner, Beatriz. *Classe operária: Mobilização e Organização em Pelotas: 1888-1937*. Porto Alegre; UFRGS. Tese (Doutorado em Sociologia), 1999, 2 volumes.

(Beatriz Loner/ Daniel Aquini)

Educação. Definir educação é tarefa difícil, pois os conceitos variam conforme as diferentes épocas, os pensadores, as perspectivas ideológicas e teóricas. Contudo, entende-se aqui educação como todas as práticas sociais, culturais e institucionais, formais e não-formais, de socialização e de formação humana. São todas as vivências e experiências do sujeito desde a socialização primária, na família, até a participação em outros grupos e instituições sociais, como os religiosos, os recreativos, os comunitários, os instrucionais etc. Portanto, toma-se a educação em um sentido amplo e que engloba, mas não se restringe a eles, a escola e o ensino. Nesse sentido, pode-se dizer que Pelotas, no século XIX, destacou-se no cenário local, regional e nacional pela qualidade e quantidade de experiências educativas. O apogeu econômico, social e cultural da cidade expressou-se em várias iniciativas, como a fundação de **clubes** recreativos e educacionais, associações literárias e dramáticas, escolas, sociedades musicais, organizações sindicais, entidades de classe, carnavalescas, na exibição e promoção de espetáculos, **saraus**, **teatros**, concertos, bailes, festas religiosas, na publicação de periódicos literários, no intenso comércio de **livros** e atividades tipográficas. Pelotas era palco de discussões das ideias republicanas, abolicionistas, positivistas, evolucionistas. O jornal foi um importante “meio educativo”, tanto para um público leitor quanto para um público “ouvinte”, uma vez que a leitura oral era prática comum nesse período. A heterogeneidade da **população** da cidade de Pelotas compunha uma sociedade extremamente complexa e permeada por conflitos, o que se expressava em práticas educativas extremamente diferenciadas. A segunda metade do século XIX foi marcada, também, por iniciativas nas áreas da saúde e da educação formal. A fundação da **Santa Casa de Misericórdia** data de 1847 e dez anos depois era fundada a **Sociedade Portuguesa de Beneficência**. Já no início do século XIX Pelotas registrou aulas públicas e particulares. Em 1832, havia cinco aulas particulares e duas aulas públicas, para meninos e para meninas. Com o intuito de disciplinar, de inculcar normas e valores referentes à necessidade do trabalho como forma de combater o ócio e a "vagabundagem", é que no final do século XIX algumas aulas noturnas

para meninos pobres foram criadas em Pelotas: a escola do **Parque Souza Soares**, as aulas de instrução primária do Clube Abolicionista, da **Bibliotheca Pública Pelotense**, da sociedade italiana União e Filantropia. Ainda, muitos professores particulares se dispunham a dar aulas para meninos pobres gratuitamente em suas escolas, nos horários normais ou em algumas noites da semana. Em relação ao ensino, é preciso referir que em Pelotas, no século XIX, além de um número expressivo de colégios privados e públicos, havia uma “rede de ensino doméstico”, ou seja, aulas particulares nas residências do/as alunos/as. As aulas particulares tinham como uma das principais características a oferta de ensino individualizado, geralmente de uma única disciplina, como as primeiras letras, língua estrangeira, música, dança ou artes. Esse ensino era oferecido por uma professora ou professor, que utilizava o espaço da casa do/as alunos/as ou sua própria residência para ministrá-lo. A educação em domicílio foi uma prática comum no século XIX, que permitiu, de alguma forma, a escolarização de uma parcela da população pelotense e a saída de muitas mulheres para o mundo do trabalho, com o advento da feminização do magistério. Em grande parte esse ensino era ministrado por professoras e professores estrangeiros, habilitados em importantes escolas de diferentes países, especialmente a França, e que aqui se instalavam e ofereciam seus serviços às famílias pelotenses. Assim foi com a criação da Bibliotheca Pública Pelotense. Cansados de solicitar a iniciativa à **Câmara Municipal**, um grupo de pelotenses empreendeu tal tarefa. A **Princesa do Sul** ganhou no ano de 1875 uma instituição que expressaria de forma precisa a vida e as ideias vigentes em Pelotas nas últimas décadas do século XIX. A Bibliotheca Pública Pelotense foi um espaço por excelência de encontros culturais e recreativos da elite que, por outro lado, propiciaria a alguns homens das classes populares, através de cursos de instrução primária, o acesso ao mundo da leitura e da escrita, condição básica para atuar em outras instâncias sociais. Foi apenas a partir de 1915 que as mulheres puderam ingressar nesses cursos. Não é demais afirmar que os cursos noturnos da Bibliotheca Pública Pelotense foram uma das experiências mais significativas que Pelotas vivenciou no século XIX em relação à instrução primária das classes populares. Lá, os homens - de qualquer idade - aprendiam a ler, a escrever, a contar, noções de Aritmética e de Gramática, História e Geografia, em dois cursos, independentes entre si: a 1ª e a 2ª classes - por isso a denominação "cursos noturnos". Havia, ainda, aulas de francês e de inglês, que podiam ser frequentadas pelos alunos dos cursos de instrução primária ou por indivíduos que se matriculassem apenas nestas aulas, já que todas tinham um caráter independente. Não há dúvida, também, de que o projeto de instrução primária dos homens das classes populares trazia em seu bojo a ideia de "moralizar" o povo, de incutir uma nova ética de amor ao trabalho, principalmente em função da luta abolicionista, com a perspectiva das novas relações de trabalho que se estabeleceriam. Nesse sentido, o

século XIX caracterizou-se em Pelotas, como na grande maioria das cidades brasileiras, pela ênfase no discurso contra o analfabetismo. O analfabetismo, nesse período, era associado ao delito, à vagabundagem, ao crime, à desordem, à degenerescência, etc. As "mazelas" sociais eram tidas como resultado da falta de instrução do povo. O "povo sem instrução" era considerado uma ameaça, um perigo, uma doença que precisava ser combatida e vencida. Educar e instruir o povo é a condição de vida e de progresso. É preciso abater a grande massa de ignorantes que hoje é uma ameaça, amanhã será um perigo, e mais tarde [...] talvez uma verdadeira ignomínia", discursou o presidente da Bibliotheca Pública Pelotense, em 1905. Configurava-se um discurso da instrução como a via do progresso, do desenvolvimento, da civilidade, do fim da "barbárie social". Na segunda metade do século XIX, Pelotas apresentava um número considerável de escolas. Os *Anais da Bibliotheca Pública Pelotense*, de 1905, registram o aumento progressivo das escolas públicas e particulares pelotenses: 1873 - 28 aulas, 1.390 matriculados (767 meninos e 623 meninas); 1891 - 46 aulas, 2.759 matriculados (1.560 meninos e 1.199 meninas); 1899 - 66 aulas, 3.375 matriculados (1.921 meninos e 1.454 meninas); 1901 - 71 aulas, 3.881 matriculados (2.254 meninos e 1.627 meninas). O ensino particular, inclusive na forma de internato, foi bastante comum na cidade. Escolas como o Colégio Acácia e o Colégio de Mme. Jeanneret, para meninas, e o Colégio Evolução, para meninos, tornaram-se referência de ensino de qualidade para a elite, não só na cidade como em toda a região. A dualidade no setor educacional caracterizava Pelotas muito fortemente neste período. De um lado as escolas públicas e as associações, que propiciavam ensino primário para as classes populares; de outro, uma rede de escolas e professores/as particulares que ofereciam às elites um ensino mais ampliado e de acordo com os interesses e valores desta camada social. Em relação aos colégios particulares femininos, há registros nos jornais pelotenses, entre as décadas de 1870 e 1890, de pelo menos 20 colégios particulares para meninas. Nestas escolas, além do currículo regular, estava previsto o ensino de línguas (francês na maioria das vezes), música, desenho, artes. Nos colégios femininos havia ainda as "prendas domésticas", como costura e bordado. Já os colégios masculinos preparavam os alunos para prestarem os concorridos exames na capital da Província. Outras iniciativas escolares pelotenses datam do século XIX, como a fundação, por iniciativa particular, do Liceu de Agronomia, Artes e Ofícios, em 1888, futura **Faculdade de Agronomia** Eliseu Maciel. Aliás, as "iniciativas particulares" eram a marca registrada de Pelotas. Considerando-se "esquecida" pelos governos central e provincial, Pelotas vangloriava-se de realizar seus melhoramentos e suprir suas necessidades a partir das iniciativas, dos recursos e da "boa vontade" dos seus cidadãos.

Fontes.- Correio Mercantil, 1875-1915; Diário Popular, 1891- 1915; Anais e atas da Biblioteca Pública Pelotense.

Bibliografia.- Peres, Eliane. *Templo de Luz*; Os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense. Pelotas: Seiva Publicações, 2002; Arriada, Eduardo. *Pelotas: Gênese e Desenvolvimento Urbano (1780-1835)*. Pelotas: Armazém Literário, 1994; Tambara, Elo-mar; Kreutz, Lúcio; Bastos, Maria Helena Camara (orgs.). *Histórias e memórias da Educação do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

(Eliane Peres)

Emancipação de escravos. Em 1884 fundou-se o jornal *A Penna*, órgão do Clube Literário Apolinário Porto Alegre que vai ter um papel importante na campanha pela emancipação dos escravos em Pelotas. Logo a seguir, criou-se o Centro Abolicionista, cuja diretoria contemplava vários dos principais donos de escravos da região, buscando estabelecer contratos entre senhores e escravos, pelos quais os primeiros concediam uma carta de liberdade aos últimos, mas sob a condição de que os ex-escravos, agora contratados, continuassem ainda a lhes servir, por um prazo que podia variar de dois a sete anos, depois dos quais poderiam ter liberdade plena. Fez-se uma curta, mas exitosa campanha pela emancipação nesse ano, com o apoio de todos os partidos, pois a emancipação era vista, mesmo pelos setores conservadores, como a melhor solução para terminar com a instituição escravista, educando o contratado para a liberdade. Essa proposta foi posta em uso em vários Estados e, no Rio Grande do Sul, atingiu expressivo número de municípios. Assim, em 1884, muitas cidades gaúchas consideraram extinta a **escravidão**, tendo havido festas em homenagem a esse fato, tal como aconteceu em Porto Alegre nos dias 6, 7 e 8 de setembro e em Pelotas no dia 16 de outubro, o que motivou inclusive o lançamento de um jornal comemorativo, o *Dezesseis de Outubro*. A festa em Pelotas foi grandiosa, com o concurso de todos os setores, organizada pelas associações abolicionistas e também pelo Centro Ethiópico, entidade de representação política dos **negros**, tendo havido desfiles de associações diversas e do Grupo Carnavalesco Netos da África. Nesse momento, declarou-se Pelotas território livre de escravos, embora isso não fosse real, pois continuaram a existir pelo menos dois mil escravos no município, segundo dados dos jornais da cidade *A Nação* e *Rio-Grandense*. Na realidade, a emancipação terminou contribuindo para elevar o clima de tensão social nos anos seguintes. Aqueles que continuaram escravos foram praticamente esquecidos, pois tanto o Clube Abolicionista como o Centro Abolicionista se dissolveram, alegando ter cumprido sua missão. Quanto aos contratados, a emancipação não os transformou em indivíduos livres, pois estavam sujeitos ao cumprimento do contrato e continuaram a morar com seus senhores/patrões, a trabalhar nas mesmas condições do

que sob a escravidão e seu “tempo de serviço” ainda poderia ser vendido para um ou outro contratante. Alguns, insatisfeitos, fugiram ou participaram de episódios isolados de rebelião, ou ainda negaram-se a cumprir os contratos. Como a situação jurídica do contratado era diferente do escravo, ele não poderia ser castigado fisicamente, e, se isso acontecesse, ganharia liberdade imediata. Portanto, tornava-se mais difícil obrigá-lo ao cumprimento do contrato. Considerando-se livres, alguns adotaram comportamentos ditos “insolentes”, tornando intoleráveis as relações com seus senhores, muitos dos quais terminavam abrindo mão do tempo restante de seus contratos apenas para livrar-se deles. Com isso, houve também grande insatisfação dos senhores, especialmente aqueles vinculados à criação de gado e produção de charque, pois ficavam inseguros quanto à observância dos contratos, havendo caso em que foi necessário pagar-se salários a todos os contratados de uma **charqueada** para que eles retomassem o serviço. Muitos outros, entretanto, optaram por caçar no mato os contratados ou escravos fugidos e matá-los, ocorrendo várias denúncias dessa prática nos jornais. Com os proprietários acusando os abolicionistas de incentivar a quebra dos contratos, e estes acusando os primeiros de matar os negros fugitivos, a situação degenerou rapidamente para quase conflito aberto na cidade no ano de 1887, sendo necessária uma negociação entre senhores de escravos e abolicionistas, pela qual quase todos os escravos passaram a contratados, fundando-se o Clube Abolicionista São Sebastião, mas os abolicionistas deveriam vigiar a observância dos contratos. Com a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, todos os contratos foram extintos.

Fontes.- *A Nação*, 18 de novembro de 1884; *Rio-Grandense*, 17 de outubro de 1885.

Bibliografia.- Loner, Beatriz Ana. 1887: a revolta que oficialmente não houve, ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata. *História em Revista*, v. 3, Pelotas, novembro 1997, p. 29-52; Moreira, Paulo. *Faces da liberdade, máscaras do cativo*. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 1996.

(Beatriz Loner)

Emanciações. Pelotas foi o sexto município rio-grandense, na ordem cronológica. Precederam-no Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha e Cachoeira do Sul. Criado por decreto provincial de 7 de dezembro de 1830, foi instalado em 7 de abril de 1832, só nesse ano desmembrando-se efetivamente do município de Rio Grande. De Pelotas, por sua vez, emanciparam-se os municípios de São Lourenço do Sul, em 26 de abril de 1884, Capão do Leão, em 3 de maio de 1982, Morro Redondo, em 12 de maio de 1988, Turuçu, em 28 de dezembro de 1995, e Arroio do Padre, em 16 de abril de 1996.

Fonte. — Tomaschewski, Jarbas. “Sonho de gente grande”. *Diário Popular*, 30 de abril de 2007.

Bibliografia.— Fortes, Amyr Borges e Wagner, João B. S. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1963.

(Mario Osorio Magalhães)

Epidemias. Em fins do século XIX e início do XX apareceu e/ou reapareceu um elenco bastante grande de enfermidades em Pelotas, como varíola, peste bubônica, febre tifóide, tuberculose e gripe espanhola. A varíola, causada por um vírus, o *Poxvirus variolae*, fazia com que as pessoas infectadas sofressem de fraqueza, dores no corpo e apresentassem bolhas na superfície da pele, daí por que era popularmente conhecida como “mal das bexigas”. A ação mais importante do poder público foi a construção de lazaretos, que tinham a função de isolar os adoentados. A peste bubônica, por sua vez, fez com que os diversos intendentess, muitas vezes, providenciassem vacina, soro antipestoso, desinfecções nas casas onde houvesse suspeita da enfermidade e isolamento para as vítimas do mal. Mas foi a febre tifóide, tratada como uma endemoepidemia, que provocou maior preocupação com obras de infraestrutura. A enfermidade, de origem hídrica, tal como a disenteria e o cólera, impunha transformações, sobretudo no que diz respeito à existência de uma rede de esgotos e do abastecimento de água potável para a população. Já no ano de 1918, causou alarme a gripe espanhola, que matou, segundo registros oficiais, centenas de pessoas. A gripe sempre teve presença marcante em todos os boletins relativos à saúde, mas a diferença fundamental foi o alto grau de letalidade encontrado no episódio de 1918. Se a intervenção das autoridades conseguiu, de uma forma ou de outra, resolver ou pelo menos atenuar os efeitos causados pelas epidemias, o mesmo não aconteceu com a doença que mais matava a população pobre das cidades, a tuberculose, uma moléstia contagiosa endêmica que tinha como condição agravante para a sua propagação a situação de miséria e abandono vivenciada por grande parte dos moradores de Pelotas, assim como de outras regiões do Brasil e do mundo.

Bibliografia.— Gill, Lorena. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Pelotas: EDUCAT, 2007.

(Lorena Almeida Gill)

Escola de Belas Artes. Sua origem encontra-se na inauguração do curso preparatório, ocorrida em sessão solene realizada na **Biblioteca Pública Pelotense**, no dia 19 de março de 1949. Esse fato significou a síntese de um processo que se desenvolvia desde 1946, época em que a professora Marina de Moraes Pires desencadeou a luta oficial para

a criação de uma escola de artes. Aldo Locatelli, Marina de Moraes Pires e Carmen Maria Wisintainer foram professores desse curso preparatório. A escola teve um início muito difícil, uma vez que não possuía dotação orçamentária e precisou contar com a colaboração dos governos municipal e estadual. Recebeu a cessão de cinco professores da rede estadual e uma professora municipal, para atuarem nas disciplinas do curso. Numa breve resenha, pode-se afirmar que as disciplinas, com seus primeiros professores, eram as seguintes: Geometria Descritiva e Desenho Artístico, 1ª e 2ª séries: Marina de Moraes Pires; Desenho e Pintura, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: Aldo Locatelli; Modelagem: Carmen Maria Wisintainer, conforme consta nos termos de posse firmados em 15 de março de 1949. No ano seguinte, em 1º de março de 1950, foram empossados outros professores para novas disciplinas: Perspectiva e Sombra, 2ª série: Dinah Sollazzo Diniz; Arte Decorativa, 3ª e 4ª séries: Antonina Zulema D'Ávila Paixão; Modelagem: Noêmia Fernandes. Em 1º de março de 1951 tomaram posse os professores Antônio Caringi, na cadeira de Escultura das 3ª, 4ª e 5ª séries, e em 23 de abril Heloisa Assumpção Nascimento, na cadeira de História da Arte das 3ª e 4ª séries. Em 10 de fevereiro de 1950, a Escola adquiriu personalidade jurídica, sendo seus estatutos registrados na forma da lei. Posteriormente, foi considerada de utilidade pública por decreto do governo municipal. O programa de ensino da nova escola inspirou-se nas diretrizes seguidas pela Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil (Rio de Janeiro), ligado a uma concepção acadêmica, reprodutora de conceitos da arte clássica grega, renascentista e neo-classicista, que estimula os estilos de arte imitadores da natureza (*mímeses*), buscando uma representação harmoniosa e muitas vezes idealizada. A Escola de Belas Artes recebeu autorização do governo Federal para o funcionamento dos cursos de Pintura, Gravura e Escultura através do decreto nº. 37.690, de 4 de dezembro de 1955. Porém, estes cursos foram reconhecidos somente em 27 de agosto de 1960, pelo decreto federal nº 48.903. Vários foram os locais utilizados para as atividades docentes e administrativas da Escola. Em 1949, o Curso Preparatório da Escola de Belas Artes funcionou na Bibliotheca Pública Pelotense, instalando-se depois, de forma provisória, em outros prédios. No ano de 1963, graças à doação efetuada pela senhora Carmem Trápaga Simões, a Escola recebeu uma sede definitiva na área central de Pelotas, à Rua Marechal Floriano, nº 179, para a qual se transferiu durante o ano de 1967. Por ocasião da mudança para o novo endereço, sua denominação alterou-se para Escola de Belas Artes Dona Carmem Trápaga Simões. Quanto às atividades acadêmicas, em 1968 foi criado o curso de Professorado de Desenho, cuja autorização para funcionamento veio a ocorrer em 1970, por meio do decreto-lei nº 66.064, passando então a escola a ser responsável por dois cursos: o de Licenciatura e o de Bacharelado. Com a criação da **Universidade Federal de Pelotas** (UFPel), em 1969,

a Escola de Belas Artes deixou de ser uma instituição privada, pois foi agregada à nova instituição. Em 1971, a UFPel criou o Instituto de Artes, que passou a ser responsável por disciplinas básicas, ficando as profissionalizantes ao encargo da Escola de Belas Artes. Foi nesse ano que começaram as tratativas para fundir a Escola e o novo Instituto, o que veio a ocorrer em 22 de maio de 1972, com a extinção da antiga Escola, que foi totalmente integrada à UFPel como Instituto de Artes. No ano de 1979, devido à criação do curso de Letras, passou a ser denominado Instituto de Letras e Artes — ILA, denominação alterada para Instituto de Artes e Design — IAD, a partir de 2006.

Bibliografia.— Biasoli, Carmen Lúcia Abadie. *A Formação do Professor de Arte*. Do Ensaio... à Encenação. Campinas, São Paulo: Papirus Editora, 1999; Diniz, Carmen Regina Bauer. *Nos Descaminhos do Imaginário*. A Tradição Acadêmica nas Artes Plásticas de Pelotas. Porto Alegre, UFRGS, 1996. Dissertação (Mestrado em Artes).

(Carmen Regina Bauer Diniz)

Escola Técnica. Pode-se localizar a origem do atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Riograndense a partir da construção da Escola de Artes e Ofícios em 1917. Com o objetivo de atender a demanda de trabalhos técnicos cujos *status* e remuneração não interessavam aos de boas condições financeiras, particulares ligados a **Bibliotheca Pública Pelotense** tomaram a iniciativa de estabelecer o ensino profissional no interior do estado, tendo em vista que o poder público só destinava recursos para esse fim às capitais. O ensino técnico objetivava “criar hábito de trabalho” nos pobres e retirá-los das ruas, tendo assim como característica, além do caráter pedagógico, a ideia de regeneração. A campanha que buscava fundos para a construção do prédio recebeu doações de toda a comunidade, que cobrou o funcionamento da Escola. No ano de 1930, a Escola foi municipalizada, recebendo a denominação de Escola Técnico-Profissional. Eram requisitos para o ingresso, nesse período, além de ser pobre, saber ler e conhecer as quatro operações matemáticas fundamentais, exigências que dificultavam a admissão dos estudantes. Em 1940, a antiga Escola Técnico-Profissional cedeu lugar à Escola Técnica de Pelotas (ETP), inaugurada em 1942 como política do Governo Vargas para aumentar a mão-de-obra das indústrias, em fase de desenvolvimento no país. As aulas começaram em 1945, sendo que apenas 25% dos estudantes que ingressaram nessa data concluíram o curso. Grande parte dos aprendizes deixava a Escola ao adquirir a mínima formação para conseguir um emprego. A ETP passou a contar com ensino técnico em 1954, através da inauguração do curso de Construção de Máquinas e Motores, que originou a habilitação em Mecânica. A partir daí, desenvolveram-se os demais cursos da Escola, envolvendo também as áreas de *Design*, Edificações, Qui-

mica, Telecomunicações, Eletrotécnica, Eletromecânica e Eletrônica. As mulheres só ingressaram na Escola na década de 1960, porque os cursos oferecidos até então formavam profissões tidas como masculinas e o internato era somente ofertado aos homens. No ano de 1965 aconteceu a federalização da Escola, que passou a se chamar Escola Técnica Federal de Pelotas. Em 1999, foi expedido o decreto que transformou a ETF-PEL em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e a ter cursos de nível superior. Em 2008 o CEFET transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Riograndense dispondo atualmente de cursos de nível médio, técnico, superior e pós-graduação.

Bibliografia.— Meireles, Ceres Mari da Silva. *Educação profissional: uma nova visão histórica sobre o processo de criação, fins e princípios da Escola Técnica Federal que tornou Pelotas centro de referência (1942-1998)*. Pelotas, UFPel, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação); <http://www.ifsul.edu.br/portal/> acesso em 23 de outubro de 2009.

(Aline Mendes Lima)

Escolas de samba. A década de 1940 foi caracterizada pelo surgimento de novas instituições para comemorar os festejos carnavalescos: as escolas de samba. Algumas destas surgiram dos blocos e cordões responsáveis pelas comemorações de Momo, enquanto outras surgiram de forma independente. Desenvolveram-se diversas entidades carnavalescas nas décadas de 1940 e 1950. Entre elas, destacam-se a Academia de Samba do Fica Aí e as escolas de samba Dorvalina, Estrela do Oriente, General Telles e General Osorio. A mais antiga referência que encontramos sobre o tema data de 1944: nesse ano o *Diário Popular* menciona a existência da Escola de Samba Dorvalina. Outras fontes, porém, apontam a Estrela do Oriente, sediada no bairro Areal, como a primeira da cidade, embora localizando como data de sua fundação o ano de 1948. Muitas dessas instituições provavelmente foram criadas por foliões com o intuito de aproveitar os festejos do ano, já que não se encontram sobre elas referências posteriores, sendo este o caso da Escola de Samba Dorvalina. Em 1949, ano em que o **Carnaval** passou a dispor de apoio financeiro da Prefeitura para os cortejos, foi criada a Academia de Samba do Fica Aí por um grupo de jovens, sócios do Clube Fica Aí Pra Ir Dizendo. A entidade, conforme seu nome explícita, considerava-se uma “academia” de samba, sendo assim superior às demais escolas. Foi fundada aos três dias do mês de fevereiro, obtendo como símbolo uma cartola, uma batuta e uma luva e adotando as cores do respectivo clube, azul e branco. Em meados da década de 1970, a Escola separou-se do Clube, mantendo, porém, as mesmas cores, além dos símbolos originais. A Escola de Samba General Telles foi fundada em 8

de novembro de 1950 por um grupo de engraxates, moradores da zona da Várzea, forte reduto do Carnaval. Certamente incentivou-os a realização, durante esse ano, do primeiro concurso de escolas de samba, já que, através da nova entidade, poderiam concorrer no Carnaval do ano seguinte. O nome foi adotado a partir da escolha entre nomes de ruas da zona da Várzea. Desde logo, a Escola foi apadrinhada pelo **clube carnavalesco** Chove Não Molha, grande rival do Fica Aí, estendendo-se assim às escolas de samba essa rivalidade que havia entre os clubes. A Telles recebeu como símbolo, inicialmente, um malandro. Essa figura, estampada na primeira fantasia com que a Escola desfilou, foi mais tarde envolta por um coração, compondo a imagem que serve até hoje para identificar a instituição. O Carnaval de 1951 foi também marcado pela participação da Escola de Samba General Osorio, sobre a qual não há notícias anteriores. Essa Escola teve intensa participação nos cortejos pelotenses, porém raramente documentada. Mantém-se em funcionamento, hoje, dentre as precursoras, a General Telles e a Academia de Samba — esta, considerada a mais antiga em atividade no Rio Grande do Sul.

Fontes.— *Diário Popular*, 24 de fevereiro de 1944; *A Opinião Pública*, 22 de fevereiro de 1948 e 12 de janeiro de 1951.

Bibliografia.— Kaufmann, Zunilda Maria Corrêa. *A Trajetória do Carnaval Pelotense*. Pelotas, UCPel, 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social).

(Fernanda Oliveira da Silva)

Escravidão. Define-se escravidão como a situação de sujeição de uma pessoa a outra, em que a pessoa escravizada transforma-se em propriedade da pessoa dominante. Em toda a sociedade em que existiu escravidão, havia um conjunto de direitos reconhecidos do possuidor sobre a pessoa possuída, que transformava essa última numa *não-pessoa*, sem direitos civis. A instituição da escravidão foi praticamente universal na história da humanidade, mas houve fortes diferenças em relação à sua forma e à utilização do escravo. No Brasil, vigorou a forma mercantilista, em que o trabalho escravo foi introduzido para atender às necessidades da produção para o mercado externo, que demandava uma imensa quantidade de trabalhadores para as lavouras, mineração e todos os serviços braçais. Durante todo o período colonial e imperial, a mão de obra predominante foi escrava, sendo utilizados índios ou africanos importados da África e seus descendentes. No Rio Grande do Sul, o escravo já se fez presente ainda antes da ocupação oficial do território gaúcho, acompanhando tropas e outros povoadores da região, como resultado da criação da Colônia do Sacramento. O trabalho coercitivo foi utilizado em todas as atividades no Estado, inclusive na pecuária e nas lidas das estâncias e até entre as **colônias** de imigração. A partir de 1780, com as charqueadas, seu número se intensificou, especialmente em algumas regiões e

idades como Pelotas. Em 1833, a população escrava em Pelotas era de cerca de 5.632 indivíduos, mais que a metade (51,7%) da população total. Já em 1854 havia baixado um pouco essa proporção: 4.788 escravos, 7.763 livres e 342 libertos, num total de 12.863 habitantes. O escravo empregado na região era o **negro**, não se sabendo com exatidão sua procedência étnica africana, pois normalmente recebia a denominação do porto em que embarcava. Sabe-se, porém, que houve muitos escravos vindos da região da Costa da Mina, do Congo e de Angola, estes últimos representando a grande maioria dos africanos introduzidos no Rio Grande do Sul, conforme Maestri. Contudo, para as décadas finais do Império, a maioria desses escravos era constituída por crioulos, ou seja, indivíduos já nascidos no Brasil e chegados ao Estado pelo tráfico inter-provincial. Na última década do Império, havia cerca de 6 mil escravos na cidade, 2 mil deles trabalhando nas **charqueadas**, principalmente como carneadores, serventes e salgadores, além de se ocuparem também do transporte do charque. Na entressafra, exerciam trabalhos de olaria e construção de casas. Pela cifra acima, pode-se ver que a maioria dos cativos vivia no meio urbano, atuando como escravos domésticos. As mulheres trabalhavam como cozinheiras, lavadeiras e arrumadeiras e os homens como cocheiros, jardineiros ou criados. Além desses, muitos eram os escravos chamados de ganho e de aluguel. De ganho era aquele cativo que exercia uma profissão, vendia produtos ou fazia serviços na rua, fora da casa do seu dono, retornando apenas para dormir ou, mesmo, dormindo em outro local e apenas entregando, periodicamente, parte do que recebia ao seu dono. Outro tipo era o escravo de aluguel, que podia ser contratado por um determinado período para realizar alguma tarefa, como por exemplo auxiliar na época da safra do charque, como mão de obra extra. A grande concentração de escravos tornava Pelotas uma cidade que vivia sob um clima tenso, sempre com medo de rebeliões e da fuga de escravos ou da formação de **quilombos**. Havia um imenso aparato repressivo, representado dentro das propriedades pelo tronco, os chicotes e demais instrumentos de tortura, além do feitor e seus capangas. Mas também o Estado despendia muito de sua energia e dinheiro na criação de leis e regras de conduta para controlar os cativos, ou na captura, prisão e justicamento de escravos, como a morte pela **forca**. Contudo, mesmo que não fosse condenado à morte pela Justiça da época, o escravo poderia ser levado a ela pela dureza dos castigos aplicados pela lei, como aquele do açoite, que podia constar de até centenas de chibatadas, aplicadas em dias consecutivos. Na cidade, houve algumas tentativas de revoltas, mas foram descobertas antes de sua eclosão. Quanto aos quilombos, houve vários, alguns deles inclusive terminando por identificar com esse nome regiões ou riachos próximos. Ainda mais frequentes eram as fugas individuais, especialmente das charqueadas, cujo duro sistema de trabalho e maus tratos frequentes terminavam

esgotando as forças dos seus trabalhadores. Os que fugiam para o mato terminavam sendo caçados, mortos ou severamente maltratados quando de sua captura. Na cidade, havia maior possibilidade de se esconder, trocar de nome, de roupas e de profissão e tentar iniciar nova vida. Mas também houve várias outras formas pelas quais os cativos resistiram ou se acomodaram à instituição escravista, desde os gestos pequenos e cotidianos de busca de formas de viver melhor sob o cativo, da tentativa de preservação de seus costumes e religião até às formas mais radicais, revoltando-se e ameaçando fisicamente o senhor e seus opressores. A busca da liberdade era uma constante, sendo que vários conseguiram comprá-la com seus próprios esforços, passando então à condição de libertos.

Bibliografia.— Gutierrez, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. 2ª edição. Pelotas: Editora da UFPel, 2001; Maestri, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada escravista e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: Escola Superior de São Lourenço de Brindes, 1984.

(Beatriz Loner)

Espiritismo. Doutrina codificada na França em meados do século XIX pelo pedagogo Hippolyte León Denizard Rivail, que adotou o pseudônimo de Allan Kardec e que tem em *O Livro dos Espíritos* sua principal obra. Kardec apresenta o espiritismo como tendo um caráter triplo, ou seja, sendo ao mesmo tempo ciência, filosofia e religião. As ideias espíritas penetraram em Pelotas nas últimas décadas do século XIX, trazidas por dois espanhóis, um dentista de nome José Aquilera e um arquiteto chamado Antônio Baxeras, e logo encontraram muitos adeptos. Segundo o censo do IBGE do ano 2000, Pelotas é a segunda cidade do Rio Grande do Sul com o maior número de pessoas que se dizem espíritas (cerca de 5,86% da população). A expansão do espiritismo no Rio Grande do Sul e particularmente em Pelotas na virada do século XIX para o XX, pode ser explicada pelas ideias defendidas pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que centrava sua ação no positivismo de Augusto Comte, adaptado por Júlio de Castilhos. O PRR defendia, entre outras coisas, a liberdade espiritual e individual. Tais ideias permitiram que vários cultos pudessem aqui se desenvolver, já que não havia punição para aqueles que professassem outro tipo de fé que não fosse a católica. Outra influência importante no processo de expansão do espiritismo no Estado foi a sua ligação em termos de ideais com a **maçonaria**, que teve grande influência no Rio Grande do Sul. Os ideais maçons de laicização, ensino leigo, irrestrita liberdade de consciência e anticlericalismo, encontraram eco no espiritismo, que também defende tais princípios. Em Pelotas, onde a influência da maçonaria era bastante desenvolvida durante a segunda metade do século XIX, as ideias espíritas tiveram

forte aceitação. Fernando Osorio relaciona vários grupos espíritas na cidade antes do final daquele século, e Alberto Coelho da Cunha, utilizando-se do censo de 1911, menciona a marcha crescente do espiritismo em Pelotas, que a cada dia envolvia mais simpatizantes. Além disso, o espiritismo também teve forte atuação na cidade através da presença de curadores. Um dos mais famosos foi o suíço Guilherme Rheinberg. O Doutor Alemão, como era conhecido, julgava-se capaz de intervir em qualquer moléstia e para isso preparava o conhecido Licor de Ouro. O primeiro grupo espírita da cidade teve o nome de Amor a Deus, sendo fundado em 19 de setembro de 1897. As sessões aconteciam às terças e quintas-feiras, sob a presidência de José Joaquim de Almeida e realizavam-se no prédio situado à Rua Marechal Deodoro, nº 108. Nos últimos anos do século XIX outros grupos se organizaram, a saber: Deus, Amor e Caridade, presidido por Antero Marques; Fé e Caridade, presidido pelo Capitão Ovídio Batista de Oliveira; O dos Humildes, organizado por João Batista de Oliveira; Amor, Deus e Caridade, presidido por Eduardo Alberto Fróes e São Marcos, Amor e Paciência, coordenado por Narciso Claro. No início do século XX, as lideranças espíritas da cidade acharam por bem unir forças em prol da divulgação da doutrina, dando início a um processo de unificação e formação de um movimento espírita na cidade. Assim, os seis grupos existentes em Pelotas fundiram-se em uma nova entidade em 29 de dezembro de 1901, surgindo então a Sociedade União e Instrução Espírita, hoje uma das dez associações espíritas mais antigas do Brasil em funcionamento. Esse processo de unificação ganhou ainda mais força com a fundação da Liga Espírita Pelotense (LEP) em 8 de julho de 1947, por João da Rocha Bender. Tal entidade nasceu do ideal de articular em um movimento melhor organizado as diversas casas espíritas surgidas após a criação da Sociedade União e Instrução Espírita, como: Sociedade Auxílio Fraternal de Senhoras Espíritas (1911), fundadora Virgínia Taveira Fróes e amigas; Centro Espírita Jesus (1919), fundador Francisco de Jesus Verneti; Sociedade Espírita Luíza de Araújo (1921) fundadores Antenor e Adelina de Farias; Centro Espírita Agostinho (1926), fundadores Antônio Teixeira e outros; Centro Espírita Francisco de Jesus Verneti (1926), fundador Domingos Bento; Centro Espírita Divino Salvador (1937), fundador José Thiago da Silva Fontes; Centro Espírita Paz, Amor e Caridade (1937), fundador Estácio Custódio Vieira e outros; Grupo Espírita Fé, Esperança e Caridade (1943), fundador Braudelino Silveira da Rosa. Após a fundação da LEP surgiram ainda outras sociedades, como o Instituto Espírita Nosso Lar (1948), fundadoras Lylia Carbonell Gardelli e outras; Sociedade Espírita Bezerra de Menezes (1948), fundada por operários do Porto; Sociedade Espírita José de Alencar (1948), fundador Luiz Carlos Gomes e outros; Sociedade Espírita de Pelotas (1948), tendo como fundadores membros da Liga Espírita Pelotense; Centro Espírita Francisco Lobo da Costa,

(1949), fundador Waldemar da Costa Martins; Centro Espírita Emmanuel, (1953), fundador Mário Macella e outros; Centro Espírita Maria Adelaide (1969), fundador Mário Antônio Portugal; Instituto Espírita Lar de Jesus (1961), fundador Moacir Dias; Sociedade Templo Espírita do Rencontro (1966), fundador Affonso Pinto; Instituto Cultural Espírita de Pelotas (1975), fundador Carlos Kunde Filho; Sociedade Espírita Casa da Prece, fundadora Luide da Silva Cardoso e outras e Lar Espírita Associação Irmão Fabiano de Cristo, fundador Maurício de Abreu e Lima Guimarães. No campo da saúde, uma das mais importantes criações foi o Hospital Espírita de Pelotas, fundado como sanatório em 1948 e atualmente em plena atividade, através do cuidado a pacientes psiquiátricos e dependentes químicos. Hoje o movimento continua articulado em torno da Liga Espírita Pelotense e conta com milhares de adeptos que se reúnem em quase trinta sociedades filiadas à LEP.

Bibliografia.— Gil, Marcelo Freitas. *O Movimento Espírita Pelotense e suas raízes sócio-históricas e culturais*. Pelotas: UFPel, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais); Gill, Lorena. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Pelotas: EDUCAT, 2007; Magalhães, Mario Osorio. *Pelotas Século XIX*. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 1994; Osorio, Fernando. *A Cidade de Pelotas*, 2º vol., 3ª edição. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1998;).

(Lorena Almeida Gill/Marcelo Freitas Gil)

Esporte Clube Pelotas. Dentre os clubes em atividade na cidade de Pelotas, o Esporte Clube Pelotas é o mais antigo. Os registros do clube apontam o dia 12 de outubro de 1908 como data de sua fundação, tendo como referência uma reunião ocorrida no **Clube Caixaerial** no dia anterior. Na ocasião da fundação, o clube foi constituído a partir da fusão entre o Club Sportivo Internacional (fundado em 10 de janeiro de 1906) e o Football Club (fundado em 27 de maio de 1906). No ano seguinte, 1909, o Club Sportivo, fundado em 1º de janeiro de 1906, também foi incorporado ao Esporte Clube Pelotas. Esses três clubes, além de serem remanescentes do mesmo ano, possuíam uma série de afinidades socioculturais que vieram a favorecer o sucesso do Esporte Clube Pelotas. Em função dessa fusão, o clube já nasceu possuindo um significativo patrimônio material e um "capital esportivo", um *status* de prestígio e de reconhecimento não só na cidade como no restante do Estado, tanto pelo **futebol** como por outras práticas esportivas, como é o caso dos esportes náuticos e do tênis. Apesar da existência dessas práticas, foi com o futebol que o Esporte Clube Pelotas alcançou maior visibilidade e é identificado ainda hoje. A referência como um dos principais clubes de futebol da cidade inicialmente foi dividida com clubes como o Sport Club União (fundado em 1908), o Grêmio Sportivo Guarany (fundado em 1909) e o Sport Club Rio Branco (fundado em 1910), seus principais

adversários na primeira década do futebol pelotense. Posteriormente – a partir das edições do campeonato citadino, promovido pela Liga Pelotense de Futebol Amador (LPFA), que teve início em 1913 –, o Esporte Clube Pelotas passou a dividir o espaço de maior visibilidade e reconhecimento no futebol pelotense com o seu arqui-rival, o Grêmio Esportivo Brasil (fundado em 1911). O primeiro Bra-Pel (Brasil *versus* Pelotas) ocorreu em 1914, e até hoje é um dos clássicos mais tradicionais do futebol gaúcho. No período do futebol mais competitivo (organizado na forma de campeonatos), entre os títulos conquistados pelo Pelotas destaca-se o de Campeão da Cidade em 1915, 1916, 1925, 1928, 1930, 1932, 1933, 1939, 1944, 1945, 1951, 1956, 1957, 1958, 1960, 1965; o de Campeão Estadual em 1932; e o de Campeão do Interior em 1988. Além dos títulos conquistados pelo clube, outra característica que chama a atenção e singulariza o Esporte Clube Pelotas perante a maioria dos clubes de futebol do interior do Estado do Rio Grande do Sul é a marca cosmopolita que acompanha a sua história. Esse cosmopolitismo é expresso tanto pelas viagens, excursões e eventos futebolísticos que o clube promoveu e dos quais participou, como também pelo pioneirismo na busca de jogadores de fora da cidade e do país para reforçar a sua equipe. Como exemplos de times que vieram à cidade a convite do Pelotas, destacam-se: a equipe do Clube Atlético Estudantes, da Argentina, em 1910; o "scratch" (seleção) do Uruguai em 1911; o "scratch" carioca, em 1912; e o "scratch" da Argentina, em 1919. Já quanto à prática de trazer jogadores de fora da cidade para o clube, em uma época em que isso era pouco comum, destacam-se: a presença do goleiro paulista Tuffy, que pertencia à Seleção Brasileira, no time de 1919; dos uruguaios Juan, Augusto Bertone e Ojeda, por volta de 1915; e do zagueiro Roberto Stephan, em 1918. Cabe salientar que nessa época o profissionalismo não era aceito no futebol brasileiro e foi a partir de transações clandestinas como essas que ele se impôs, a partir de 1933, instituindo um novo momento para o futebol brasileiro – menos elitista e mais popular.

Fontes.— Morais, Alcides Carlos de. Entrevista concedida a Luiz Carlos Rigo. Pelotas, 5 de março de 1999; *Revista Comemorativa aos 80 anos do Esporte Clube Pelotas*, 1988; *Revista Comemorativa aos 90 anos do Esporte Clube Pelotas*. 1908-1998.

(Luiz Carlos Rigo)

Estilo neoclássico. O termo faz referência à recuperação da concepção das artes plásticas e da arquitetura concebida na Antiguidade Clássica e que foi se impondo na arte europeia a partir de 1750. O neoclasicismo busca severidade e pureza formal na linha de uma arquitetura civil que se foi difundindo pela Europa, chegando ao Brasil ainda no século XVIII. A vinda da Missão Artística Francesa, em 1816, fortale-

ceu esse estilo classicizante, que, antes, já se fazia presente em construções brasileiras através de obras projetadas por arquitetos europeus. Na cidade de Pelotas há um patrimônio arquitetônico, construído na segunda metade do século XIX e início do século XX, que tem sua base estruturada no estilo neoclássico, com um repertório composto por colunas clássicas, frontões, entablamento, mas impregnado de outros elementos decorativos, como os frontões recortados, que o afastam da ortodoxia clássica, gerando um estilo que será comum na arquitetura brasileira do século XIX: o ecletismo ou historicismo eclético. Essas informações servem para refutar a existência de um estilo neoclássico puro, não só em Pelotas, mas também nas demais cidades brasileiras. Segundo Yves Bruand (1981), no Brasil convencionou-se chamar de neoclássicos todos os edifícios onde se pode notar o emprego de um vocábulo arquitetônico cuja origem encontra-se na Antiguidade greco-romana. Salienta esse autor que o que chamamos de neoclassicismo é na verdade uma forma de ecletismo, em que é possível encontrar justapostos todos os estilos que utilizavam cornijas e frontões e que se constituíram num período que vai da Renascença italiana até o século XIX, no Segundo Império francês. O historiador e arquiteto gaúcho Günter Weimer (1989) afirma que não houve no Brasil um estilo neoclássico puro, pois, na medida em que os arquitetos se voltam aos estilos arquitetônicos do passado, buscando elementos ornamentais de linguagens variadas, aplicando-os e conjugando-os na composição das fachadas, estão citando, por meio de diferentes elementos estéticos, a história da arquitetura, e dando origem a uma linguagem arquitetônica historicista. Nos anos 1870, a próspera cidade de Pelotas mantinha-se atualizada em relação aos principais centros urbanos europeus, como resultado das viagens realizadas para exportação do charque ali fabricado. Promovia-se o intercâmbio comercial, desenvolvia-se a economia e os pelotenses aproveitavam para construir sua cidade, com todo o cuidado e requinte que o dinheiro possibilitava. A elite de Pelotas encontrou na arquitetura de José Isella, italiano, aqui chegado em meados da década de 1860, a competência necessária para materializar as suas ambições: construir suas casas segundo modelos europeus. Esse arquiteto foi o responsável pelo planejamento e execução de muitas obras importantes que até hoje se mantêm na cidade. A sua arquitetura, “com fachadas classicizantes, de divisão horizontal, de pavimentos que obedeciam à superposição das ordens arquitetônicas, de divisão vertical, proporcionada pelas pilastras, de equilíbrio simétrico, com suas aberturas emolduradas com requinte, seus frontões, suas platabandas e esculturas, representou o que havia de mais consagrado e civilizado”, diz Ceres Chevalier (2002). Fazem parte do primeiro período eclético de Pelotas (1850/1900), segundo Andrey Rosenthal Schlee (1994), as seguintes obras públicas: “o Asilo Nossa Senhora da Conceição (1853); o Hospital da Sociedade Portuguesa Beneficente (1861); o Hospital da **Santa Casa de Misericórdia** (1872 - primeiro andar); a

Prefeitura Municipal (1881); a Escola Eliseu Maciel (1881), defronte ao Mercado; o Asilo de Mendigos (1887), a **Bibliotheca Pública Pelotense** (1881), somente o andar térreo; a capela da Santa Casa de Misericórdia (1843); a capela do Hospital da Sociedade Portuguesa Beneficente (1892)". São consideradas obras realizadas por José Isella as seguintes: capela da Santa Casa de Misericórdia (finalizada por esse arquiteto); Bibliotheca Pública Pelotense; capela do Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência e Palacete Braga (1871), local onde, desde muitos anos, está situado o **Clube Comercial**. Considera Schlee que as obras construídas entre 1850 e 1900 são ecléticas. Nesse período, a arquitetura pelotense começou a sofrer transformações e os modelos coloniais foram abandonados. As novas construções inspiraram-se, principalmente, na Renascença italiana (neo-renascentistas) e/ou na tradição clássica. Quanto à pintura e à escultura, essa tradição, caracterizada por obras que reproduzem a natureza, buscando idealizá-la, aperfeiçoá-la, atingindo o belo ideal, vai predominar nas escolas de belas-artes de todo o mundo, sob o nome de neoclássico. O pensamento clássico trabalha a arte como *mimeses* (imitação da natureza), valendo-se, pois, de dois planos, o do modelo (natureza) e o da imitação desse modelo. Utiliza-se de toda uma teoria, que é posta em prática, na realização de sua obra de arte. Para a constituição do neoclássico foram retomadas as influências da Antiguidade Clássica (grego-romana), período que caracteriza o primeiro classicismo, e do Renascimento (séculos XV e XVI), que caracteriza o segundo classicismo, para reproduzir os ideais artísticos desses períodos no terceiro classicismo (século XVIII - neoclassicismo). Nas artes plásticas, os termos academismo e neoclassicismo são considerados sinônimos, uma vez que a orientação clássica passou a ditar as normas das academias. Ser neoclássico era ser acadêmico. Essa orientação aconteceu também no Brasil, quando foi criada a Escola Imperial de Belas-Artes, em 1816, tendo como mestres os artistas da Missão Artística Francesa, contratados pela corte portuguesa para ensinar artes e ofícios neste país. O início das **artes plásticas** em Pelotas, a partir de artistas itinerantes, também foi marcado pela orientação classicista: essa era a formação de Frederico Trebbi e Guilherme Litran, oriundos de academias europeias. Esse foi o estilo que encontrou uma bela acolhida em Pelotas para a realização dos retratos dos irmãos benemerentes, que passariam a figurar nas galerias de honra de entidades como Santa Casa de Misericórdia, Asilo de Mendigos, Asilo de Órfãs, além de outros locais. A preferência por esse estilo naturalista teve continuidade através do Instituto de Belas Artes (1927/1937) e depois pela orientação da **Escola de Belas Artes** (1949). Professores como Aldo Locatelli e Antônio Caringi, assim como a professora Marina de Moraes Pires (fundadora da Escola), tiveram formação clássica e demonstravam apreço por esse estilo. As pinturas murais da Catedral de Pelotas expressam visivelmente essa orientação, na racionalização de

toda a obra: ao construir o espaço em perspectiva, ao buscar os pontos de maior interesse da obra e ao utilizar esquemas de composição na sua elaboração, aspectos que foram bastante utilizados pelos clássicos renascentistas. Esquemas triangulares de composição podem ser observados nas pinturas monocromáticas dos anjos, situadas acima dos arcos, que separam as naves da Catedral. A orientação classicista também está presente nas obras escultóricas de Antônio Caríngi, que realizou sua formação em plástica monumental na Alemanha, durante dez anos. Isso pode ser observado em suas esculturas situadas em locais públicos. Seus heróis foram esculpidos num naturalismo idealizado, buscando a melhor forma de representação. Mesmo quando seus temas são figuras ligadas à história e à cultura gaúchas, como o Monumento ao Imigrante, em Caxias do Sul, O Colono e O Sentinela Farroupilha, em Pelotas, assim como o monumento O Laçador, em Porto Alegre, com temáticas mais ligadas ao romantismo, a construção de suas obras revelam o gosto pelo estilo no qual fez sua formação. Esse gosto, academicista/classicista, manteve-se na cidade, com uma certa exclusividade, até meados da década de 1960, quando, no seio da própria Escola de Belas Artes (EBA) de Pelotas, alguns alunos manifestaram-se insatisfeitos com a manutenção de seu curso nos moldes tradicionais. A partir de então, a arte local começou sua caminhada para a modernidade. Levava em conta uma série de participações, como as da EBA, quando foi integrada à **Universidade Federal de Pelotas**, e dos cursos particulares, como o de Inah Costa, além da ocorrência dos salões de arte na cidade, quando eram expostas obras ligadas à modernidade. Outro fator de grande importância para a modernização da arte foi a organização de um sistema das artes com a inauguração de inúmeras galerias na década de 1980. O gosto pela arte academicista/classicista ainda está presente, embora o encaminhamento para manifestações de arte moderna e pós-moderna sobreponha-se através da orientação, principalmente, do Instituto de Artes e Design.

Bibliografia.— Bruand, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981; Chevalier, Ceres. *Vida e obra de José Isella*. Arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX. Pelotas: Ed. Livraria Mundial, 2002; Santos, Carlos Alberto Ávila. *Espelhos, Máscaras, Vitruvius*: Estudo Iconológico de fachadas arquitetônicas — Pelotas, 1870-1930. Pelotas: EDUCAT, 2002; Schlee, Andrey Rosenthal. *O Ecletismo na Arquitetura de Pelotas até as Décadas de 30 e 40*. Porto Alegre, UFRGS, 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura); Weimer, Günter. *A arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. São Paulo: USP, 1989. Tese (Doutorado em Arquitetura).

(Carmen Regina Bauer Diniz)



Igreja Anglicana, conhecida como “Igreja Cabeluda”

Faculdade de Agronomia. Em 22 de junho de 1881, através de ofício, a família Maciel propôs à Câmara de Vereadores construir às suas custas, num terreno que pertencia à Câmara, uma escola municipal, com o objetivo de homenagear a memória do recém-falecido coronel Eliseu Antunes Maciel. Aceita a proposta, a obra foi iniciada no dia 16 de julho. Nessa ocasião ocupava o governo monárquico-parlamentar do Brasil o gabinete Lafayette, sendo líder da maioria o deputado Francisco Antunes Maciel, filho de Eliseu e um dos doadores do prédio. No ano seguinte, o governo imperial, preocupado com os altos custos de importação de vacina anti-variólica, fazia vir da França o doutor Claude Rebourgeon, com o objetivo de que se passasse a fabricar no Brasil o antígeno. Na província, o palácio do governo em Porto Alegre viu-se na contingência de adiar a inauguração da nova escola municipal de Pelotas, marcada para 16 de junho (quando se completava um ano da morte do homenageado), por não haver conseguido a contratação de professores de primeiras letras. Ocorrências tão diversas haveriam de contribuir para um mesmo resultado: a criação, ainda em 1883, da Imperial Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Practica no prédio ofertado pela família Maciel, na Praça do Mercado (hoje, Sete de Julho) e sob a direção do dr. Claude Rebourgeon. Mas, se até então os fatos lhe haviam sido favoráveis, a partir daí e até o fim do Império o novo curso só enfrentaria problemas, dificultando-se em todos os sentidos a sua implantação definitiva. Enquanto em Pelotas se remodelava o prédio, adaptando-o à nova situação, e se comprava na Europa o material necessário – animais, aparelhos agrícolas, laboratórios, bibliografia etc. –, na Corte os liberais deixavam o poder e ascendia um gabinete conservador: o do Barão de Cotegipe. Era ministro desse gabinete, na pasta da Agricultura, o senhor Antônio Prado, ilustre cidadão paulista, responsável, quatro anos depois, pela fundação do Instituto Agronômico de Campinas. Pois em 1º de novembro de 1885 saiu a notícia: Antônio Prado rescindira o contrato do dr. Rebourgeon, decretara o fechamento da Imperial Escola e mandaria leiloar todos os animais e aparelhos agrícolas que ele havia trazido da Europa! A imprensa local, poucos dias depois, já comentava: “Trata-se, pois, da extinção da Escola ou, pelo menos, de a remover para São Paulo, conforme os ardentes desejos do exmo. sr. Ministro da Agricultura [...]”. O leilão que se seguiu, em 28 de dezembro, foi memorável; acabaria ficando célebre na tradição local. Interrompido por protestos, o leiloeiro José Silveira Villalobos, a certa altura, recusou-se a prosseguir com seu trabalho; exigiu atenção e disse, do alto da cadeira em que se achava: “Senhores, eu pertenço a esta terra; meus filhos são também pelotenses. Respeito e admiro as manifestações populares. E ainda que desse leilão proviesse a fortuna para minha família, não continuaria. Desisto da missão que me foi confiada.” A multidão prorrompeu em aplausos. Abraçou-o. Chegou mesmo a tirar-lhe o martelo da mão, quebrando-o em dois pedaços. Um cidadão português, pedindo a palavra, declarou que o

martelo seria substituído por um outro – de ouro –, em homenagem à grandeza daquele gesto. Iniciou imediatamente uma subscrição e em poucos minutos arrecadou 352 mil-réis. Esse cidadão chamava-se Antônio Joaquim Dias, era diretor do *Correio Mercantil*, fundador da **Biblioteca Pública** e pai de Antonieta Cesar Dias, uma das **primeiras médicas** do Brasil. Em 1887, a **Câmara Municipal** conseguiu reverter ao município todo o patrimônio que fora cedido ao Império em 1883, comprometendo-se a manter, às suas custas, um Liceu de Agronomia, Artes e Ofícios, que teve a presidência do ex-deputado, conselheiro Francisco Antunes Maciel. Mas só em 1895 formou-se a primeira turma de engenheiros-agrônomo, constituída por dois alunos, naquela instituição de ensino, já sob a denominação de Liceu Rio-Grandense de Agronomia e Veterinária e ainda sob administração local. Em 1909, o Liceu passou a se chamar Escola de Agronomia e Veterinária e, em 1926, por determinação do intendente municipal, Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel. Conservou essa denominação até 1934, quando, em obediência à reforma do ensino, os cursos de veterinária e agronomia tornaram-se independentes e a instituição passou a se chamar, simplesmente, Escola de Agronomia Eliseu Maciel. Cumprindo, ainda, determinação legal da Reforma Francisco Campos, de 1931, a Faculdade adquiriu Inspeção Federal Permanente em 21 de setembro de 1945. Em março de 1959, foi inaugurado o novo prédio, em estilo colonial brasileiro, no então distrito do Capão do Leão (hoje, município), com a presença do presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, do vice-presidente, João Goulart, e do governador do Estado, Leonel Brizola. Por decreto de 13 de dezembro de 1960, foi criada a Universidade Rural do Sul, com sede em Pelotas e composta pela Escola Eliseu Maciel e mais cinco unidades a serem criadas, sendo que um Centro de Treinamento e Informação do Sul (Cetreisul) e um curso de Ciências Domésticas começaram a funcionar já no ano seguinte. Em 1967, essa universidade, que pertencia ao Ministério da Agricultura, foi incorporada ao Ministério de Educação e Cultura, denominando-se Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul; a Escola, desde então, passou a ser chamada de Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Em 1969 foi uma das unidades fundadoras da **Universidade Federal** de Pelotas, extinguindo-se a antiga Universidade Rural e transferindo-se todo o seu patrimônio, professores e alunos, de uma instituição federal para outra.

Bibliografia.— Magalhães, Mario Osorio. *Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (1883-1983)*. Pelotas: UFPel, Editora da Universidade, 1983.

(Mario Osorio Magalhães)

Faculdade de Direito. A ideia de criação de um curso jurídico em Pelotas surgiu numa reunião do Ginásio Pelotense (hoje, **Colégio**

Municipal Pelotense), por sugestão do seu ex-diretor, formado em Medicina, dr. Francisco José Rodrigues de Araújo. Nessa reunião, realizada em 7 de setembro de 1912, foi escolhido o advogado José Júlio de Albuquerque Barros, futuro intendente de Pelotas, como diretor interino da Faculdade; também ficou decidido que a congregação do novo curso, a ser composta brevemente, seria “soberana em tudo o que se referisse a assuntos científicos e profissionais”, mas sujeita à aprovação da congregação do Ginásio “no tocante às resoluções de ordem econômica e administrativa”. Em outras palavras, a Faculdade de Direito, curso superior, surgiu vinculada ao Ginásio Pelotense, que ministrava o ensino primário e secundário e que era, por sua vez, obediente às decisões da **Maçonaria**. No ano anterior, a Maçonaria, por intermédio do Ginásio, já havia fundado uma Faculdade de Farmácia, existindo indícios de que pretendia constituir uma Universidade. Cinco dias depois, houve a primeira reunião do colegiado (com seus integrantes convidados, três dias antes, através de ofício), convencendo-se que esse dia, 12 de setembro de 1912, seria considerado a data oficial de fundação da Faculdade de Direito de Pelotas. O ano letivo teve início em 1º de abril de 1913, preferindo a aula inaugural o doutor Fernando Luís Osorio, então professor de Teoria Geral do Direito e, mais tarde, catedrático de Direito Internacional Público. Nos seus primórdios a Faculdade não possuía, a rigor, patrimônio, nem mesmo instalações próprias. Começou funcionando num prédio anexo ao Ginásio Pelotense, localizado à Rua Félix da Cunha esquina Tiradentes. Em 1914, pouco antes de iniciar o ano letivo, a congregação confirmou o nome do dr. Albuquerque Barros como diretor efetivo; no final desse ano, um desentendimento com a Maçonaria fez com que a Faculdade se desligasse definitivamente do Ginásio. Passou a ocupar, então, prédios particulares, através de locação: entre 1915 e 1918, duas casas – uma na Rua Marechal Floriano entre Deodoro e Barão de Santa Tecla, e outra na Rua Lobo da Costa (então Riachuelo) esquina General Osorio. Em 1918, instalou-se numa das salas da **Bibliotheca Pública** Pelotense, à Praça Coronel Pedro Osorio, então Praça da República, ali permanecendo até 11 de agosto de 1929, quando foi inaugurada a sede própria, na Praça Conselheiro Maciel. A primeira turma, composta por três alunos, colou grau em 19 de novembro de 1916 – e não em 1917, como consta do histórico elaborado por Alcides de Mendonça Lima. Cumprindo as determinações legais da Reforma Francisco Campos, de 1931, a Faculdade adquiriu Inspeção Federal Permanente pelo decreto nº 792, de 4 de maio de 1936. Foi incorporada à Universidade do Rio Grande do Sul quando da criação desta, em caráter regional, no dia 4 de dezembro de 1948, pelo decreto nº. 414. Em 1950, aquela universidade foi federalizada, transformando-se em Universidade Federal do Rio Grande do Sul; a Faculdade de Direito também passou à União, o que lhe trouxe maiores recursos. Em 1969 foi uma das unidades fundadoras da **Universidade Federal de Pelotas**, transferindo-se assim todo o seu

patrimônio, professores e alunos, de uma instituição federal para outra. O primeiro reitor da UFPel, inicialmente na condição de *pro tempore*, depois na condição de efetivo, foi o doutor Delfim Mendes Silveira, então diretor da Faculdade de Direito. Aliás, o professor Delfim sucedera ao professor Bruno de Mendonça Lima, que exerceu a direção da Faculdade durante nada menos do que 34 anos: de 1931 a 1965.

Bibliografia.— Amaral, Giana Lange do (org.). *Gymasio Pelotense, Colégio Municipal Pelotense: entre a memória e a história*. Pelotas: Educat, 2002; Lima, Alcides de Mendonça. *Faculdade de Direito de Pelotas: histórico*. Pelotas: Centro de Documentação e Informação da UFPel, 1982; Magalhães, Mario Osorio. *História aos domingos*. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2003.

(Mario Osorio Magalhães)

Faculdade de Medicina. Em 8 de maio de 1954 foi instalada a Instituição Pró-ensino Superior do Sul do Estado (IPESSE), cujo objetivo era fundar uma Faculdade de Medicina Leiga em Pelotas. Segundo seus fundadores, o fato de ser criada independentemente de qualquer instituição religiosa (daí o nome de Leiga, como veio a ser conhecida) era um requisito importante para que, no futuro, pudesse aspirar à sua incorporação pelo Estado, que, por sua vez, era a garantia de verbas suficientes para financiar todas as suas atividades, visando os altos custos de manutenção de um curso de Medicina. A Faculdade foi criada em novembro de 1959, mas só começou a funcionar efetivamente em 1963, contando com o auxílio do governo estadual, do municipal e de vários professores. Antes disso, já em 1955, havia conseguido do governo municipal a doação do prédio em que funciona até hoje, e onde foi, anteriormente, o **Instituto de Higiene**. O decreto n.º 59.381, de outubro de 1966, concedeu o reconhecimento à Faculdade de Medicina de Pelotas, que formou sua primeira turma em 1968. Em 1969, quando se criou a **Universidade Federal de Pelotas (UFPel)**, a Medicina foi um dos cursos fundadores, embora na condição de agregada, o que significava que a Universidade deveria dar assessoria à Faculdade, ainda que não tivesse ingerência em sua administração. Porém, aos poucos a UFPel começou a custear uma parte das despesas da faculdade: por exemplo, a contratação de professores para os institutos básicos, que afinal acabavam ministrando disciplinas regulamentares da Medicina. Por fim, como forma de acabar com essa situação dúbia, alterou-se o Estatuto da UFPel, incluindo a Faculdade de Medicina como instituição da própria Universidade e não mais como agregada. A partir do momento em que este estatuto foi aprovado pelo MEC e se transformou em decreto, assinado pelo Presidente da República, no ano de 1977, a Faculdade foi definitivamente incorporada à Universidade Federal de Pelotas.

Bibliografia.— Keiserman, Naum. “Depoimento”. In Magalhães, Mario Osorio (org.) *UFPel: 30 anos*. Pelotas: Editora da UFPel, 1999, pp. 51-58; Loner, Beatriz. “UFPel: um breve histórico”. In Magalhães, Mario Osorio. (org) *UFPel: 30 anos*. Pelotas: Editora da UFPel, 1999, p. 29-48.

(Beatriz Ana Loner)

Faculdade de Odontologia. Surgiu em 21 de setembro de 1911, agregada ao Ginásio Pelotense, por inspiração da **Maçonaria**, que buscava abrir novas oportunidades educacionais na cidade. Nesse momento, contava com os cursos de Odontologia e Farmácia. Em 1915, a Faculdade sofreu uma crise, dividindo-se em duas escolas, uma das quais continuou vinculada ao **Colégio Pelotense**, enquanto a outra existiu de forma independente até 1919. No início dos anos 1930, os dois ramos se reunificaram, separando-se do Ginásio Pelotense, e iniciaram a luta para conseguir sede própria e adaptar-se às novas leis de ensino promulgadas depois da Revolução de 1930. Já nessa condição, a Odontologia conseguiu Inspeção Federal Permanente, requisito indispensável para sua vida legal, pelo decreto n.º. 802 de 21 de outubro de 1941. Foi incorporada à Universidade do Rio Grande do Sul quando da criação desta, em 4 de dezembro de 1948, pelo decreto n.º. 414, fechando-se então o curso de Farmácia. Em 1950, aquela universidade foi federalizada, transformando-se em Universidade Federal do Rio Grande do Sul; a Faculdade de Odontologia também passou à União, o que lhe trouxe maiores recursos, tanto humanos quanto em matéria de equipamentos e laboratórios, inclusive permitindo que construísse prédio próprio. Em 1969 foi uma das unidades fundadoras da **Universidade Federal de Pelotas**, transferindo-se assim todo o seu patrimônio, professores e alunos, de uma instituição federal a outra.

Bibliografia.- Loner, Beatriz. UFPel: um breve histórico. In: Magalhães, Mario Osorio (org.) *UFPel: 30 anos*. Pelotas: Editora da UFPel, 1999, pp. 29-48; Oliveira, Eurico Kramer. *História e historietas da Faculdade de Odontologia de Pelotas*. Pelotas: 1976, datilografado, inédito.

(Beatriz Ana Loner)

Forca.No século XIX, a pena de morte no Brasil foi direcionada principalmente para a punição do escravo, contando inclusive com legislação específica para isso: a famosa lei de 10 de junho de 1835, que condenava à morte o escravo que ferisse ou tentasse ferir seu senhor, feitor ou agregado desses. Em Pelotas, o primeiro local das execuções públicas através da forca foi ao norte da Igreja Matriz, na área ocupada hoje pelo Parque Dom Antônio Zattera, antiga Praça Júlio de Castilhos. Por volta de 1850, a forca foi transferida para a antiga Praça da Constituição, também conhecida como Praça das Carretas, atual Praça Vinte de

Setembro. Nesses locais perderam a vida os escravos Belisário, João Pernambuco, Salvador, Bento, André, entre outros. Nesse segundo momento da forca em Pelotas, deve-se destacar a proximidade com a cadeia pública, que ficava na esquina das ruas Paissandu (atual Santos Dumont) e Sete de Setembro, de onde o condenado saía para o cortejo até o patíbulo. Para lá, de acordo com João Simões Lopes Neto, é que foram encaminhados os restos da última forca no final da década de 1850. Esse tipo de punição já não causava o efeito esperado pelas elites no controle e disciplinamento da população: preferiam incentivar a criação de outros métodos de controle disciplinar, como casas de correções, manicômios, hospitais, polícia etc., a partir da estrutura do Estado. A pena de morte no Brasil só foi extinta depois da proclamação da **República**, em 1890.

Bibliografia.— Al-Alam, Caiuá Cardoso. *A negra forca da Princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: ED. do autor/Sebo Icaria, 2008; Lopes Neto, João Simões. *Revista do 1º Centenário de Pelotas*, nºs 7 e 8, 1912; Ribeiro, João Luiz. *No meio das galinhas as baratas não têm razão: a Lei de 10 de junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil 1822-1889*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

(Caiuá Al-Alam)

Fotografia. É possível que em 1850, ou antes, já houvesse uma produção fotográfica na cidade. No entanto, só nos anos de 1870 foi que os jornais passaram a noticiar os estúdios fotográficos. Durante o século XIX, observa-se que a demanda mais volumosa para o comércio fotográfico foram os retratos. Coincide com essa observação o fato de que a primeira fotografia publicada em jornal da cidade foi um retrato no **Diário Popular** de 1º de janeiro de 1900. No século XIX, Pelotas sediou a atividade de muitos fotógrafos: alguns instalaram seus estúdios e *ateliers* (assim chamavam-se os estabelecimentos fotográficos do século XIX), em geral no centro, e outros, de passagem pela cidade, trabalhavam durante algum tempo em espaços arrendados por temporada ou associados aos fotógrafos já estabelecidos. Mas não se restringiam a atender os moradores da região urbana: buscavam ampliar a clientela oferecendo seus serviços para a população das colônias. Já no século XX esses itinerantes poderiam residir na zona rural ou nas cidades vizinhas, nas quais tinham seu estúdio e percorriam as colônias com periodicidade, atendendo os clientes no seu local de moradia. Exemplo dessa situação é o fotógrafo alemão radicado em São Lourenço do Sul, Heinrich Feddern, que documentou imigrantes **alemães** e pomeranos na zona rural de Pelotas, São Lourenço, Canguçu e outras localidades vizinhas de 1920 a 1950, atestando que essa itinerância estendeu-se ao século XX. Encontra-se significativa produção da mesma natureza assinada pelo Estúdio Oto Daniel, que, assumido pelos descendentes do fotógrafo fundador, veio a

chamar-se apenas Estúdio Daniel. O selo de Daniel aparece com frequência nos *post-cards* que a partir da década de 1920 tornaram-se muito recorrentes, associados ao retrato. Praticamente todos os estúdios os produziram. Eventual, mas não rara, a apreciada fotomontagem é encontrada com resultados muito experimentais, sendo o exemplo mais curioso o de um fotógrafo amador chamado Henrique Patacão, de quem se conhece alguns auto-retratos que jogam com a multiplicação da mesma personagem. Um desses, datado de 1889, mostra o fotógrafo repetido três vezes na cena. Nas três últimas décadas do século XIX houve uma profusão de técnicas que, em verdade, eram apenas alterações de outras já existentes. Uma dessas fez-se apreciar nos estúdios fotográficos por grande clientela, a julgar pelo número de exemplares que se encontra no presente. Trata-se da fotopintura, que resultava em um retrato fotográfico, em cópia por contato ou ampliação em subexposição, com pintura sobre a imagem. Por conta dessa demanda, foi frequente a associação de fotógrafos com pintores especialistas em fazer, sobre as fotografias ampliadas, retratos a óleo que eram chamados *rembrandts* ou aquarelas, conforme se anunciavam nos jornais das duas últimas décadas do século XIX. Tais formas de pintura podiam ser associadas aos retratos em tamanho natural que, por exemplo, Augusto Amoretty anunciava realizar com o seu ampliador solar. Os concorrentes dos estúdios da cidade, no século XIX eram os itinerantes que permaneciam pouco tempo, mas que se anunciavam como especialistas em alguma técnica, fato no qual é exemplar Luiz Terragno, imigrante italiano radicado em Porto Alegre que se tornou um dos mais importantes fotógrafos da região sul, portando o título de fotógrafo da Casa Imperial. Ele trabalhou em Pelotas por um breve período no ano de 1885 e fez noticiar sua perícia para fazer os retratos pelo processo Ao Platina, além dos sinetes foto-metálicos. Outro exemplo é a dupla Chiarle & Echart, que se diziam europeus em passagem pela América. Fotógrafos da cidade de Rio Grande atuaram algum tempo em Pelotas, como atestam os anúncios e a produção encontrada dos irmãos King. Amoretty, sem dúvida o fotógrafo que mais anunciou o seu trabalho nos jornais, também possivelmente para resistir à concorrência dos itinerantes, informava aos clientes e colegas a venda de materiais e cartões para montagens trazidos em suas viagens a Paris. Ele e Batista Lhullier afirmavam-se especialistas em fotografar crianças e bebês. No presente encontram-se retratos de crianças assinados por Serres e Carlos, Lhullier e Amoretty no século XIX, e Wetzel, Raphael Grecco e Sintich no século XX. No século XIX foram muitos os que produziram retratos além dos já citados: Fleurquin, Virgílio Gomes, Jorge Wetzel, Santiago de Castro, Menna da Costa e G. Renouveau. Alguns atuaram durante os primeiros anos do século XX. Na década de 1920, o estúdio de L. Lanzetta assinou importante documentação de fatos públicos na cidade, e Brisolara, que assinava como fotógrafo, deixou documentação impressa também nas revistas locais. Outro estúdio iniciado na década de

1930 é o Del Fiol, que, tendo passado de tio para sobrinho, operou até o início da década de 1990 e introduziu o polifotos pintado (retrato no qual o rosto do retratado aparecia em várias tomadas no mesmo quadro e que foi muito utilizado para retratar bebês e crianças). O notável estúdio de Idelfonso Robles, surgiu posteriormente a esse último e perdurou, mantido por familiares e sócios, após a morte do fotógrafo espanhol radicado em Pelotas. Destacou-se, nas décadas de 1950 e 1960 pela qualidade do retrato retocado, especialmente de artistas que se apresentavam nos teatros da cidade. Aproveitando a qualidade dos papéis fotográficos fornecidos pela indústria no período, caracterizados pelo resultado dos pretos intensos da imagem, pela textura e pelas bordas recortadas, fotógrafos como Robles exerceram com grande habilidade o retoque no negativo, gerando retratos de grande aceitabilidade pelo público.

Bibliografia.— Michelon, Francisca F. *Cidade de papel: a modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930)*. PUC-RS, 2001, Tese (Doutorado em História); Soares, Taís C. *Memória da fotografia em Pelotas/RS na produção dos ateliês de Lhullier e Amoretty (1876-1906)*. UFPEL, 2009, Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural).

(Francisca Ferreira Michelon)

Franceses. A presença francesa em Pelotas remonta à época da **Freguesia** de São Francisco de Paula (1812-1832). Entre os primeiros estrangeiros não-portugueses aqui chegados, estão dois franceses com os quais esteve o viajante Auguste de Saint-Hilaire em setembro de 1820: um deles era cirurgião e o outro, professor. A partir daí começam a se delinear os dois primeiros momentos dos franceses em Pelotas. O primeiro é o dos viajantes que não se fixaram, caso de Saint-Hilaire (1820), Arsène Isabelle (1834) e Conde d'Eu (1865), mas que deixaram registradas suas observações; ou dos profissionais liberais, como o engenheiro sanitarista Grégoire Howyan, os arquitetos Dominique Pineau e Dominique Villard, que auxiliaram no desenvolvimento urbano de Pelotas. O segundo momento é o da primeira leva imigratória que se fixou na região, constituída de franceses chegados principalmente via Montevidéu e Buenos Aires. Vindos como aventureiros ou por questões políticas, sendo a maioria solteiros, têm características cidadinas e exerceram grande influência na área cultural (como os professores Massot, Laquintinie, Jeanneret e Guidony), na área de melhoramentos e inovações (como Alexandre Gastaud com a implantação da energia elétrica ou o fotógrafo Jean Baptiste Lhullier), na área industrial (como Ambrósio Perret, introdutor de árvores frutíferas, e Amadeu Gustavo Gastal, o pioneiro no fabrico de compotas), ou ainda nas áreas de convivência social (como Leopoldo Jouclá, um dos diretores do Clube Comercial e Agente Consular da França em Pelotas, ou Telêmaco Bouliech, um dos que para cá

trouxeram a **Maçonaria** Francesa por volta de 1845). O terceiro grande momento foi o da segunda leva imigratória, que se localizou no interior do município, fundando em 1880 a Colônia Francesa de Santo Antônio do Quilombo. Essa segunda leva, ao contrário da primeira, constituía-se de famílias inteiras, com características rurais, que já viviam há alguns anos no Brasil para onde vieram de diferentes regiões de uma França que já não tinha mais lugar para cidadãos proletarizados e camponeses ainda com tradições feudais.

Bibliografia.— Betemps, Leandro Ramos. *Vinhos e Doços ao Som da Marsehesa*: um Estudo sobre os 120 anos da Tradição Francesa na Colônia Santo Antônio em Pelotas-RS. Pelotas: Educat, 2003. Osorio, Fernando Luís. *A Cidade de Pelotas*, 3ª edição, 2º volume. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1998; Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução Adroaldo Mesquita da Costa. 2ª edição. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

(Leandro Ramos Betemps)

Freguesia. A partir da transferência da Corte para o Brasil (1808), foi comum que se outorgasse o título de freguesia aos aglomerados populacionais que demonstrassem condições de se transformar em **vila**, ou seja, potencialidades para adquirir, em prazo relativamente curto, a autonomia municipal. Esse título autorizava que se construísse uma capela no centro do povoado – circunstância que por si só era capaz de atrair mais gente, promover maior concentração de pessoas, sobretudo nas vizinhanças de um meio rural extenso e solitário. Em Pelotas, como a população era esparsa – as **charqueadas** se disseminaram ao longo dos cursos d'água que existem na região –, não havia uma aldeia pré-estabelecida. Sendo assim, antes foi preciso que se escolhesse o local onde edificar a igreja matriz para que depois se consolidasse, no seu entorno, a nova freguesia. Atendendo a uma reivindicação dos moradores da localidade, o príncipe regente dom João expediu alvará em 7 de julho de 1812; edital eclesiástico de 18 de agosto, assinado por dom José Caetano da Silva Coutinho, bispo do Rio de Janeiro, deu complemento à criação da Freguesia de São Francisco de Paula. (Sempre é necessário ressaltar que, embora desligada da matriz de São Pedro, a freguesia mantinha-se dependente, em termos administrativos, da Vila do Rio Grande.) Já no lugar onde hoje se ergue a **Catedral**, foi construída a igreja, prevalecendo essa área – por decisão do vigário, padre Felício da Costa Pereira, e do capitão-mor, Antônio dos Anjos – a outras duas, então propostas: a quadra onde hoje se encontra a capela do **Asilo** (Instituto Nossa Senhora da Conceição) e um espaço, não determinado, do distrito do Laranjal. Lotearam-se terrenos em dezenove quarteirões da área circunvizinha: doze de sentido longitudinal, entre as atuais ruas Barroso e Marcílio Dias (leste-oeste), e sete de sentido transversal, entre as atuais Ave-

nida Bento Gonçalves e Rua General Neto (norte-sul). O fato de a freguesia ter sido planejada facilitou a imposição do traçado ortogonal, ou seja, do desenho de todo o centro da cidade sob a forma de um quase perfeito xadrez, com ruas largas e retas.

Bibliografia.— Magalhães, Mario Osorio. *Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora da UFPel, 1993; Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*, 1º vol., 3ª edição. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997.

(Mario Osorio Magalhães)

Frente Negra Pelotense. A Frente Negra Pelotense foi fundada em Pelotas no dia 10 de maio de 1933, sob influência da Frente Negra Brasileira, criada na cidade de São Paulo dois anos antes. Um grupo de intelectuais negros vinculado ao jornal *A Alvorada*, imbuído da ideia que “a emancipação dos negros tem que ser obra dos próprios negros”, tomou a iniciativa de criar a Frente pelotense. Ela nasceu no interior de uma intensa Campanha Pró-Educação, iniciada no raiar do século XX, quando aqueles intelectuais perceberam que os negros estavam fora do espaço escolar. Além da instrução, entendida por eles como o principal meio de integração e ascensão social, também tinham como objetivo a luta contra a discriminação e o preconceito racial que imperavam, não só nas escolas, mas na cidade toda. Também buscavam a união e organização de todos os negros na luta por direitos sociais, e por este motivo limitavam a participação daqueles que consideravam seus opositores — os outros grupos étnicos formadores da sociedade — a 10% do total dos sócios da Frente. A diretoria era composta por operários, funcionários públicos e pequenos comerciantes que pagavam uma mensalidade e arrecadavam donativos para a organização de bibliotecas e cursos noturnos. Os **clubes** beneficentes, desportivos e carnavalescos negros, como o Chove Não Molha, Está Tudo Certo, Fica Aí Pra Ir Dizendo, Depois da Chuva e Liga de Futebol José do Patrocínio, eram palcos de palestras e conferências que buscavam educar e valorizar a raça negra. A Frente Negra Pelotense funcionou por cerca de dois anos com atuação destacada, tanto no incentivo à educação daquela comunidade e inserção dos negros nas escolas quanto na luta contra os casos de racismo que ocorriam no Estado.

Bibliografia.— Barbosa, Márcio. *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo: Quilombo Hoje, 1998; Loner, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2001; Santos, José Antônio dos. *Raiou A Alvorada*:

Intelectuais negros e imprensa. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPEL, 2003.

(José Antônio dos Santos)

Futebol. O futebol pelotense possui uma tradição que o legitima dentro do futebol gaúcho e brasileiro. A emergência do futebol moderno na cidade remonta à primeira década do século XX. O primeiro "jogo de bola" (termo utilizado pelos jornais da época) foi uma partida demonstrativa realizada pelo Sport Club Rio Grande (da cidade de Rio Grande) no dia 6 de novembro de 1901, na festa da posse da nova diretoria da União Gaúcha. A primeira equipe de futebol da cidade foi fundada em 1904, quando membros da alta sociedade retornaram de Montevidéu e organizaram o Atlético Foot Ball Club. Porém, foi em 1906, por ocasião das fundações do Club Sportivo Internacional, do Club Esportivo e do Foot-ball Club, que o futebol ganhou destaque maior na cidade. Em 1908 esses três clubes fundiram-se, originando o **Esporte Clube Pelotas**, que, junto com o **Grêmio Esportivo Brasil** (1911) e o **Grêmio Atlético Farroupilha** (1926), são hoje os três times que mantêm equipe de futebol profissional na cidade. Nos anos seguintes o fenômeno da proliferação dos clubes esportivos prosseguiu e o futebol começou a ser praticado por sujeitos de diferentes classes sociais. Em 1913, sob a responsabilidade da Liga Pelotense de Futebol (fundada em 1907), Pelotas teve o seu primeiro campeonato citadino. Participaram da primeira edição dessa competição: Pelotas, Rio Branco, União, Guarany e Brasil. A partir da segunda edição, somaram-se Ideal, Grêmio Pelotense e Tiradentes. No ano seguinte, ocorreu o primeiro campeonato organizado pela Liga Cassiano do Nascimento, que correspondia a uma espécie de segunda divisão do campeonato citadino. Da primeira edição participaram: Benfica, Democrata, Colombo, Grêmio Pelotense, Aliança e Internacional. Nos anos seguintes a prática do futebol aumentou em ritmo ainda mais acelerado. Em 1922 havia na cidade quatro ligas de futebol: Liga Pelotense de Foot-ball, Liga Cassiano do Nascimento, Liga Acadêmica e Liga José do Patrocínio, que ficou conhecida como a liga dos **negros**. Apesar dos poucos registros que se tem dessa liga dos negros, sabe-se que fizeram parte dela: S. C. América do Sul, S. C. Juvenil, Vasco da Gama, S. C. Universal, Vencedor e G. S. Luzitano. Os primeiros, segundos e terceiros quadros dos clubes das quatro ligas, se contabilizados, totalizavam sessenta e nove equipes. Além desses, a cidade comportava ainda uma gama de times avulsos ou vinculados a pequenos clubes de bairros. Concomitantemente ao aumento da prática do futebol, ao surgimento das ligas e aos campeonatos citadinos, a partir de 1919 o futebol de Pelotas adentrou em um novo momento. Passou a disputar também o Campeonato Estadual, que teve início nesse ano. Essa competição irá acirrar as rivalidades entre os maiores clubes do Estado, potencializando ainda mais o *ethos* esportivo dentro do futebol gaúcho e pelo-

tense. A vitória nesse certame representava uma possibilidade dos clubes estenderem seu capital simbólico para todo o Estado. Isso levou os clubes locais a fortalecerem suas equipes, deixando-as cada vez mais competitivas. Esses acontecimentos acabaram gerando um movimento em direção à profissionalização e, conseqüentemente, a uma maior democratização do futebol pelotense. Aos poucos os clubes da cidade foram aceitando jogadores negros e pobres em seus plantéis. O Grêmio Esportivo Brasil começou a fazer isso ainda em 1917, quando venceu o campeonato da cidade com a participação do jogador negro Babá (Valdomiro Victório). A partir de então, aumentou a presença de negros nas equipes do Brasil, o que contribuiu para que ele se consolidasse como o clube de futebol mais popular da cidade. Entre 1930 e 1960, o futebol brasileiro alcançou sua maioridade. Consolidou seus vínculos com as classes populares e recebeu o reconhecimento internacional. Pelotas participou desse momento, como mostram os três títulos estaduais conquistados: Brasil (1919), Pelotas (1930) e Farroupilha (1935). Outros fatores que merecem ser destacados no futebol pelotense são o sentimento clubista que existe pelos times da cidade e os jogadores que ele já revelou ao mundo, como é o caso de Emerson, que tantas vezes atuou pela Seleção Brasileira, ou mesmo do lendário Cardeal, que foi campeão estadual em 1935 pelo Farroupilha e que em 1936 fez parte da Seleção Brasileira. Essas histórias todas fazem de Pelotas, junto com Rio Grande, Bagé, Santana do Livramento e Porto Alegre, cidades pioneiras do futebol gaúcho e brasileiro.

Bibliografia.— Alves, Eliseu de Mello. *O futebol em Pelotas*. Subsídios para a história do futebol em Pelotas (1901-1941). Pelotas: Livraria Mundial, 1984; Rigo, Luiz Carlos. *Memórias de um Futebol de Fronteira*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004.

(Luiz Carlos Rigo)



Chafariz da Praça Coronel Pedro Osório

Grande Hotel. Em 1921 foi lançada a ideia, pelo intendente Pedro Luis Osorio, de construir um “moderno hotel em Pelotas”. Para tal, formou-se a Companhia Grande Hotel de Pelotas, constituída por 21 empreendedores, com a subscrição de 354 acionistas. O trabalho de construção começou em 1925, sendo a pedra fundamental lançada em 14 de julho. Em 1928 a construção foi concluída; em abril o hotel foi municipalizado através do ato n.º 1.701, de 7 de abril, e inaugurado no dia 20 do mesmo mês. Sua municipalização causou grande polêmica entre os membros do Partido Republicano (responsáveis pela obra) e os membros do Partido Libertador (oposição). De 1928 a 1939 o Hotel foi arrendado por Caetano Bianchi; de 1940 a 1953 foi alugado pela firma P. Zabaletta & Cia; em 1962 foi adquirido da Prefeitura pelo Sr. Pedro Elba Zabaletta, permanecendo de propriedade da família até 2002, quando foi fechado. Em outubro desse ano, a Prefeitura, por meio de desapropriação consentida, readquiriu o prédio (tombado pelo município em 23 de julho de 1986). Em 2004, foi recuperado externamente através do Programa Monumenta, e desde então vem desenvolvendo atividades culturais nas salas de exposição Antônio Caringi e Frederico Trebbi. O Grande Hotel se destacou pelos hóspedes que teve e por pessoas que nele residiram. Podem ser lembrados, entre os hóspedes, o cantor argentino Hugo Del Carril, os políticos Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura e Getúlio Vargas, presidente da República, e o tenente-coronel Gustavo Gounouilhou, representante da França combatente. Entre os moradores, o general Nicolau Fico, o marechal Artur da Costa e Silva e o coronel Gaudino Esteves.

Bibliografia.— Müller, Dalila. *A Hotelaria em Pelotas e sua Relação com o Desenvolvimento da Região: 1843 a 1928*. UCS, 2004. Dissertação (Mestrado em Turismo).

(Dalila Müller)

Grêmio Atlético Farroupilha. O Grêmio Atlético Farroupilha foi fundado por militares em 21 de abril de 1926, com o nome de Grêmio Atlético 9º RI (Regimento de Infantaria). A partir de 1942, passou a chamar-se Grêmio Atlético Farroupilha, uma alusão ao título de campeão estadual conquistado em 1935, competição que, em homenagem ao centenário da Revolução Farroupilha, foi denominada de Campeonato Farroupilha. Em 1927 o 9º RI participou do campeonato citadino organizado pela Liga Pelotense de Futebol Amador (LPFA), competição que era considerada uma espécie de primeira divisão do **futebol** local. Naquela edição, além do 9º RI, participaram também o **G. E. Brasil**, o **E. C. Pelotas**, o Sete de Abril, o Ideal e o Club Atlético Bancário. A década de 1930 marcou a consolidação do 9º RI entre os grandes clubes de futebol da cidade. A estratégia utilizada pelo clube consistia em garimpar jogadores em diferentes cidades da região (Rio Grande, Santa Vitória, Bagé, Santana do Livramento) e trazê-los para prestar o serviço

militar em Pelotas. Com uma equipe formada predominantemente por militares, o Farroupilha sagrou-se campeão citadino em 1934, 1935 e 1936 e campeão estadual em 1935. Além de ser o primeiro título conquistado pelo clube, o campeonato citadino de 1934 é lembrado também pelo episódio ocorrido em um dos jogos contra o E. C. Pelotas: o jogo estava 2 X 1 para o 9º RI quando, nos momentos finais da partida, o árbitro assinalou um pênalti a favor do Pelotas praticamente ao mesmo tempo em que o apito do cronometrista indicava o final do jogo (naquela época era um cronometrista que, de fora do campo, controlava o tempo e assinalava para o árbitro o fim do jogo); inconformada, a torcida do 9º RI invadiu o campo e impediu a cobrança da penalidade. O caso foi parar na LPFA, que ordenou a finalização do jogo com a cobrança do pênalti. Assim, 21 dias depois do ocorrido, as duas equipes voltaram ao estádio do E. C. Pelotas. João Pedro (do Pelotas) cobrou a penalidade, mas Brandão (do 9º RI) defendeu-a, permanecendo o resultado de 2 X 1 para o 9º RI. Dias depois o 9º RI venceu novamente o E. C. Pelotas e conquistou o seu primeiro título de campeão citadino (1934). No mesmo ano o clube venceu a fase regional e disputou o título estadual em Porto Alegre, onde perdeu para o S. C. Internacional por 1 X 0, com um gol de pênalti. A equipe que foi tricampeã do citadino em 1934, 1935 e 1936 foi praticamente a mesma que ficou em segundo lugar no campeonato estadual em 1934 e foi campeã estadual em 1935. Para conquistar o título de estadual de 1935 o 9º RI venceu duas vezes o Grêmio Porto Alegrense, em uma final organizada na forma de melhor de três partidas, todas disputadas em Porto Alegre. A equipe titular que venceu o Grêmio no último jogo foi: Brandão; Jorge; Chico; Folhinha; Itararé; Celistro; Birila; Bichinho; Cerrito; Gasolina; e o lendário Cardeal (Sezefredo Ernesto da Costa), exímio artilheiro que mais tarde jogou na Seleção Gaúcha, na Seleção Brasileira que disputou o Sul-Americano de 1937 em Buenos Aires, no Nacional de Montevideu e no Fluminense do Rio de Janeiro. Com o tempo o 9º RI cresceu, passou a chamar-se Grêmio Atlético Farroupilha, ampliou seu número de sócios e de torcedores e deixou de ser uma entidade exclusivamente de militares. Atualmente, além da herança militar, destaca-se o vínculo que o clube instituiu com o bairro Fragata. A relação de pertencimento do clube com o bairro começou a ser construída desde o início dos anos 1930, quando o 9º RI saiu do bairro Areal e alugou o Campo das Laranjeiras, no Fragata, praticamente no mesmo lugar onde está hoje o seu estádio, chamado Nicolau Fico, e os demais patrimônios esportivos e sociais do clube. Esse forte sentimento clubista, que atrela o clube ao bairro, faz do G. A. Farroupilha um clube de futebol profissional comunitário, algo em extinção dentro do futebol profissional brasileiro.

Fontes.—Nogueira, José Plácido de Castro. Entrevista concedida a Luiz Carlos Rigo. Porto Alegre, 2 de julho de 1999; *Grêmio Atlético Farroupilha: 59 Anos de Glórias* (jornal de bolso), 1985.

(Luiz Carlos Rigo)

Grêmio Esportivo Brasil. O clube de futebol mais popular de Pelotas foi fundado no dia de 7 de setembro de 1911, a partir de uma dissidência do Sport Club Cruzeiro do Sul, equipe que era formada por funcionários da Cervejaria Haertel. Nesse ano e no seguinte, o clube realizou uma série de jogos amistosos na cidade e na região e, em 1913, junto com o **Sport Club Pelotas**, S. C. União, S. C. Rio Branco e Grêmio Sportivo Guarany, participou da primeira edição do campeonato citadino, organizado pela Liga Pelotense de Futebol, cumprindo assim, já nos seus primeiros anos de existência, uma agenda esportiva característica dos principais clubes da cidade na época. Entre 1916 e 1918, o G. E. Brasil tornou-se tri-campeão citadino e, em 1919, após vencer o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense em Porto Alegre, por 5 X 1, tornou-se o primeiro campeão estadual. No ano seguinte, coube ao G. E. Brasil representar o futebol gaúcho num torneio realizado pela CBD (Confederação Brasileira de Desportos), na cidade do Rio de Janeiro. A viagem foi realizada em um navio a vapor e durou mais de um mês. Além do G. E. Brasil, participaram do torneio o Fluminense Futebol Club (campeão carioca) e o Club Atlético Paulistano (campeão paulista), que venceu a competição, tendo como um dos seus destaques o lendário artilheiro Arthur Friedenreich. Essas atuações posicionaram o G. E. Brasil entre os grandes clubes de futebol do país e também marcaram o início de um processo de popularização do clube, expresso pela aceitação de jogadores **negros** em suas equipes, que iniciou com a presença de Babá na equipe que foi campeã citadina em 1917. Mais tarde, nas décadas de 1920 e 1930, outros jogadores negros se destacaram, intensificando ainda mais os vínculos do clube com a etnia afro-descendente e com as classes mais populares da cidade. Em 1943 o clube, apelidado de "Negrinhos da Estação", que teve seu primeiro campo nas proximidades da Estação Férrea, no Bairro Simões Lopes, inaugurou o Estádio Bento Freitas, hoje conhecido como Baixada. Em 1956 realizou a inesquecível excursão de 104 dias pela América, quando disputou 28 jogos em nove países diferentes (Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Panamá, Costa Rica, Honduras e El Salvador). Outro acontecimento dessa época que se tornou marcante na memória do clube xavante foi a vitória de 2 X 1, no dia 19 de março de 1950, do G. E. Brasil sobre a Seleção do Uruguai, em Montevidéu; essa mesma seleção, alguns meses depois, venceu a Seleção Brasileira e se tornou Campeã Mundial de 1950 (o fato fez com que alguns torcedores se auto-proclamassem campeões mundiais). Mais recentemente, já na era do futebol-espetáculo, deve-se destacar o sucesso alcançado no Campeonato Brasileiro de 1985, quando o clube chegou à

semifinal, desclassificando equipes como Bahia, Ceará e Flamengo. Desde então um dos jogos mais lembrados e recontados com entusiasmo pela torcida xavante tem sido a vitória por 2 X 0 sobre o Flamengo de Zico, Adílio e seus companheiros, ocorrida na noite de 17 de julho de 1985, no Estádio Bento Freitas, diante de um público de 18 mil torcedores. Toda essa trajetória fez do G. E. Brasil um clube de futebol bastante peculiar. Seus principais feitos são contados, lembrados e passados de uma geração para outra por aqueles que se conclamam pertencentes à Nação Xavante, indiscutivelmente uma das maiores, mais atuantes e fiéis torcidas de clubes de futebol. O codinome xavante é resultado de uma história de reinvenção: consta na cultura do clube que o termo surgiu após o Bra-Pel de 28 de Julho de 1946, quando a torcida invadiu o campo para comemorar a vitória de 5 x 2 e o título cidadão daquele ano. Após o jogo um dirigente do clube adversário utilizou o termo xavante no sentido pejorativo, para recriminar e desqualificar a maneira com que a torcida do Brasil havia comemorado a vitória: nessa ocasião os jornais noticiaram uma revolta dos índios xavantes, no estado de Mato Grosso, que resultou na invasão de uma cidade, com trágicas consequências. A partir desse episódio o termo foi incorporado pela torcida do Brasil, ressaltando suas positivities.

Bibliografia.— Rigo, Luiz Carlos. *Memórias de um futebol de fronteira*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária - UFPel, 2004; Santos, Adilson Garcia dos. *Grêmio Esportivo Brasil*. A história com fatos e fotos de uma paixão genuinamente "rubro-negra". Pelotas: Signus Comunicação Ltda; Gráfica Fama, 1997.

(Luiz Carlos Rigo)

Guerra do Paraguai. No dia 4 de dezembro de 1865, em solenidade na atual Praça Coronel Pedro Osorio, a colônia portuguesa de Pelotas ofereceu ao comandante Manuel Lucas de Oliveira, comandante dos voluntários que então partiam para a Guerra do Paraguai, uma bandeira que haveria de tremular em nada menos de 29 combates. Nesse dia partiram 139 voluntários pelotenses. Entre eles, José Alexandre Rodrigues de Menezes, moço extremamente fraco e enfermo. Através de uma poesia, declamada do meio da multidão, manifestou sua decisão irrevogável: não poderia ficar “aqui detido, / d’olhos baixos, em todo assim curvado, / vendo a Pátria saltar aflito brado/ e a ele acudirem os pelotenses/ neste grupo heróico e destemido”. Realmente, marchou para o campo de batalha, onde foi morto a arma branca, depois de violenta luta corporal. Em Pelotas residiu, desde o início dos anos 1860, com a mulher e os filhos, o general Manuel Luís Osorio, um dos grandes heróis da também chamada Guerra da Tríplice Aliança. Nos intervalos da campanha militar, recolhia-se à sua habitação, na Praça (hoje ao lado do **Gran-**

de Hotel, prédio demolido, com exceção da fachada), sobretudo para curar-se dos ferimentos recebidos em combate. Quando morreu, na capital do Império, em 1879, era intenção dos seus descendentes transportar o corpo para Pelotas, atendendo a um desejo do velho general: queria ser enterrado ao lado da mulher, dona Francisca Fagundes Osorio, viscondessa de Erval, aqui falecida em 1869, ainda durante a campanha do Paraguai.

Bibliografia.— Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*. 3ª edição, 1º. vol. Pelotas; Editora Armazém Literário, 1997; Magalhães, Mario Osorio. *História e tradições da cidade de Pelotas*. 5ª edição. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2005.

(Mario Osorio Magalhães)



Parque da Baronesa

Higiene. Na virada do século XIX para o XX não havia em Pelotas boas condições de limpeza, asseio e saúde para a maior parte da população. Um dos grandes problemas dizia respeito aos esgotos. A primeira iniciativa para a sua implantação datou de 1887, quando a **Câmara Municipal** lançou edital de concorrência para o serviço, mas o fato é que apenas em junho de 1913 foi iniciada a construção da rede, que compreendeu um perímetro muito reduzido, entre as ruas Barroso, Tiradentes, Riachuelo (atual Lobo da Costa – parte oeste), Três de Maio, Osorio e Conde de Porto Alegre, abarcando um total de 62 casas. Antes da efetivação da rede, o recolhimento dos materiais fecais se dava através de cubos, colocados nas casas, sendo que o serviço — feito pela Empresa de Asseio Público — não era obrigatório, até mesmo porque era pago. Em 1890, a cidade contava com 4.200 prédios e a empresa tinha somente mil assinantes. Os moradores que não utilizavam os seus prédios geralmente abriam fossas nos quintais de suas casas para jogar os dejetos. Tão logo uma fossa estivesse cheia, outra era construída, provocando uma contaminação no terreno e nas águas do subsolo. Essa situação fez com que se gerasse uma discussão na cidade sobre a necessidade de se instituir a obrigatoriedade do serviço, transformando-o em uma espécie de imposto. Os cubos eram de madeira, dotados de tampa fechada, e geralmente possuíam duas cores: preto e azul. Os azuis destinavam-se aos hospitais e a vítimas de moléstias contagiosas. A construção de uma rede de esgotos sempre previu um volume adequado de água, de forma a garantir uma pressão necessária para o seu funcionamento. A primeira rede de abastecimento de água foi inaugurada em 1872, e em 1891 elevou-se a sua captação, através da instalação de bombas no arroio Moreira. O grande salto, no entanto, aconteceu também no ano de 1913, alterando a distribuição de água para 15.000 m³. Naquele momento, já havia sido feita a encampação da Empresa Hidráulica Pelotense, que ocorreu no ano de 1908. Em uma cidade em que faltavam condições básicas de **saneamento**, era muito mais fácil a proliferação de **epidemias**.

Bibliografia.— Gill, Lorena Almeida. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Pelotas: EDUCAT, 2007; Soares, Paulo Roberto. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. *História em Revista*. Pelotas, v. 7, 2001, p. 65-91.

(Lorena Almeida Gill)

Hino. O Hino de Pelotas, cuja música é de autoria do maestro Romeu Tagnin e letra de Hipólito Lucena, foi composto para as comemorações do centenário de elevação a cidade, em 1935. A letra e a música foram escolhidas mediante concurso, sendo que no tocante à letra exigia-se que resumisse o assunto de forma acessível aos alunos das escolas primárias, possuindo para tal uma linguagem simples e não ex-

tenso número de versos. Concorreram 21 candidatas, e o resultado foi divulgado em 1º de junho de 1935. Teve início, então, o concurso para escolha da música que melhor se adaptasse à letra classificada. Concorreram 13 composições, escolhendo-se, em 5 de junho, o trabalho musical de Romeu Tagnin por unanimidade da comissão julgadora. Esse júri era composto pelo Dr. Francisco Simões, pelo professor Milton de Lemos e pela professora Lourdes Nascimento. Sob a regência do maestro Romeu Tagnin e acompanhamento da banda do 9º Regimento de Infantaria, o hino foi cantado, pela primeira vez, em 7 de julho de 1935, por um coro composto de alunos da rede de ensino, previamente selecionados pelo referido maestro e pelo professor Milton de Lemos. Em conjunto com a bandeira do município, foi oficializado através da lei nº. 1.119, sancionada em 30 de Abril de 1962.

Fontes.— Arquivo da BPP- Fundo DIV- 001. *Diário Popular*, 23 de maio de 1935, 25 de maio de 1935, 31 de maio de 1935, 1º de junho de 1935, 7 de junho de 1935.

(Fernanda Oliveira da Silva)

Hotéis. Desde a década de 1840, após a **Revolução Farroupilha**, os hotéis fizeram parte do cotidiano da cidade de Pelotas, juntamente com casas de pasto, hospedarias, estalagens, pensões e restaurantes, que, entre suas atividades adicionais, forneciam hospedagem. Casas de pasto, restaurantes e pensões muitas vezes foram embriões de futuros hotéis da cidade. No século XIX estabelecimentos denominados “hotéis” nem sempre ofereciam hospedagem, sendo o termo utilizado para restaurantes, pensões, cafés e até mesmo bilhares, com o objetivo de elevar a categoria dos serviços proporcionados e dar um toque de requinte ao estabelecimento, uma vez que a ideia de hotel sempre esteve ligada ao luxo e ao conforto. Os hotéis do século XIX e primeiras décadas do século XX concentravam-se, principalmente, em quatro áreas da cidade e nos distritos rurais. No meio urbano distribuíam-se pelas principais ruas da área central e nas proximidades do **Mercado Público**; também se concentravam na área do Porto, nas proximidades da Estação Férrea e nas proximidades da Praça das Carretas. Essa praça, localizada na entrada do bairro Fragata, era utilizada como “paradouro” de cavalos e carretas dos tropeiros e colonos que, cotidianamente, vinham da Campanha e da Serra dos Tapes para a cidade, com o objetivo de vender seus produtos. Na zona rural eram utilizados principalmente nos finais de semana e na “estação calma”, caracterizando-se como hotéis de lazer, também utilizados por pessoas doentes para restabelecimento da saúde. Dentre esses, destacam-se os seguintes: Villa João Schild, Sanatório Passo das Pedras, Hotel Benjamin, Hotel Familiar e Hotel Paris. Pode-se considerar que os estrangeiros foram pioneiros da hotelaria em Pelotas, uma vez

que os primeiros estabelecimentos eram de **italianos, portugueses, franceses e alemães**. A presença italiana foi identificada nos seguintes estabelecimentos: Hotel Aliança (a partir de 1853), Hotel Brazil, Hotel Federativo, Hotel do Globo, Hotel Europa, Hotel Garibaldi, Hotel Gottuzzo, Hotel Itália, Hotel Piemontez, Hotel e Restaurant Familiar e Hotel Universal. Os franceses estavam presentes no Hotel do Comércio, Hotel Moreau e no Hotel Godefroy. A presença de alemães, nos seguintes: Hotel Aliança, Hotel Brod, Hotel Max, Hotel Tilly, Hotel Hansmann e Hotel Schaeffer. E a presença portuguesa, nos denominados: Hotel Amaral, Hotel Arnaldo, Hotel Boa Vista, Hotel Carceller dos Artistas, Hotel Estrella, Hotel Lisbonense, Hotel Saraiva, Hotel Lisboa, Hotel Luzitano-Brazileiro e Hotel Luzo-Brazileiro. Antes da libertação dos escravos, em 1882, existia em Pelotas um hotel de propriedade de um negro, o Hotel Penny, que abriu em fevereiro de 1882, sendo seu proprietário José Morena Penny. Os hotéis, além da hospedagem, ofereciam outros serviços aos hóspedes, sendo o principal a alimentação (refeições, jantares, banquetes), oferecida em salas, salões, restaurantes e jardins, bem como forneciam refeições a domicílio e banquetes em outros locais. Nas áreas e nos pátios com caramanchões realizavam-se várias atividades de entretenimento, como almoços, concertos ou, simplesmente, conversas informais. Esses eram considerados locais de “recreio” para os moradores de Pelotas. Os principais hotéis, como o Hotel Aliança, o Hotel Grindler, o Hotel do Commercio e o Hotel Brazil, realizavam várias atividades nessas dependências, principalmente no verão.

Bibliografia.— Müller, Dalila. *A Hotelaria em Pelotas e sua Relação com o Desenvolvimento da Região: 1843 a 1928*. UCS, 2004. Dissertação (Mestrado em Turismo)

(Dalila Müller)



Charqueada São João

Iluminação. Sendo hoje de influência fundamental no andamento da cidade, a iluminação foi instalada em Pelotas no decênio de 1840, com a iluminação a azeite de mocotó; o centro estava dotado de lampiões. A partir de 1850 esses lampiões começaram a ser abastecidos, também, por água ardente. A iluminação das vias públicas teve a substituição do azeite pelo gás hidrogênio, em 1853. Seu uso era mais fácil, eficaz e rápido; podendo ser levado a qualquer ponto de consumo. Nas últimas décadas do século XIX, intituladas como *fin de siècle*, houve grande progresso social e científico que ocasionou melhorias significativas na iluminação. Estas melhorias podem ser notadas, em Pelotas, com a criação, em 1875, da Cia. Rio Grandense de Iluminação a Gás, sendo a cidade uma das primeiras a apresentar esse serviço no RS. De acordo com reportagem publicada no jornal diário local – Correio Mercantil, de 19/01/1875 – a população da cidade tinha o hábito de “olhar as colunas do gás” na época da instalação desse tipo de iluminação, sendo assim, sentados à frente de suas casas, a população presenciava os avanços tecnológicos. Há relatos, que no mesmo ano, Pelotas teria contado com um gasômetro que devido a problemas com a importação de matéria prima adequada aos combustores, teria sua operacionalização dificultada a partir da década de 1940. No ano de 1914, outro periódico local da cidade informou que logo a cidade passaria a utilizar a eletricidade e que a regulamentação dos serviços da **Intendência** já havia sido feita. Dia 28/06/1915 foi a data de inauguração da distribuição de energia em Pelotas com a instalação da “Light & Power”(Companhia Força e Luz Porto-Alegrense - CFL)- localizada, em Pelotas, na Avenida 20 de Setembro – que ficou responsável pela luz, força e funcionamento dos bondes elétricos. Em 1923 foi criada a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense (CE-ERG); incorporando diversas empresas, dentre elas a Light & Power, em 1926. Posteriormente, essa Companhia teve seu controle substituído, pelo grupo norte-americano American Foreign Power (AMFORP). O presidente Getúlio Vargas, em 1934, assinou o decreto 26.234, promulgando o Código de Águas, que regulamentou o setor de águas e energia elétrica, estabelecendo como propriedade da União todas as fontes de energia hidráulica existentes e o controle sobre as concessionárias de energia elétrica uma atribuição do governo. Em 1943 foi criada a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), que deveria prever e sistematizar o aproveitamento de potenciais hidráulicos em conexão com reservas carboníferas. Em decreto de 1966, o presidente Castelo Branco autorizou a Companhia Pelotense de Eletricidade, também parte do grupo Amforp, a atuar como empresa de energia elétrica, sendo incorporada a CEEE em 1967. Esse processo de aquisição de empresas estrangeiras, por parte do Estado, não foi tranquilo e perdurou ao longo dos anos.

Fonte.- Jornal Diário Popular, 3 de julho de 1914, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

Bibliografia.- Axt, Gunter. A indústria de energia elétrica em Pelotas. In: *História em Revista*. Pelotas: Editora da UFPel, v. 2, 1996, p. 149-173.

Kramer, Flávio. *As indústrias de Pelotas*. Coleção Cadernos de Pesquisa, José Vieira Etcheverry, n. 60, Pelotas, 1999.

<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1966v1p672/parte-45.pdf#page=7>;

http://www.carlosadib.com.br/elet_fatos.html;

http://www.carris.com.br/default.php?p_secao=62; acessos em 30 de junho de 2010.

(Cássia Miranda)

Ilustração Pelotense. Revista literária quinzenal, obtida mediante assinatura ou compra avulsa, voltada à elite da sociedade, surgiu em Pelotas em 1º de janeiro de 1919 e teve a duração de sete anos: seu último número traz a data de 16 de dezembro de 1926. Além de veicular textos de caráter literário — crônicas, contos, poesias —, procurava documentar através da fotografia os acontecimentos sociais considerados mais importantes na época. Dentre o seu conteúdo estavam anúncios de medicamentos produzidos por laboratórios da cidade e adjacências e estabelecimentos destinados à elite pelotense, piadas e artigos em francês, notas consideradas elegantes, sonetos, pensamentos, dicas de moda e fotos de famílias de renome junto à sociedade pelotense e da região sul. Divulgava não apenas os literatos da terra, mas também escritores de renome nacional. Era de propriedade de Echenique & Companhia, com direção a cargo de Bruno de Mendonça Lima e redação de Pedro Vergara até 23 de janeiro de 1919, assumindo então Januário Coelho da Costa, o qual passou à direção em 1924, junto com Aristides Bittencourt. Diz Manoelito de Ornellas, nas suas memórias, que na *Ilustração Pelotense* teve início a carreira de quase todos os futuros escritores modernistas do Rio Grande do Sul.

Fonte.— *Ilustração Pelotense* de 1919 a 1926.

Bibliografia.— Ornellas, Manoelito de. *Mormaço*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1972.

(Fernanda Oliveira da Silva)

Imigração. A imigração para Pelotas ocorreu, como em todo o território brasileiro, com a intenção de colonizar o território, estimular o trabalho livre e promover o “branqueamento” da população. Basicamente havia dois tipos de imigrantes: os chamados “burgueses”, que aportavam com o intuito de empreender, e os trabalhadores pobres, que foram impelidos a emigrar para outras regiões com melhores perspectivas de vida. Para atraí-los, o governo brasileiro se ocupou de contratar pessoas influentes e empresas da Europa para fazer a seleção de imigrantes, que

deveriam estar aptos ao trabalho, e lhes subvencionar passagens e hospedagem. Embora o maior fluxo imigratório tenha começado na década de 1880, o apogeu dos contratos de introdução de trabalhadores imigrantes se deu no período de 1886 a 1894, quando o governo passou aos Estados a tarefa. Após atravessarem o Atlântico em embarcações de terceira classe, os imigrantes que desembarcaram em Pelotas não se depararam com uma situação alentadora: não havendo grandes oportunidades, uns poucos se empregaram em indústrias ou no setor de serviços através da ajuda de seus conterrâneos, outros se ocuparam de limpar ruas e sarjetas, trabalhar na construção de estradas de ferro ou se dispuseram a mendigar, situação relatada sucessivas vezes pela imprensa pelotense. Houve ainda os que se dirigiram ao Prata, seja pelo fato de procurar melhores oportunidades ou mesmo porque já tinham aventado a ideia antes de embarcar na Europa, aproveitando a passagem subvencionada até o Sul do Brasil para propositalmente alcançar terras uruguaias ou argentinas. Devido a Pelotas não contar com um serviço de imigração estruturado, o poder público municipal era encarregado de hospedar e alimentar os imigrantes, o que não foi feito com regularidade, posto que os repasses de 400 réis por diária/pessoa proposto pelo governo demoravam - ou não chegavam mesmo. Para abrigá-los, geralmente eram utilizados os **hoteis** que se localizavam na região do **Porto**, mas na maioria das vezes eles ficavam a esmo, esperando que algum empregador aparecesse; já a alimentação era cedida pela caridade pública. Diante dessa situação, a Sociedade de Imigração, que foi organizada, convocou os donos de terra a lotearem-nas, colocando-as à disposição dos colonos. Nesse contexto surgiram mais **colônias** municipais e particulares, sendo que as últimas principalmente se constituíram em uma forma de enriquecimento, através da especulação fundiária. Dentre as nacionalidades mais representativas quantitativamente na composição da população pelotense, no final do séc. XIX, estiveram a portuguesa, a italiana, a francesa, a uruguaia, a espanhola e a alemã, e em menor número a argentina, a turca, a austríaca, a egípcia, a sueca, a paraguaia e a inglesa.

Fontes.—Câmara Municipal de Pelotas. *Livro de declaração de estrangeiros que não queiram se naturalizar*. Arquivo da BPP n°24. Pelotas, 1889; *Correio Mercantil*, 1889-1894; *Diário de Pelotas*, 1885-1889; *Onze de Junho*, 1889.

Bibliografia.—Anjos, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Editora da UF-Pel, 2000; Grando, Marinês Zandavalli. *Pequena agricultura em crise: o caso da Colônia Francesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística (teses n° 14), 1990.

(Carla Gabriela Cavini Bontempo)

Imprensa. A imprensa surgiu tardiamente em Pelotas: só em 1851 apareceu o primeiro jornal, *O Pelotense*, de Candido Augusto de Mello,

que haveria de inaugurar uma longa lista de periódicos, de pequena ou grande duração, diários, hebdomadários, quinzenais ou até mensais, ao longo dos séculos XIX e XX. Deve-se observar que foi muito menor o número dos editores ou redatores de jornais, pois alguns deles se dedicaram às artes tipográficas permanentemente, fundando órgãos de imprensa de forma contínua, tangidos pelas necessidades e interesses do momento. No século XIX, a tarefa de impressão era árdua, com os jornais compostos tipo a tipo, em prensas manuais ou a vapor, o que levava a profissão de tipógrafo a ser muito insalubre. Entretanto, estava relativamente ao alcance material de indivíduos de posses médias e, assim, muitos se utilizaram dela como meio de propaganda de ideais ou pessoas, também auxiliando a congregar simpatizantes de uma causa ou partido. Esse foi um dos motivos da grande diversidade inicial. Para se manter, os dirigentes de jornal costumavam cobrar assinaturas daqueles a quem enviavam os seus exemplares e que não os devolviam à redação. Outra fonte de recursos eram os anúncios, editais e avisos, ou o patrocínio de alguma pessoa ou partido político. Entre os vários tipos de imprensa, havia jornais políticos, literários, ilustrados, representativos de classes ou associações, de grupos de jovens amigos, de tipógrafos profissionais, de propaganda de firmas ou comemorativos de algum evento, saindo às vezes em números únicos. Muitos tipógrafos sobreviviam da imprensa, emprestando sua pena e suas máquinas a uma causa ou pessoa. Esses foram os responsáveis maiores pela grande dispersão de títulos, já que, para sobreviver, necessitavam continuamente atender ao gosto do público ou de quem os financiava, e isso podia levar a pesados insultos e difamações pessoais, com as inevitáveis retaliações, que frequentemente levavam ao fim do periódico. No século XX, os jornais começaram a trilhar o caminho da profissionalização, com as oficinas necessitando de maiores investimentos, de modernas e caras máquinas; por isso, aos poucos foi se restringindo o número e diversidade de periódicos editados, tanto jornais como revistas. Outro motivo dessa redução em Pelotas, especialmente em relação aos jornais diários, foi a concorrência com órgãos da capital e a difusão de outras formas de comunicação, como o rádio e posteriormente a televisão. Contudo, até meados da década de 1950, ainda uma boa diversidade de títulos continuou sendo lançada, alguns sobrevivendo mais tempo que outros. Quanto aos jornais de representação de classes ou setores, normalmente eram semanários ou mensários, e dirigidos a um público específico. Em termos de setores de classe, o primeiro periódico de defesa de interesses patronais foi o *Sul do Brasil*, que defendia os interesses do comércio e da indústria das **charqueadas**, em 1887 e 1888; foi, provavelmente, o primeiro jornal desse tipo no Estado. Os caixeiros lançaram o *União Caixeiral* (1896) e *A Defesa* (1904). Quanto aos industriários, foram lançados muitos jornais representativos de **sindicatos** e centrais ou correntes operárias desde o início

da República, como por exemplo, *O Operário* (1892), representando a **Liga Operária, A Democracia Social** (1893), os anarquistas *Terra Livre* (1915) e *A Luta* (1916) e o jornal *O Proletário* (surgido em 1924 e reaparecido em 1934), além de vários outros, de entidades sindicais. Esses últimos não chegaram a durar muito, devido às dificuldades inerentes à vida operária naqueles anos. A única exceção foi o jornal **negro** e operário **A Alvorada**, que durou mais de 50 anos, também o mais longo do Estado e, provavelmente, do país. Outro jornal étnico foi o *Deutsche Presse*, órgão da colônia alemã que foi editado aqui entre 1881 e 1883. Houve também jornais religiosos, como o *Estandarte Cristão* (1892), órgão da Igreja Episcopal Brasileira, e *A Palavra* (1912), da Igreja Católica, ambos ainda existentes na década de 1930. **AMaçonaria** também manteve um jornal por longo tempo, *O Templário* (1920).

Jornais diários – Pelotas teve uma ampla gama de jornais diários nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX. Inicialmente, tinham apenas quatro páginas e formato variável, com diagramação pobre, composta de seis a oito colunas para as duas primeiras páginas, em que notícias e artigos eram colocados sem manchetes e, às vezes, até sem subtítulos, enquanto os anúncios ocupavam as duas folhas finais. Mesmo assim, poucos podiam manter-se apenas com esses recursos, e para muitos o patrocínio de um partido ou grupo político era fundamental para sua sobrevivência, embora houvesse aqueles auto-intitulados neutros, que tentavam manter uma imparcialidade nem sempre efetiva, seja no posicionamento em campanhas ou em aspectos da vida cotidiana. Boa parte dos jornais estava comprometida com a defesa de ideias e concepções políticas e não com a informação, o que acarretava que, nos primeiros periódicos, encontrem-se poucas notícias e muito mais ensaios, manifestos, projetos político-partidários ou denúncia de posições e comportamentos dos adversários, o que foi uma característica do século XIX, do jornalismo de opinião e de ataque contra os rivais. Contudo, todos eles costumavam acompanhar o gosto pela **literatura**, e dessa forma boa parte da produção de autores locais ou nacionais, e inclusive estrangeiros, especialmente poesias, intercalava-se com a programação normal dos jornais, além de haver um local especial, normalmente o quarto inferior da primeira (ou última) página nos diários, que era dedicado ao folhetim, que trazia, em capítulos, um conto ou novela de algum romancista conhecido. As redações eram pontos de encontro e debate, local para onde acorriam aqueles que queriam trazer ou saber notícias, e também serviam de polos nucleadores de simpatizantes das mesmas ideias, função que continuou pelo menos nas primeiras décadas do século XX. O número de páginas aumentou gradativamente e sofisticou-se a diagramação, com a inclusão de chamadas às notícias, gradativa interação de anúncios com informações, inclusão de fotos e outras novidades, diminuindo paulatinamente o espaço destinado aos textos literários. No século XX, ao mesmo tempo em que começou a se estruturar o jorna-

lismo de informação, baseado em que uma publicação, embora defendesse determinadas ideias, devia preocupar-se minimamente com a verdade e o respeito aos adversários, continuou a haver o jornalismo partidário explícito, com vários jornais sendo sustentados por partidos políticos, pelo menos até o Estado Novo (1937), quando o ditador Vargas, por ato oficial, extinguiu sua publicação. A partir de então, grupos políticos continuaram a sustentar órgãos de imprensa, mas de forma mais sutil, expressando suas ideias em seus editoriais e disseminadas ao longo de sua composição, influenciando desde a seleção do conteúdo até as chamadas das matérias ou a escolha dos articulistas e colunistas que encontram espaço em sua redação. Foi a partir de meados da década de 1860 que surgiu a imprensa diária na cidade de Pelotas, fundando-se alguns dos principais periódicos, como o *Diário de Pelotas* e o *Jornal do Comércio*, o que se consolidou nas décadas seguintes, com o *Correio Mercantil*, *Onze de Junho*, *A Discussão*, *O Rio-Grandense* e *A Pátria*. Além destes, para o final do Império houve *O País* e *O Comercial*, ambos de curta duração. Com o surgimento da **República**, houve uma renovação quase total dos periódicos, com exceção do *Correio Mercantil*, surgindo o *Diário Popular* e *A Opinião Pública*, ambos republicanos. Entretanto, muitos dos novos jornais, surgidos logo após a proclamação, representavam a continuidade dos grupos políticos anteriores, apenas adaptados aos novos tempos e a maioria teve breve existência, especialmente devido aos tumultuados primeiros anos do novo regime. Assim, tivemos *O Nacional*, de tendência liberal (1889 a 1892), e a sequência *Gazeta da Manhã* / *Gazeta da Tarde* / *Tribuna Federal*, da família Moncorvo (1889-1893). Nos anos 1910, surgiram periódicos mais representativos das novas forças que atuavam na cidade, como os oposicionistas *A Reação* (1912-1914) e *O Rebate*; *A Tribuna* (1910-1911), com influência maçônica, e *O Dia* (1916). As duas décadas seguintes, ambas tumultuadas politicamente, assistiram ao surgimento e o fim de vários jornais, alguns deles ainda claramente sustentados por partidos políticos, como *O Libertador* ou o *Diário Liberal* (1933-1937), que representava a coalizão de apoiadores do governo Vargas na cidade. Mas surgiram propostas empresariais, como o *Jornal da Manhã* (1922-1925) e o ressurgimento do *Correio Mercantil* (1929 a 1932). Após 1937, os jornais partidários foram extintos e os novos periódicos que surgiam, e que continuavam vinculados a grupos políticos, não podiam expressar isso claramente. O melhor exemplo foi a *Folha do Povo*, surgida em 1938, do grupo responsável pelo *Diário Liberal*. A partir de 1950, a concorrência com outras fontes de informação, a falta de patrocínio político e a disputa com a imprensa de Porto Alegre levou a uma drástica redução dos jornais diários, resistindo apenas o *Diário Popular* e criando-se o *Diário da Manhã* em 1979.

Jornais literários – Houve grande quantidade de pequenos periódicos, de formato, tiragem e periodicidade muito variada, que são classificados como jornais ou também como revistas literárias. Alguns deles eram de qualidade duvidosa, limitando-se à colaboração de poetas e cronistas eventuais, ou ainda servindo mais à exposição da produção de autores menores, que fizeram poesia ou ficção por ser moda no século XIX, mas depois seguiram carreiras completamente divorciadas da literatura. Houve, entretanto, periódicos que realmente contribuíram para a propagação da literatura na Província, destacando-se entre eles *A Arcádia*, de Antonio Joaquim Dias, que teve quatro séries, três delas publicadas em Rio Grande e a última em Pelotas (1869-1870) e que consistiu num dos primeiros e mais importantes esforços para a difusão literária regional, tendo nela colaborado os principais nomes de seu tempo, entre eles o grupo do Parthenon Literário, de Porto Alegre. Também o semanário *Progresso Literário*, de Theodoro Garcia, editado entre fevereiro de 1877 e fevereiro de 1879 e, posteriormente, de julho de 1888 a abril de 1889, reuniu os mais importantes autores pelotenses e riograndinos. A existência desses jornais era precária, raros durando mais do que dois anos. O proprietário de *A Arcádia*, ao encerrar sua quarta série em Pelotas, escreveu uma espécie de desabafo, contando o que lhe custou sustentar o jornal por 300 números. Alguns desses periódicos eram vinculados a clubes literários, outros não, mas todos tinham um círculo permanente de colaboradores, dando também vez a autores nacionais ou novatos e ainda fazendo traduções de autores estrangeiros. Ressalta-se que, entre os colaboradores, havia um seletivo grupo de poetisas, várias de Rio Grande e algumas de Pelotas, que faziam presença constante em vários destes jornais, especialmente nas duas décadas finais do século XIX. Havia ainda as folhas ilustradas, que mesclavam literatura e sátira social, possuindo ilustrações a bico de pena, das quais as principais foram *O Cabrião* (1879-1880) e *A Ventarola* (1887-1889). A primeira pertenceu a Eduardo Guerra e Eduardo Chapon e se distinguiu pelo tom agressivo de suas sátiras ilustradas, causando polêmica em alguns momentos. A segunda, de propriedade exclusiva de Eduardo Chapon, tinha um estilo mais moderado, mas bateu-se pela **Abolição** e foi um dos importantes semanários de seu tempo, dedicando-se também à literatura. A campanha da Abolição também fez surgir outros periódicos, destacando-se *A Pen-na*, *O Pervigil* (1882-1883) e *O Democrata* (1886-1888). Mesmo sem ilustrações, outros jornais misturavam humor, crítica literária e crônicas do cotidiano, como *O Invisível* (1887) e a *Revista Popular* (1888), ambos tendendo ao republicanismo. *O Farrapo* (1889) é exemplo de semanário político e republicano com produção literária, mesmo caso de *O Radical* (1890) que, publicado na época da proclamação da República, aos poucos perdeu seu caráter político, tornando-se mais literário. Houve ainda outro gênero de jornais, alguns autodenominados “joco-sérios” ou “dedicados ao belo sexo”, ou ainda “ao comércio, indústria e artes”, especi-

almente no século XIX. Um dos mais reiterados fundadores de pequenos jornais de breve duração e nomes variados foi José Veríssimo Alves, que também manteve o periódico *O Arauto* desde 1886 até, pelo menos, 1924, provavelmente com interrupções. Até 1930 apareceram muitos outros periódicos, mas o número daqueles destinados à literatura diminuiu. Dentre eles, destacamos o *Ilustração Pelotense* (1919-1926).

Fonte.— “A Imprensa de Pelotas em um século”. *Diário Popular*, 7 de novembro de 1951.

Bibliografia.— Loner, Beatriz. Jornais pelotenses diários na República Velha. *Ecos Revista*. Pelotas, v.2, n.1, abril de 1998, pp. 5-34; Lopes, Aristeu. *Traços da política*: representações do mundo político na imprensa ilustrada pelotense do século XIX. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação (Mestrado em História), 2006; Rudiger, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1993.

(Beatriz Ana Loner)

Indígenas. Os primeiros povoadores da região de Pelotas, a partir de aproximadamente 10.000 anos A.P. (Antes do Presente), foram os portadores da cultura material definida como tradição Umbu. Eram caçadores, coletores e pescadores nômades de ambientes abertos (campos e savanas). Viviam em bandos de mais ou menos 50 indivíduos, preferindo locais elevados junto às margens dos cursos d’água, lagoas e litoral marinho. Suas habitações eram de palha ou couro e também abrigos-sob-rocha. Como resultado de uma melhor adaptação ao meio ambiente e crescimento populacional, surgiram e proliferaram, ao redor dos 4000 anos A.P., os aterros ou “cerritos”, elevações artificiais nas áreas alagadiças do sudeste do Estado. Seus instrumentos eram de pedra lascada: pontas-de-projétil, furadores, raspadores, raspadeiras, facas, lascas retocadas, lascas utilizadas; em pedra polida: bolas de boleadeira, boleadeiras mamilares, lâminas de machado, mós, zoólitos, pedras de funda. Também utilizavam pedras, sem preparo, para bater, triturar, polir e, ainda, matérias corantes (laterita: hematita – vermelho; limonita – amarelo). Em osso polido: agulhas, furadores, anzóis, contas-de-colar, pontas e ossos de peixes decorados. Com dentes e conchas: objetos de adorno (contas e discos-de-colar). As manifestações de arte rupestre, sejam os petróglifos nas paredes dos abrigos sob rocha ou blocos isolados e, ainda, a arte mobiliária, em pequenas pedras gravadas, são atribuídas à tradição Umbu. Com a adoção da cerâmica, em torno de 2000 anos atrás, receberam a denominação de tradição Vieira. Seus vasilhames apresentavam contornos simples, formas elipsóides horizontais, em meia calota ou semi-esféricas, inicialmente sem e, mais tarde, com alguma decoração. Uma dúvida que permanece é se a tradição Vieira teria sido horticultora. Os mortos eram enterrados diretamente no solo, flectidos ou estendidos,

em pouca profundidade e sem evidentes sinais de oferendas. Por volta do século XII D.C., de origem Amazônica, surgiu na região a tradição Tupiguarani, sub-tradição Guarani. Conquistadores obrigaram os habitantes da tradição Vieira a abandonar a área, deslocando-os para as zonas de campo do Sul do Estado e República do Uruguai. Colonizaram, preferentemente, as partes altas onde predominam os solos mais propícios à horticultura de subsistência. Caçadores, coletores, pescadores e horticultores, suas antigas habitações são encontradas nas várzeas ou encostas suaves próximas ou junto aos cursos d'água e lagoas. Praticantes da coivara, esgotavam o solo, o que os obrigava a se transferirem constantemente de local. Plantavam milho, feijão, mandioca, aipim, abóboras, amendoim, batata-doce, algodão, tabaco etc. Praticavam a antropofagia. Na região de Pelotas já haviam modificado o ritual de enterramento: os indivíduos eram colocados diretamente no solo, com oferendas (dois ou três vasilhames com alimento nas extremidades); depois de certo tempo retiravam os ossos ou alguns deles e daí, então, colocavam em vasilhame com tampa e enterravam. Os vasilhames possuem contornos e formas variadas, que vão do simples ao complexo. Alguns não são decorados (simples), outros sim: pintados (vermelho ou preto sobre branco interna e externamente), corrugados, corrugados-ungulados, ungulados, escovados, como os mais frequentes. Confeccionavam, também em cerâmica, cachimbos, pesos de fuso e afiadores-em-canaleta. Outros instrumentos em pedra lascada: talhadores, raspadores, lascas utilizadas; em pedra polida: lâminas de machado, placas peitorais, tembetás, narigueiras, pesos de fuso; pedras sem preparo para a utilização: polidores, afiadores-em-canaleta, batedores-trituradores e matéria corante (leterita). Obtinham pontas, anzóis, agulhas, contas-de-colar e outros em osso polido. Contas-de-colar e pingentes também eram obtidos de conchas e dentes perfurados na raiz. As tradições Umbu e Vieira são as antecessoras dos grupos que o europeu denominou de charrua, minuano, guenoa, yaró etc. ou guaicuru do sul. Foram totalmente extintos, num primeiro momento por populações ibéricas que vieram em busca de terras para criação de gado e, posteriormente, servindo, quer ao exército português (minuano), quer ao espanhol (charrua), quando ambos disputaram os territórios da atual República Oriental do Uruguai e do Estado do Rio Grande do Sul. A tradição Tupiguarani recebeu, regionalmente, várias denominações: guarani (a mais tradicional), tape, arachã, pato. Formaram a população das reduções jesuíticas espanholas. As incursões de expedições pelo litoral e laguna dos Patos, as bandeiras paulistas pelo interior, ambas em busca de escravos para as lavouras, as guerras guaraníticas e a miscigenação, foram as causas do seu desaparecimento.

Bibliografia.— Kern, Arno Alvarez (org.). *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 2ª ed., 1997. Mentz Ribeiro, Pedro Augusto. *Pré-História do Rio Grande do Sul*: a

história dos primeiros habitantes. In Alves, Francisco das Neves & Torres, Luiz Henrique (org.). *Temas de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Editora da FURG, 1994, p. 7-20.

(Pedro Mentz Ribeiro)

Instituto de Higiene. O Instituto de Higiene tinha como objetivos desenvolver pesquisas relacionadas às políticas de saúde e a condução das medidas e ações de defesa sanitária atendendo prioritariamente aos interesses dos criadores pecuários da região preocupados com o alto grau de infecção dos rebanhos. A infecção dos animais não conseguia ser controlada devido à ineficácia das vacinas destinadas à cura das doenças detectadas, já que muitas vezes chegavam com o prazo de validade vencido. Foi essa a principal motivação para a constituição do Instituto, que sai do campo das ideias a partir de conversações entre o Diretor da Escola de Agronomia e Veterinária e também Presidente da Associação das Federações Rurais do Rio Grande do Sul, Dr. Manoel Luís Osorio, com o cientista diretor do Serviço Sanitário de São Paulo, Dr. Oswaldo Cruz. O Dr. Manoel Luís Osorio pretendia criar uma filial da Escola que pudesse produzir soros, vacinas e tratamentos de zoonoses. Em 1917, após a morte do Dr. Oswaldo Cruz, a ideia teve prosseguimento através de seu sucessor, Dr. Arthur Neiva, e firmou-se uma parceria entre a **Intendência Municipal** e o Instituto Butantã. Foi criado em 28 de fevereiro de 1918 o Instituto de Higiene de Pelotas, durante o governo de Cypriano Barcellos, e começou as atividades em 1º de abril do mesmo ano. Este se situava na Rua Andrade Neves junto à Escola de Agronomia e Veterinária, tendo como primeiro diretor o Dr. Octávio Magalhães, membro do Instituto Butantã, de São Paulo. Esta foi uma instituição pioneira no Estado, visto que órgãos desse tipo existiam somente dois localizados na cidade de São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo Adão Coelho, internamente possuía as seções de Veterinária, desenvolvendo identificação, pesquisa e tratamento de zoonoses; Antiofídica, desenvolvendo soros anti-peçonhentos; de Raiva, responsável pelo internamento e tratamento de pessoas e animais infectados ou com suspeita de infecção, além de distribuir informativos sobre a doença; de Química, concentrando-se nas análises da água municipal e de outros municípios próximos; do leite, carne e outros gêneros alimentícios considerados impróprios para consumo pela fiscalização da Intendência; Antivariólica, concentrando-se no controle dessa doença contagiosa e frequente na cidade; de Microbiologia Geral, destinada à análise de amostras de doenças humanas e animais. O Instituto dispensava atendimento gratuito às pessoas de pouco poder aquisitivo. A história da entidade pode ser dividida em quatro fases: a 1ª) de 1918 a 1921, caracterizada pela estruturação do órgão, sob a direção de Octávio Magalhães, alcançou importantes resultados no controle de zoonoses, da peste bubônica e da febre tifóide,

porém, nesta fase a infraestrutura ainda era muito precária; a 2ª) de 1922 a 1926, marcada pela transferência do Estado aos municípios, da responsabilidade sobre a higiene e medidas sanitárias, houve ainda descontinuidade administrativa e ampliação das competências do Instituto, o que acarretou uma crise em 1926 levando à paralisação da Seção Antiofídica e da vacinação de animais; a 3ª) de 1927 a 1930, houve a reestruturação da entidade, melhorias salariais e técnicas, que culminariam com a transferência para a nova sede em 1928, localizada na Avenida Vinte de Setembro, no bairro Fragata, proporcionando espaço mais amplo e de acordo com as necessidades do órgão. Nesta fase foi indicado diretor, pelo Instituto Butantã, o dr. Sebastião Calazans, que viria a ser o último dirigente da entidade ainda como parte da Intendência, visto que a mesma passou à tutela do Estado em 1929; e a 4ª) o período em que o Instituto passou às mãos do Estado, fruto de um acordo entre o Intendente João Py Crespo e o Presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas. Tal órgão ampliou a fabricação de vacinas e soros para o uso em todo o Estado, além de fornecer produtos injetáveis e medicamentos a preços módicos para hospitais e casas de caridade. Em 1936 inaugurou uma seção de vacinação anti-tuberculosa, pelo método Calmette e Guérin. A vacinação era feita no próprio Instituto e em casa, além de seus servidores proferirem palestras sobre a importância de medidas profiláticas.

Bibliografia.— Coelho, Adão Flávio Ferreira. *Um Centro de Pesquisa pioneiro no Estado: O Instituto de Higiene de Pelotas (1918-1929)*. Pelotas: UFPel, 2006. Artigo (Especialização em História). Gill, Lorena: *O mal do século: Tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas. 1890-1930*. Pelotas: EDUCAT, 2007.

(Fernanda Oliveira da Silva)

Intendência Municipal. Proclamado o regime republicano em 15 de novembro de 1889, quatro dias depois os representantes da **Câmara Municipal** declaravam vagos os seus lugares, a fim de que a **República** escolhesse novos governantes. Em 25 de novembro o presidente do Estado, Visconde de Pelotas, nomeou uma Junta Administrativa, cujo mandato se prolongou até 6 de setembro de 1891. Era composta por Francisco Nunes de Souza (presidente), Gervásio Alves Pereira e Antônio Soares da Silva. Em 5 de junho de 1890, a Junta foi acrescida de dois novos integrantes, Henrique Martins Chaves e Pedro Luís da Rocha Osorio. Em 23 de julho de 1890, assumiu Antônio Soares da Silva como presidente, Francisco Nunes de Souza foi substituído por Cipriano da França Mascarenhas e incluiu-se, na composição do colegiado, Alberto Roberto Rosa. Em 1891, Cipriano Mascarenhas foi substituído por Felicíssimo Manuel Amarante; Pedro da Rocha Osorio, por Ildefonso Menandro Corrêa. O primeiro intendente, Gervásio Alves Pereira, foi nomeado em 16 de setembro de 1891. Seu mandato, previsto para terminar

em setembro de 1896, seria completado nos últimos seis meses, ainda através de nomeação, por Antero Vitoriano Leivas. Realizadas eleições, em 2 de julho, Antero Leivas foi o escolhido, exercendo então mandato efetivo entre setembro de 1896 e setembro de 1900. Francisco de Paula Gonçalves Moreira, o terceiro intendente, renunciou em agosto de 1902, sendo substituído, através do voto popular, por José Barbosa Gonçalves. Realizadas novas eleições, em 4 de julho de 1904, Cipriano Corrêa Barcellos foi o escolhido, exercendo mandato efetivo até setembro de 1908. O próximo intendente, José Barbosa Gonçalves, exonerou-se do cargo em 9 fevereiro de 1912, assumindo o seu exercício Cipriano Barcellos, na qualidade de sub-intendente do 1º distrito. Seguiram-se: Cipriano Corrêa Barcellos (1912-1916), Cipriano Corrêa Barcellos, reeleito (1916-1920), Pedro Luís Osorio (1920-1924), Augusto Simões Lopes (1924-1928), João Py Crespo (1928-1932), Augusto Simões Lopes (1932-1933) e Joaquim Augusto de Assumpção Júnior (1933-1934). A partir da Constituição republicana de 1934, o Executivo de cada município brasileiro passou a se denominar **Prefeitura Municipal**.

Bibliografia.— Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*, 1º volume, 3ª edição. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

(Mario Osorio Magalhães)

Irmadades. Também chamadas “confrarias”, são associações voluntárias de católicos leigos cujo objetivo envolve a devoção a santos, manifestações divinas ou virtudes religiosas. Por vezes, qualquer associação católica é denominada Irmandade, quando pode ser apenas uma “devoção”, isto é, sem um grau maior de autonomia e organização. Todas as irmandades devem ter um “compromisso”, isto é, um estatuto que, depois de aprovado pelo Bispo, passa a reger os cargos, as contribuições, as festas e procissões, e a forma de utilização do dinheiro proveniente das doações e esmolas. As irmandades podem ter uma igreja ou capela próprias, ou ocuparem altares laterais em igrejas de outras devoções. Em Pelotas, pelo menos três irmandades mantiveram suas próprias igrejas e capelas: a Santíssimo Sacramento e São Francisco de Paula (**Catedral**), a **Santa Casa de Misericórdia** (capelas) e a Nossa Senhora da Luz (igreja). A Irmandade do Santíssimo Sacramento e São Francisco de Paula foi criada em 1812, teve seu primeiro compromisso em 1824 e sempre teve como principal incumbência a manutenção da Igreja Matriz de Pelotas (atual Catedral). Já a Irmandade de Nossa Senhora da Luz foi criada em 1854, para manter a capela construída em 1826 por um fiel que ficara cego e recuperara a visão. Houve outras irmandades, todas fundadas ainda no século XIX. A de Nossa Senhora da Conceição data de

1820 e teve novo compromisso em 1847; a de São Miguel e Almas já existia em 1819 e teve compromissos em 1823 e 1849; a de Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção dataria de 1829, e seu compromisso é de 1851; a de Nossa Senhora do Rosário data de 1831, com compromisso em 1851. Sabe-se que existiram outras irmandades na década de 1870, como a de São Benedito, Santa Bárbara e Nossa Senhora do Carmo. Ainda na chegada do bispo Dom Francisco de Campos Barreto em Pelotas, em 1911, várias dessas irmandades existiam, inclusive uma de devoção a São Geraldo. É importante destacar que as irmandades da Conceição, da Boa Morte e Assumpção, do Rosário e de São Benedito certamente contavam com negros (escravos ou não) entre seus fundadores e associados, embora também pudessem ter ricos entre os associados. A criação da Diocese de Pelotas fez com que o Bispo exercesse maior controle sobre as irmandades e entrasse em conflito com os associados: a de Nossa Senhora da Luz teve o vigário demitido em 1913; a do Rosário deixou de ser uma irmandade católica para ser uma “irmandade civil” a partir de 1918. Mesmo a importante Santíssimo Sacramento e São Francisco de Paula gostou pouco da vinda do Bispo, que transformaria a Igreja (de propriedade da Irmandade) em Catedral (sob o controle do Bispo). Segundo o tesoureiro da Irmandade, “nem o Bispo, nem o Papa poderia dispor dos bens de S. Francisco; (...) que julga S. Francisco acima do Bispo e do Papa”. Este é um exemplo de que o catolicismo, embora forte em Pelotas, era pensado como devoção pessoal, não como obediência ao clero.

Bibliografia.— Silva Jr., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. Porto Alegre: PUC-RS, 2004. Tese (Doutorado em História). Tavares, Mauro Dillmann. *O Tempo dos compromissos: uma abordagem sobre as irmandades dos leigos católicos no Rio Grande do Sul (1861-1869)*. Pelotas: UFPel, 2003. Monografia (Licenciatura em História); Tomaszewski, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. Porto Alegre: PUC-RS, 2007. Dissertação (Mestrado em História).

(Adhemar Lourenço da Silva Jr./Mauro Dillmann Tavares/Cláudia Tomaszewski)

Italianos. No Rio Grande do Sul, os italianos localizaram-se, a partir de 1875, principalmente na região dos Campos de Cima da Serra e na Depressão Central. Na cidade de Pelotas, segundo o relatório da Intendência Municipal de 1922, foram relacionadas diversas **colônias** de imigrantes italianos, entre elas a Colônia São Domingos, fundada em 1875 por herdeiros de Domingos Antiqueira, composta por famílias alemãs e italianas; a Colônia Municipal, fundada em 1882 pela **Câmara**, composta

por alemães e italianos; a Colônia São Simão, fundada em 1883 por Simão da Rocha, composta por famílias brasileiras e italianas; a Colônia Affonso Pena, fundada em 1885 pelo governo imperial e composta de italianos; a Colônia São Luiz e a Colônia Marina, ambas fundadas em 1885 por Luiz Juvêncio da Silva Leivas, composta por alemães e italianos; a Colônia Santo Amor, fundada em 1885 por Vicente Cypriano de Maia, composta de alemães e italianos; a Colônia Maciel, fundada em 1885 pelo governo imperial, composta por italianos; a Colônia São Zacharias, fundada em 1885 por Zacharias Delgado e composta por alemães, brasileiros, austríacos, franceses e italianos. Distantes de 18 a 72 quilômetros da cidade de Pelotas, estavam também distantes das grandes propriedades escravocratas, mas os colonos tinham acesso à zona urbana, onde compravam o que tinham necessidade e praticavam uma pequena atividade mercantil com os produtos excedentes da agricultura. Antes do fluxo imigratório, entre os anos de 1850 e 1875, já havia na cidade um número maior de italianos do que de alemães. Os italianos, entre a população estrangeira, ficavam em segundo lugar, precedidos apenas pelos portugueses. Desenvolveram diversas atividades urbanas, seja como proprietários de fábricas de fumo, de vidro e de calçados, seja como profissionais liberais e prestadores de serviços, como alfaiates, barbeiros, carpinteiros, ferreiros, funileiros, sapateiros. Arquitetos, como José Isella e Guilherme Marcucci, construíram a **Santa Casa de Misericórdia** e a **Beneficência Portuguesa**, e um artista plástico, Frederico Trebbi, deixou seu nome para sempre gravado na história da cidade. A atividade hoteleira foi um ramo em que os italianos se destacaram, construindo grandes **hoteis**, como o Hotel Aliança e o Hotel Garibaldi, entre outros. Esses lugares tornavam-se ponto de encontro dos compatriotas. Em 1873, surgiu a primeira sociedade italiana pelotense, Unione e Philantropia, nas dependências do Hotel Aliança, a qual depois sofre uma dissidência, com o mesmo nome. Em 1883, organizou-se a Sociedade de Socorros Mútuos Circolo Garibaldi. Em fins de 1885, ocorre a fusão entre as associações italianas, criando-se a Sociedades Italianas Reunidas Unione e Philantropia e Circolo Garibaldi. Esta sociedade terá uma ativa participação no final do século XIX em Pelotas, inclusive tentando organizar aulas para os filhos de sócios e também terá coral e sociedade infantil a ela relacionada. Os imigrantes italianos de primeira geração continuavam a orientar-se pelos partidos e correntes políticas italianas, portanto suas sociedades sempre sofreram muito com o problema das dissidências ou a criação de novas associações. Esta Sociedade italiana vai sofrer vários episódios de desorganização interna, especialmente no final do século XIX, estando reorganizada no início do século XX para novamente desestruturar-se a ponto de ser considerada quase extinta nas décadas de 10 e 20. Finalmente, foi reestruturada em 1926, continuando com o nome antigo, depois abreviado para Sociedades Italianas Reuni-

das. Permaneceu em grande atividade por toda a década de 30, criando em 1937 o Colégio Misto Ítalo-brasileiro. Em 1938, tentando adaptar-se às novas e mais duras regras do governo com respeito a sociedades estrangeiras, passou a denominar-se Sociedade Italiana Guglielmo Marconi. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, e o patriotismo exacerbado desencadeado contra os nacionais dos países do Eixo, os descendentes de italianos terão constrangimentos e suas associações desaparecem. Apenas em 1992 foi criada a atual Sociedade Italiana Pelotense, substituindo as anteriores. Instalada no terreno na Rua Cassiano, que pertencia às antigas sociedades, mantém atividades de conagraçamen- to aos sócios.

Bibliografia.— Anjos, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária —UFPel, 2000. Loner, Beatriz. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937*. Porto Alegre, Tese (doutorado em Sociologia) UFRGS, 1999, 1º e 2º volumes.

(Angela Beatriz Pomatti/Beatriz Loner)



Praia do Laranjal

Jornal do Comércio. Foi fundado por Antonio Joaquim Dias em janeiro de 1869, e vendido em janeiro de 1873 a Arthur Lara Ulrich, que também será seu redator. Nesse momento, apresentava-se como órgão político, comercial e noticioso. Em 13 de junho de 1878, foi novamente vendido e passou a circular como órgão do Partido Liberal, tendo como proprietário João Pedro Caminha e redatores diversos. Em 1º de janeiro de 1881, com o dístico “Segunda época”, voltou a ser propriedade de Arthur Lara Ulrich, também seu redator nesta nova fase. Vai ser definitivamente extinto em inícios de julho de 1882, explicando-se que Ulrich iria dirigir outro jornal, o que só ocorreu efetivamente em 1883, com **A Discussão**.

(Beatriz Ana Loner)

Judeus. Desde o início do século XX, mais precisamente a partir de 1920, cerca de cem famílias judias se instalaram na cidade de Pelotas. Muitos desses imigrantes, antes de se dirigirem para cá, viveram experiências em colônias agrícolas patrocinadas pela *Jewish Colonization Association*, entidade de amparo aos emigrantes judeus, que tinham urgência em deixar seus países de origem. Tal entidade foi fundada por Maurice de Hirsh, que criou núcleos de produção na Argentina, em cidades do Rio Grande do Sul como Santa Maria (Colônia de *Philippson*), Passo Fundo (Colônia de Quatro Irmãos) e na década de 1930, em Rezende, no Rio de Janeiro. Os nomes de família Soibelman, Stifelman, Steinbruch, Nudelman, Druck, Averbuch, Copstein, Treiguer, Axelrud, Procianoy, Rosenberg e Galanternick, que haviam estado em *Philippson*, fizeram parte da comunidade judaica de Pelotas, assim como os Lokschin, Chaper, Millman, Ocstein, Pechansky, Pustilnik, Pilowinick e Chwartzmann, da Colônia de Quatro Irmãos. Os imigrantes eram, em sua maioria, de origem *ashkenazim*, isto é, provenientes da Europa Oriental. Em Pelotas, fundaram associações representativas, cooperativas de crédito, uma escola, denominada de Colégio Israelita Pelotense, que ensinava o *idish* e oferecia aulas de teatro, bibliotecas, sinagogas e um cemitério. Dedicaram-se prioritariamente ao comércio de tecidos e de móveis, vendendo nos primeiros tempos a prestação, em bairros periféricos, até o momento de instalarem pequenas lojas, a maioria concentrada na rua General Osório. Com o passar do tempo, houve uma diversificação dentro do campo comercial e inclusive uma diversificação espacial. O sonho dos imigrantes para a segunda geração era que seus filhos fossem médicos, advogados, magistrados, exercendo funções baseadas em uma bagagem de conhecimentos que pudesse ser levada com eles para onde se fizesse necessário ir, além de lhes proporcionar *status* e prestígio social. A comunidade, em sua maioria, era sionista, defendendo a importância da fundação de um Estado Nacional Judaico, mas apesar desta vontade, integraram-se e se assimilaram à sociedade mais ampla, mantendo sua identidade, muito mais pela cultura, do que pela própria religião. Através da

memória coletiva, perpetuaram valores éticos, manifestações artísticas, gostos e sabores (culinária) e fundamentalmente uma história grupal, intrinsecamente relacionada com a história de Pelotas.

Bibliografia.— Gill, Lorena Almeida. *Clientelchiks: os judeus da prestação em Pelotas (RS) 1920-1945*. Pelotas: EdUFPel, 2001.

(Lorena Almeida Gill)



Secretaria Municipal de Finanças, refletida em janela da Bibliotheca Pública Pelotense

Libertador, O. Fundado em 2 de fevereiro de 1924, como órgão da Aliança Libertadora, de oposição ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), arrendou as oficinas, máquinas e equipamento tipográfico do extinto *O Rebate*. Seus proprietários e diretores eram políticos vinculados à oposição ao governo estadual, e devido a isso sofreram represálias e censuras naquela década, tendo suspensa sua publicação em meados do segundo semestre de 1924 para só reaparecer em janeiro de 1926. Nos anos 1930, continuou existindo como um dos jornais mais importantes do Partido Libertador no Estado e, a partir de 1932, com o distanciamento dos libertadores das posições do governo Vargas, sofreu censura, sendo empastelado em 1934. Deixou de existir em 1937, quando o Estado Novo aboliu os partidos e decretou o fechamento dos jornais partidários.

Bibliografia.— Loner, Beatriz. Jornais pelotenses diários na República Velha. *Ecos Revista*. Pelotas, v.2, n.1, abril de 1998, pp. 5-34; Rudiger, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1993.

(Beatriz Ana Loner)

Liga Operária. Criada como Congresso Operário em 31 de março de 1889, a partir de uma iniciativa do Centro Cooperador dos Fabricantes de Calçados, em luta contra uma tarifa que prejudicava as indústrias da região, sua fundação ocorreu em uma reunião de mais de 500 pessoas e sua direção foi composta por um representante de cada classe de ofícios existentes na cidade. Em 21 de julho de 1890, modificou seus estatutos e se transformou na Liga Operária de Pelotas, editando o jornal *O Operário*, por alguns meses do ano de 1892. Nesse momento, sua direção tinha o predomínio de patrões e contramestres e, com isso, os socialistas saíram da Liga, indo fundar o jornal *Democracia Social*. Desde esse momento até 1912, a orientação da Liga foi basicamente patronal, restringindo o acesso a trabalhadores pobres e de cor e comprando uma sede própria no centro da cidade, na Rua Quinze de Novembro. Central e espaçoso, esse edifício foi importante para a fase seguinte, de hegemonia anarquista, auxiliando a nucleação e dinamização do movimento operário. Em 1912/13, devido a uma crise na direção da entidade, abriu-se espaço para a participação de operários mais receptivos às influências libertárias, que a transformaram no centro político do seu trabalho em Pelotas. Sob hegemonia do sindicalismo revolucionário, corrente que, embora com inspiração anarquista, permite o trabalho de várias outras tendências em seus sindicatos, nesses anos a Liga sediou sindicatos de resistência e entidades anarquistas variadas e tomou a frente do processo de mobilização que culminaria nas greves de 1917/1919. Junto à Liga desenvolveram-se as seguintes associações e grupos: Federação Operária (1913), Centro de Estudos Sociais (1914), Grupo Teatral

Cultural Social (1914), Grupo Musical 18 de Março (1914), Grupo Iconoclasta (1914), Atheneu Sindicalista (1914), Escola Primária (1914), Sindicato de Inquilinos (1915), Centro Feminino de Estudos Sociais (1915), Núcleo Popular Pró-Paz (1915), Grupo Juventude Antimilitarista (1915), Banda Musical 11 de Novembro (1916), Escola Racionalista ou Moderna (1918), Núcleo Comunista de Pelotas (1919). A maior parte dos sindicatos tinha sua sede na própria Liga, então chamada de Casa do Trabalhador ou também União de Ofícios Vários. Dentro do prédio, montaram um palco, denominado Teatro 1º de Maio (1914), no qual foram encenadas muitas peças e feitas manifestações ou espetáculos. No ano de 1917, o prédio da Liga abrigou também o Comitê de Defesa Popular, entidade de coordenação da greve geral desse ano. Nessa greve, durante a realização de assembleia do movimento, a Liga foi atacada a tiros pela polícia, resultando em um morto e vários feridos e no fechamento provisório da entidade por alguns dias. Por essa época, dois jornais estiveram ligados a ela: *A Terra Livre*, jornal da Federação Operária, em 1915, e *A Luta*, em 1916, pertencente ao Grupo Iconoclasta, de livres pensadores e anarquistas. O vigor do grupo hegemônico na Liga, nesse período, levou-o a manter correspondência regular com a Confederação Operária Brasileira, à qual era filiada, participando do Congresso Operário de 1913, e a enviar representantes ao Congresso Internacional da Paz e ao Congresso Anarquista Sul-Americano, ambos no Rio de Janeiro, em 1915. Nos anos 1920, a Liga manteve-se sob hegemonia sindicalista-revolucionária, mas com a crise do movimento anarquista, provocada pela repressão nacional desencadeada sobre seus membros, ela perdeu muito de seu potencial organizativo, embora tenha mantido um grupo de 5 a 7 sindicatos filiados, passando a alugar seu palco-salão para reuniões e assembleias, bailes, espetáculos etc. As atividades sindicais refluíram e os libertários passaram a desenvolver grupos de estudo e discussão e participarão de Comitês de Livre Pensamento ou pela Liberdade de Consciência (1925). Mesmo assim, a Liga se fez presente em todos os congressos operários, nacionais ou estaduais, do período. Em 1920, participou, com o nome de Federação Operária, do 3º Congresso Operário Brasileiro, e esteve presente também nos congressos gaúchos de 1920, de 1925 e de 1928, com representação própria. Devido à desarticulação do movimento sindicalista na capital do Estado, terminou sediando uma reunião de delegados da Federação Operária do Estado do Rio Grande do Sul, em janeiro de 1927, que pretendia marcar a retomada do processo de organização libertária no Estado. Em janeiro de 1928, sediou o 4º Congresso Operário Rio-Grandense, em que estiveram representadas, além de entidades gaúchas, também organizações libertárias do Rio de Janeiro, São Paulo, Pará e Santos. Nos anos de 1925 e 1926, editou o jornal *O Proletário*. Contudo, sua influência real no movimento sindical estava em franca decadência e, na década seguinte, praticamente

não teve mais participação na vida sindical, em consequência da implantação da nova legislação trabalhista do governo Vargas. Em 1933, por problemas de disputa do prédio com a Frente Sindicalista, a Liga foi invadida pela polícia e sua diretoria presa e conduzida a Porto Alegre, sob acusação, não comprovada, de subversão. Pelos documentos apreendidos, sabe-se que naquele momento ela era uma das poucas entidades brasileiras ainda filiadas à Asociación Internacional de los Trabajadores Latinoamericana, anarquista. Soltos, seus dirigentes reassumiram o controle da Liga, expulsando judicialmente tanto o grupo sindicalista como remanescentes do antigo grupo patronal que tentaram reaver a sua direção. No final da década de 1930, foi fechada por decreto estatal que proibia a existência de centrais sindicais.

Bibliografia.— Loner, Beatriz. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas, 1888-1937*. Porto Alegre, UFRGS, 2. vols., 1999. Tese (Doutorado em Sociologia); Loner, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, UFPel, 2001; Loner, Beatriz. “Quarto congresso Operário do Rio Grande do Sul (1928)”. *Cadernos do ISP*, Pelotas, n.º. 11, dez. 1997, pp. 21-48.

(Beatriz Loner)

Literatura. A literatura pelotense tem sua origem vinculada aos jornais que passaram a circular na cidade, a partir de 1851, os quais ajudaram a popularizar a leitura de narrativas e poemas, pois eram de fácil acesso e custavam bem menos que o livro. Em geral, os jornais estavam ligados a partidos políticos que, além das matérias que versavam sobre política, economia e textos informativos, eventualmente divulgavam produções artísticas. Além destes, existia um outro tipo de publicação voltada quase exclusivamente para a literatura: os chamados jornais literários, recreativos e de instrução. Surgiram na cidade diversos órgãos desse gênero, entre os mais importantes podemos citar o *Progresso Literário* (1877-1889), *A Tribuna Literária* (1882), *O Arauto das Letras* (1882-1883), *Álbum Literário* (1874-1875) e *A Ventarola* (1887-1890). Esses e outros jornais mantiveram entre seus profissionais e colaboradores os mais importantes autores regionais da época: Lobo da Costa, Bernardo Taveira Júnior, Múcio Teixeira, Menezes Paredes, Paulo Marques, Francisco de Paula Pires, Colimério Leite, Simões Lopes Neto, entre outros. Foram das oficinas tipográficas das empresas jornalísticas, as quais buscavam suprir a lacuna da falta de editoras, que saíram os primeiros **livros**. Segundo o historiador Mario Osorio Magalhães (1993), o primogênito foi *Resumo de História Universal*, de Carlos Von Koseritz, editado em 1856. Desde então as tipografias imprimiram e puseram à venda desde livros didáticos até novelas, romances, poesias e peças teatrais. Por meio dos periódicos pode-se constatar uma vasta publicidade anunciando os mais variados tipos de livros, inclusive de autores locais e regionais. É interes-

sante registrar que todo esse mercado editorial foi também responsável por uma farta circulação de literatura estrangeira, até mesmo em traduções e edições clandestinas que, a despeito da ilegalidade, em muito contribuíram para a difusão cultural. Hallewell (1985) afirma que a Livraria Americana (1875), de Carlos Pinto, que contou com filiais em Porto Alegre (1879) e Rio Grande (1885), foi a mais importante editora gaúcha daquele tempo. Sua coleção Biblioteca Econômica, de baixo preço e formato de bolso, apresentava, sem pagar direitos autorais, traduções de Daudet, Dostoiévsky, irmãos Goncourt, Paul de Koch, Maupassant, Turgeniev, Zola, Sacher-Masoch e diversos outros autores. Outra editora muito importante para a história cultural de Pelotas e do Rio Grande do Sul foi a Universal/Echenique (que também expandiu seus negócios para Porto Alegre e Rio Grande), de propriedade de Guilherme Echenique, o qual veio a ser, em 1910, o editor de Simões Lopes Neto. A expansão do mercado editorial permitiu que o comércio livreiro fosse encarado como atividade lucrativa, intensificando o gosto pela arte literária, devendo-se salientar que a aristocracia pelotense usava a literatura como forma de *status*, acabando por influenciar os leitores das classes médias. Esse verdadeiro “culto às letras”, numa cidade que já se autodenominava **Princesa do Sul**, devido à prosperidade socioeconômica, passa a ser determinante na aquisição de um segundo cognome: “Atenas do Sul”. Esta designação só poderia ter uma cidade cuja acolhida da cultura, da arte e da erudição fosse intensa, através da constituição de sociedades literárias, companhias dramáticas e **saraus**. Essa atividade, consolidada e reconhecida, demonstrava o forte engajamento sócio-cultural da elite intelectual pelotense, da qual um dos principais exemplos foi a fundação da **Biblioteca Pública** em 1875. *A poesia* foi, desde os primórdios da **imprensa** na cidade, o gênero de mais abundante produção. Segundo os pesquisadores Monquelat & Fonseca (1985) o primeiro poeta pelotense foi Mateus Gomes Viana (1809-1839), que exerceu cargos políticos e foi nosso primeiro promotor público, sendo conhecido pela alcunha de Mateusinho das Leis. Deixou poemas esparsos na **imprensa**. Da abundância se pode tirar alguns artistas do verso que atingiram elevado nível estético, dentre os quais se destaca Lobo da Costa (1853-1888), tido por críticos, como João Pinto da Silva (1924), como “o poeta mais popular do Rio Grande do Sul”, podendo ser considerado também um dos mais importantes poetas do romantismo brasileiro. Lobo da Costa publicou, em São Paulo, o livro *Lucubrações* (1874). Posteriormente ao seu trágico falecimento, Francisco de Paula Pires compilou seus poemas em diversas obras, cuja fundamental é *Auras do Sul* (1888). No século XIX, podemos ainda destacar outros poetas de relevo: Juvêncio Menezes Paredes (1848-1882), que participou do Partenon Literário e é autor de *Parietárias* (1873). Embora com as restrições impostas pelos rígidos costumes de então, as poetisas se fizeram presentes na literatura pelotense, tais como

Maria Clara dos Santos Cunha (1866-1911), Alaíde Ulrich (1881-1901), que embora nascidas em Pelotas passaram a maior parte da vida fora da cidade. Lembremos também de Luiza Cavalcanti Filha (1869-1891), presença constante na imprensa e autora de *Alvoradas* (1886). No século XX, surgem duas das melhores sonetistas: Noemi Caringi (1914-1993), que estreou, em 1939, com *Canção de outono* e Noêmia Coelho da Costa com o livro *Instantâneos de emoções* (1970). Dentre os poetas do início do século XX, a maioria filiou-se à estética simbolista e parnasiana, a que imprimiram marcas bastante pessoais, do que são exemplo três poetas: Márcio Dias (1900-1919), pseudônimo de Tristão Nunes Vieira, cuja obra foi reunida postumamente, sob o título de *Brumas da minha saudade* (1920), que teve em 1935 uma segunda edição pela Globo, de Porto Alegre; Jorge Salis Goulart (1899-1934), poeta, advogado, sociólogo e filósofo, embora nascido em Bagé, viveu desde muito jovem em Pelotas, tendo aqui produzido toda sua obra; e Januário Coelho da Costa (1886-1949), nascido em Dom Pedrito, autor de livros de contos e poesias. Na poesia de cunho popular, marcou época a obra de Dermeval Araújo (1888-1952). Sua produção poética ficou esparsa, sendo reunida numa pequena antologia, sob o título de *O último canto* em 1982. O poeta Alberto Ferreira Ramos (1871-1941), elogiado por críticos como José Veríssimo e Agripino Grieco, foi amigo de Bilac e teve o talento reconhecido. Alberto Ramos, educado em colégios da Suíça e de Londres, jamais olvidou a terra gaúcha. Foi advogado, tradutor e jornalista. Publicou, entre outros livros, *O último canto do fauno* (1913). A poesia contemporânea encontrou caminhos variados. Vale notar que experimentalismos (tais como a poesia concreta, a poesia verbi-voco-visual e a poesia sonora) não lograram êxito na poesia pelotense. O *conto* também encontrou largo cultivo, principalmente, pela facilidade de sua veiculação nos periódicos. Entre nossos primeiros contistas estão Alberto Coelho da Cunha (1853-1939), Lobo da Costa e Francisco de Paula Pires (1846-1915). Mais conhecido como notável historiador, Alberto Cunha, colaborou para a Revista do Partenon Literário, em que apareceram, por exemplo, *A mãe do ouro* (1873) e *A filha do capataz* (1874-75). Lobo da Costa pouco se dedicou ao gênero, mas publicou *Fantasia de um morto*, em 1878. Francisco de Paula Pires, adepto de Zola, publicou *Matilde* (1890). Cada um deles representa, respectivamente, o conto folclórico-regionalista, o conto romântico e o conto naturalista. Sem a menor dúvida, é João Simões Lopes Neto (1865-1916) o contista mais importante não só de Pelotas, mas dos mais relevantes do país. Segundo pesquisas recentes estreou no *A Ventarola*, em 1887, sob o pseudônimo de João Felpudo. Mais tarde, publicaria no *A Pátria* (1888), seus famosos *triolets* das “Balas de Estalo”. Conseguiu o feito de unir a temática do regionalismo gaúcho a um sentido universal das tramas humanas, imortalizados na voz de Blau Nunes. Simões Lopes Neto antecipou procedimentos que só se consolidariam após o Modernismo. Além da grande imaginação, o

trato da linguagem dialetal gauchesca, mesclada à oralidade e ao ritmo do texto, fizeram-no um mestre da narrativa curta. Consagrou-se com *Contos gauchescos* (1912) e *Lendas do Sul* (1913). O conto contemporâneo conta com a manutenção do sobrenome “Simões Lopes” através dos escritos de Hilda Simões Lopes, cuja produção é composta por crônicas, contos e romances. Também temos Aldyr Garcia Schlee, cuja extensa produção mantém o vínculo entre o pampa e a cidade, seguindo a cultura das narrativas sulinas. Entre os pioneiros do *romance* em Pelotas, Lobo da Costa possui lugar de destaque, com duas obras, quais sejam *Heloísa* (1869) e *Espinhos d'alma* (1872). Esses romancetes foram as únicas obras do gênero que lograram reedições. A primeira narra as peripécias de um amor proibido entre a mimosa Heloísa e o formoso mancebo Júlio. O tema é recorrente no Romantismo. Essa obra de juventude de Lobo da Costa está recheada de lugares-comuns. Foi redigida pelo autor aos 16 anos, logo depois de ter deixado o emprego de telegrafista para dedicar-se às letras. Teve sua primeira edição no jornal *Echo do Sul*, da cidade de Rio Grande, de propriedade de Pedro Bernardino de Moura. *Heloísa* foi reeditada na *Antologia poética e alguma prosa de e sobre Lobo da Costa* (1988), organizada por Monquelat e Fonseca, e também na *Obra completa de Lobo da Costa* (2003), cujos organizadores foram Jandir Zanotelli e Ângela T. Sapper. Já a segunda, *Espinhos d'alma*, relata a história de Alberto, Cândida, Ângelo e Elvira, em cuja trama os personagens estão envolvidos numa típica intriga amorosa, mas que, ao contrário dos dramalhões piegas, tão caros ao romantismo brasileiro, tem por final não um *happy end*. Teve de esperar 131 anos para sua segunda edição na *Obra completa*. Quanto aos demais romancistas do século XIX, praticamente suas obras não chegaram até nós, restando raros exemplares em mãos de particulares e em poucas bibliotecas e instituições de preservação cultural. A dificuldade de acesso a esses textos é muito grande. *Vênus ou o dinbeiro*, de Paulo Marques de Oliveira Filho, apareceu, em 1881, no jornal pelotense *Onze de Julho*, postumamente em livro, em 1885, com prefácio de Paula Pires e necrológico e juízo crítico da escola realista de Albino Costa. Paulo Marques foi um dos introdutores da escola real-naturalista no Brasil, ao par com Pardal Mallet, Aluizio Azevedo e Machado de Assis. Suas duas outras obras são *Os verdadeiros mistérios do Rio de Janeiro* e *A canalha*. Paulo Marques possuía uma autêntica vocação literária, precocemente recolhida pela morte aos 27 anos incompletos, quando morava no Rio de Janeiro, em 1884. Leu Zola e embebeu-se de Comte. Injustamente esquecido pelo cânone nacional, constitui-se numa das figuras mais interessantes da literatura pelotense. O caso de Francisco de Paula Pires, amigo (depois desafeto) e compilador de Lobo da Costa, é ainda mais grave. Do romance *Quadros horripilantes* (1883) não se conhece exemplar. Entre 1905 e 1948 a prosa romanesca em Pelotas se dividirá entre a temática regionalista, de cunho cívico-patriótico, e o romance urbano e social. Depois de

um significativo intervalo, cerca de uma década, vamos encontrar *Recordações gaúchas* (2ª. edição, Livraria Echenique, Pelotas, 1905), de Luís Araújo Filho, o LAF. Pedro Villas-Boas e Carlos Reverbel registram uma primeira edição, de 1898, saída pela tipografia da *Gazeta do Alegrete*, da qual não se conhece exemplar. Essa novela tematiza o universo rural sul-riograndense, apresentando uma imagem estereotipada do gaúcho. É considerada, entretanto, um marco da escritura regionalista, quando mais não seja pela influência que, conforme ressaltam os estudiosos, teria exercido em Simões Lopes Neto. A novela *Recordações gaúchas* foi reeditada em 1987 pelos esforços conjuntos de várias entidades. Duas décadas depois da narrativa gauchesca de LAF aparecerá o primeiro romance urbano importante, que incorpora o clima de agitação e mundaneidade dos “loucos anos 20”: *A vertigem*, de Jorge Salis Goulart, numa edição da Globo, de Porto Alegre, em 1925. Teremos ainda, nesse período, o romance *Fogo-morto* (1930), de Fernando Osorio, historiador de *A cidade de Pelotas* (1922), cuja obra foi elogiada por renomados intelectuais. Aparece a novela gauchesca *Paulo* (1930), que marca a estreia de Álvaro Delfino, o qual, mais tarde, também escreverá romances urbanos como *Bungalow* (1938). No final dos anos 1940 surge um dos mais interessantes romances pelotenses, de temática político-social, *Fios telefônicos*, do militante comunista Fernando da Costa Melo, que morreu assassinado pela polícia política aos 26 anos. O livro *Fios telefônicos*, embora redigido em 1948, permaneceu inédito até 1996, quando foi editado pela UFPel, num trabalho de resgate feito pelo pesquisador Adão Monquelat e o jornalista Klécio dos Santos. Nas décadas de 1950 e 1960 pontificaram dois autores que podem ser considerados marcos na história literária de Pelotas: Heloísa Assumpção Nascimento e Alcy Cheuiche. Esses autores, opostos ideologicamente, expressaram em seus textos olhares ficcionais que representavam suas posições ideológicas divergentes. A escritora Heloísa Assumpção Nascimento, numa de suas obras mais conhecidas, *Praça da Matriz*, publicada no ano do Golpe Militar de 1964, retrata a vida monótona e comezinha de uma cidade do interior; enquanto isso, Cheuiche, em *O gato e a revolução* (1967) busca uma reflexão crítica acerca do momento conturbado.

Fontes. - Obras dos autores citados e jornais do século XIX pertencentes ao acervo da Bibliotheca Pública Pelotense; Pereira, Rita. *Pelotas: do fausto à decadência. Diário da Manhã*, Pelotas, 11-07-1999.

Bibliografia.- Borges, Luís. *Dicionário de escritores pelotenses*. 2008 (inédito); _____ . *Breviário da prosa romanesca em Pelotas em Pelotas* (século XIX). Síntese crítica e histórica. Vol. 1. Pelotas: JC Alfarrábios, 2007; Koschier, Jaqueline T. C. *A Nação: resgate histórico cultural de um periódico pelotense do século XIX*. Pelotas: UFPel, 2002. Monografia (Graduação em Letras); Loner, Beatriz Ana. *Abolicionismo e imprensa em Pelotas*. In: Alves, Francisco Neves (org.). *Imprensa, história, literatura e informação*.

Anais do Congresso Internacional de Estudos Históricos. Rio Grande: FURG, 2007; Magalhães, Mario Osorio. *Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora da UFPEL, 1993; Monquelat, A. F. e Fonseca, G. R. *Antologia poética* (e alguma prosa de e sobre) Lobo da Costa. Pelotas: Edição dos autores, 1988; _____. *Coletânea e notas bibliográficas de poetas pelotenses*. 1985 (inédito); Zilbermann, Regina. *A literatura no RS*. 3ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

(Jaqueline Koschier /Luís Borges)

Livros. Em Pelotas – como no Brasil, em geral – a história do livro está associada à história do jornal. Primeiro, porque das tipografias dos jornais foi que saíram os primeiros livros. É bastante provável que a mais antiga obra editada em Pelotas tenha sido *Resumo de História Universal*, também o livro de estreia do professor alemão Carl von Koseritz. Foi impresso em 1856 na tipografia de *O Noticiador*, o segundo jornal em circulação na cidade (Tipografia Luiz José de Campos). Antes – em 1852 – o professor Antônio José Domingues mandara imprimir vários poemas na Tipografia Imparcial, de Cândido Augusto de Melo, ou seja, nas oficinas de *O Pelotense*, o primeiro jornal de Pelotas. Só que, editados em folhas soltas, esses poemas não chegaram a constituir um livro. Em apenso ao *Almanack da Villa de Porto Alegre*, de Manuel Antônio Magalhães, o historiador Augusto Porto Alegre relacionou várias publicações que, a partir da segunda metade do século XIX, foram impressas em oficinas tipográficas de jornais pelotenses. Muitas delas são obras do próprio Koseritz – livros didáticos, novelas, romances, peças teatrais – ou traduções realizadas por ele da obra de autores estrangeiros, como Alexandre Dumas e Ponson du Terrail. Mas se incluem também, na relação, obras e autores brasileiros. Por um segundo motivo, ainda, a história da imprensa e a história do livro correm paralelamente, tanto no Brasil quanto em Pelotas: grande parte das edições, no século XIX, era resultado da reimpressão de um material que já fora divulgado, em forma de folhetim, nos rodapés dos jornais. Temos um exemplo disso no final do século: de autoria de Paulo Marques, o folhetim *Vênus ou O dinheiro*, veiculado no jornal *Onze de Junho* entre setembro e novembro de 1881, transformou-se em livro no ano de 1885, editado sob a chancela da **Bibliotheca Pública Pelotense**. E sabe-se que duas das principais obras do maior escritor pelotense, J. Simões Lopes Neto — *Contos Gaúchos* e *Casos do Romualdo* —, antes de assumirem o formato de livro foram publicadas na imprensa, respectivamente no *Diário Popular* no *Correio Mercantil*. No ramo específico da indústria editorial, duas empresas dominaram o mercado pelotense — e, praticamente, o mercado rio-grandense — durante o último quartel do século XIX: a Livraria Americana e a Livraria Universal. A primeira, de propriedade de Carlos

Pinto & Cia., foi fundada no ano de 1875, estabelecendo filiais em Porto Alegre (1879) e Rio Grande (1885). A segunda era de propriedade de Echenique & Cia. e foi fundada em 1887, expandindo igualmente os seus negócios até Rio Grande e Porto Alegre. Foi a Livraria Universal, aliás, que lançou as primeiras edições do *Cancioneiro Guasca*, dos *Contos Gauchescos* e das *Lendas do Sul*, do citado Simões Lopes Neto (*Casos do Romualdo* só seria editado postumamente, pela Editora Globo, de Porto Alegre). Através dessas duas empresas, muitos livros se espalharam pelos pagos, não só para o entretenimento das nossas damas e a instrução dos nossos bacharéis: tiveram também a sua influência sobre a política e a vida de toda a Província e, no início do século XX, de todo o Estado. Dentre os livros que publicaram, predominam as obras de ficção, de autores universais, nacionais e regionais; mas não deixa de ser surpreendente o acervo dos seus livros didáticos. Substituindo a Americana e a Universal, ainda na primeira metade do século XX as principais livrarias de Pelotas passaram a ser a Globo (filial da Editora Globo, de Porto Alegre, então uma das maiores casas editoriais do Brasil) e a Livraria Mundial, fundada em 2 de agosto de 1935 e ainda em atividade.

Bibliografia.— Carneiro, José Fernando. *Karl Von Koseritz*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1959; Hallewell, George. *O livro no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1985; Porto Alegre, Augusto. *Almanack da Villa de Porto Alegre*. Porto Alegre: L.P. Barcellos & Cia., 1908.

(Mario Osorio Magalhães)



Arroio Pelotas

Maçonaria. A origem da maçonaria remonta aos séculos XVII e XVIII, quando os chamados “pedreiros livres”, construtores de catedrais européias, reunidos em espécies de corporações, passaram a aceitar em seu seio nobres e burgueses interessados em estudar e divulgar preceitos de natureza social, política, filosófica e espiritual considerados controvertidos, não apenas pela Igreja Católica, como também pelos monarcas absolutistas daquele período. O processo de iniciação à ordem obedece a uma série de rituais e se dá através de um complicado sistema de graus, sendo os de *aprendiz*, *companheiro* e *mestre* os três primeiros, considerados universais em todos os diferentes ritos que compõem a instituição. Os maçons reúnem-se em locais denominados de *lojas*, presididas por um *venerável mestre*, em que os ensinamentos são transmitidos através de representações e símbolos. Uma série de lojas que sigam o mesmo rito reúne-se em uma *obediência*, presidida por um *grão-mestre*. O caráter sigiloso da ordem, a sua defesa em torno da liberdade de consciência e da **educação** laica, bem como o anticlericalismo presente entre os seus membros, foram responsáveis por gerar uma relação polêmica e conflituosa com a Igreja Católica, particularmente no Brasil, onde o **catolicismo** era considerado religião oficial do Império. Em Pelotas a presença da maçonaria se fez notar ainda na primeira metade do século XIX. Imigrantes **franceses** fundaram na cidade a Loja Maçônica Protetora da Orfandade no ano de 1841, dando início a uma forte presença da instituição entre os pelotenses. Com a vinda de muitos imigrantes para a cidade na segunda metade daquele século, muitos deles **artesãos** e profissionais liberais, novas lojas foram criadas com a finalidade de abrigar os adeptos da instituição que se encontravam entre os recém chegados, o que levou a uma maior abertura da entidade a esses segmentos sociais. São exemplos disso a criação da Loja Artistas de Pelotas em 1871, posteriormente transformada em Loja Rio Branco, e a criação de uma loja de **italianos** em 1901, que chegou até mesmo a abrigar vários socialistas em seu seio, o que demonstra certa penetração deste ideário político entre os maçons. O preceito maçônico segundo o qual o Estado e consequentemente a educação devem ser laicos, sem qualquer participação da religião, levou os maçons a buscarem organizar iniciativas de caráter educacional que fizessem oposição às escolas religiosas mantidas pela Igreja Católica. Em Pelotas não foi diferente e em 1903 os maçons da loja Rio Branco, atual Fraternidade n.º 3, fundaram o **Gymnasio Pelotense**, numa iniciativa educacional pioneira na cidade. Com o passar dos anos a escola, inicialmente mantida pelos maçons, acabou por ser municipalizada. Com o mesmo intuito os maçons da Loja Rio Branco fundaram em 1911 a **Faculdade de Odontologia** e em 1912 a **Faculdade de Direito**, hoje pertencentes à **Universidade Federal** de Pelotas. Numa tentativa de estender sua influência perante o operariado, na busca de minimizar a ação católica junto a esse segmento social, já no período final do Império a maçonaria pelotense teve uma destacada participação na organização

de entidades com esse fim, como o Centro Agrícola Industrial e o Congresso Operário Pelotense. Com o mesmo objetivo os maçons procuraram criar uma série de obras assistenciais de caráter laico em Pelotas, como o Asilo de Órfãs e o de Mendigos. O ideário maçom era então divulgado na cidade através do jornal *O Templário*, órgão publicado pela Loja Rio Branco, no qual preceitos de natureza social, política, educacional, filosófica e mesmo religiosa eram discutidos por articulistas maçons. Do ponto de vista político e social a maçonaria pelotense procurou coibir a influência do catolicismo, tendo participado em 1930 da criação do Comitê Pró-Liberdade de Consciência, que se dispunha a lutar pela liberdade de consciência e por um ensino laico. Do ponto de vista político, vários intelectuais maçons atuaram em meio ao operariado pelotense, sendo que muitos deles possuíam ligação com o socialismo, com o anarquismo e mesmo com o comunismo. No que diz respeito à questão religiosa, muito embora a maçonaria advogue a liberdade de consciência, foi notável a penetração das ideias **espíritas** em Pelotas através das lojas maçônicas existentes no final do século XIX e início do século XX. Tal conexão se explica pela proximidade existente entre os preceitos maçônicos de liberdade de consciência, anticlericalismo e racionalismo também presentes na filosofia espírita. Atualmente a maçonaria pelotense conta com um grande número de adeptos, que frequentam as muitas lojas existentes na cidade, algumas delas com várias décadas de existência.

Bibliografia.— Amaral, Giana Lange do. *O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria*: uma face da História da Educação em Pelotas. Pelotas: UFPel/Seiva Publicações, 1999; Gil, Marcelo Freitas. *O Movimento Espírita Pelotense e suas raízes sócio-históricas e culturais*. Pelotas: UFPel, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais); Loner, Beatriz Ana. *Construção de Classe*: Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Editora e Gráfica Universitária—UFPel, 2001; Magalhães, Mario Osorio. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*: estudo sobre a História de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Editora da UFPel, 1993.

(Marcelo Freitas Gil)

Mercado Público. O início da construção do Mercado Público coincidiu com o fim da **Revolução Farroupilha**, em 1845, e do tráfico de cativos da África, em 1850. Em 1846, a **Câmara Municipal** adquiriu o terreno, que media 81,4 x 101,20 m. Com modificações, foi aprovado o projeto do arquiteto Roberto Offer. José Vieira Pimenta ganhou a concorrência para a construção da cisterna. Entre 1849 e 1850, Teodolino Farinha foi vencedor em três arrematações. Primeiro, levantaram-se os edifícios das atuais ruas Quinze de Novembro e Tiradentes, depois, da Rua Lobo da Costa e, por último, da Rua Andrade Neves. Antes do final das obras, a Câmara começou a alugar os quartos finaliza-

dos. O Mercado acabou compondo uma planta retangular, formada por quatro blocos com pátio central. Chanfros substituíam os quatro vértices do anel construído. Os acessos eram marcados por portadas com vãos de arco de meia circunferência. Longitudinalmente, o prédio foi composto por três partes. Era coroado por quatro frontões triangulares nas chanfraduras e por uma platibanda cega que escondia a cobertura. No corpo do prédio, ao longo das fachadas, nas alvenarias de tijolos rebocados, as pilastras intercaladas pelas portas de arco pleno repetiam-se sucessivamente. Um tímido embasamento, marcado por mais espessura, terminava, na base, por compor o edifício. Relevos lineares marcavam os limites das três partes que compunham o conjunto. Em especial, os frisos estavam acentuados nos limites dos tímpanos, em forma de triângulo, e na cimalha. Até hoje se mantêm as paredes de alvenaria de tijolos, as pilastras e as portas dos quatro blocos originais. Não fosse o grande conjunto de portas e de portões, o Mercado poderia ser confundido com uma fortaleza, onde se pode armazenar até água potável. Mais do que a dos outros prédios da cidade, a sua arquitetura fez referência aos tempos difíceis da guerra da qual o Rio Grande acabara de sair em frangalhos. Sobriedade, paredes grossas, poucos traços e muito corpo, matéria prevalecendo sobre a luz e o todo sobressaindo sobre o detalhe, demonstram uma afinidade entre a solução encontrada para o Mercado e as arquiteturas que experimentaram o classicismo. Fica evidente a relação entre essa outra tendência arquitetônica e a modernidade. No pátio, foi edificada uma torre, com um relógio. Servia de mirante e, provavelmente, apoiava o sistema de roldanas e correntes destinados a retirar a água do interior da cisterna. Antes da instalação da água encanada, o reservatório ajudava a abastecer a população. Durante algum tempo, o pátio acolheu artistas que circulavam pela cidade, como levantadores de pesos, homens voadores ou homens-bala. Em 1874, por decisão da Câmara, as frentes leste e sul do edifício foram reservadas para carros de aluguel. Mediante o pagamento por corridas, faziam o transporte de passageiros e carga. Esses carros podiam ser carroças ou os conhecidos seges – coche com duas rodas e um só assento, fechado com cortinas na parte dianteira – ou ainda luxuosas carruagens. Em 1881, os leiteiros foram obrigados a comparecer diariamente ao Mercado, antes de darem começo à venda do leite pelas ruas, a fim de que o respectivo fiscal procedesse ao necessário exame – no verão, até às 6 horas e, no inverno, até às 8 horas da manhã. Em 1911, teve início uma grande reforma no prédio, com projeto de Manuel Barbosa Assumpção, de Itaqui, conhecido como Manoel Itaqui, formado engenheiro de estradas, arquitetura e hidráulica na Escola de Engenharia de Porto Alegre uma década antes. Os quatro chanfros foram substituídos por torreões, que passaram a marcar as esquinas, e os portões foram mudados para o centro das quatro faces. Foi feita a balaustrada em torno da torre de ferro que seria instalada. No final do ano, fabricadas por Luneburger & Eisenwerk, de Luneburger, na Alemanha,

chegaram ao **porto** a torre e a cobertura metálica que iriam aumentar a área construída do prédio. A responsabilidade pela montagem foi da firma Lima & Martins, representante da empresa alemã em Porto Alegre. As obras tiveram a orientação do engenheiro Fernando Martins e o apoio do mecânico Eugênio Thomas Cupertino. Os operários trabalharam sob a direção de Joaquim Martins Gomes e José da Silva Santos. A torre foi ajustada no pátio do prédio em frente, onde funcionava a Escola de Agronomia e, depois, transportada para o centro do pátio do Mercado. Daí, uma cobertura em forma de cruz, nos sentidos norte-sul e leste-oeste, dividiu a área em quatro espaços descobertos menores. Os lanternins dessa cobertura receberam vitrais coloridos, obra de artistas alemães. Inspirada na de Eiffel, a torre abrigou no primeiro pavimento o reservatório de água. A escada em caracol dava acesso ao piso onde estava o relógio, da marca suíça Zenith, com dois sinos de bronze que anunciavam as horas. Mais acima, ficava a figura modelada em folha de cobre de Hermes ou Mercúrio, representante do comércio. No final, arrematava um pára-raios de sete pontos. Ainda na reforma inaugurada em 1913, as paredes das lojas receberam escaiolas e os pisos internos e externos, ladrilhos hidráulicos, formando mosaicos, fabricados por Domingos Stanisci e José Alfino. O espaço para as bancas de peixes foi aumentado. As mesas de madeiras foram trocadas por outras de “cimento armado”, erguidas por Gustavo Cempellin, com tampos de mármore em forma de pétalas produzidos pelo escultor Augusto Giusti. Em 1915, no lado sul, foi construído um banheiro. Passado um ano, inaugurou-se um chuveiro. Em 1969, um grande incêndio destruiu parte do edifício. Apesar das perdas, como por exemplo os vitrais, o Mercado ainda conserva seu valor histórico e artístico. Sobretudo, mantém o uso original. Tombado em nível municipal, desde a entrada de Pelotas no Programa Monumenta, em 2002, faz parte do sítio que está sendo reabilitado.

Bibliografia.— Gutierrez, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas. (1770-1888)*. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 2004; Santos, Carlos Alberto Ávila. *Ecletismo na fronteira meridional do Brasil*. Salvador: UFBa, 2007. Tese. (Doutorado em Arquitetura); Silveira, Aline Montagna da e Souto, Ana Paula da Gama. *Evolução das obras da praça do mercado da cidade de Pelotas*. In: Gutierrez, Ester Judite Bendjouya. *Pelotas, século XIX: cadernos e folhas de arquitetura e urbanismo*. Pelotas: Editora e Gráfica UFPel, 1994, p. 65-72.

(Ester Gutierrez)

Ministros de Estado. No período imperial (1822-1889), o regime de governo era parlamentarista: só podiam ascender a Ministro de Estado, cargo executivo, deputados ou senadores, eleitos e no exercício dessas funções legislativas. Três pelotenses, nesse período, foram minis-

tros: Francisco Carlos de Araújo Brusque, Francisco Antunes Maciel e Antonio Ferreira Vianna. Araújo Brusque, o primeiro, foi ministro da Marinha durante o Gabinete Zacarias, de maioria liberal, entre 31 de março e 31 de agosto de 1864. Antunes Maciel e Ferreira Vianna foram escolhidos pela maioria parlamentar enquanto representavam na Câmara Baixa respectivamente o Rio Grande do Sul e o Município Neutro da Corte — assim denominada, na ocasião, uma parte da Província do Rio de Janeiro: Maciel foi ministro do Império durante o gabinete Lafayette, também liberal (24 de maio de 1883 a 5 de junho de 1884); Vianna, ministro da Justiça e do Império durante o gabinete conservador de João Alfredo (10 de março de 1888 a 6 de junho de 1889). Na vigência do ministério chefiado por João Alfredo, aboliu-se a escravidão no Brasil, através da Lei de 13 de Maio. Esse dispositivo jurídico, considerado modelar pela concisão dos seus dois únicos artigos (1º: É declarada extinta a escravidão no Brasil; 2º: Revogam-se as disposições em contrário), foi redigido justamente pelo advogado pelotense Antonio Ferreira Vianna. No período republicano, em vigor desde 15 de novembro de 1889, o regime é presidencialista, sendo a designação de um Ministro de Estado de livre escolha do Presidente da República: habilita-se ao cargo qualquer cidadão que esteja no pleno exercício dos seus direitos políticos. Sete pelotenses, nesse período, já foram distinguidos para o Executivo nacional: Alexandre Cassiano do Nascimento, José Barbosa Gonçalves, Ildefonso Simões Lopes, Francisco Antunes Maciel Júnior, Artur de Souza Costa, João Mendonça Lima e Carlos Alberto Chiarelli. Cassiano do Nascimento participou, no início da chamada República Velha, do governo do marechal Floriano Peixoto, que, sendo vice do marechal Deodoro da Fonseca, após sua renúncia concluiu o mandato, entre 23 de novembro de 1891 e 15 de novembro de 1894. Cassiano ocupou o Ministério das Relações Exteriores a partir de 17 de outubro de 1893; o Ministério da Justiça e Negócios Interiores a partir de 8 de dezembro desse ano; e o Ministério da Fazenda a partir de 18 de agosto de 1894, permanecendo em todos os três até o final do governo. Em razão da multiplicidade desses cargos (cujo exercício durante certo tempo acumulou), ficou conhecido, hiperbolicamente, como Ministro das Sete Pastas — porque então eram sete, no total, os ministérios da República. Barbosa Gonçalves, embora natural de Jaguarão, residia em Pelotas: foi, inclusive, intendente do município durante dois mandatos. Exerceu o Ministério da Viação e Obras Públicas no período de Hermes da Fonseca, entre 26 de fevereiro e 15 de novembro de 1914. Ildefonso Simões Lopes foi ministro da Agricultura do governo de Epitácio Pessoa de 6 de agosto de 1919 a 15 de novembro de 1922. Maciel Júnior, no início da República Nova, instituída em 1930, foi ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo provisório de Getúlio Vargas, entre 7 de novembro de 1932 e 23 de julho de 1934. Souza Costa ocupou o Ministério da Fazenda duas vezes e por 11 anos: primeiro, de 24 de julho de 1934 a 10

de novembro de 1937, durante todo o governo constitucional de Getúlio, e, depois, de 10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945, em toda a ditadura do Estado Novo. Mendonça Lima foi ministro da Viação e Obras Públicas pelo espaço de dois dias: em 30 e 31 de outubro de 1945, no também breve período de José Linhares como presidente da República. Linhares, porque exercia a presidência do Supremo Tribunal Federal, ocupou a vaga aberta pela deposição de Getúlio Vargas durante três meses: até a posse do sucessor, Eurico Gaspar Dutra, em 31 de janeiro de 1946. Menos de um ano e meio — precisamente 17 meses e uma semana, de 15 de março de 1990 a 22 de agosto de 1991 — foi o tempo em que Carlos Chiarelli permaneceu à frente da pasta da Educação no governo Collor.

Bibliografia.— Jacques, Paulino. *Governo Parlamentar e a Crise Brasileira*. Brasília: Editora da UNB, 1982; Koifman, Fábio (org.) *Presidentes do Brasil* (de Deodoro a FHC). São Paulo: Cultura, 2002; https://www.mar.mil.br/menu_v/cm/ministros_imperio.htm, 15 de dezembro de 2008.

(Mario Osorio Magalhães)

Modernização. Em finais do século XIX e início do século XX, Pelotas adquiriu o que se pode chamar de ares de modernização, isto muito em função da expansão econômica ocorrida durante o período áureo da produção saladeiril (1860-1890), na qual a cidade contou com cerca de 40 **charqueadas**, que trouxeram um grande crescimento para a região. Dessa forma, foram feitas novas construções no perímetro urbano, que ressaltavam a opulência de alguns setores da sociedade. Houve o aumento da área de **iluminação** a gás, novos meios de **transporte** (bonde com tração animal em 1873 e bonde elétrico em 1915), fornecimento de água à população urbana, através de uma **caixa d'água** que ainda hoje abastece todo o centro da cidade e de quatro **chafarizes** importados da Europa na década de 1870, inauguração da **Bibliotheca Pública Pelotense** em 1875, proliferação de **clubes** e associações recreativas, culturais, étnicas, teatrais, bailantes, carnavalescas, literárias, religiosas, e a existência de um número impressionante de jornais diários, além de muitos semanários. Artes e letras também eram pensadas e discutidas em inúmeras associações, que eram vistas como sinal de progresso e civilização. Havia grupos teatrais na cidade, como o Melpômene (1884), o Nova Euterpe (1886), os Filhos de Thalia (1885-1888), o G. D. Fênix Dramática (1892) e o Grêmio Recreio dos Operários (1888-1892). As associações literárias também tiveram expressividade, e nas últimas décadas do século XIX contavam-se cerca de dez, a saber: Culto às Letras (1876), que deu origem a Íris Brazilico (ainda em 1876); Grêmio Minervino e Demóstenes (ambas de 1882); Sociedade Apollinário Porto

Alegre (1884), vinculada ao jornal **A Penna**; Termóphyllas e Clube X, que editaram o livro *Charitas*, com o objetivo de auxiliar financeiramente Lobo da Costa, no fim de sua vida; José Bonifácio (1888) e ainda Club Litterario Evolução, ligado ao colégio do mesmo nome, e Club União dos Estudantes. No tocante ao lazer, havia também **saraus**, bailes, acontecimentos em clubes sociais, **bandas de música**. O Parque Pelotense, construído em 1883, sendo propriedade de José Álvares Souza Soares, oferecia restaurante e inúmeras atividades de recreação para quem o visitasse.

Bibliografia.— Loner, Beatriz. Pelotas se diverte: clubes recreativos e culturais do século XIX. In: *História em Revista*. Pelotas, v. 8, dezembro de 2002, p. 37-68; Gill, Lorena. *O mal de século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Pelotas, EDUCAT, 2007; Magalhães, Mario Osorio. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a História de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora UFPel, 1993.

(Lorena Almeida Gill)

Monumentos. A cidade de Pelotas, terra natal do famoso escultor Antônio Caringi (1905-1981), possui inúmeros monumentos, sob a forma de colunas, bustos, hermas e estátuas, erigidos tanto em praças, ruas e avenidas como no interior de prédios públicos. Relacionamos os seguintes, por ordem alfabética dos sobrenomes dos homenageados, indicando local e espécie da escultura, além da autoria e data de inauguração, quando estes dois últimos dados puderam ser confirmados: Almeida, Domingos José de, Praça Coronel Pedro Osorio, busto em bronze, Antônio Campins; Amarante, Francisco de Paula, Praça Coronel Pedro Osorio, busto em bronze, Antônio Caringi, 1950; Araújo, Francisco José Rodrigues de, saguão do Colégio Municipal Pelotense, busto em bronze, Victorio Luz, 1927; Barcelos, Miguel Rodrigues, Praça Coronel Pedro Osorio, busto em bronze, Antônio Campins, 1913; Brusque Filho, José, Praça Coronel Pedro Osorio, estátua em bronze, Antônio Caringi, 1962; Camões, Luiz Vaz de, Avenida Bento Gonçalves (largo Itália) busto em bronze, 1980; Caxias, Duque de (Luiz Alves de Lima e Silva), jardim do Quartel-General da 8ª BIM, bairro Pestano, busto em bronze, e Avenida Duque de Caxias, em frente ao Quartel do 9º RI, estátua em bronze, 2003; Chaves, Bruno Gonçalves, Praça Piratinino de Almeida, busto em bronze; Chopin, Frederico François, Praça Conselheiro Maciel, busto em bronze e granito, Sanguin, 1944; Colonização portuguesa, Largo de Portugal, obelisco em granito; Colono, Praça Primeiro de Maio, Três Vendas, monumento em bronze e granito, Antônio Caringi, 1958; Costa, Arthur de Souza, interior da Biblioteca Pública Pelotense, busto em bronze, 1994; Costa, Flora Felisbina Antunes da, Santa Casa de Misericórdia, busto em mármore; Dias, Antonio Joaquim,

jardim interno do Asilo de Mendigos, monumento em mármore, Barsanti, 1908; Essarts, Edmundo Berchon Des, jardim interno da Santa Casa de Misericórdia, busto em bronze, Pinto do Couto, 1928; Fagundes, Armando, Praça Cipriano Barcellos, busto em bronze, Augusto Pastorello, 1945; Ferreira Viana, Antônio, Praça Conselheiro Maciel, monumento em bronze e granito, Augusto Pastorello, 1932; Fonseca Júnior, Manuel Marques da, Praça Manuel da Fonseca Júnior, busto em bronze, Paulo Damé, Jones Almeida e Vilson Antunes; Garcia, Urbano Martins, Praça Coronel Pedro Osorio, busto em bronze, Leão Veloso, 1936; Lima, Bruno de Mendonça, saguão da Faculdade de Direito, busto em bronze, 1962; Lima, Luiz Pereira, Praça Piratinino de Almeida, busto em bronze, Antônio Caringi, 1958; Lobo da Costa, Francisco, Rua Barroso esquina Argolo, busto em bronze, Hugo Fabião, 1963; Maciel, Aníbal Antunes, Museu da Baronesa, busto em mármore, Rodolfo Bernardelli; Mães, Praça Coronel Pedro Osorio, monumento em bronze, Antônio Caringi; Martins, José Pinto, margem direita do Arroio Pelotas, marco em pedra, 1966; Massot, Affonso Emílio, Avenida Bento Gonçalves, em frente à Brigada Militar, busto em bronze, 1993; Mauá, Barão de (Irineu Evangelista de Sousa), saguão do Palácio do Comércio, busto em bronze; Mello, dom Joaquim Ferreira de, Avenida Dom Joaquim, estátua em bronze e granito, Antônio Caringi, 1942; Negrinho do Pastoreio, Avenida Bento Gonçalves, estátua em bronze, Vasco Prado; Obelisco à República, Avenida Domingos de Almeida (Praça Rui Barbosa), obelisco de oito metros de altura em cimento, 1885; Osorio, coronel Pedro, Praça Coronel Pedro Osorio, monumento em bronze e granito, Antônio Caringi, 1954; Osorio, Fernando Luís, Praça Conselheiro Maciel, busto em bronze, Sanguin, 1940; Pereira, Yolanda, Praça Coronel Pedro Osorio, marco em granito, 1931; Queiroz, José B. Eça de, jardim interno da Beneficência Portuguesa, busto em bronze, 1926; Rambo, Padre Balduino, em frente à Igreja Nossa Senhora de Fátima, busto em bronze; Rasgado, Joaquim, Parque Dom Antônio Zattera, busto em bronze, 1942; Rheinberg, Guilherme, busto em mármore, Asilo Nossa Senhora da Conceição, 1906; Ribeiro, José de Araújo, Santa Casa de Misericórdia, busto em mármore; Sampaio, Antônio de, jardim do Quartel do 9º R.I., busto em bronze, 1967, e Museu do Quartel-General da 8ª BIM, bairro Pestano, busto em bronze, Cezar Brito, 1996; Scholl, Agostinho, jardim do Círculo Operário Pelotense, busto em bronze, Antônio Caringi, 1958; Sentinela Farroupilha, Praça Vinte de Setembro, estátua em bronze, Antônio Caringi, 1935; Silva, Bento Gonçalves da, Parque Dom Antônio Zattera, busto em bronze, 1985; Silva, José Bonifácio de Andrada e, Praça José Bonifácio, busto em bronze; Silveira, João da Silva, Praça Piratinino de Almeida, busto em bronze, Pinto do Couto, 1919; Simões Lopes, Augusto, jardim interno do Asilo de Mendigos, busto em bronze, Hugo Fabião, 1942; Tamandaré (Joaquim Marques Lisboa), Parque Dom Antônio Zattera,

busto em bronze; Tiradentes (Joaquim José da Silva Xavier), Avenida Bento Gonçalves, em frente à Brigada Militar, busto em bronze, Hugo Mascarenhas, 1978; Vargas, Getúlio Dorneles, Rua Quinze de Novembro esquina Praça Coronel Pedro Osorio, busto em bronze, Pinto do Couto, 1928; Vieira, José Cipriano Nunes, Praça Piratinino de Almeida, busto em bronze, Sanguin, 1919; Xavier, João Feliciano, salão nobre da Santa Casa de Misericórdia, busto em bronze; Zattera, dom Antônio, jardim interno da Universidade Católica, busto em bronze, 2000.

Fonte.— Levantamento junto aos locais, efetuado por Leni Dittgen de Oliveira.

(Fernanda Oliveira da Silva/ Leni Dittgen de Oliveira)

Movimento Operário. A expressão movimento operário diz respeito às lutas e organizações operárias. Pelotas, como uma das cidades de industrialização mais antiga no Estado, teve uma organização precoce dos trabalhadores, que remonta ao início da **República** e se manteve constante durante todo o século XX, acompanhando, em linhas gerais, as orientações do movimento em nível nacional. Nas décadas finais do Império e início da República formaram-se muitas associações classistas, congregando trabalhadores, das quais as primeiras a surgir foram as **sociedades mutualistas**, voltadas para a assistência a seus membros na doença ou em caso de morte. Posteriormente, surgiram **sindicatos**, seja pela sua categoria profissional, seja por seu local de trabalho. E, permeando todo o período, existiram as centrais sindicais, que agregavam os sindicatos e trabalhadores na luta por seus direitos. As principais fases do movimento operário em Pelotas, até os anos 1960, podem ser distinguidas como: o período inicial, marcado pelo predomínio de propostas socialistas e libertárias; os anos 1930, marcados pela implantação da sindicalização oficial; e o período populista, de 1945 em diante. O golpe de estado de 1964 significou o fim desse processo mobilizatório e desorganizou completamente o sindicalismo pelotense, que só retomou seu fôlego no período da redemocratização, a partir da década de 1980. Em termos de orientação ideológica, expressaram-se na cidade as principais tendências existentes dentro do movimento. A cidade foi berço do primeiro jornal socialista de importância no Estado, o **Democracia Social**, em 1893. Depois houve um período de grande mobilização operária, de 1913 a 1919, marcado pela intensa atuação dos sindicalistas revolucionários e de outras correntes anarquistas. Ao final da década seguinte, houve um breve, mas brilhante, movimento hegemônico pela proposta comunista, que levou ao surgimento de uma gama de organizações variadas, agregando desde trabalhadores de fábrica até consumidores e inquilinos. Na década de 1930, a cidade foi palco de uma disputa entre correntes sindicalistas autônomas e comunistas e os grupos vinculados à Igreja, reunidos em torno do **Círculo Operário Pelotense**.

Em 1945, com a redemocratização, surgiram novos sindicatos e organizações, com predomínio da corrente trabalhista, inspirada nas realizações de Vargas e no Partido Trabalhista Brasileiro. No período de 1945 a 1964, expressaram-se mais fortemente os grupos vinculados ao trabalho e ao comunismo. Entretanto, em todos esses momentos existiram sindicalistas autônomos, sem filiação ideológica ou partidária explícita e que tiveram uma atuação variada. Entre as centrais sindicais, órgãos de coordenação da luta comum de todos os trabalhadores, se destacaram a **Liga Operária** (1890) e a **União Operária** (1905); a Federação Operária (1913), a Federação Geral do Trabalho (1929), a Frente Sindicalista e a União Sindical de Empregados Pelotenses na década de 1930. A partir dessa década, a tutela estatal sobre os sindicatos tornou ilegal a associação de sindicatos de uma mesma base, ou seja, cidade ou região.

Mobilizações e lutas: Muitas vezes os trabalhadores pelotenses fizeram greves, seja de categorias ou de caráter geral. No século XIX ocorreram algumas, destacando-se a dos tipógrafos em 1890 (primeira do período republicano) e a dos operários chapeleiros em 1893. No decorrer do século XX foram em número muito maior, destacando-se a grande greve geral, ocorrida de 9 a 17 de agosto de 1917 e que congregou várias categorias, como estivadores, operários de fábricas e curtumes, trabalhadores do setor de serviços, como alfaiates e motoristas, além de ferroviários. Nessa greve, deu-se um forte confronto com a polícia, que culminou com a invasão da Liga Operária e a morte de um manifestante. Também os movimentos do início da década de 1930, no setor dos transportes principalmente, provocaram muitos conflitos e repressão. Aliás, o movimento operário brasileiro, historicamente no país, sempre esteve sujeito à vigilância das autoridades, que frequentemente intervinham em suas greves e mobilizações, ou então invadiam sindicatos e centrais, deprecando todas as instalações e prendendo trabalhadores, sob a acusação de comungarem ideais “subversivos” (contrários à ordem oficial). Os operários faziam comemorações festivas de datas significativas do movimento, como o 1º de Maio, que em Pelotas foi comemorado precocemente em 1893, com uma sessão solene na Liga Operária. Nos anos seguintes, ele tomou o caráter de uma grande manifestação pública, com várias salvas de bombas, desfiles de trabalhadores organizadamente pelas ruas, discursos nas redações dos jornais e sessões solenes em teatros, demonstrando o valor e a força numérica dos setores do trabalho frente à sociedade. Posteriormente, tomou o caráter de concentrações mais propriamente operárias, com comícios em praças públicas ou assembleias em entidades de trabalhadores.

Bibliografia.— Loner, Beatriz. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas, 1888-1937*. Porto Alegre, UFRGS, 2. vols., 1999. Tese (Doutorado em Sociologia); Loner, Beatriz. *Construção de classe: operários de*

Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Editora e Gráfica Universitária — UFPel, 2001.

(Beatriz Loner)

Museu da Baronesa. O Museu Municipal Parque da Baronesa é um museu histórico, instaurado em 1982 pelo poder público municipal, que o mantém até hoje. Desde a sua criação, o Museu esteve marcado pela importância da edificação onde foi instalado: a residência da família Antunes Maciel. Construída em 1864 para o casal Aníbal Antunes Maciel e Amélia Hartley de Britto, a casa foi usada por seus descendentes até o final da década de 1960, ficando fechada até 1978, quando passou à responsabilidade da Prefeitura Municipal de Pelotas. Aníbal Antunes Maciel recebeu o título de Barão dos Três Cerros em 1884, vindo a falecer três anos depois; dona Amélia permaneceu em Pelotas até 1899, e daí o nome —Baronesa— com que o prédio passou a ser identificado. O acervo do Museu é composto por objetos que pertenceram a essa família e por artefatos doados por colecionadores locais. Do acervo fazem parte materiais têxteis, louça, mobiliário e objetos de uso pessoal da elite pelotense na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX. O Parque, com área de 7 hectares, e as edificações, foram tombados como patrimônio histórico do município em 1985. Além do prédio do Museu, existem também, no parque, a gruta construída em 1884, a casa de banho, a coelheira, o jardim francês com chafariz e dois lagos artificiais, e a Villa Estella, casa construída para moradia de um dos netos da Baronesa no início do século XX.

Fonte.— Arquivo do Museu da Baronesa.

(Carla Gastaud)

Música. Datam do início do século XIX as primeiras referências musicais observadas em Pelotas. Antes mesmo da intensa atividade musical que vai acontecer na cidade, nas **charqueadas**, em **saraus**, teatros e associações, **viajantes** estrangeiros que por aqui passaram, registraram a presença de atividade musical em festas promovidas por escravos as margens do **Canal de São Gonçalo** e dos Arroios Pelotas e Santa Bárbara. Em cerimônias matrimoniais ou em cultos religiosos, os **negros** foram provavelmente os primeiros músicos a atuarem em Pelotas, construindo assim uma sólida cultura musical desde os primeiros momentos de ocupação deste território. A música que acompanha as festividades carnavalescas por todo o Brasil — o samba — ganhou em Pelotas particularidades que promoveram relativa distinção com o samba produzido na região sul do país. Entre estas particularidades cabe destacar um instrumento que participou na definição desta identidade: o Sopapo. Tambor cônico de grandes dimensões, feito de um tronco oco com cerca de um metro de comprimento e cinquenta centímetros de

diâmetro na sua parte superior, fechada por um couro de cavalo, o Sopapo é considerado o único instrumento musical genuinamente gaúcho. Recriado pelos escravos nas charqueadas pelotenses, no século XIX, o tambor é citado no relato de Seidler, quando, de passagem por Pelotas, assistiu a uma ruidosa festa de casamento de negros, em 1827, animada por diversos instrumentos de percussão e, entre eles o Sopapo. A narrativa de Seidler sobre a festa é, provavelmente, uma das primeiras referências a uma expressão da cultura musical local. Este é o início de uma trajetória musical que vai se desdobrar durante o século XIX, atravessará o XX e chegará ao XXI plena de vigor e diversidade, em variadas formas relacionadas a música popular. Cabe destacar aqui o percussionista Giba-Giba, responsável pela migração do Sopapo do universo do Carnaval para a música popular e pela divulgação da cultura negra pelotense. Paralelamente a esta trajetória, desenvolveu-se a cultura musical ligada à elite da cidade, formada inicialmente pelos ricos **charqueadores**, ampliada posteriormente por comerciantes prósperos. A opulência econômica atingida no século XIX proporcionou a cidade privilégios como a construção do **Teatro Sete deAbril** e a consequente passagem de importantes artistas e companhias líricas. Esta movimentação cultural e musical resultou na criação do **Conservatório de Música** em 1918, representando um importante marco para o cultivo da música culta europeia, assim como para a educação musical da cidade, a gênese de um processo educacional que resultou na criação dos cursos superiores de bacharelado e licenciatura em música, da **Universidade Federal de Pelotas**, em 1969. Muitos nomes foram importantes neste processo, entretanto, destacam-se Alcides Costa e Francisco Simões como os responsáveis pela iniciativa e o do professor Milton de Lemos, que empreendeu ampla e marcante atuação como diretor do Conservatório de Música. Há também que se considerar a cantora Zola Amaro que, em meados da década de 1910 iniciou carreira que conquistou os principais palcos do circuito lírico brasileiro, latino-americano e europeu, culminando no mítico palco do Teatro Scala de Milão, atuando sob regência de Arturo Toscanini. No final do século XIX eram comuns em todo o país, clubes musicais que se dedicavam à música culta europeia e homenageavam os grandes mestres desta arte dando-lhes seus nomes aos clubes. Em Pelotas foi criado o Club Beethoven, em 1894, patrocinado pela Baronesa da Conceição e que contava com um conjunto orquestral e rivalizava com a Philarmônica Pelotense, criada no mesmo ano pela Baronesa do Arroio Grande. Em sua pesquisa, Rocha indica ainda a presença de nove bandas, civis e militares, entre o final do século XIX e início do XX. Cabe destacar aqui, a Sociedade Musical **União Democrata**, fundada em 1896 e até hoje atuante. Impedidos de frequentar os clubes, **bandas** e associações musicais existentes naquela época, negros, mestiços e brancos pobres, em uma ação antirracista, criaram uma associação na qual todos poderiam

frequentar democraticamente e, por isso, a batizaram de Democrata. Desde a sua fundação ofereceu, além de suas performances, educação musical voltada para as camadas mais pobres da população. Pelotas também teve uma peculiar Orquestra de Ocarinas, fundada em 1878, por João Pinto Bandeira, pioneiro de uma família de músicos que marcou época na cidade. Em meados do século XX, por iniciativa de particulares capitaneados pelo Dr. Paulo Duval, foi criada a Sociedade Orquestral de Pelotas, que fundou primeira Orquestra Sinfônica local, sobrevivendo até fins da década de 1970. A cidade só voltou a ter uma orquestra sinfônica em 2005, através da Sociedade Pelotense Música pela Música, organizada e regida pelo maestro Sérgio Sisto. Outro personagem local a ser destacado é o compositor Luiz Carlos Lessa Vinholes, considerado o primeiro compositor brasileiro a compor música aleatória, em 1961, o que o colocou na História da Música Brasileira. Na música popular, a família Ramil, com a dupla Kleiton e Kledir e o cantor e compositor Vitor Ramil atingiram projeção nacional sem precedentes entre músicos locais. Uma série de variados eventos fizeram a história da música em Pelotas, tais como festivais de música, encontros de instrumentistas e seminários de estudos. Hoje, a Universidade Federal de Pelotas tem sob sua responsabilidade a oferta do ensino formal em nível superior, enquanto diversas escolas particulares atuam no ensino informal da música. A cidade apresenta além do seu tradicional **Theatro Sete de Abril**, inúmeros outros espaços que compõem a cena musical, oferecendo oportunidades profissionais aos músicos populares, além, é claro, do **Carnaval** que ano a ano vem se transformando e se adaptando, dando demonstrações de que ainda é o momento de maior agenciamento musical – tanto de músicos como de público, em Pelotas e em todo o Brasil.

Bibliografia.- Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas: corpo, coração e razão*. Pelotas: Diário Popular, 1922; Rocha, Cândida Isabel Madruga da. *Um século de música erudita em Pelotas: alguns aspectos 1827 – 1937*. Porto Alegre: PUCRS, 1979. Dissertação (Mestrado em História da Cultura); Seidler, Carl. *Dez anos no Brasil*. São Paulo: Martins; 1976.

(Mário Maia)



Laguna dos Patos

Negros. Esta é a denominação aplicada aos afro-descendentes que fazem parte da população brasileira. No passado, acreditava-se que os seres humanos se dividiriam em raças, como a branca, a negra e a amarela. Contudo, foi cientificamente comprovado que a variação do genoma humano é muito pequena para sustentar a existência de raças distintas. Mas, na antropologia, há ainda vários pesquisadores que continuam a falar de “raça negra” em termos culturais, enquanto na sociologia subsiste a discussão de uma definição deste conceito com um cunho social, o que incluiria a cor da pele e também a posição de classe de indivíduos pertencentes a ela. A população afro-descendente de Pelotas foi trazida à região para trabalhar, sob o regime da **escravidão**. Posteriormente à **Abolição**, eles se radicaram aqui, trabalhando em todo o tipo de serviço, seja dentro das fábricas, como operários, no setor de serviços, transportes e construção civil, além dos trabalhos domésticos e nas lides do campo. Também procuraram emprego nas Forças Armadas e no Estado. Em 1890, formavam cerca de um terço da população urbana de Pelotas e sua grande concentração na cidade tornou-os um dos principais grupos de trabalhadores do município. Durante a maior parte do século XX, os negros sofreram muito com a segregação e o preconceito racial, que terminaram condicionando suas chances de ascensão social e de busca de emprego na cidade. Para combater essa discriminação e apoiar-se mutuamente, fundaram várias entidades, iniciando no tempo do Império e terminando por montar uma rede associativa completa, que incluía **entidades mutualistas**, recreativas, políticas, religiosas, musicais e esportivas. Essas entidades proporcionavam oportunidades de socialização, educação, confraternização e lazer, além da criação de redes de compadrio, de amizades e matrimoniais, congregando esse grupo étnico e dando-lhe melhores condições de resistência frente à forma como era visto pela sociedade brasileira, impregnada pelos efeitos dissolventes da ideologia do “branqueamento” (que propugnava que os negros, com o tempo, se diluiriam na sociedade branca) e pela falsa ideia da “democracia racial”. Como principais associações, no Império, haviam as **Irmandades** da Virgem do Rosário e de São Benedito, católica; a Sociedade Beneficente Feliz Esperança, fundada antes de 1880 e que serviu como entidade matriz da rede associativa negra, apoiando o desenvolvimento de várias outras, até aproximadamente 1917; o Centro Ethiópico, entidade de representação política durante o movimento da Abolição da escravidão e as sociedades mutualistas de **artesãos**, de que é exemplo a S. B. Fraternidade Artística. Com a **República**, houve a criação de muitas outras entidades, especialmente associações recreativas e esportivas, entre as quais se destacaram os clubes de **futebol**, que formaram, em 1919, a Liga de Futebol José do Patrocínio. Por volta do início dos anos 1920, as entidades mutualistas desapareceram, substituídas pelas entidades recreativas, devendo-se destacar os **clubes carnavalescos**, alguns dos quais ainda existem. No início da República, eles também foram

responsáveis pela fundação de alguns jornais negros, entre os quais *O Etbíópico*, que talvez seja o primeiro do Rio Grande do Sul, pois teve seu número único distribuído em 1886. No início do século XX foram lançados *A Cruzada* (1905) e *A Vanguarda* (1908), mas o principal jornal negro do Estado foi o **A Alvorada**, surgido em maio de 1907 e que durou mais de 50 anos, tendo dupla inserção, como jornal negro e operário. Eles também foram responsáveis pela fundação, nos anos 1930, da principal entidade política negra do Sul, a **Frente Negra Pelotense**. Como resultado de sua inserção na sociedade como trabalhadores, houve muitas lideranças negras nos sindicatos e associações de classe, desde o início do período republicano, havendo inclusive centrais sindicais com maioria de lideranças negras ou pardas, como a União Operária Internacional, de 1897, e a **União Operária**, de 1905. Embora os afro-descendentes enfrentassem muitas dificuldades relativamente à educação de suas crianças, devido à discriminação racial, especialmente na primeira metade do século XX, alguns entre eles conseguiram também se destacar por esta via, tornando-se médicos, jornalistas ou advogados, participando ativamente da vida social e política pelotense.

Bibliografia.— Hofbauer, Andréas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 453 pp.; Loner, Beatriz. Negros: organização e luta em Pelotas. *História em Revista*, v. 5, p.7-27, dezembro 1999.

(Beatriz Loner)



Secretaria de Cultura

Obelisco. Considerado o único monumento público que se ergueu no Brasil, durante a monarquia, ao ideal republicano, o Obelisco, localizado no bairro Areal, é também uma homenagem a Domingos José de Almeida. Almeida é tido como “o cérebro” da **Revolução Farroupilha**: liberal extremado, articulou em 1836 a proclamação da República Rio-Grandense, da qual foi ministro do Interior, do Exterior e da Fazenda e vice-presidente. Essa coluna de alvenaria, com oito metros de altura, foi construída por iniciativa do Partido Republicano de Pelotas, tendo à frente o jovem Álvaro Chaves, neto do charqueador Gonçalves Chaves, que foi amigo íntimo do homenageado, seu sócio na construção da barca Liberal (o primeiro barco a vapor da Província) e, como Domingos de Almeida, **deputado** eleito para a primeira Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. O Obelisco foi inaugurado em 7 de abril de 1885, mais de quatro anos antes da proclamação do novo regime. (O dia 7 de abril, como se sabe, era feriado nacional, comemorativo da abdicação de dom Pedro I.) Na placa de bronze, porém, fixada numa das faces do monumento, registrou-se o dia 20 de setembro de 1884 – precisamente um ano antes de completar-se o cinquentenário da Revolução Farroupilha –, precedido da frase: “Os republicanos de Pelotas recomendam aos viajantes a memória de Domingos José de Almeida”. Cercado por um gradil de ferro, o Obelisco está situado numa área que abrangia, antigamente, a **charqueada** Domingos de Almeida.

Bibliografia.— Lopes Neto, J. Simões. *Apontamentos referentes à História de Pelotas*. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1994.

(Mario Osorio Magalhães)

Onze de Junho. Um dos jornais mais importantes da cidade circulou, com interrupções significativas, por cerca de 20 anos. Foi fundado por Antonio da Silva Moncorvo Júnior, em Jaguarão, no ano de 1868; seu nome homenageava a data em que se travou a batalha naval de Riachuelo, durante a **Guerra do Paraguai**. Nos primeiros anos, esteve a serviço do Partido Conservador, em Jaguarão ou em Pelotas, para onde se transferiu. Foi seu colaborador o poeta Francisco Lobo da Costa, o qual, juntamente com Moncorvo Júnior, teve que fugir da cidade para escapar da cadeia, por ocasião de conflitos políticos decorrentes da eleição de 1878. A oficina do jornal foi empastelada e ele voltou a ser publicado em Jaguarão, por algum tempo. Em 1881, Moncorvo transferiu novamente o jornal para Pelotas, agora sem filiação partidária, mas batendo-se fortemente pela **abolição** da escravatura. Sua forte denúncia dessa instituição e dos abusos praticados contra escravos e contratados, nesse ano e nos seguintes, voltou a lhe trazer problemas com as autoridades policiais, especialmente em 1884, quando sofreu ameaças à sua integridade física. Provavelmente devido a isso, aceitou a proposta de

dirigir o novo jornal do Partido Conservador na cidade, *O Rio-Grandense*, suspendendo a circulação do *Onze de Junho* em 1º de abril de 1885. Contudo, em fins de março de 1888, Moncorvo Jr., ao término do contrato com o partido, despede-se de *O Rio-Grandense* e volta a publicar o *Onze de Junho*, com a colaboração de um filho, alegando que preferia trabalhar sem amarras partidárias. Nessa última fase, o jornal dura poucos meses, extinguindo-se com o Império: segundo o seu fundador, seria muito suspeito que uma folha monarquista virasse republicana, repentinamente. Assim, nos primeiros dias de 1890 (2 de janeiro) foi criada a *Gazeta da Manhã*, que depois se transformou na *Gazeta da Tarde* e que, embora se dissesse independente, durou apenas pouco mais de dois anos, não conseguindo sobreviver ao tumultuado período precedente à **Revolução de 1893**. Durante o conflito, a família ainda lançou outros jornais, como o *Tribuna Federal*, que sofreu repressão política, e o *Brazil*, este último em Rio Grande, sem sucesso. O formato do *Onze de Junho* era de 55 x 38 cm, com quatro páginas, e sua tipografia utilizava máquina da firma Marinoni.

Bibliografia.— Cezar, J.J. Notas sobre a imprensa do Rio Grande do Sul. In: *Anuario da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1885*. Direção de Graciano de Azambuja. Porto Alegre: Gundlach livreiros, 1884; Fagundes, Morivalde Calvet. *Lobo da Costa – ascensão e declínio de um poeta*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1954; Loner, Beatriz. Abolicionismo e imprensa em Pelotas. In: Alves, Francisco(org.). *Anais do II Congresso Internacional de Estudos Históricos*. Rio Grande: Editora daFURG, 2007, p.57-64.

(Beatriz Loner)

Opinião Pública, A. Começou a circular no dia 5 de maio de 1896, apresentando-se como folha vespertina, republicana e “órgão dos interesses gerais”. Foi fundada como propriedade coletiva de João Moura, gerente, Theodosio de Menezes, redator, Arthur Hameister, noticiarista, e outros. Aos poucos, os demais venderam suas quotas para João Moura e, quando da morte deste, sua família decidiu manter o jornal. Com a saída de toda a equipe original, em 1913 começou uma trajetória de sucessivos arrendamentos, intercalados por períodos em que representantes da família Moura assumiram sua redação. Nestas condições, constituiu-se num dos órgãos de **imprensa** mais interessantes de Pelotas, pois passou por mudanças bruscas de orientação editorial e qualidade gráfica, dependendo de quem estivesse na sua direção. Independentemente das mudanças, como já era um jornal tradicional da cidade, sempre desfrutou de grande público. Uma das mais significativas fases transcorreu de 1913 a 1915, quando esteve nas mãos de Antônio Gomes da Silva, intelectual anticlericalista que desencadeou um conflito com o bispo na cidade, o qual terminou por proibir os católicos de continuarem

lendo o *Opinião Pública*. Isto fez com que a proprietária solicitasse o fim do arrendamento, passando o jornal para os simpatizantes de Assis Brasil, de 1916 a 1924, e para seus adversários, integrantes do Partido Republicano Rio-Grandense, de 1924 a 1929. Deste ano até 1931 ficou nas mãos de Mário Santos e João de Barros Cassal, que lhe imprimiram uma feição progressista, comprometida com os movimentos populares e graficamente inovadora. Novamente em mãos da família até 1934, o jornal terá uma faceta extremamente conservadora. Em 1935, porém, arrendado a Bruno de Mendonça Lima e seu grupo, passará a ter posições socialmente progressistas. Em 1938, retornou ao controle da família e terá mais um período de seis meses de arrendamento ao jornalista João Miguel Vitaca. Na década seguinte, finalmente a família resolveu se desfazer do jornal e assinou contrato de arrendamento, com opção de compra, com a Gráfica do Diário Popular, em 1944. A venda se tornou definitiva em 31 de dezembro de 1945, sendo ao mesmo tempo redator d'*A Opinião Pública* e do ***Diário Popular***, Salvador Hitta Porres. O jornal continuou sendo editado até 1962 e, durante a maioria de sua existência, suas oficinas e redação estiveram situadas na Rua Quinze de Novembro, próximas ao *Diário*.

Fontes.— *A Opinião Pública* – editorial sobre os quarenta anos do jornal, 16/5/1936.

Bibliografia.— Loner, Beatriz. Jornais pelotenses diários na República Velha. *Ecos Revista*. Pelotas, v.2, n.1, abril de 1998, p. 5-34; Rudiger, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1993; Caldas, Pedro. *Zeca Netto e a conquista de Pelotas*, 2ª edição. Porto Alegre: Edições EST, 1995.

(Beatriz Ana Loner)



Catedral São Francisco de Paula

Padroeiro. São Francisco de Paula é o padroeiro da cidade. Conta-se que a origem da devoção remonta aos tempos mais primitivos: ao período em que se deu começo à ocupação do território. Fugitivos da Colônia do Sacramento e da vila do Rio Grande, invadidas pelos espanhóis em dezembro de 1762 e abril de 1763, os primeiros povoadores julgaram-se de certa forma protegidos pelos banhados do **São Gonçalo**; ainda assim, não deixaram de viver um só dia, durante treze anos, a expectativa angustiante de um possível avanço castelhano na direção do interior. Acabaram-se as tensões precisamente em 2 de abril de 1776, com a reconquista da vila do Rio Grande – e 2 de abril, segundo o calendário católico, é dia de São Francisco de Paula. Dezesesseis anos depois, ao constituir-se a **freguesia**, um edital eclesiástico assinado pelo bispo do Rio de Janeiro nomeou-a como Freguesia de São Francisco de Paula, designativo que se manteve quando o povoado atingiu a condição de município, em 1830. Só em 1835 foi que a **vila** de São Francisco de Paula passou a se denominar **cidade** de Pelotas. Para inaugurar a igreja matriz, em 1813 – desde 1910 **Catedral de São Francisco de Paula** –, era preciso que se entronizasse no altar uma imagem do padroeiro. Belíssimo orago, em tamanho natural e esculpido em madeira, veio de Mostardas, transportado em navio. Fernando Osorio, em 1922, registrou duas versões sobre a origem da escultura: primeira, a de que um morador da Colônia do Sacramento, com a intenção de salvar essa relíquia, conduziu-a para Mostardas, em carreta, depois do ataque espanhol àquela fortaleza; segunda, a de que a imagem “viera encaixotada dar às praias do Estreito, procedente de navio naufragado”. Documentação recente, localizada no Arcebispado do Rio de Janeiro, faz acreditar que a primeira versão é a mais provável. Diz Fernando Osorio, ainda, que “a sua perfeição técnica e primorosa expressão” não sugerem escultura portuguesa, mas espanhola ou italiana, e que, se fosse comprovada a segunda versão, estaria destinada ao Chile, “onde a riqueza das igrejas lhes permitia adquirir imagem tão valiosa”.

Bibliografia.– Nascimento, Heloísa Assumpção. *Nossa cidade era assim*. 1º. Volume. Pelotas: Livraria Mundial, 1989; Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*. 3ª. edição, 1º. volume. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997.

(Mario Osorio Magalhães)

Parque Souza Soares. Fundado em 2 de fevereiro de 1883, com o nome de Parque Pelotense, pelo português José Alvares de Souza Soares para abrigar sua família e o seu novo Estabelecimento Industrial-Farmacêutico Souza Soares, expansão do seu Laboratório Homeopático Rio-Grandense, fundado em 1º de julho de 1874, uma das primeiras farmácias da cidade de Pelotas. Seu fundador, nascido em Vairão em 24 de fevereiro de 1846, chegou ao Brasil em 1862, com 16 anos de idade, para juntar-se aos irmãos que já viviam em Recife. Lá, teve contatos com

a homeopatia. Em 1872 transferiu-se para a cidade de Rio Grande, na companhia de seu primo Paulo de Magalhães, farmacêutico formado, e ali abriram a sua primeira farmácia. Vieram para Pelotas em 1873. Em 1881, José Alvares adquiriu uma área de 60 hectares (300 mil metros quadrados) no bairro Fragata, e passou dois anos convertendo aquelas terras consideradas inférteis em um oásis de vegetação, constituindo uma expressiva área verde para a cidade. Incentivou o cultivo de plantas e flores, algumas vindas da Europa, construindo para tal estufas e jardins ornamentais. Os bosques, jardins e avenidas arborizadas do Parque Souza Soares logo se tornaram ponto de atração para a população de Pelotas e arredores, que iam passar suas horas de lazer nos aprazíveis recantos da imensa propriedade, sendo por isso considerada por estudiosos como “o primeiro centro turístico de nosso Estado”. Praças, jardins, lagos, cascatas, uma ilha, caramanchões, coretos, um ringue de patinação, locais para jogos, “jogo de bola” (primitivo nome do jogo de futebol), aparelhos de ginástica, garantiam um ambiente saudável para os residentes e visitantes. Artistas da terra e itinerantes eram contratados para se apresentar nas praças de recreação. O local propiciou a primeira apresentação do “football” dos ingleses em Pelotas, através de dois times do Sport Club Rio Grande, evento ocorrido por iniciativa da **União Gaúcha** em 1901, como parte dos festejos de seu segundo aniversário de fundação. Música, danças, espetáculos circenses - as atrações eram variadas, difundindo também o folclore português, nordestino e gaúcho. Nessas ocasiões, os famosos “torreões” que davam entrada à propriedade convertiam-se em bilheterias, cuja renda revertia, às vezes, para causas nobres, inicialmente para **abolição** dos escravos, posteriormente para o amparo de viúvas necessitadas e honestas. O Parque Souza Soares era constituído de várias edificações: a fábrica, o laboratório, as residências da família, a Capela de Santa Luzia, moradias para empregados, restaurante, além de Escola Popular, que, criada em 1883, atendia não só às famílias de seus funcionários como também aos vizinhos das redondezas (nessa escola José Alvares mantinha sempre um de seus filhos como aluno, para atestar a sua qualidade). Abolicionista convicto, o Dr. Souza Soares recebeu em sua propriedade a visita da Princesa Isabel e do Conde d’Eu, em 1885, acompanhados de seus filhos. No aspecto de amparo social, o Estabelecimento Industrial-Farmacêutico criou uma espécie de aposentadoria proporcional para aqueles funcionários que, por motivo de invalidez ou idade, tivessem ali trabalhado durante 10, 15 ou 20 anos. Em 1872, o Dr. Souza Soares publicou o livro *O Auxílio Homeopático ou O Médico em Casa*, obra de 600 páginas que permitia ao leigo ter noção do uso e emprego dos seus medicamentos. Em 1891 iniciou a publicação anual do *Almanaque da Família* e em 1897 escreveu *O Novo Médico ou A Medicina Simplificada ao Alcance de Toda a Gente*. O autor declara que os específicos em pilulas

sacarinas foram muito estudados e só liberados após comprovada a sua eficácia. Esse sistema de curar por meio de específicos, naquela época, só tinha semelhança com o dos norte-americanos em fórmula de pílulas. Utilizando uma planta regional, Souza Soares inventou o Peitoral de Cambará, que se tornou um medicamento muitíssimo conhecido da população (no Brasil e na América do Sul, e depois em vários países da Europa) por sua eficácia no combate da tosse, bronquites, afecções da garganta e outros males congêneres. Em 1881, produtos de seu laboratório foram premiados pela Academia Nacional de Paris, iniciando-se, desta maneira, o reconhecimento de seus produtos em caráter internacional. Estudos de seu filho, o Dr. Miguel de Souza Soares, diplomado em Farmácia pela Faculdade de Odontologia e Farmácia de Pelotas, visaram ao aperfeiçoamento de diversas fórmulas e a criação do Luesol, um depurativo do sangue que continha os princípios ativos necessários, mas era isento de álcool (impróprio para pessoas sífilíticas e população em geral). O Luesol se tornou um medicamento muito difundido no combate à sífilis. O Parque Souza Soares sofreu grande declínio depois que o seu fundador transferiu residência para Portugal em 1901, acompanhado de sua segunda esposa e de sete filhos menores, deixando seus dois filhos mais velhos à frente do empreendimento comercial. O título de Visconde de Souza Soares foi-lhe concedido pelo Rei Dom Carlos I de Portugal no ano de 1904. O Visconde faleceu em 1911. Seus filhos, Leopoldo Alvares de Souza Soares, que ficara à frente da parte comercial, e Dr. Miguel Alvares de Souza Soares, químico-farmacêutico, responsável pela parte de fabricação dos medicamentos, lutaram com grandes dificuldades decorrentes da situação do país no pós-guerra, tendo ao mesmo tempo que arcar com grande parte do sustento da nova família do pai em Portugal. O Dr. Miguel, que há muito tempo fora obrigado a abrir mão do seu desejo de cursar medicina nos Estados Unidos ou na França, deslocou-se a Portugal para orientação técnico-científica dos sucessores, cedendo graciosamente, conforme seu relato, as fórmulas de muitos de seus inventos. Com a morte de Leopoldo em 1936, Miguel ficou ainda mais onerado com todos os encargos do negócio, chegando com dificuldade à década de 50, quando houve a falência da firma. Na década de 70, a propriedade foi partilhada entre os herdeiros, a maioria dos quais vendeu seus lotes ao mesmo comprador, que não manteve nada do que restava da mesma. Procedeu a um loteamento de casas populares, hoje denominado Alameda Souza Soares, havendo ruas com nomes de seus descendentes.

Fonte.- Souza Soares, Visconde de. Estabelecimento Industrial Pharmaceu-tico Souza Soares. Pelotas: Typografia a vapor do Estabelecimento Souza Soares, 1907, 14 p.

Bibliografia.- Kremer, Flávio Azambuja. Benfeitores de Pelotas. In Echeverry, J.V. *Coleção Cadernos de Pelotas*, nº 26, Pelotas, 1996: 1-3; Nascimento, H.A. *Nossa Cidade era assim*. Pelotas: Livraria Mundial, 1989; Pimentel, Fortunato. *Aspectos Gerais de Pelotas*. Porto Alegre: Tipografia Gundlach, 1940; Wright, A. *Impressões do Brasil no Século Vinte*. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltda, 1913: 843-844.

(Leonor Almeida de Souza Soares/Carmen Souza Soares Reis)

Passo dos Negros. Localizado próximo ao arroio Pelotas, à beira do canal de São Gonçalo, também foi conhecido como Passo Rico e Passo do Neves. Esse local, devido à baixa profundidade, serviu como travessia aos rebanhos oriundos dos Campos Neutrais que serviam de matéria prima para as **charqueadas** pelotenses. O nome Passo dos Negros pode ter se originado do intenso movimento de escravos, que por ali passavam em direção aos saladeiros. Já o nome Passo Rico seria alusão aos lucros provenientes do pedágio estabelecido pela Coroa portuguesa nesse local. Nesse espaço foi também projetado um primeiro loteamento urbano de Pelotas. O projeto não foi efetivado por motivos relacionados ao mau cheiro reinante, ocasionado pelos dejetos da produção charqueadora, aos temores de revoltas escravas, devido à proximidade do grande número de trabalhadores escravos, e à força política do padre Felício e do charqueador Antônio Francisco dos Anjos, interessados nos loteamentos de terras mais ao norte do local. No Passo dos Negros localiza-se o antigo engenho do coronel Pedro Osorio.

Fonte.— Cunha, Alberto Coelho da. “Antigualhas de Pelotas”. *A Opinião Pública*, 13 de agosto de 1928.

Bibliografia.— Gutierrez, Ester. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária — UFPel, 2001; Gutierrez, Ester. *Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária — UFPel, 2004.

(Caiuá Cardoso Al-Alam)

Pátria, A. Fundado em 1886 por Albino Costa, sua periodicidade era irregular e tinha como público-alvo a colônia portuguesa. Depois de breve interrupção, retornou em abril de 1887, como jornal diário e ampliando seu público. De todo o modo, estava mais comprometido com os setores econômicos vinculados aos **charqueadores** e estancieiros da cidade. Nesta segunda fase era vespertino e possuía como redatores, Fernando Pimentel, Albino Costa e Gomes Corrêa, com escritório localizado na Rua General Neto nº. 28^A. Já no início de 1888 sua redação estava apenas a cargo de Albino Costa, pertencendo a gerência a Theodoro Garcia. Mas pouco depois ingressou como sócio proprietário Isma-

el Simões Lopes, que em 15 de outubro de 1888 assumiu sozinho o jornal, transferindo sua sede para a Rua General Vitorino (atual Anchieta) n.º 23. A partir de então transformou *A Pátria* num instrumento de sua carreira política, apoiando causas progressistas e o republicanismo. Como colaboradores, contou com J. Simões Lopes Neto, mas seu principal redator foi Fernando Pimentel. Com a **República**, seu proprietário transformou-se numa das lideranças do Partido Republicano Rio-Grandense, elegendo-se deputado constituinte e depois participando da **Revolução Federalista**. Como consequência, o jornal sobreviveu somente até o primeiro semestre de 1891.

Bibliografia.— Loner, Beatriz. Jornais pelotenses diários na República Velha. *Ecos Revista*, EDUCAT. Pelotas: v.2, n.1, abril de 1998, p. 5-34.

(Beatriz Loner)

Pelotas. O nome, no singular, provém de uma canoa de couro, largamente utilizada no Brasil, desde o período colonial, para a travessia de pequenos rios. O pintor Jean Baptiste Debret, que a reproduziu em mais de uma aquarela, assim descreve a pelota na sua *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (1835): “É um couro de boi dobrado na sua largura e cosido nas duas extremidades de maneira a formar um saco mais largo do que fundo, cuja abertura é mantida colocando-se solidamente dois pedaços de pau transversalmente, sete polegadas abaixo do bordo; o saco adquire assim, embora de um modo imperfeito, a forma alargada do bote na sua parte superior, podendo flutuar sem dificuldade; a parte mergulhada dentro d’água, gradualmente afinada até a dobra que serve de quilha, mantém naturalmente o equilíbrio. Basta, portanto, ao viajante sentar-se a cavalo na sua bagagem, de modo a que os pés abertos se apoiem no fundo, servindo a um tempo de carga e de lastro dessa pequena embarcação improvisada”. Em seguida, descreve o seu mais recente aperfeiçoamento (“consiste ele em guarnecer a abertura com duas ripas muito flexíveis e cujo afastamento é mantido por uma larga travessa de madeira em forma de rabo de andorinha; essa mesma travessa serve muitas vezes de barco para os que desejam manter-se a cavalo em vez de sentar simplesmente no fundo do bote”) e adverte que “todas essas embarcações, mais ou menos submersíveis, são rebocadas por um nadador”. Não se sabe a partir de quando, mas é certo que em 1758 já era chamado de Pelotas o arroio, tributário do **canal de São Gonçalo**, em cujas margens se estabeleceu, em 1780, a primeira charqueada. Naquele ano, o documento que outorgava a mais antiga **sesmaria** do município ao coronel Tomás Luís Osorio menciona “o rio Pelotas” como um dos limites dessa propriedade. A partir de 1780, a indústria saladeiril disseminou-se, preferentemente, sobre as margens do arroio, e “costa do Pelotas” passou a designar, genericamente, a movimentada região. Em 1835, quando a então **Vila** de São Francisco de Paula adquiriu o título de **cidade**, os

deputados da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul preferiram este nome ao de Pelotapes, Calópolis, Próspera Cidade ou mesmo São Francisco de Paula, justificando-o como homenagem “ao fato histórico que aglomerara com a rapidez do raio a gente e a riqueza da localidade”. Pode-se concluir, pois, que a denominação provém do reconhecimento formal à importância, econômica e histórica, da região onde se estabeleceram não só as principais **charqueadas** como a maioria delas — região alguns quilômetros distante do centro da cidade.

Bibliografia.—Osorio, Fernando. *A Cidade de Pelotas*, 1º volume. Pelotas: Editora Armazém Literário, 3ª edição, 1998. Magalhães, Mario Osorio. *Pelotas: toda a prosa*, 1º volume (1809-1871). Pelotas: Editora Armazém Literário, 2000. Magalhães, Mario. “O nome da cidade”. In *História aos domingos*. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2003.

(Mario Osorio Magalhães)

Penna, A. Periódico de circulação semanal, o primeiro número de *A Penna* apareceu em 6 de julho de 1884, anunciando-se como órgão do **clube** literário Apolinário Porto Alegre. Sua comissão de redação compunha-se de jovens literatos de classe média, como Luiz Carlos Massot, Alfredo Ferreira Rodrigues, Guilherme Echenique e José Calero. De pequeno formato, imprimia-se nas oficinas do diário *ADiscussão*, com assinatura mais barata que a de outros periódicos. Dedicou-se fundamentalmente à luta contra a escravatura, tendo um papel importante no desencadeamento da campanha pela **Emancipação** na cidade. Deixou de circular no final desse ano de 1884, após a conclusão da campanha, em outubro.

Bibliografia.—Cezar, J. J. Notas sobre a imprensa do Rio Grande do Sul. In *Anuario da Província do Rio Grande do Sul*, para o ano de 1885. Direção de Graciano de Azambuja. Porto Alegre: Gundlach livreiros, 1884; Loner, Beatriz. Abolicionismo e imprensa em Pelotas. In: Alves, Francisco (org.) *Imprensa, história, literatura e informação*. Anais do II Congresso Internacional de Estudos Históricos. Rio Grande: Editora da FURG, 2007, p. 57-64.

(Beatriz Ana Loner)

Pomeranos. A **imigração** pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul iniciou ao sul do rio Camaquã, na Serra dos Tapes, pela necessidade de ocupar essa área com imigrantes dedicados às atividades agrícolas diversificadas, em pequenas propriedades de caráter familiar, a fim de contrapor-se aos grandes latifúndios pecuaristas. Os pomeranos de Pelotas e São Lourenço do Sul deram origem a comunidades que mantêm cristalizadas as suas tradições, pois, formaram um enclave étnico-cultural

em uma região, predominantemente, ocupada por luso-brasileiros e espanhóis. Além de Pelotas, os pomeranos formaram comunidades em Santa Cruz do Sul, São Leopoldo e, ainda, nos estados de Santa Catarina e Espírito Santo. A Pomerânia, palavra que significa em polonês “país ao longo do mar”, situava-se na costa meridional do Mar Báltico, entre os rios Oder e Vístula. Na Idade Média essa região era ocupada por tribos eslavas, formando repúblicas de mercadores ou dinastias de clãs. Em 1231, a Pomerânia do Oder tornou-se um feudo de Brandeburgo, completamente germanizado. Posteriormente, em 1602, foi dividida entre a Suécia e Brandeburgo, tendo a maior parte do seu território pertencente ao reinado da Prússia. Em 1772, Frederico da Prússia conquistou a Pomerânia Vistuliana, constituindo-se novamente em uma unidade territorial em 1815. A Pomerânia fazia parte do Império Prussiano à época da imigração dos imigrantes para o sul do Brasil. A **colônia** formada na Serra dos Tapes foi organizada por iniciativa privada, com o apoio dos governos imperial e provincial. Em 1858, o empreendedor Jacob Rheingantz, natural de Sponheim – Alemanha, em sociedade com o lourenciano José Antonio Oliveira Guimarães, adquiriu terras para a instalação de um núcleo de colonização europeia não-portuguesa em áreas pertencentes aos atuais municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul, abrangendo um total de doze léguas quadradas, sendo que cada lote colonial tinha em média 48 hectares. Entre os primeiros imigrantes que chegaram em 18 de janeiro de 1858, encontravam-se os seguintes casais procedentes da Pomerânia: Gottlieb Helling, com três filhos, Wilhelm Zibell, com um filho, e Johann Zibell, com cinco filhos, os quais deram origem à comunidade pomerana na zona sul do estado do Rio Grande do Sul.

Bibliografia.— Coaracy, Vivaldo. *A Colônia de São Lourenço e seu fundador Jacob Rheingantz*. São Paulo: Saraiva, 1957; Salamoni, Giancarla (coord.). *Valores culturais da família de origem pomerana no Rio Grande do Sul* — Pelotas e São Lourenço do Sul. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária — UFPEL, 1995; Fischer, Luis Augusto e Gertz, René (coords.). *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996; Roche, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. 2 Volumes.

(Giancarla Salamoni)

População. O primeiro recenseamento para o território pelotense data de 1814, dois anos após ter sido elevado à condição de **Freguesia**. Cabe destacar que o povoamento da região se iniciou na segunda metade do século XVIII, com as primeiras demarcações de terra e instalações de propriedades, muito embora as fontes não tragam informações demográficas dessa primeira leva populacional. Para o ano de 1803, a Vila de São Pedro do Rio Grande possuía um total de 8.390 habitantes, podendo-se delegar, sem precisão numérica, parte dessa

quantia ao território pelotense. Em 1814, a Freguesia de São Francisco de Paula possuía uma população de 712 brancos, 105 indígenas, 232 libertos, 1.226 escravos e 144 recém-nascidos, todos sem distinção de gênero, totalizando a quantia de 2.419 habitantes. O próximo levantamento oficial de que se tem registro foi feito em 1846. Deve-se destacar que na época, pelo menos até o censo de 1872, a coleta dos dados era realizada por delegados públicos (eclesiásticos, civis ou militares) através do envio de ofícios às autoridades dos distritos e freguesias da Província. Dados anteriores a 1846, embora não oficiais, mostram que na época de sua elevação a *status* de **vila**, em 1832, Pelotas contava com cerca de 4.500 habitantes. O censo de 1846 informa que a população livre do município contava com 3.501 homens e 2.927 mulheres, totalizando 6.428 habitantes. Para 1858, através de um levantamento de listas familiares, obtém-se que a localidade contava com 7.763 habitantes livres, 342 libertos e 4.788 escravos, totalizando 12.893 pessoas. Um ano depois, através das listas paroquiais, verifica-se que o número de batismos e óbitos do município totalizou 540 nascimentos e 330 falecimentos. O censo de 1872 é o primeiro que traz informações mais detalhadas sobre a população do município, indicando dados que até o momento não figuravam nas coletas. Tem-se, então, para esse ano, uma população de 21.163 habitantes, sendo que 11.844 homens e 9.319 mulheres. A população escrava contava com a cifra de 3.575, sendo que 1.971 pertenciam ao sexo masculino e 1.604 ao feminino. Separando esta população por raça (denominação utilizada no censo), tem-se a quantia de 12.448 brancos, 3.418 pardos, 5.053 pretos e 244 caboclos. Podemos observar também que a maioria dessa população estava na faixa de 6 a 50 anos. Para o século XIX, o censo de 1872 é o mais completo e abrangente realizado. Ainda, para esse século, existe o censo de 1890, que indica uma população de 41.591 habitantes, num total de 21.692 homens e 19.899 mulheres. As informações obtidas para o ano de 1900 revelam que a densidade demográfica do município era de 16,10 hab/km², constituindo uma população de 44.881 habitantes, não muito acima da existente em 1890. Para 1920 há informações referentes à distribuição urbana e rural da população, podendo-se aferir que cerca de 45.000 pessoas viviam na zona urbana e cerca de 37.000 na zona rural; e que 40.710 pelotenses eram analfabetos, ou seja, quase a metade da população. Os próximos três censos, 1940, 1950 e 1960, trazem inúmeras informações não obtidas em quaisquer outros levantamentos. Em 1940 a população pelotense compreendia 104.553 habitantes, sendo que em 1960 essa cifra subiu para 176.575 – um aumento de 40%. As informações de 1940 mostram também que o número de analfabetos chegava a 31.664. Em 1950, esse número subiu para 33.853, com uma população de 127.641 habitantes (nas duas informações sobre alfabetização, a população menor de 5 anos de idade não participava da contagem). Para 1940, 51% da população era

feminina e 49%, masculina. Em 1960 esse número se alterou levemente, 51,4 % para mulheres e 48,6 % para homens. As informações sobre densidade demográfica indicam que em 1940 Pelotas possuía 39,89 hab/km², e em 1950 42,59 hab/km². Pode-se afirmar ainda que o aumento produzido entre 1940 e 1960 na população pelotense não é uma característica particular desta cidade, mas que tal fenômeno ocorreu em todo o Estado. Em 1940 o Rio Grande do Sul possuía uma população de pouco mais de três milhões de habitantes, passando a contar com mais de cinco milhões em 1960.

Bibliografia.— Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1984; Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1960-1980. Porto Alegre: FEE, 1986; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1 Cd-room; Magalhães, Mario Osorio. *Opulência e cultura na província de São Pedro no Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora da UFPel; Universidade Federal de Pelotas. *Recenseamento Geral da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1872*. In: <http://ich.ufpel.edu.br/eco-nomia/conteudo.php?n=15>; <http://ich.ufpel.edu.br/economia/arquivo/etar-mun.xls>. Acesso em: 16 de nov. de 2006.

(Emmanuel de Bem)

Porto. Há poucas informações sobre o início efetivo do porto de Pelotas, pois este parece ter se formado de acordo com as necessidades dos seus habitantes, de forma privada e ao longo do desenvolvimento da povoação e das necessidades de comércio e transporte de mercadorias com outras regiões. Sabe-se que cada **charqueada** possuía um atracadouro próprio, de onde despachava suas mercadorias. Em 1834, a **Câmara Municipal** dispõe um logradouro para o estabelecimento do porto. Ele “tinha início no terreno da antiga Alfândega (Rua Benjamin Constant) e estendia-se até o local onde funcionava o Frigorífico Anglo S/A”, segundo Arriada. Embora grande fosse o comércio feito por via fluvial, pelos arroios próximos e pelo **Canal de São Gonçalo**, havia um grave problema que era representado pela sua obstrução, por areia ou detritos, especialmente na sua barra, local de seu encontro com a lagoa dos Patos e que só permitia a passagem de barcos com pouco calado. Assim, os produtos tinham que ser enviados em iates para São José do Norte, sendo transferidos então para barcos maiores que viajavam até o destino final das mercadorias, com prejuízo para os negócios da região. Este problema foi resolvido com a entrada em funcionamento, em 1868, de uma empresa com capitais da própria cidade, que se ocupou da dragagem do canal, tendo seu calado sido ampliado para 9 e 1/2 pés

ingleses de água. Assim, a partir de 1876, o porto pelotense começou a receber embarcações maiores, até de 700 toneladas. A Praça do Comércio de Pelotas em comunicado ao comércio nacional e internacional, afirmava que, de julho de 1877 até 26 de dezembro de 1878, ele recebera cerca de 50 navios nacionais e estrangeiros, o que é um excelente número para aqueles anos. Em 1882, são dados por terminados os trabalhos de desobstrução da barra do São Gonçalo (embora em largura menor do que a estipulada pelo contrato) restando apenas as escavações do canal da Seitia. Axt nos conta que, “em 1882, o geólogo H. Smith enumerava 54 embarcações de transporte de carga, atracadas no porto”. Von Koseritz, que ali tinha embarcado em abril de 1883, para viagem, nos dá uma impressão extremamente dinâmica do porto, afirmando em seu *Imagens do Brasil* que “mais de 40 navios ali se encontravam atracados”, ao mesmo tempo que comenta, sarcástico, a decepção de um deputado federal que, aliado a interesses contrariados, afirmara no parlamento que Pelotas não teria porto. O motivo da disputa foi a colocação de uma mesa alfandegária na cidade. Anteriormente, havia sido instalada uma coletoria de impostos em 1850 depois elevada para Mesa de Rendas em 1859. Como resultado da desobstrução da barra e do aumento do tráfego de navios de grande calado, em 1878 foi autorizado o alfandegamento da Mesa de Rendas da cidade. Contudo, em 1881, Rio Grande conseguiu a retirada da Alfândega da cidade de Pelotas, pois sentia-se prejudicada em seus negócios e alegava ser o São Gonçalo péssimo para a navegação, além de dificultar a fiscalização contra o **contrabando**. Apesar da mobilização dos comerciantes e políticos pelotenses nesse episódio, lutando para o re-alfandegamento da cidade, apenas em 10 de julho de 1907 se consegue o estabelecimento de uma Alfândega em Pelotas. Um problema evidenciado mesmo pelos pelotenses, era o acanhamento do porto e a falta de uma administração oficial do mesmo, pois sua exploração ficara a cargo da companhia Ferro Carril e Cais de Pelotas, empresa que arrendara, em 1870, os serviços do porto e do **transporte** urbano, por 35 anos. Assim, sua administração ficava nas mãos de um capataz dessa companhia, o que era objeto de muitas reclamações e diminuía os melhoramentos possíveis a serem feitos. As melhorias do porto serão encaminhadas pela **prefeitura**, com a construção de nova infra-estrutura para o mesmo em 1907 e aruamento do seu entorno. O porto era um dos principais fatores do desenvolvimento sócio-econômico e cultural de Pelotas, pela dinamização do comércio e dos contatos com o restante do mundo. Devido a isso, seus problemas também terminaram transferindo-se para a cidade. Um deles eram os tributos com que eram gravadas as exportações por este porto, como por exemplo, um imposto especial que começou a ser cobrado em 1867 (Lei 649) para financiar a abertura da barra e que só deixou de existirem 1902. Mais tarde, houve taxa para melhoria dos canais interiores, que vigorou até 1940 com a inauguração das obras do

porto. Também houve uma política de benefícios, por parte do governo estadual para a exportação pelos portos das cidades vizinhas (São Lourenço e Rio Grande), como denunciou Cássio Tamborindenguy, em “A defesa de Pelotas” o que muito prejudicou a cidade. Mesmo assim, o porto pelotense era muito visitado, acolhendo linhas regulares de paquetes e cargueiros de diversas companhias, registrando em 1926, o movimento de 682 navios, tendo um ramal ferroviário a seu serviço. No decorrer da Primeira República, outros problemas apareceram: a falta de dragagem, conservação e limpeza dos canais interiores, foi prejudicando e limitando as operações de navegação nos portos fluviais, já que todo o esforço e capitais do estado estavam direcionados para a abertura da barra do porto marítimo de Rio Grande. Foi no início dos anos 20 que o governo do Estado concentrou seus esforços na encampação dos serviços de transporte, como linhas férreas e portos. Dos três portos mais importantes do estado (Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas) este último foi o único em que não ocorreu dragagem dos canais e melhoramentos das instalações que só foram iniciadas depois de 1930, penalizando a cidade durante todo esse período. No final dos anos 20, as tarifas cobradas pelas duas companhias de navegação que operavam maior fluxo no porto pelotense eram mais altas que as demais, além do fato que tanto Pelotas como Rio Grande continuavam sofrendo com a concorrência do porto de Montevideú, que possuía menores tarifas para a exportação para o Rio de Janeiro e era servido por uma excelente rede ferroviária limítrofe com a região sul do estado. Oficialmente, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul foi autorizado pela União para construir e explorar um porto para a cidade, pelo Decreto 18.553, de 31/12/1928, o que foi reconfirmado pelo decreto 24.526 de 2/6/1934. As obras, construção de 464 metros de cais e alguns armazéns, tiveram início em 20/11/1933 e o novo porto passou a funcionar em 12 de janeiro de 1940. Em 1951, com a criação do Departamento de Portos, Rios e Canais (DEPRC) sua exploração e administração passou a ele, sendo atualmente administrado pela Superintendência de Portos e Hidrovias do Rio Grande do Sul.

Fontes.- *A Praça do Comércio da Cidade de Pelotas* (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul) *ao comércio nacional e estrangeiro*. Pelotas: tipografia do Correio Mercantil, 1879; *Em defesa de Pelotas* – duas cartas de Cássio Tamborindenguy ao Ilmo. sr. dr. João Py Crespo, intendente do município, em novembro de 1930; Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, apresentado à Assembleia do Estado, referente ao ano de 1881, p. 61-63.

Bibliografia.- Arriada. Eduardo. *Pelotas, gênese e desenvolvimento urbano* (1780-1835). Pelotas: Armazém Literário, 1994; Axt, Gunter. Política portuária e de navegação e a formação do estado no Rio Grande do Sul (1900-1930). in: Targa, Luiz Roberto (org.) *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS/ FEE, 1998, p. 147 a 192; Magalhães, Mario O.

Histórias do Porto de Pelotas. *Projectare*, n.1, FAURB, primavera 2000, p. 68-73; Von Koseritz, Karl. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972, edição comemorativa do sesquicentenário da independência do Brasil.

(Beatriz Loner)

Portugueses. Os primeiros povoadores de Pelotas eram portugueses ou descendentes de portugueses, originários do continente ou das ilhas do Atlântico. Estabeleceram-se nesta região, em número considerável, depois da invasão espanhola à Colônia do Sacramento, em dezembro de 1762, e à Vila do Rio Grande de São Pedro, em abril de 1763. Os moradores da atual cidade de Colônia, no Uruguai, na sua maioria eram descendentes dos cerca de 60 casais de Trás-os-Montes e do Minho que haviam ingressado naquela fortaleza, então de domínio português, em 1718; a população de Rio Grande compunha-se, em grande parte, de casais ou filhos de casais açorianos e madeirenses, fixados naquela vila a partir de 1740. Um português, José Pinto Martins, natural do Porto e proveniente do Ceará, foi quem fundou a primeira **charqueada**, em 1780, às margens do **arroio Pelotas**; eram de origem lusitana — sobretudo do continente português, e não das ilhas do Atlântico — quase todos os comerciantes e industriais que se estabeleceram em Pelotas durante a primeira metade do século XIX. Na segunda metade foi que se ampliou o fluxo migratório, surgindo a contribuição de elementos de outras nacionalidades para o desenvolvimento do município. Ainda assim, o censo de 1899 revela que, para uma população de 24.621 habitantes, havia 4.546 estrangeiros, na proporção de 18,46%; dentre estes, 43,6% eram portugueses, seguindo-se os italianos, os uruguaios, os espanhóis, os alemães e os franceses. Respectivamente em 1847 e 1857, foram fundadas em Pelotas a **Santa Casa de Misericórdia**, instituição característica do império português, e a **Beneficência Portuguesa**. Em 1895, surgiu o Congresso Português 1º de Dezembro e, em 1901, o Grêmio Republicano Português. Suplantadas as divergências de caráter político (sabe-se que a República foi proclamada em Portugal no ano de 1910), em 1926 fundiram-se os dois grupos no Centro Português 1º de Dezembro, cuja sede própria, em estilo manuelino, foi inaugurada quatro anos depois, em 24 de janeiro de 1930, na Rua Andrade Neves. Em 1966, o Centro Português adquiriu uma área de 75 hectares na estrada do Laranjal, onde edificou a sua sede campestre e negociou 300 lotes de terrenos para constituir o chamado Recanto de Portugal.

Bibliografia.— Magalhães, Mario Osorio. *História do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2000; Betemps, Leandro Ramos e

Jacotet, Alda Maria de Moraes. *Povoadores de Pelotas (1812-1825)*. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2006.

(Mario Osorio Magalhães)

Praças. São seis as principais praças do centro da cidade, a seguir relacionadas por ordem cronológica: José Bonifácio, Coronel Pedro Osorio, Domingos Rodrigues, Dom Antônio Zattera, Piratinino de Almeida e Cipriano Barcellos. A mais antiga, José Bonifácio, surgiu com a fundação da **freguesia**, em 1812, denominando-se Praça da Matriz por se localizar no entorno da primitiva igreja, atualmente **Catedral de São Francisco de Paula**. Em 1885, passou a se chamar Princesa Isabel; com a proclamação da República, em 1889, Quinze de Novembro; e no centenário da Independência, em 1922, José Bonifácio. A partir do **segundo loteamento**, que ampliou os limites urbanos de Pelotas na direção sul — desde a Rua General Neto até atingir a região do Porto —, o eixo central do povoado passou a ser a atual Praça Coronel Pedro Osorio, batizada de Regeneração em 1832, quando se instalou a **vila** e o governo municipal passou a funcionar precisamente no entorno dessa praça. Recebeu, depois, os nomes de Pedro II, em 1865, novamente Regeneração, em 1889, da República, em 1895, e, finalmente, Coronel Pedro Osorio, em 1931. Na extremidade sul do centro da cidade, surgiu em 1855 a Praça Domingos Rodrigues, homenageando o proprietário de uma antiga charqueada das margens do São Gonçalo; sua família, ao oferecer ao município aquela área, impôs o compromisso de que a denominação original jamais pudesse, sob qualquer motivo, ser substituída. O atual Parque Dom Antônio Zattera teve início em 1875, sob a denominação de Praça General Câmara; ainda como praça, recebeu em 1893 o nome de Júlio de Castilhos, até que, poucos anos atrás, foi classificada como parque pela Câmara Municipal, substituindo-se também o nome do primeiro governador do Estado pelo do quarto bispo de Pelotas. A Praça Piratinino de Almeida foi construída num terreno adquirido em 1878 pela Santa Casa de Misericórdia, chamando-se primeiro Praça da Caridade, depois, em 1881, Silveira Martins e, em 1893, Piratinino de Almeida, chefe local, nessa ocasião, do Partido Republicano Rio-Grandense. A Praça Cipriano Barcellos — também conhecida como Praça do Pavão e dos Enforcados — teve início em 1880, recebendo na ocasião o nome de Henrique d'Ávila, então presidente da Província. Em 1893, chamou-se Floriano Peixoto, em 1925, Dom Pedro II e, em 1945, Cipriano Barcellos, em homenagem ao ilustre engenheiro que foi intendente do município durante três mandatos.

Fonte.- Cunha, Alberto. *Antigalhas de Pelotas*. Diário Popular 11 a 24 de outubro de 1939.

(Mario Osorio Magalhães)

Prefeitura Municipal. O atual prédio da Prefeitura, no entorno da Praça Coronel Pedro Osorio, foi inaugurado em 1880, na vigência do período monárquico, abrigando, primeiro, a Câmara Municipal, que exercia os poderes Legislativo e Executivo, até o final do Império; em 1889, com a proclamação da **República**, transformou-se em **Intendência Municipal**, de caráter apenas Executivo; embora nele funcionasse, igualmente, o **Conselho Municipal**, de caráter Legislativo, manteve a denominação de Intendência até os primeiros anos da década de 1930. Administraram Pelotas na condição de prefeitos — expressão adotada pela Constituição de 1934: Sílvio Barbedo (1934-1938), José Júlio Albuquerque Barros (1938-1944), Sílvio da Cunha Echenique (1944-1945), Sérgio Abreu da Silveira (1945-1946), Procópio Duval Gomes de Freitas (1946-1947), Joaquim Duval (1947-1951), Mário Davi Meneghetti (1951-1956), Adolfo Fetter (1956-1959), João Carlos Gastal (1959-1963), Edmar Fetter (1963-1969), Francisco Louzada Alves da Fonseca (1969-1972), Ary Rodrigues Alcântara (1972-1976), Irajá Andara Rodrigues (1976-1982), Bernardo Olavo Gomes de Souza (1983-1987), José Maria Carvalho da Silva (1987-1988), José Anselmo Rodrigues (1989-1992), Irajá Andara Rodrigues (1993-1996), José Anselmo Rodrigues (1997-2000), Fernando Stephan Marroni (2001-2004), Bernardo Olavo Gomes de Souza (2005) e Adolfo Antônio Fetter Júnior (2006-2008), eleito para o quadriênio 2009-2012.

Fonte.— Fetter Júnior, Adolfo. “O Paço Municipal e seus ocupantes”. *Diário Popular*, 17 de dezembro de 2006.

Bibliografia.— Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*, 1º volume, 3ª edição. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

(Mario Osorio Magalhães)

Presidentes de Província. Em substituição às antigas *capitanias* do período colonial, a partir da Independência a palavra *província* foi utilizada para designar as unidades territoriais do Império brasileiro e sua administração regional. Sabe-se que o presidente de uma Província, em regra, era originário de outra circunscrição administrativa, nunca daquela que governaria, uma vez que o Imperador, que o nomeava, pretendia que ficasse acima — melhor dizendo: à margem — das paixões estritamente locais, sem envolver-se com a política e as eleições, em caráter pessoal ou familiar. Por isso, nenhum cidadão pelotense chegou a ser presidente do Rio Grande do Sul a não ser em condição de interinidade. Quatro deles, no entanto, exerceram esse cargo em outras cinco províncias do Império. Francisco Carlos de Araújo Brusque presidiu Santa Catarina entre 21 de outubro de 1859 e 26 de abril de 1861, e nesse período fundou, em 1860,

a cidade de Brusque, que conserva este nome em sua homenagem; Joaquim Jacinto de Mendonça administrou Sergipe entre 1º de junho de 1861 e 1º de julho de 1863; João Jacinto de Mendonça, seu irmão, foi presidente de São Paulo entre 8 de junho de 1861 e 16 de outubro de 1864; o citado Araújo Brusque governou o Pará, entre 23 de junho de 1861 e 29 de julho de 1864; e José Joaquim de Afonso Alves foi presidente do Espírito Santo entre 12 de janeiro e 17 de abril de 1884, ou seja, durante o prazo de três meses.

Bibliografia.—Lyra, Heitor. *História de Dom Pedro II*. 3 vols. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977; Osorio, Fernando. *A Cidade de Pelotas*. 3ª edição, 2 vols. Pelotas: Armazém Literário, 1997/1998; Silva, Riograndino da Costa e. *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1968.

(Mario Osorio Magalhães)

Pimeiras médicas. Até o final da década de 1870 era proibido às mulheres, em todo o território nacional, matricular-se em escolas de ensino superior. Esse veto foi abolido em 1879, através da chamada Reforma Leôncio de Carvalho. A partir de então, dois cidadãos residentes em Pelotas — um jornalista português e um industrial pelotense — passaram a acalantar o sonho de que as suas jovens filhas (meninas ainda, mas que revelavam invulgar talento para o estudo) passassem a cursar a Faculdade de Medicina da capital do Império, Rio de Janeiro, mais famosa do que a outra existente: a Faculdade de Medicina da Bahia. Tinham esse mesmo objetivo Antônio Joaquim Dias, diretor do **Correio Mercantil**, fundador da **Bibliotheca Pública** e pai de Antonieta Cesar Dias, e o **charqueador** Francisco Lobato Lopes, pai de Rita Lobato Velho Lopes. Pretendia cada um, aliás, transformar sua filha na primeira médica formada no Brasil, já que, desde 1875, Maria Augusta Generoso Estrela estudava numa academia norte-americana (em Nova Iorque), pela qual viria a diplomar-se em 1881. Antonieta e Rita, nesse ano de 1879, eram colegas na Escola São Francisco de Paula, dos mestres Carlos André Laquentinie e Benjamin Amarante. Ali se habilitavam para os preparatórios, exames que eram prestados anualmente na capital da Província. Rita, de parto prematuro, nascera na cidade de Rio Grande, para onde os pais eventualmente viajavam (no ano em que nasceu, 1866, a família estava fixada em Santa Isabel, então distrito de Jaguarão), e desde os cinco anos de idade transferira-se para Pelotas, onde Francisco estabelecera uma charqueada; estudou primeiro numa escola do Areal, depois no Colégio Santa Rosa e, finalmente, no Colégio São Francisco de Paula. Antonieta era natural de Pelotas; embora com a mesma desenvoltura intelectual, tinha uma desvantagem com relação à colega: era três anos mais moça. Não se passou muito tempo para dar-se o fato (ou o suposto fato), cuja fonte de informação foi a própria Rita Lobato Velho Lopes,

sobrevivente, com avançada idade, ainda na década de 1950: Antônio Joaquim Dias teria ameaçado os professores Laquentinie e Amarante de desmoralizar seu colégio através do *Correio Mercantil* caso eles não dificultassem os estudos da aluna concorrente. Precavido, Francisco Lobato transferiu a filha para um colégio da capital da Província, Porto Alegre. De todo o modo, em 1884, aprovadas em todos os preparatórios, Rita e Antonieta partiram para o Rio de Janeiro, acompanhadas dos pais. Rita tinha 18 anos incompletos e Antonieta, apenas 15, mas a idade não seria obstáculo: Antônio Joaquim já conseguira, através do deputado Eleutério de Camargo, licença especial do Congresso autorizando a matrícula. Cursaram ambas o primeiro ano, na mesma classe, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. E não eram as únicas mulheres na sala de aula, uma vez que outras alunas já se vinham matriculando desde 1881; inclusive, no mesmo ano que Rita e Antonieta, outra gaúcha, esta natural de Porto Alegre: Ermelinda Lopes de Vasconcellos. Felizmente para elas (talvez mais para os pais), todas as outras ou desistiram ou se formaram depois. Todas, com uma única exceção: a própria Ermelinda. Ocorreu em seguida uma desinteligência entre alunos e professores da faculdade, e um irmão de Rita, aluno de Farmácia, encontrava-se entre os rebelados. Temendo represálias, o pai Francisco Lobato Lopes esperou os exames finais e se transferiu com os dois filhos para a Bahia. Rita, embora só recomeçasse as aulas em maio, passou a ser a primeira mulher estudante da Faculdade de Medicina daquela província. E o acaso demonstrou-se fortuito, uma vez que ela, a partir daí, começou a prestar exames fora dos períodos regulamentares, emendando uma a uma, e num curto espaço de tempo, todas as disciplinas restantes. Se permanecesse no Rio e enfrentasse a indisposição contra o irmão, certamente não lhe concederiam esse privilégio. Resultado: em menos de quatro anos, Rita Lobato Velho Lopes completou um curso que exigia regularmente seis, realizando plenamente o objetivo de seu pai, que era ver outorgarem à filha o título de primeira médica diplomada no Brasil (10 de dezembro de 1887). Quanto a Antonieta Cesar Dias, talvez em consequência da própria idade, concluiu o curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro dentro do período regulamentar; diplomou-se em 1889. Acabou com títulos mais modestos: segunda médica formada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e terceira médica do Brasil, já que foi precedida também pela dra. Ermelinda Lopes de Vasconcellos, que, igualmente apressando-se, fez o curso em cinco anos, concluindo-o em 1888. Formadas, Antonieta retornou a Pelotas e foi médica interna da Santa Casa; Rita casou-se e foi morar no município de Rio Pardo.

Bibliografia.— Magalhães, Mario Osorio. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora da UFPel, 1993; Neves, Décio Vignoli das.

Vultos do Rio Grande, 2º vol. Rio Grande: s. ed., 1987; Silva, Alberto. *A primeira médica do Brasil*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1954.

(Mario Osorio Magalhães)

Primero loteamento. Pelotas seguiu o procedimento usual das cidades luso-brasileiras, iniciando a partir de capelas. As capelas e seus respectivos patrimônios constituíram as brechas do sistema de doações de terras de **sesmarias**. A obtenção de uma capela necessitava atender às exigências do arcebispado, não deveria estar localizada em locais despovoados e deveria ter o reconhecimento e a autorização da Igreja Católica Romana. A capela contaria com porções de terras doadas nominalmente a uma devoção, a um santo **padroeiro** – no caso de Pelotas foi São Francisco de Paula. Tal patrimônio fundiário dispunha do terreno propriamente dito, necessário à construção do templo, do espaço externo, da parte dianteira tradicional dos santuários cristãos, o átrio, e o contorno livre por toda a volta, a área circundante. Esses quinhões foreiros, junto à igreja, constituíam a autonomia religiosa chamada de **freguesia**. A fundação de um patrimônio urbano era um ato piedoso, introduzia a vida religiosa numa região e tinha um alcance social e econômico. O ato previa o plano da futura povoação, as dimensões e a localização da praça, a distribuição dos lotes, ficando reservadas, para o loteador e seus dependentes, algumas porções. Além do serviço religioso, a igreja fazia o cartorial – registrava os casamentos, os nascimentos e as mortes. Em 1784, o vigário de Rio Grande, padre Pedro Pereira de Mesquita, mostrou interesse em dividir a sua paróquia. Em 1810, munido de credenciais, o sobrinho de Pedro Pereira, padre Felício, partiu para a Corte a fim de solicitar a constituição da freguesia. A justificativa baseava-se na existência de mais de 150 abastadas famílias na fronteira, nas consideráveis fábricas de carnes salgadas e na dificuldade de comparecer à matriz em Rio Grande na Quaresma, época da matança nas **charqueadas**. Três proprietários disputavam o privilégio de terem suas terras rurais transformadas em urbanas. Enquanto a discussão se prolongava, o capitão Antônio Francisco dos Anjos e o padre Felício entraram num acordo e começaram a construir, nas terras do capitão, a casa do vigário e a igreja. O terreno comprado pelo capitão fora um dos poteiros da charqueada que pertenceu a José Gonçalves da Silveira Calheca. A freguesia foi formalizada através de alvará de 7 de julho de 1812. Parece que o acerto entre o capitão e os dois padres, para a venda dos lotes, teria sido fácil. Os três provinham da Colônia do Sacramento, eram vizinhos e amigos. Na hora da morte do padre Pedro Pereira, tio de Felício, o capitão o abrigou em sua casa. Em 1815, o terreno com a igreja, o átrio, a área circundante, o Passeio Público e os lotes destinados a aforamento foram levantados pelo piloto Maurício Inácio da Silveira. As linhas que definiam o perímetro da área do capitão seguiam os valos de divisas dos terrenos da área charqueadora e da propriedade que Mariana Eufrásia recebeu

ra em 1813, lugar onde seria realizado o **segundo loteamento**. A retícula que estruturou as vias e quadras do núcleo urbano praticamente desconsiderou a geometria dessas divisões. A exceção ficou por conta da atual Rua Barroso: esta dividia os terrenos que permaneceram na charqueada de Calheca e o potreiro que se urbanizava. A planta mostra o terreno loteado pelo capitão na forma de um paralelogramo inclinado, em relação ao desenho da retícula quase ortogonal que estruturava a sede da freguesia em quarteirões heterogêneos. Aproximadamente, as ruas seguiam os rumos dos pontos cardeais. As vias que se tornaram longitudinais acompanhavam a direção norte-sul; as transversais, leste-oeste, iam do arroio Santa Bárbara à Rua das Fontes, atual Almirante Barroso. Mais largas e mais numerosas, as vias norte-sul deram o sentido da próxima urbanização. Antes de chegar ao Passeio Público (atual Avenida Bento Gonçalves), deslocado do centro da retícula, no final de dois quarteirões, o espaço que circundava o átrio e a capela localizava-se dentro da malha proposta, neste caso com a quebra de uma rua, de maneira que a perspectiva atravessasse a pequena praça e terminasse na porta principal da igreja. Na parte traseira do pequeno templo, foi situado o primeiro **cemitério** da povoação. Os quarteirões foram subdivididos nas mais diferentes medidas, nas quatro frentes. A maior frequência foi de lotes estreitos com meia quadra de fundos. Apesar da diversidade dos lotes, os quarteirões foram definidos e definitivos. Em contraste com a miúda praça, a planta urbana terminava um quarteirão mais ao norte com o Passeio Público. Junto ao Passeio, o levantamento do piloto situava ainda um segundo cemitério do povoado, inaugurado em 1825. A proposta do Passeio Público trazia em sua concepção desde o ideário renascentista até as novas noções do urbanismo da era moderna. O traçado delimitou com clareza o espaço até onde o projeto da área urbana alcançava, quer dizer as terras do capitão. O limite norte da cidade estava perfeitamente limitado pelo Passeio Público; o sul, incerto. Depois, vagarosamente, seguindo o mesmo reticulado, a cidade foi alcançando as várzeas do **São Gonçalo**, onde foi localizado o **porto** da cidade. A rua deslocada para proporcionar a perspectiva terminando na porta principal da igreja, o passeio público, a retícula de quarteirões heterogêneos que estruturou não apenas o primeiro loteamento, mas também todo o atual centro histórico da cidade, englobando mais três loteamentos, dão indícios de que o piloto Maurício Inácio da Silveira teve acesso aos tratados eruditos da arquitetura.

Bibliografia: Lopes Neto, João Simões. *Apontamentos referentes à história de Pelotas e de outros dois municípios da Zona Sul: São Lourenço e Canguçu*. Pelotas: Armazém Literário, 1994; Osório, Fernando. *A cidade de Pelotas*. 3ª. Ed, 1º volume. Pelotas: Armazém Literário, 1997. Magalhães, Mario Osorio. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*.

um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Editora da UFPel; Gutierrez, Ester Judite Bendjouya. *Negros, charqueadas & olarias*: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas. Editora e Gráfica Universitária - UFPel, 1993. Gutierrez, Ester Judite Bendjouya. *Barro & sangue*: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888). Pelotas: Editora e Gráfica Universitária - UFPel, 2004.

(Ester Gutierrez)

Princesa do Sul. Epíteto de Pelotas, figurando inclusive no **brasão** oficial da cidade. Sua origem é controversa. Para Euclides Franco de Castro, que começou a editar em 1951 um periódico precisamente chamado de *Princesa do Sul*, o autor da expressão é Antônio Soares da Silva, quando estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, ao publicar, em junho de 1863, na *Revista da Associação Tributária às Letras*, um poema intitulado *Pelotas*, com os seguintes versos finais: “A Pátria, orgulhosa de tantos primores, / te aclama princesa dos campos do Sul”. A *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, editada pelo IBGE em 1959, corrobora essa informação. Em *Opulência e cultura na Província de São Pedro* (1993) e, mais tarde, em artigo publicado no *Diário Popular* (2002), contestamos essa versão, argumentando que uma medida de alcance social tão amplo — a adoção de um título para qualificar uma cidade — dificilmente poderia originar-se de uma página literária, publicada numa revista estudantil, em outra região do país e com certeza de circulação restrita. Concluímos que o cognome, produto do imaginário social, já estaria consagrado em 1863, sendo apenas referendado por Antônio Soares da Silva em seu poema — e a prova disso estaria implícita no próprio texto do poema: “a Pátria (...) te aclama”, isto é, nessa ocasião os brasileiros já tratavam Pelotas de Princesa do Sul.

Bibliografia.—*Enciclopédia dos municípios brasileiros*, vol. XXXIV. Rio de Janeiro: IBGE, 1959; Magalhães, Mario Osorio. *Opulência e cultura na Província de São Pedro*. Pelotas: Editora da UFPel, 1993; Magalhães, Mario Osorio. *História aos domingos*. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2003, capítulo: Princesa do Sul.

(Mario Osorio Magalhães)

Protestantismo. Pelotas era predominantemente católica, pois esta era a religião da maioria de sua população de origem lusa. A construção de templos de origem protestante em Pelotas parece coincidir com as mudanças políticas do final do século XIX, posto que, anteriormente, o culto luterano estava proibido pela Constituição (1824), sendo o **catolicismo** a religião oficial. O luteranismo entrou no Brasil no início do século XIX, com a chegada dos primeiros imigrantes **alemães** para as **colônias**. Na colônia de São Lourenço, fundada por Jacob Rheingantz em 1856, a religião de seus membros era a luterana. A primeira organiza-

ção sinodal luterana no Rio Grande do Sul deu-se em 1866, com a fundação do Sínodo Rio-Grandense. Foi principalmente em fins do século XIX que chegaram ao Brasil os luteranos de missão, da Igreja reformada norte-americana (Sínodo de Missouri). O objetivo era atender (e congrega a este Sínodo) as comunidades coloniais e as Comunidades Livres. Essas últimas surgiram porque, sem pastores para o serviço religioso, os imigrantes inicialmente se congregaram em comunidades livres e muitas decidiram assim permanecer, sem se filiar a nenhuma outra, existindo até hoje. Há duas vertentes do luteranismo, aquela derivada do Sínodo Missouriano, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) e a derivada do Sínodo Rio-Grandense, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB). A constituição daquela que parece ser a primeira comunidade luterana na área urbana de Pelotas, a Comunidade Evangélica São João, foi feita em outubro de 1888 (houve congregações anteriores, como a de 1870, a qual era atendida pelo pastor Borchard, e a de 1884, chamada Congregação Evangélica de Pelotas, mas pouco se sabe acerca destas comunidades, bem como as razões de suas dissoluções), com integrantes predominantemente de origem germânica. Tendo apenas 14 membros, era atendida pelo pastor Edward Wilhemy (casou-se com Maria Rheingantz, filha de Jacob Rheingantz, vindo a falecer um ano depois), e enfrentou dificuldades iniciais, dado seus poucos membros. Em 1898, foi fundado o Colégio Alemão, com a supervisão do Sínodo Rio-Grandense, e para atender a este propósito, assumiu o cargo de professor e pastor o Reverendo Theodor Weller, atendendo um número de 30 famílias. No início do século XX a comunidade teve diversas sedes e pastores, pois sofreu distúrbios decorrentes da Primeira Guerra Mundial, em relação aos alemães. Somente em 1926 houve a autorização para erigir o templo, o que ocorreu no ano seguinte com o lançamento da pedra fundamental. Em 25 de março de 1928, a Igreja foi inaugurada, com a presença de autoridades da cidade e atendida pelo pastor Kurt Jebens, que foi substituído por Alfred Simon, no ano seguinte. Outra presença de uma congregação de origem protestante em Pelotas, no mesmo período, é a Anglicana. De origem inglesa, a Igreja Anglicana iniciou seus trabalhos no Brasil em fins do século XIX, com a chegada dos primeiros missionários em Porto Alegre no início de 1890. A vinda para Pelotas deu-se apenas dois anos depois, e a cidade foi escolhida pelo fato de possuir uma grande população nessa época. A missão ficou a cargo dos missionários John Gaw Meem e Antonio Machado Fraga. As dificuldades encontradas inicialmente para se fixarem, estão relacionadas com a tensa situação provocada pelas correntes políticas em disputa, que iriam dar origem à **Revolução Federalista** (1893-1895), funcionando os trabalhos de culto em salas emprestadas até dezembro de 1892. Destes primeiros momentos da congregação, passando pelas visitas episcopais até o reconhecimento da missão brasileira como distrito missionário em

1907, a Igreja Anglicana em Pelotas cresceu bastante, aumentando o seu número de membros (301 em 1897 para 1366 em 1907) e expandindo-se também para outras cidades gaúchas. O terreno para a construção do templo, comprado através das arrecadações de seus membros, foi adquirido em 1908, sendo lançada a pedra fundamental neste mesmo ano, presidida pelo Reverendo Dr. Lucien Lee Kinsolving. A inauguração do templo, em estilo gótico celta, deu-se em outubro de 1909, presidida pelo Bispo da Igreja Episcopal Brasileira.

Fonte.- Centro de Documentação da Igreja Evangélica São João – Pelotas.

Bibliografia.- Bica, Alessandro Carvalho. *O Surgimento da Igreja Anglicana em Pelotas*. Pelotas, UFPel, 1997. Monografia (Licenciatura em História); Fonseca, Maria Ângela Peter da. *Estratégias para a preservação do Germanismo (deutschtum): Gênese e trajetória de um collegio Teuto-brasileiro urbano em Pelotas (1898-1942)*. Pelotas: FAE/UFPEL, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação.); Huff Junior, Arnaldo Érico. *Vozes da Ortodoxia – O Sínodo de Missouri e a Igreja Luterana do Brasil: processos de formação e relações nos contextos da I Guerra Mundial e do final do Regime Militar*. Juiz de Fora: UFJF, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião); Kickhofel, Oswaldo. *Catedral do Redentor*. Santa Maria: Pallotti, 1999.

(Vanessa Devantier)



Sol Poente em Pelotas

Quilombos. Historicamente, o termo quilombo era aplicado a esconderijos, ou ajuntamentos, de três ou mais escravos fugidos de seus senhores. Neste caso, dizia-se que os escravos estavam “aquilombados” e este termo tinha um claro sentido policial, pois constituía-se crime passível de severa punição. Costuma-se, entretanto, utilizar o termo para designar comunidades constituídas por escravos fugidos, que plantavam, caçavam e, eventualmente, comerciavam ou roubavam, para sua sobrevivência numa sociedade completamente hostil. Por vezes se encontravam, entre os refugiados, indígenas, libertos e homens livres pobres. Os quilombos eram uma espécie de “sociedade paralela” na qual os indivíduos oprimidos ou marginais ao sistema, encontravam um refúgio contra o rígido controle social. Aos poucos, também foram sendo chamados como quilombolas aqueles ex-escravos que ganharam ou compraram terras de seus antigos senhores e permaneceram na mesma região por gerações, formando comunidades unidas por laços culturais, de posse de terra e, frequentemente familiares, que é a forma pela qual o termo quilombo é apropriado hoje pela literatura científica. O local escolhido para a formação do quilombo era, geralmente, de difícil acesso e localização, para maior proteção dos quilombolas. Em Pelotas, área de grande concentração da atividade saladeril, foi a região da Serra dos Tapes o espaço adequado para a formação desses esconderijos. Localizada a noroeste de Pelotas, tendo um conjunto de serras que facilitava o esconderijo e sendo banhada pelo arroio Quilombo e outros, as terras eram propícias ao cultivo e a caça era abundante. Foi lá que se formou o Quilombo do Manuel Padeiro, o principal de que se tem notícia na região. Havia um grande interesse na captura do chamado General do Quilombo, Manuel Padeiro, e de seus nove companheiros que formavam o núcleo central quilombola. Ele teria se formado no segundo semestre de 1834, quando Manuel Padeiro, cativo do comendador Boaventura Rodrigues Barcelos, fugiu e a ele se uniram outros escravos, também fugitivos. Contudo, embora outros quilombolas tenham sido presos, nunca se soube o destino de seu chefe. Era frequente o receio dos senhores de escravos pelotenses quanto a uma possível revolta escrava na região. Essa preocupação recaía principalmente sobre os “escravos minas” e houve denúncias, em 1848, de uma insurreição em andamento desses cativos na cidade, porém a polícia terminou não encontrando nenhuma prova do mesmo. “Escravos minas”, a princípio, seriam os africanos escravizados e enviados para o Brasil pelo porto do Castelo de São Jorge da Mina. Porém, “escravos minas” podem ser também aqueles escravos oriundos de regiões distintas da costa da Guiné. Apesar do terror que causavam os rumores dessas insurreições, nenhuma delas obteve êxito, pois foram sufocadas pelo poder dos senhores de escravos, que prenderam e torturaram muitos rebeldes ou suspeitos. Os principais motivos para a captura dos quilombolas, além da óbvia questão de propriedade/posse, eram as constantes denúncias feitas de atacarem os fazendeiros, praticarem saques às

propriedades, serem agressivos, levarem outros escravos à fuga e rouba-rem mercadorias ou animais.

Bibliografia.— Quilombos no Sul do Brasil: perícias Antropológicas. *Boletim Informativo NUER*, v. 3, n. 3, 2006; Maestri, Mario. *Deus é grande, o mato é maior!* História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF. 2002; Mársico, Dilson. “Escravidão e Resistência: Quilombo na Serra dos Tapes”. In: *Cadernos do ISP*, Pelotas, n.º 10, pp. 31-51, jun. 1997.

(Cássia Ferreira Miranda/Beatriz Loner)



Porto de Pelotas

Rádio Pelotense. Mais antiga emissora radiofônica do Rio Grande do Sul, a Pelotense foi fundada em 6 de junho de 1925. Nessa terceira década do século XX, Pelotas estava abalada economicamente, mas ainda contava com uma elite de recursos, disposta a viabilizar espaços culturais e de entretenimento, o que pode ser comprovado pela inauguração do **Theatro Guarany** em 1921, pelas companhias dramáticas que se apresentavam na cidade e pelo expressivo número de cinemas, jornais e clubes. Em uma conversa entre amigos no Palácio de Cristal, loja de Carlos Sica, surgiu a ideia de organizar uma agremiação dedicada à radio-difusão, sob a influência, principalmente, das emissoras argentinas captadas pelos receptores, que há pouco tempo estavam disponíveis no comércio. A fundação oficial da Sociedade Rádio Pelotense verificou-se em assembleia, na Bibliotheca Pública Pelotense, tendo Augusto Simões Lopes como presidente honorário, Baldomero Trápaga y Zorrilla como presidente, Samuel Moreira como secretário e Carlos Sica no cargo de tesoureiro. Famílias tradicionais que aparecem compondo o conselho deliberativo e as comissões de contas são: Osorio, Simões Lopes, Assumpção, Meirelles Leite e Rheingantz. No dia 25 de agosto, Alberto Gomes, em uma das salas da Escola de Agronomia, cedida pelo então intendente Augusto Simões Lopes, fez a primeira transmissão dessa rádio, através dos transmissores instalados pelo técnico Alexandre Gastaud. A Biblioteca também recebeu a Sociedade por algum tempo, até que no dia 7 de setembro de 1928 foi fundada a primeira estação, na sede do Clube Comercial, oficializando o início das atividades da primeira rádio do Estado, pois as transmissões anteriores foram consideradas experimentais. As transmissões eram das 21 às 23 horas, nas noites de quinta-feira e domingo, e alcançavam receptores de Pelotas, Rio Grande, São Lourenço, Herval, Piratini, Pinheiro Machado, Arroio Grande, Canguçu e Jaguarão. Algum capital era proveniente de publicidade, mas a princípio mantinha-se com a mensalidade dos sócios e sem obtenção de lucros. Quando o Estado Novo proibiu a posse de emissoras de rádio por particulares, os sócios se tornaram acionistas e, sob a direção de Carlos Sica e Cyro Oliveira, a rádio se tornou uma empresa. Depois de ocupar por muito tempo o “casarão da Félix da Cunha”, tem sua sede atual na Rua Andrade Neves, nº 2316, prédio do antigo Cine-Rádio Pelotense (cinema fundado pela Rádio em 1962) e conta também com um parque técnico na praia do Laranjal. Desde 1967 pertence ao Grupo Fonseca Júnior.

Fonte.— <http://www.radiopelotense.com.br/historico.htm>. Acesso em: 25 de julho de 2010.

Bibliografia.— Ferrareto, Luiz Artur. *Rádio no Rio Grande do Sul* (anos 20, 30 e 40): dos pioneiros às emissoras comerciais. Canoas: Ed. da ULBRA, 2002; Vieira, Jacqueline Kappel. *A História do rádio no mundo, passando pelo Brasil e o Rio Grande do Sul e estacionando nas emissoras pelotenses*. 2010. Mo-

nografia (Licenciatura em História). Instituto de Ciências Humanas, UFPel.

(Micaele Irene Scheer)

Rebate, O. Fredianno Trebbi, que já fora dono de jornal em Rio Grande, lançou em 1912 o jornal *A Reação* em Pelotas, o qual, entretanto, passou as mãos do Partido Federalista em 1914. No segundo semestre desse ano, fundou o jornal *O Rebate*, mantendo-o independente do partido, embora comprometido com as ideias oposicionistas. Durante anos, levou avante um ferrenho combate ao governo do PRR, tanto em âmbito local quanto estadual, e foi perseguido por isso, ele e seus auxiliares: um de seus redatores teve que fugir para o Uruguai a fim de evitar a prisão. O próprio Trebbi sofreu atentados e uma tentativa de empastelamento do jornal, culminando com sua fuga para o Rio de Janeiro depois da **Revolução de 1923**, dado o tenso clima político resultante das tentativas de vingança contra os libertadores em Pelotas, depois da invasão de Zeca Neto. Com isso, o jornal deixou de existir em fins de 1923, sendo suas oficinas alugadas para *O Libertador*. Contudo, enquanto viveu, foi um órgão que fazia um jornalismo investigativo, buscando a polêmica, às vezes comportando-se como um jornal da imprensa marrom, não hesitando em manipular os preconceitos existentes na época contra alguns tipos de pessoas (desquitados, ciganos) e sendo inclemente com seus adversários políticos, como era habitual na **imprensa** da época. Mas também se destacou por uma tolerância muito grande para com opiniões diversas das suas, desde que, também em oposição ao PRR, abriu suas páginas aos libertários da cidade, dando grande espaço à intelectualidade e à literatura em suas páginas.

Bibliografia.- Loner, Beatriz. Jornais pelotenses diários na República Velha. *Ecos Revista*. Pelotas, v.2, n.1, abril de 1998, p. 5-34; Rudiger, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1993; Caldas, Pedro. *Zeca Netto & a conquista de Pelotas*, 2ª edição. Porto Alegre: Edições EST, 1995.

(Beatriz Ana Loner)

República. Reunião do dia 15 de fevereiro de 1882, realizada numa das salas do Hotel Universo, pode ser considerada o marco inicial da fundação de um Partido Republicano em Pelotas. Foram aclamados presidente e secretário provisórios, respectivamente, Leonardo Honório da Silva e Álvaro Chaves, neto do charqueador Antônio José Gonçalves Chaves. Deliberou-se ainda que Álvaro seria delegado ao Congresso Republicano, reunido em Porto Alegre no dia 20 de fevereiro, e que as diversas localidades do Sul da Província seriam convidadas a organizar o partido por meio de clubes. Em abril constituiu-se o primeiro Clube

Republicano pelotense, tendo como presidente o dr. Victor de Brito e como orador oficial o poeta e professor Bernardo Taveira Júnior. Em julho ainda desse ano, o dr. Victor de Brito foi lançado como candidato do partido ao cargo de vereador. Em 1885, por iniciativa de Álvaro Chaves e as vésperas de completar-se o cinquentenário da **Revolução Farroupilha**, o partido inaugurou, no bairro Areal, onde residiu e faleceu Domingos de Almeida, um **obelisco** de oito metros de altura, tendo gravada, em placa de bronze, a inscrição: “Os republicanos de Pelotas recomendam aos viandantes a memória de Domingos José de Almeida”. Esse obelisco é considerado o único **monumento** erguido no Brasil, durante a monarquia, ao ideal republicano. Existe também a informação de que um novo clube foi fundado no dia 6 de junho de 1886, quando 41 cidadãos assinaram os seus estatutos e foi escolhido para presidente o dr. Cipriano Corrêa Barcellos, futuro intendente de Pelotas durante três mandatos. Em 30 de setembro de 1888, criou-se a União Republicana, que, no ano seguinte, já contava 150 associados. Ao proclamar-se a República, em 15 de novembro de 1889, a **Câmara Municipal**, pela palavra do seu presidente, dr. Artur Antunes Maciel, quatro dias depois anunciou a renúncia de todos os vereadores aos seus mandatos, a fim de que os cidadãos pelotenses, vivendo agora sob o regime republicano, escolhessem novos governantes.

Bibliografia.— Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*, 1º vol., 3ª edição. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997.

(Mario Osorio Magalhães)

Revolução de 1923. O estopim da Revolução de 1923 foi a reeleição de Borges de Medeiros, no ano anterior, para um quinto mandato como presidente do Rio Grande do Sul. Declarando que os três quartos de votos, exigidos pela Constituição castilhistas para justificar uma reeleição, haviam sido atribuídos a Borges de forma fraudulenta, os opositores rio-grandenses, alguns deles remanescentes da Revolução de 1893, pegaram novamente em armas, sob a liderança do candidato derrotado, Joaquim Francisco de Assis Brasil. A revolução teve seus primeiros confrontos militares na região serrana, ficando restrita de início ao noroeste do Estado. Depois, espalhou-se pelas demais regiões, atingindo a Campanha. Em Pelotas, foi em fins de outubro de 1923, precisamente no dia 29, que se verificou um célebre e trágico episódio: a tomada do município pelo general José Antônio Neto. Dois meses antes, no dia 25 de agosto, Zeca Neto fora derrotado, durante um combate em Canguçu Velho. Para o mês seguinte, em fins de setembro, estava prevista a chegada do general Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra do governo Artur Bernardes, com o objetivo de mediar o conflito. Zeca Neto compreendeu que a melhor forma de reverter sua situação desfavorável seria através de uma grande vitória, que ao mesmo

tempo repercutisse nacionalmente, sobretudo diante da presença do ministro da Guerra: a conquista de Pelotas — maior cidade do interior rio-grandense, liderada desde o início da **República** pelo Partido Republicano Rio-Grandense — representaria esse triunfo. Mas era uma tarefa altamente temerária: pela importância que tinha, Pelotas esteve sempre muito bem guarnecida. Só que houve menosprezo, pelo lado governista, à capacidade ofensiva de Zeca Neto. Então, a situação acabou descuidando dos dispositivos de defesa. Ao mesmo tempo, em meados de outubro, o 2º Batalhão de Infantaria da Brigada Militar, que tinha poderosas metralhadoras, foi para a fronteira oeste do Estado a fim de combater as forças de Honório Lemes; a 3ª Brigada Provisória, sob o comando de Juvêncio Lemos, foi para Piratini, e de lá seu comandante telegrafou para o coronel Pedro Osorio, comunicando que descansaria uns dois dias para depois atacar Zeca Neto e empurrar as suas forças para o Uruguai. Informado pelos correligionários, Zeca Neto percebeu que era este o momento oportuno: com Pelotas desguarnecida, o seu triunfo só dependia agora da rapidez dos seus movimentos. No dia 28 de outubro, pelas duas horas da tarde, tomou a estrada Canguçu-Pelotas e chegou à Cascata, acampando no fim da noite a 12 quilômetros da cidade, no Passo do Salso. À uma hora da madrugada do dia 29, os piquetes se puseram em movimento, e às cinco horas da manhã, inesperadamente, iniciou-se a ocupação de Pelotas, que foi acordada pelos ruídos de uma fuzilaria intensa. Os principais alvos foram o pavilhão da Sociedade Agrícola e as dependências da Escola de Artes e Ofícios (onde estão hoje, respectivamente, a Cosulati e o IF-Sul), pois aí é que se encontravam os principais contingentes governistas. Nesses dois lugares o cerco só foi levantado ao meio-dia, resultando em algumas mortes, tanto do lado dos rebeldes como do lado dos governistas. Mas houve combates, e igualmente mortes, no centro da cidade. No Corpo de Bombeiros, onde estava depositada uma grande quantidade de armas e munições, o cerco durou apenas uma hora: sob a ameaça de que o prédio seria incendiado, seus ocupantes se renderam, havendo apenas feridos, em número de três. A Intendência (atual Prefeitura) nesse meio tempo foi ocupada por populares, que arrombaram a porta e, assim que entraram no prédio, trataram de destruir o retrato de Borges de Medeiros. Zeca Neto, que, junto ao seu estado-maior, permaneceu todo o tempo no Hotel Colonial, localizado na zona norte (atual Professor Araújo com Padre Felício), ao saber que a Agrícola e a Intendência estavam ocupadas, dirigiu-se então para o centro, acompanhado de grande multidão. A vibração foi maior quando alcançou a Praça Sete de Julho, junto ao Mercado: muitas pessoas aproximaram-se dele cortando as franjas do seu poncho com o objetivo de guardar uma lembrança física desse dia, para elas já inesquecível. Depois de vários discursos, o desfile prosseguiu até a Rua Uruguai, virou à esquerda na Rua Anchieta e retornou à Praça da República, atual Coronel

Pedro Osorio, chegando, afinal, ao prédio da Prefeitura. Zeca Neto subiu ao segundo andar e apareceu na sacada, acenando para a multidão. Providenciou de imediato a transmissão de telegramas, dirigidos ao presidente da República, no Rio de Janeiro, ao general Setembrino de Carvalho, em Porto Alegre, e ao dr. Assis Brasil, também no Rio de Janeiro, comunicando a tomada de Pelotas. Em seguida, foi redigida uma ata, oficializando a ocupação da cidade, e hasteou-se a bandeira nacional. Concluídos os compromissos na Intendência, Neto seguiu de carro para a residência do dr. Edmundo Berchon. Às três horas da tarde, a força libertadora foi autorizada a retirar-se da cidade, com a multidão acompanhando, pela Rua Quinze até à Praça Júlio de Castilhos, hoje parque Dom Antônio Zattera. Na Tablada (onde é hoje a Associação Rural) deu-se a concentração das tropas e a distribuição das presas de guerra. À noitinha, as forças revolucionárias chegaram ao Retiro, onde acamparam. Num armazém, Neto jantou, acompanhado do seu estado-maior; mais tarde, no acampamento, recebeu várias visitas de correligionários pelotenses. Dois dias depois, em 31 de outubro, Pelotas retornou ao poder dos governistas. Calcula-se que o contingente rebelde tivesse de 200 a 250 homens; e que as forças governistas fossem de cerca de 160 pessoas. Pelo que foi apurado, o saldo dos combates apresentou 24 mortos (4 libertadores, 4 civis e 16 governistas) e 60 feridos, três dos quais morreram poucos dias depois.

Bibliografia.— Caldas, Pedro Henrique. *Zeca Netto e a conquista de Pelotas*. Pelotas: Edições Semeador, 1993; Pesavento, Sandra. *República Velha Gaúcha*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1980.

(Mario Osorio Magalhães)

Revolução de 1930. O movimento, que culminou no dia 3 de outubro de 1930, interrompeu o mandato do presidente Washington Luís e pôs à frente do Executivo nacional um gaúcho: Getúlio Dorneles Vargas, então presidente do Rio Grande do Sul. Justifica-se, portanto, que desde cedo a capital, Porto Alegre, tenha se tornado o verdadeiro foco da conspiração. Mas aos poucos todos os recantos do Estado foram aderindo — Pelotas, inclusive, onde o movimento foi verdadeiramente popular. Era intendente o dr. João Py Crespo, revolucionário de primeira hora. Por sua ordem, a polícia municipal já se encontrava em rigorosa prontidão desde a manhã daquele 3 de outubro; pelas primeiras horas da tarde, concentrava-se na **Intendência**, acrescida do efetivo do Corpo de Bombeiros. Foram escaladas patrulhas em diferentes pontos da cidade, já que se temia uma intervenção da polícia federal, estacionada em Rio Grande. No quartel do 9º Regimento de Infantaria, o capitão Cícero Góis Monteiro reuniu a sua companhia e a conduziu para a rua, sob o pretexto de fazer exercícios (os praças já estavam "trabalhados" e os sargentos eram revolucionários). Depois de algumas horas, ordenou o

toque de reunir, declarando que aderira à causa e que contava com os seus comandados. Quem não estivesse de acordo que desse um passo à frente; ninguém se mexeu. Oficiais, ausentes do quartel, foram chegando aos poucos e incorporando-se ao movimento. Civis, recrutados em São Lourenço do Sul por iniciativa de Anacleto Firpo, também participaram da concentração no quartel do *Nono*. Formou-se um cordão de isolamento defronte ao prédio do Tiro Brasileiro 31. Momentos após, ele foi rompido por um automóvel, em vertiginosa carreira, conduzindo ocultos o comandante e o major fiscal do 9º RI. Os revolucionários reagiram; de dentro do carro partiram dois tiros, causando a morte instantânea de Antônio Duarte Pinto, natural de São Lourenço do Sul. Ao chegar ao quartel, o automóvel recebeu uma forte descarga, sendo presos os seus passageiros pelo capitão Cícero (hoje, nome de uma rua da cidade, mas na patente de major), que já havia assumido o comando do regimento. Em Rio Grande, vários episódios dramáticos ocorreram com o concurso de pelotenses. Alguns jovens morreram: Alarico Valença, acadêmico de Direito; Carlos Andrade Dias, conferente da Mesa de Rendas de Pelotas; Otto Schwanz, cabo do 9º RI. Foram transportados para Pelotas e velados no saguão da Intendência.

Bibliografia.— Magalhães, Mario Osorio. *História e tradições da cidade de Pelotas*. 5ª edição. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2005; Russomano, Victor. A Revolução em Pelotas. In *Revolução de Outubro de 1930: imagens e documentos*. Porto Alegre: Editores Barcellos, Bertaso & Cia., 1931, p.165-175.

(Mario Osorio Magalhães)

Revolução Farroupilha. As altas taxas sobre a exportação do charque, tornando o produto rio-grandense mais caro e sem condições de concorrer com a carne seca platina, foram certamente um dos fortes motivos que estimularam os farrapos, em 1835, a um enfrentamento de dez anos com o governo imperial. Pelotas, o maior centro produtor da Província, não poderia ficar alheia ao movimento. Estrategicamente, a cidade revelou-se desde longo um ponto de importância vital tanto para os revolucionários como para os legalistas, em virtude da sua posição geográfica relativa: por estar localizada entre Porto Alegre e Rio Grande, cidades cuja ocupação era decisiva para o sucesso militar, na visão de ambos os contendores. Prova disso é que, durante os dez anos do levante armado, mais de três quartos da população abandonou a cidade, diante das constantes tomadas e retomadas, ora dos farrapos, ora dos imperiais. A industrialização do charque ficou praticamente estagnada durante o período. Como consequência dos muitos confrontos que se verificaram na sede do município, nos seus distritos e no **Canal de São Gonçalo**, foram registradas várias mortes, no livro de óbitos, pelo vigário-geral da

matriz. Entre elas, a de Daniel Pinto Martins, filho natural do primeiro **charqueador**, e a de Pedro Antiqueira Maia, neto do já então Barão de Jaguarí (desde 1829), Domingos de Castro Antiqueira. A barca Liberal, construída entre outros por Domingos José de Almeida, foi apreendida pelos legalistas, servindo ironicamente de cárcere para o seu principal idealizador, logo no início da rebelião. Também no início da revolta, foi morto pelos imperiais o preceptor dos filhos de Gonçalves Chaves, no interior da sua **charqueada**. Gonçalves Chaves, cidadão português, como Domingos de Almeida deputado em 1835 e adepto imediato do movimento, exilou-se em Montevidéu, onde morreu acidentalmente, em 1837, por afogamento. O acontecimento militar mais significativo ocorreu em Pelotas no dia 7 de abril de 1836. O general Lima e Silva entrou na cidade acompanhado de 500 lanceiros. Sem ordem de tiro, os soldados legalistas refugiaram-se num sobrado da atual Félix da Cunha esquina Praça (**Casa da Banha**). Os farrapos cercaram o prédio e cavaram sob uma parede, ameaçando explodir barris de pólvora. Diante da rendição, retiraram-se, levando consigo vários prisioneiros. Na altura do Passo dos Negros, travaram violento combate e derrotaram as forças imperiais, que chegavam como reforços da cidade do Rio Grande. No segundo combate do **Passo dos Negros**, em 2 de junho, o mesmo general Lima e Silva resultou ferido. Recolheram-no à sede da charqueada de Domingos José de Almeida (proximidades do **Obelisco**). Renasceu da convivência de ambos o sonho da proclamação da República Rio-Grandense. Acabaram por convencer Antônio de Souza Neto, que o tornou realidade em 12 de setembro. Afora essas informações, não existem muitas outras sobre o cotidiano de Pelotas entre os primeiros anos da Revolução e os seus anos derradeiros. A **Câmara Municipal**, cujas atas representam sempre uma fonte de suprema importância, permaneceu suspensa de suas funções por mais de oito anos: desde fevereiro de 1836 até abril de 1844, quando foi convocada provisoriamente por Caxias. José Vieira Pimenta, escrivão da Irmandade de São Francisco de Paula, registrou num manuscrito de 1853: “De agosto de 1835 a dezembro de 1843 nada ocorreu por causa da guerra civil”. Em 1865, escreveu o príncipe Gastão d’Orleans (Conde d’Eu): “Os dez anos da guerra civil foram especialmente para Pelotas um período de misérias e de estacionamento”. Especialmente, de fato, porque, edificada a vila em 1832, econômico e urbano, Pelotas estava em franco desenvolvimento quando teve início a Revolução.

Bibliografia.— Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*. 1º. vol., 3ª. edição. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997; Magalhães, Mario Osorio. *Opulência e cultura na Província de São Pedro*. Pelotas: Editora da UFPel, 1993; Moreira, Ângelo Pires. *Pelotas na tarca do tempo*. 3º vol. Pelotas: s.ed., 1991.

(Mario Osorio Magalhães)

Revolução Federalista. Em fevereiro de 1893, cerca de cinco mil homens invadiram o Rio Grande do Sul pela fronteira do Uruguai em direção a Bagé. Esses revolucionários, ligados ao Partido Federalista e sob o comando de Gaspar Silveira Martins, tinham por objetivo depor o presidente do Estado e líder do Partido Republicano, Júlio de Castilhos. A chamada Revolução Federalista, ou Revolução de 1893, durou aproximadamente 31 meses, vitimou entre dez a doze mil pessoas e ficou caracterizada pelo extremo grau de violência, sendo a degola a forma de extermínio mais utilizada: após o combate ocorrido em novembro de 1893, na localidade de Rio Negro, próxima a Bagé, cerca de 300 republicanos foram friamente degolados pelos federalistas; em contrapartida, depois do combate de abril de 1894, na localidade de Boi Preto, próxima a Palmeira das Missões, quase o mesmo número de federalistas foram degolados pelos republicanos. Em Pelotas não se verificaram combates, mas existem indícios de que, na periferia da cidade, ocorreram ataques a propriedades privadas, além de roubos de animais e de outros bens, desde fevereiro de 1892, portanto um ano antes de iniciar-se o conflito. Nas páginas do **Diário Popular**, que era porta-voz do Partido Republicano, encontram-se denúncias de vários atos de violência praticados pelos revolucionários federalistas; por outro lado, na *Tribuna Federal*, órgão do Partido Federalista, igualmente atribuíram-se atos de violência às forças republicanas. Esse mesmo jornal foi empastelado posteriormente. Em 1895, o governo federal, preocupado com os rumos da revolução, indicou o general Inocêncio Galvão de Queiroz para negociar diretamente com João Nunes da Silva Tavares, líder dos revolucionários, o fim do conflito. Em 23 de agosto, a paz foi assinada na cidade de Pelotas.

Fontes.— *Diário Popular*, *Correio Mercantil*, *Gazeta da Tarde* e *Tribuna Federal*. Pelotas: 1892.

Bibliografia.— Magalhães, Mario Osorio. *História do Rio Grande do Sul (1626–1930)*. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2002; Santos. João Antônio Oliveira dos. *A Revolução antes da Revolução: considerações a respeito do período que antecedeu à Revolução Federalista no Rio Grande do Sul*. Pelotas, UFPel, 2006, artigo (Especialização em História do Brasil).

(João Antônio Oliveira dos Santos)

Roda dos expostos. Não há precisão na bibliografia sobre o surgimento das rodas de expostos na Europa. Por certo, elas foram inspiradas nas rodas dos mosteiros medievais, nas quais as pessoas colocavam alimentos e objetos para os religiosos enclausurados. A roda era um cilindro de madeira com aberturas laterais colocado em uma parede, ela girava ao redor do próprio eixo, permitindo que as crianças fossem

colocadas do lado de fora e recebidas no interior da instituição sem que o depositante fosse visto. Normalmente os relatos sobre a instituição da roda afirmam que ela deveria servir para extinguir as cenas não mais suportáveis de bebês abandonados ao relento à mercê de animais ferozes. Este dispositivo de recolhimento de enjeitados se disseminou na Europa e na América durante o século XVIII, sendo que no século XIX já era seriamente criticado por moralistas e filantropos, que o responsabilizavam pelo aumento do abandono. No Brasil, que seguia a legislação portuguesa, as **câmaras** eram responsáveis pelo cuidado das crianças abandonadas, mas era comum que nas cidades onde houvesse uma irmandade da **Santa Casa de Misericórdia** tal responsabilidade lhe fosse conferida mediante subvenção estatal. A primeira Roda de expostos foi instalada na cidade de Salvador em 1726. No Rio Grande do Sul as misericórdias passaram a cuidar dos expostos a partir de 1837 (Porto Alegre), 1838 (Rio Grande) e 1849 (Pelotas). O momento de passagem da responsabilidade das câmaras para as misericórdias não coincide necessariamente com a criação das Rodas. Em Pelotas, por exemplo, tal dispositivo foi instalado no Hospital da Misericórdia apenas em 1862, passando para o novo prédio em 1872. Nas décadas seguintes foram crescentes as críticas dos administradores da caridade a este sistema. Segundo eles as crianças eram abandonadas em péssimo estado de saúde e muito poucas sobreviviam aos primeiros meses de vida. As que sobreviviam eram encaminhadas para os cuidados das amas de leite (mulheres contratadas para amamentar e cuidar das crianças), com elas ficavam normalmente até os sete anos de idade, sendo posteriormente encaminhadas para diversos lugares: alguns meninos se tornavam aprendizes no Arsenal de Guerra em Porto Alegre, algumas meninas eram encaminhadas para o Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição, e ambos eram adotados por famílias locais, que poderiam fazer uso de seu trabalho até a maioridade. Os documentos específicos referentes aos expostos, segundo funcionários da irmandade, foram perdidos em uma grande chuva na década de 1960. Nos demais registros da irmandade não há informações sobre o momento exato de extinção da Roda, mas sabemos que nos primeiros anos do século XX ela já não existia mais, pois eram encontradas crianças na rua e à porta do Hospital. A partir de 1913 não há mais menção à existência de crianças abandonadas nos relatórios da irmandade. A Roda existiu até 1940 em Porto Alegre e 1950 em São Paulo.

Bibliografia.- Marcilio, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil (1726-1950). In: Freitas, Marcos César (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 53-80; Tomaszewski, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Dissertação (Mestrado em História); Vanti, Elisa dos Santos. *A breve história de Ethelvina: caridade, filantropia e assis-*

tência à infância em Pelotas (RS, 1875-1900). *História da Educação*. Pelotas, n° 12, set. 2002, p. 143-158.

(Cláudia Tomaschewski)

Rodoviária. O projeto da Estação Rodoviária de Pelotas começou a ser executado em 1978 e foi assinado pelo arquiteto Gonzalo Figueroa, sendo que a Construtora Roberto Ferreira S.A. responsabilizou-se pela obra. A nova rodoviária representou a solução de um problema gerado pela localização da antiga estação, instalada, por mais de 20 anos, na esquina da Rua Marechal Deodoro com a Rua Lobo da Costa, onde os ônibus estacionavam em via pública, prejudicando o trânsito de outros veículos e também de pedestres. Na medida em que a cidade foi crescendo, essa falta de infra-estrutura agravou-se gerando reivindicações da população por uma rodoviária com instalações mais adequadas às suas necessidades. Diante disso, a **Prefeitura Municipal** assumiu o compromisso de construir um novo terminal. Algumas polêmicas sobrevieram durante essa construção. A empresa Vale Machado e Cia Ltda, que possuía, até então, a concessão da rodoviária, entrou com recurso pedindo a retomada dos direitos de exploração desse serviço. A decisão da justiça, no entanto, foi favorável à prefeitura, que assumiu, definitivamente em 1983, a administração da estação, através da Empresa de Turismo do Município de Pelotas – ETURPEL. Além disso, em 1982, chegou a ser aprovada, pela **Câmara** de Vereadores, a proposta de venda da nova rodoviária, para saldar dívidas do município com o funcionalismo. Tal intento, contudo, não se efetuou e a Prefeitura manteve a concessão. Paralelo às obras de construção do terminal, foram criadas vias de acesso, entre elas o prolongamento da Avenida Bento Gonçalves, minimizando as críticas daqueles que consideraram o local muito distante da zona central da cidade. A solenidade de inauguração foi realizada em 8 de maio de 1982, juntamente com a abertura da I Feira da Alimentação e Desenvolvimento de Extremo Sul- FAESUL, a qual foi realizada no prédio da nova estação. O início das atividades, entretanto, só ocorreu em abril de 1984. Hoje, a rodoviária, que recebe o nome de Terminal Rodoviário Jadir Andara Rodrigues, é administrada pela Empresa Municipal do Terminal Rodoviário de Pelotas LTDA – ETERPEL.

Fontes.– Jornal Diário Popular (1978 - 1987), Diário da Manhã (1979 - 1989), Tribuna do Sul/RS (1994); Site: <http://www.pelotas.com.br/legislação>, acesso em 15 de março de 2009.

(Érica Lopes de Lima)

Ruas. A ocupação do espaço que constitui hoje o centro urbano de Pelotas verificou-se praticamente em quatro etapas, através de

quatro diferentes projetos de urbanização — todos eles obedientes, no entanto, às linhas do projeto original. Isto significa que, embora o seu traçado ortogonal tenha se consolidado ao longo de mais de meio século (entre 1815 e 1870), é como se fosse Pelotas uma cidade planejada, programada, elaborada de uma só vez e conforme a um único padrão determinante. O primeiro projeto é resultado da fundação da **freguesia** (1812). Traçaram-se por volta de 1815 ao todo 19 ruas (12 longitudinais e 7 transversais) entre as atuais Barroso e Marcílio Dias, avenida Bento Gonçalves e General Neto. Em seguida a cidade se expandiu para o sul: num segundo projeto, de 1830 mais ou menos (quando a aldeia se transformou em **vila**), as ruas longitudinais se prolongaram na direção do São Gonçalo, acrescentando-se à planta 15 transversais, da Rua Sete de Setembro até à Rua Barão de Mauá. Quando recebeu o título de **cidade**, em 1835, Pelotas já contava, pois, com 34, ou talvez 35 ruas. Em 1858, numa terceira etapa, a cidade se expandiu na direção do norte: abriram-se cinco artérias no bairro da Luz, da Doutor Amarante à Pinto Martins. Por fim, data de 1870 o quarto projeto: nesse ano rasgaram-se, no bairro da Várzea, quatro novas ruas, sendo a mais extrema, a leste, a João Pessoa. A opção pelo quadriculado, que tem suas raízes no urbanismo grego do século V (plano *hipodâmico*) e que permaneceu moderno no século XIX, foi certamente estimulada, em Pelotas, pela topografia. É que, quase rigorosamente plano, o sítio ajustava-se exemplarmente à regularidade do traçado geométrico. Isto, como se sabe, não corresponde à maioria das cidades brasileiras, cujo relevo acidentado acabou por determinar a implantação de muitas vias tortuosas e estreitas. E não é apenas a regularidade que merece atenção. Quase todos os viajantes do século XIX registraram como positivo o fato de que, além de retas, eram bastante largas as ruas de Pelotas. Quer dizer: ademais de empregar-se sistematicamente o urbanismo ortogonal (e também por causa desse emprego), procurou-se manter uma média maior que dez metros de largura para cada artéria. E isso não é comum, sobretudo se pensarmos que no início do século XIX (na época em que adotou aqui o primeiro projeto) a planificação das vias correspondia à necessidade de circulação de muito poucos pedestres, cavalos e burros de carga. Uma conclusão mais a que se chega, observando com detalhe a história das nossas ruas: as suas denominações atravessaram cinco fases distintas, não coincidentes com os projetos urbanos. De início as ruas foram identificadas com características ou nomes próprios particularmente locais: em 1815, eram Rua das Fontes, do Comércio, do Açougue, da Lagoa; logo depois, Rua da Indígena, do Castro, Fabiano Pinto, Alferes Inácio. Em 1854 surgiram as primeiras alterações, quando as ruas passaram a homenagear santos universais da Igreja católica: São Domingos, Santa Bárbara, São Miguel, Santo Inácio. Em 1869, aproximando-se do fim a **Guerra do Paraguai**, Pelotas aderiu às explosões do civismo brasileiro e as ruas passaram a ser General Osório, Andrade Neves, Voluntários, Marcílio Dias. Em 1895,

coincidindo com a consolidação da República, transformaram-se em Benjamin Constant, Deodoro, Floriano, Quinze de Novembro. Observe-se que a preferência genérica, hoje, por nomes próprios de expressão nacional, fez com que se mantivessem nas placas de esquina as denominações dessa terceira e dessa quarta fases. Por fim, a homenagem a vultos históricos de expressão local tem a data de 1922, ano do centenário da Independência. Nesse ano Fernando Osorio publicou *A Cidade de Pelotas*. A reverência ao passado, à construção da cidade, influenciou para que as primeiras ruas do bairro da Luz, ou zona norte, se denominassem Pinto Martins, Antônio dos Anjos, Padre Felício.

Bibliografia.— Magalhães, Mario Osorio. *Os passeios da cidade antiga: guia histórico das ruas de Pelotas*. 2ª. edição. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2000.

(Mario Osorio Magalhães)



Castelo, no Bairro Simões Lopes

Sanatórios. Não é exagero dizer que a ideia de loucura variou muito ao longo do tempo. Em séculos anteriores diversos comportamentos não considerados adequados ao convívio social ou à moralidade vigente eram considerados loucura. Entre o final do século XVIII e o século XIX os médicos passaram a ser os principais responsáveis por sua determinação, transformando-a em doença mental e propondo a construção de lugares específicos para o seu tratamento. No Brasil os primeiros hospitais, denominados hospícios, para este tipo de tratamento foram fundados durante o século XIX. Em 1852 foi construído o primeiro deles na capital do Império, e para lá eram enviadas pessoas de todo o Brasil. Já a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul teve seu primeiro hospício, denominado São Pedro, inaugurado em 1884. Em momentos anteriores as pessoas eram normalmente enviadas para os hospitais das **Santas Casas de Misericórdia** e para as prisões locais, mas a partir da construção dos hospícios foi comum que as autoridades locais também as enviassem para lá. Não era diferente no caso da cidade de Pelotas, onde os loucos eram recebidos nos Hospitais da Santa Casa de Misericórdia (fundado em 1848) e **Beneficência Portuguesa** (fundado em 1856, e que atendia preferencialmente seus sócios, mas também por caridade e venda de serviços). Até o início do século XX também há registros da continuidade de sua reclusão na cadeia local. Muitas destas pessoas eram “remetidas” para o Rio de Janeiro e, a partir da criação do São Pedro, para Porto Alegre. No hospital da Santa Casa de Pelotas, os loucos eram colocados em quartos com grades, não diferindo muito da forma de acomodação nas cadeias. E mesmo no Hospício São Pedro não havia muitas chances de tratamento médico, ele servia muito mais como um depósito de pessoas consideradas indesejáveis. Ainda na década de 1910, a mortalidade dos internados era mais de 50%, índice mais elevado do que o dos hospitais que recebiam doentes moribundos no século XIX. O primeiro hospital destinado ao tratamento da loucura em Pelotas foi o Sanatório Alice Velloso, inaugurado em 1931 e localizado no bairro Três Vendas, nele também eram recebidos outros doentes, como os que sofriam de tuberculose. Normalmente esses pacientes eram mais abonados, mas o sanatório também atendia alguns ex-internos da Santa Casa. Em 1938 houve a construção de um novo prédio, a especialização no tratamento de doenças mentais e uma nova denominação: Sanatório Franklin Roxo, em homenagem a um famoso médico psiquiatra da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que atuava junto ao recém fundado Instituto Nacional de Alienados. Em 1948 foi criada a Associação Hospital Espírita de Pelotas, que abriu suas portas alguns anos após. Mais voltado à assistência dos pobres, também era especializado no internamento dos que eram considerados loucos. Esse hospital ainda existe. O Sanatório Roxo, que em 1968 passou a se chamar Clínica Olivé Leite (talvez em razão do movimento anti-psiquiátrico da época, já que o nome “clínica” é mais neutro), fechou suas portas em 2002. O prédio

onde funcionava ainda guarda alguns documentos da época da fundação como o primeiro livro de registro de entrada do Sanatório Alice Velloso e todos os prontuários médicos a partir da década de 1960.

Bibliografia.- Gastal, F. e outros. A evolução histórica em um hospital psiquiátrico: da assistência médica tradicional ao gerenciamento pela qualidade total. In: *Revista de Psiquiatria do R.G.S.* v. 24, n. 3, set/dez 2002, p. 287-295; Tomaschewski, Cláudia. O espaço da loucura: discursos acerca da loucura na cidade de Pelotas – RS (1872-1938). In: *Seminário Internacional Michel Foucault: perspectivas*. Florianópolis, 2004; Tomaschewski, Cláudia. Furiosos e incuráveis. As recusas ao internamento de loucos no hospital da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1848-1908). *Histórica*. Revista On-Line do Arquivo Público de São Paulo. No. 26, outubro de 2007. Disponível na Internet em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>

(Cláudia Tomaschewski)

Saneamento. “Pelotas foi a primeira cidade do Rio Grande do Sul que construiu serviços completos e satisfatórios de abastecimento de água e esgoto”. A frase, do sanitarista Saturnino de Brito, ilustra a importância que a questão da **higiene** e do saneamento alcançou na cidade na primeira metade do século XX. Em 1910 o município contava com 62 mil habitantes e a urbe com mais de 36 mil. O crescimento urbano impulsionou as discussões sobre a higiene e o saneamento, dando ênfase às questões de habitação operária, dos arroios e do traçado quadriculado da cidade, que dificultaria a “circulação e purificação do ar”. A rede de esgotos entrou em operação em 1914. A extensão projetada para os coletores era de 41,7 km e a das canalizações 51,1 km. O esgoto atenderia a área com maior densidade de ocupação, com 4.738 imóveis conectados à rede. O projeto contemplava também zonas de expansão para o **Porto** e a várzea do arroio Santa Bárbara. O lançamento dos resíduos era realizado *in natura* no **Canal de São Gonçalo** através de dois emissários, um próximo ao Porto, e outro próximo à foz do Santa Bárbara. A expansão da rede de esgotos se deu, primeiramente, rumo aos bairros da Luz (zona norte) e Várzea (zona leste), num total de 196 hectares. A construção da rede supunha aconexão das casas à rede principal, o que nem sempre era realizado pelos proprietários. Na década de 1920 as preocupações continuavam. O Código de Construções pretendia que trabalhadores e operários tivessem uma vida com “todas as condições higiênicas”. Competiria à Intendência e à legislação municipal “pôr termo às construções antigas” que “traziam a infelicidade aos lares” em vez de serem “abrigos para a organização de famílias sadias”. O poder público esforçou-se em promover a “moradia salubre”, permitindo a construção de “casas baratas regulamentadas”, visando normalizar a cidade do ponto de vista “higiê-

nico, social e arquitetônico”. O Relatório da Intendência de 1922 também se referia à questão das águas, afirmando que Pelotas não poderia permanecer com “um lençol tão extenso de águas paradas ou terrenos encharcados em suas cercanias durante boa parte do ano”. O poder público atuava para melhorar as condições dos arroios, prolongando avenidas e construindo canais de drenagem para as águas. Justificava sua ação pelo crescimento da população e pela necessidade de “atender as exigências da higiene pública”. No estudo *Saneamento de Pelotas* (1927) Saturnino de Brito solicitou a regulamentação da servidão ou utilização do Santa Bárbara. A solução, segundo o informe, somente se daria com a canalização do curso d’água e a drenagem dos “terrenos inúteis” de sua “planície”, que poderiam ser comercializados pela municipalidade. Para Saturnino de Brito, o grande número de obras desaneamento incompletas, ou que não acompanhavam o crescimento da população urbana, eram as responsáveis pela persistência dos problemas de salubridade locais. O Relatório Sanitário publicado pelo prefeito Augusto Simões Lopes no **Diário Popular** em 1925, identificou os principais problemas: a falta de esgoto sanitário em boa parte do núcleo urbano, a falta de saneamento das águas da chuva ou paradas e a presença de indústrias (matadouros, curtumes) que lançavam seus resíduos diretamente nos cursos d’água. Para combater esses problemas, Saturnino de Brito considerava necessário reforçar as medidas de polícia sanitária, a realização de obras de expansão da rede de esgoto e de abastecimento de água potável, o tratamento dos materiais fecais e seu lançamento em um ponto mais distante da cidade, assim como a total limpeza e drenagem dos pântanos. Sua maior preocupação relacionava-se com a situação do arroio Santa Bárbara, dado seu estado de contaminação. O engenheiro observou que a cidade crescia de costas para o arroio, transformando-o em “uma verdadeira cloaca urbana”. Foi proposta a interrupção imediata da poluição e a reserva de uma faixa de 20 metros de largura entre seu leito e as edificações, incluindo as avenidas marginais que deveriam ser construídas. As propostas de Saturnino não foram realizadas e a questão do Santa Bárbara só foi “solucionada” algumas décadas depois. Em 1947 foi realizado o segundo plano de saneamento de Pelotas. Pretendia resolver o problema da falta de água nas diversas vilas que margeavam a cidade. As zonas urbana e suburbana possuíam mais de 11 mil casas, mas pouco mais de 7 mil estavam conectadas à rede de água e a **população** havia ultrapassado os 60 mil habitantes, segundo o Censo de 1940. Esse rápido crescimento populacional exigia novas medidas de saneamento. Assim, o segundo plano contemplou as vilas surgidas após 1925, nos bairros Fragata, Areal e Três Vendas, as quais já concentravam importante população. Também foi planejada a expansão da rede de esgotos e a divisão da cidade em dois setores, cujo divisor era o Arroio Santa Bárbara. A rede de abastecimento de água recebeu mais 55 km de extensão, enquanto que a rede de esgotos foi ampliada em 16 km. Projetou também novas avenidas (Contorno) e

parques na zona da Várzea e nos bairros Três Vendas e Fragata, além de correções e ampliações do traçado urbano. Por sua abrangência, poderia, inclusive, ser considerado um primeiro “plano diretor” para a cidade. O projeto foi aprovado em um momento de crítica aos problemas sanitários existentes em “uma cidade moderna como Pelotas”. Evidentemente, não solucionou esses problemas, especialmente na questão da habitação popular, pois “vilas” e “pátios” continuavam existindo. Contudo, as discussões e ações no saneamento de Pelotas evidenciam a vontade de suas elites de modernizar a forma urbana da cidade, conservando o seu traçado fundacional e refletindo, ainda que com certo atraso, os debates urbanísticos realizados nos grandes centros brasileiros e mundiais.

Fontes.- Brito Fº, F. S. *Saneamento de Pelotas* (novos estudos) - Relatório de projetos 1947. Pelotas: Oficina Gráfica da Livraria do Globo, 1950. Simões Lopes, A. Relatório Sanitário. Publicado no *Diário Popular* em 26 de maio de 1925.

Bibliografia.- Brito, F. S. Saneamento de Pelotas. *Obras Completas de Saturnino de Brito*. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

(Paulo Soares)

Santa Casa de Misericórdia. A Santa Casa de Misericórdia é um tipo de **irmandade** religiosa organizada por católicos leigos. A primeira irmandade da Misericórdia foi fundada em Lisboa em 1498; a partir de então, em muitas cidades e vilas portuguesas e também em diversas regiões de colonização portuguesa na África, América, Ásia e Ilhas Atlânticas. Na cidade de Pelotas foi organizada uma Santa Casa no ano de 1847, quando alguns homens pertencentes às elites locais (grandes proprietários de terra, comerciantes, **charqueadores**, letrados e políticos) reuniram-se com o objetivo de fundar um hospital para pobres. Inaugurado em 1848, em terreno localizado nas ruas de Santa Bárbara e São Jerônimo (atuais ruas Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, respectivamente) o hospital recebia doentes pobres, soldados, imigrantes e escravos (que deveriam ter a estadia paga pelos senhores). Em 1849, passou a abrigar os expostos (crianças abandonadas), que anteriormente estavam sob os cuidados da **Câmara**. Para isso instalou, a partir de 1862, o mecanismo da roda de madeira em uma das paredes, com aberturas laterais, na qual as crianças poderiam ser depositadas e recebidas no interior do hospital. Em 1855, quando o hospital já possuía um novo prédio, então próprio, localizado no mesmo local, foi inaugurado o **cemitério** da Irmandade (atual cemitério de São Francisco de Paula, no bairro Fragata), que deveria servir de cemitério público. Esse passaria a se encarregar de todos os enterramentos, e a sua criação fez parte de um projeto do Império do Brasil para acabar com os enterros nas igrejas e no centro das vilas e cidades. Nesse sentido, a Santa Casa mantinha certo

monopólio, pois em alguns momentos do século XIX era a única instituição que podia fazer o transporte fúnebre e possuir cemitério próprio, obrigando as outras irmandades a enterrar seus associados em terrenos vendidos por ela. Parte do prédio atual teve sua pedra fundamental lançada em 1861, tendo sido inaugurado apenas em 1872. A administração era feita pela Mesa da Irmandade, composta pelo Provedor (principal cargo), escrivão, tesoureiro, procurador e 12 mordomos. Havia também uma administração especial para o cemitério, que era composta pelo escrivão da Mesa, mordomo e tesoureiro. Os principais cargos, sobretudo o de Provedor, eram ocupados por alguns dos homens mais ricos da cidade. Os recursos para a prática destas atividades assistenciais provinham de doações e legados (bens e dinheiro deixados em testamentos); da renda gerada pelo cemitério, por meio do transporte fúnebre, venda de terrenos, catacumbas, mausoléus e sepulturas rasas, e dos serviços de enterramento; do financiamento do Estado; e da renda do aluguel de terras, prédios urbanos, e aplicação de dinheiro em apólices da dívida pública. Como a Santa Casa era uma irmandade católica, também possuía capelas, uma no cemitério, inaugurada em 1882, outra no hospital, terminada em 1884, que serviam principalmente para encomendação do corpo e reza pela alma dos irmãos e benfeitores. Um dos motivos para a prática da caridade, era porque os ricos acreditavam que, se fizessem boas ações, doando dinheiro e serviços para os pobres, ou para a Santa Casa, estariam garantindo o seu lugar no céu, ou, pelo menos, um tempo mais curto no purgatório. Outro motivo para as doações era a preservação da “memória” dos indivíduos como benfeitores, já que os grandes doadores tinham seus retratos a óleo colocados no salão de honra. A partir da década de 1880, a direção da Santa Casa passou a não aceitar o ingresso no hospital de uma série de indivíduos que até então eram para lá recolhidos: os loucos, os velhos e as crianças abandonadas. Um dos motivos para isso pode ser encontrado na abolição do trabalho escravo, em 1888. Anteriormente a esta data, os senhores eram “responsáveis” por seus escravos, mesmo os contratados, para os quais estava prometida a liberdade, e deviam pagar pelo atendimento no hospital. Outro motivo é a diminuição da subvenção do Estado a partir de 1882 e a alteração do regulamento do cemitério: agora as irmandades não pagariam mais aluguel pelo terreno que já haviam comprado, e o transporte fúnebre não era mais um serviço exclusivo da Santa Casa. Com a diminuição da receita, a instituição passou a justificar a negativa do internamento por meio da influência cada vez mais marcante dos profissionais formados em medicina: a partir daquele momento somente seriam atendidos no hospital doentes curáveis que poderiam voltar ao trabalho, embora possa perceber-se que desde a sua fundação esse fosse o objetivo maior referente aos doentes tratados na instituição. No século XX a Santa Casa se especializou na assistência médica: no hospital não eram mais atendidos apenas os pobres, mas também aqueles que podiam pagar. O cuidado

com as crianças abandonadas passou a ser de pequena relevância no começo do século XX e parece que neste momento não havia mais a **roda dos expostos**. O cemitério passou a ser administrado por um empregado contratado e, ainda que o estabelecimento de novos cemitérios fosse garantido pela constituição de 1891, o da Misericórdia continuou a ser o único do “1º distrito” e a principal fonte de renda dessa associação. Nesse momento a instituição parece semelhante ao modo como a percebemos hoje: é um hospital, que atende particulares, tem convênios e faz atendimentos pelo Sistema Único de Saúde; o cemitério São Francisco de Paula, atualmente ecumênico, também é de propriedade da Santa Casa, porém administrado por uma empresa especializada.

Fonte. – Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas

Bibliografia. – Tomaschewski, Cláudia. *Asilar ou curar? A Medicina e o Hospital da Santa Casa de Pelotas (1847-1908)*. Pelotas, UFPel, 2005. Monografia (Licenciatura em História); Tomaschewski, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Dissertação (Mestrado em História).

(Cláudia Tomaschewski)

Saraus. Eram geralmente reuniões em pequenos grupos, realizadas numa residência particular, em âmbito familiar, ou nas moradas de intelectuais e pessoas abastadas da sociedade, congregando literatos e artistas. Devido à riqueza gerada em Pelotas pela atividade **charqueado-ra**, os senhores de terras e de gado costumavam realizar viagens à Europa e importar objetos, instrumentos e práticas culturais como forma de marcar seu lugar na sociedade em oposição à cultura dos africanos escravizados e dos demais trabalhadores. Ao lado dessa situação, a **educação** feminina do final do século XIX valorizava os dotes que as moças possuíam e, dentre estes, alguns dos mais importantes eram saber bordar, falar francês e tocar piano. Dessa forma, os saraus familiares eram o espaço onde as moças podiam demonstrar suas habilidades artísticas, tocando piano, cantando ou recitando poesias, preferentemente no original em francês. Um relato de 1827, escrito pelo jovem oficial alemão Carl Seidler, recomendava aos viajantes que tocassem algum instrumento, sobretudo o piano, mesmo que pouco, pois que o piano se encontrava em todas as boas casas da **Freguesia** de São Francisco de Paula, antigo nome da cidade de Pelotas. Sobre as mulheres da freguesia, comentou que, por seus trajes, ricos e de bom gosto, e pela graça e simpatia, podiam ser consideradas as “espanholas do Novo Mundo”. Disse que quase todas tocavam piano, falavam um pouco de francês e em sua maioria dançavam muito bem. Outro aspecto importante é que não se pode falar hoje, a partir dos dados disponíveis, do sarau como um único e invariá-

vel tipo de acontecimento, mas há que se ter em conta que, sob este nome, diversos tipos de eventos culturais foram enquadrados. Além dos saraus domésticos para a prática musical em família, havia saraus em casas de professores de **música**, onde seus alunos tocavam o que haviam aprendido durante aquele ano. Havia, ainda, saraus realizados em casas de famílias importantes da cidade em honra a algum artista que estivera dando concertos, como na ocasião dos recitais de Igenez Friedmann e Emil Frey na cidade de Pelotas. A revista *Ilustração Pelotense*, que circulou em Pelotas entre 1919 e 1927, noticiou um sarau de arte realizado na cidade em 1922, durante “uma conferência do dr. Fernando Osorio sobre ‘A música: poesia dos sons’. Poetas recitarão poesias de sua lavra, pintores farão exposição dos seus últimos e belíssimos quadros e a parte musical estará a cargo do exímio violinista patricio Vicente Fittipaldi, que conta com o valioso auxílio de prestigiosos elementos do nosso **Conservatório**”. No repertório mais executado nos saraus de Pelotas, havia danças de salão, peças curtas de caráter, modinhas, tangos e árias de ópera de baixa complexidade para canto e piano ou em versões para piano solo. Desta forma, os saraus contribuíram para a popularização do repertório executado pelos concertos e companhias de ópera, comédia e zarzuela que faziam apresentações na cidade de Pelotas, promovendo a consolidação de determinados padrões estéticos dentro dessa sociedade.

Fonte, – *Ilustração Pelotense*. Pelotas: n.º. 11, 1.ª. quinzena, junho de 1922.

Bibliografia. – Magalhães, Mario Osorio. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora da UFPel, 1993; Nogueira, Isabel Porto e Sousa, Márcio de. *A música (1889-1930)*. In: (Golin, Tau e Boeira, Nelson (coord.) *História geral do Rio Grande do Sul*, tomo II, vol. 3. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 329-357.

(Isabel Porto Nogueira/Márcio de Sousa)

Segundo Loteamento. De 1812 a 1830, **afreguesia** de São Francisco de Paula, futura **cidade** de Pelotas, esteve vinculada à vila de Rio Grande. Nesse período, uma segunda área do povoado foi loteada. A **população** quase dobrou, passando de 2.419 a, aproximadamente, 4.300 habitantes, vivendo nas 500 casas do povoado. Mariana Eufrásia da Silveira e seu marido, capitão-mor Francisco Pires da Silveira Cazado, eram agregados na sesmaria do Monte Bonito. As terras onde moravam pertenciam a sua filha Maurícia Inácia da Silveira, casada com o alferes Inácio Antônio da Silveira Cazado, irmão de Francisco. Em 2 de julho de 1813, Dom Diogo de Souza, governador da Província, fez mercê a Mariana das terras que faziam um triângulo oblíquo, cuja maior largura era de 1.848 m e o menor comprimento 2.948 m. Em 7 de novembro de 1827, o inventário de Mariana apresentou a seguinte relação de bens para servidão do povo: um terreno para praça da povoação, medindo 80 braças

em quadro, 176 m²; junto a essa, um terreno de uma quadra para a nova igreja; os terrenos para quartel e hospital de 20 braças de frente e 20 de fundos, 44m² e mais 20 braças por 20, 44m², para estrada dos gados. O templo não passou das fundações. No lugar do hospital e do quartel, construíram-se a **Bibliotheca Pública Pelotense**, o Paço Municipal (atual **Prefeitura**) e o Liceu (primeiro prédio da Escola de Agronomia). No sítio destinado aos gados, localizou-se a atual Praça Piratinino de Almeida, antiga Praça da Cavallhada, primeiro lugar de comercialização do gado dirigido às salgas, e a **Santa Casa de Misericórdia**. Quando foi erguido o pelourinho, símbolo da autonomia municipal, em 7 de abril de 1832, a praça destinada à povoação era chamada de “Campo”. Hoje, conhecida como Praça Coronel Pedro Osorio, consolidou-se como uma praça maior, profana, ao lado da menor, já existente, junto à igreja matriz, de caráter religioso. Em 9 de junho de 1834, foi aprovada pela **Câmara Municipal** a planta da área urbana, elaborada pelo arquiteto civil da municipalidade Eduardo Ernesto Kreschemar. O desenho seguiu o mesmo reticulado heterogêneo do **primeiro loteamento**, em direção sul, até encontrar as águas do **canal de São Gonçalo**, local onde se consolidava o **porto** do recém criado município. Nessa trama, o prolongamento ocorreu ao longo das doze ruas longitudinais mais largas existentes na freguesia e a implantação de mais quinze travessas, mais estreitas. Os edis tinham deixado à escolha do arquiteto o número e a localização das **praças**. O desenho terminava ao norte pela atual Avenida Bento Gonçalves, prevista desde 1815 como Passeio Público; ao sul, pelo canal de São Gonçalo; a leste, pela Rua das Fontes, hoje Almirante Barroso. Pela ausência de construções nas quadras, permaneceram as praças: a maior e mais central, a menor e a destinada às cavallhadas. Foi prevista uma outra, chamada de Misericórdia, com área destinada ao hospital, a qual não se efetivou como o imaginado. A **Santa Casa** foi construída ao lado de onde se negociavam os animais. Porém uma outra praça se implantou, junto ao porto, hoje conhecida como Domingos Rodrigues, em homenagem ao antigo proprietário das terras. Em 1834, junto à planta, foi aprovado o Código de Posturas Policiais, que tratava de: Limites Urbanos, Saúde Pública e Polícia. Essa lei proibia aterrar ou escavar as ruas da **Vila** além do nivelamento, de modo que ficasse vedado o livre escoamento das águas pelas ruas, a leste e a oeste, ou dirigir as águas em sentido contrário, e impedia a retirada de aterro das praças. As obras de alinhamento e nivelamento implicavam os trabalhos do profissional contratado, denominado arruador, com a audiência dos proprietários confinantes e dos fiscais da povoação e licença do juiz de paz da povoação. Sobre as ruas, a legislação dizia que todas as ruas e travessas que se abrissem na Vila tinham de ter pelo menos oitenta palmos de largura, 17,60 m. O mesmo instrumento determinava aos proprietários dos prédios calçarem a frente na largura de seis palmos, 1,32 m, ou pelo menos cinco, 1,10 m,

seguindo o nivelamento da rua. As casas que ora em diante se edificassem, ou retificassem, não teriam degraus para fora da soleira. As praças que para o futuro pudesse haver, sempre que o terreno permitisse, deveriam ser quadradas. As posturas disciplinavam os edifícios, construções e terrenos por edificar. Desde 1829, dentro dos limites da vila, não se poderia construir nem reedificar casas cobertas de capim, tolerava-se o reparo das que ainda fossem habitáveis. A mesma norma definia que todos os edifícios, no caso de térreos, teriam que ter 4,05 m de pé direito, o que quer dizer, de distância entre o piso e o forro, e no caso de sobrado, 7,88 m. A partir da data da lei, nenhum prédio poderia ser construído sem que tivesse alicerces e paredes “proporcionadas a sua forma e grandeza e sem que se proceda os autos de arruamento e licença da câmara”. Tudo seria examinado por pessoa “inteligente”, nomeada pela Câmara. Proprietários de casas que ameaçavam ruir deveriam tomar providências. A planta da freguesia de 1815, a continuação do traçado e o Código de 1834 propiciaram à cidade de Pelotas uma sólida estrutura urbana, de valor inestimável.

Bibliografia.— Lopes Neto, João Simões. *Apontamentos referentes à história de Pelotas e de outros dois municípios da Zona Sul*: São Lourenço e Canguçu. [1912] Pelotas: Armazém Literário, 1994; Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*. 1º vol., 3. ed. Pelotas: Armazém Literário, 1997; Magalhães, Mario Osorio. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*: Um estudo sobre a história de Pelotas. Pelotas: Editora da UFPel, 1993; Gutierrez, Ester Judite Bendjouya. *Negros, charqueadas & olarias*: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas. Editora da UFPel, 1993. Gutierrez, Ester Judite Bendjouya. *Barro & sangue*: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888). Pelotas: Editora da UFPel, 2004.

(Ester Gutierrez)

Senadores. Conforme a Constituição de 1824 — a única que vigorou durante o Império brasileiro —, o Senado era vitalício; os candidatos mais votados em eleição provincial compunham uma lista tríplice, que era submetida à escolha do Imperador; o número de representantes por província correspondia à metade do número dos seus deputados; caso esse número fosse ímpar, o número de senadores seria arredondado para baixo. No Primeiro Reinado e na Regência (1822-1840), o Rio Grande do Sul, com três deputados, teve direito a apenas um representante na Câmara Alta. Só em 1846 — seis anos depois da implantação do Segundo Reinado — instituiu-se a segunda cadeira, uma vez que a Província passou a contar com cinco deputados: a terceira, proporcional a seis deputados somente por lei eleitoral de 19 de setembro de 1855. Nenhum cidadão natural de Pelotas ou aqui residente desempenhou o cargo durante esse período, mas João Jacinto de Mendonça, ao falecer em 3 de junho de 1869, havia sido eleito para o Senado e figurava em primeiro lugar na lista tríplice. Por esse motivo é conhecido como Senador Men-

donça; sob esse título e sobrenome, uma das ruas transversais do centro da cidade homenageia a memória desse pelotense ilustre, que chegou a ser presidente — hoje se diria governador — da Província de São Paulo. Durante a República Velha (1889-1930), mantiveram-se as três vagas, com a particularidade de que a primeira tinha a duração de nove anos, a segunda, de seis, e a terceira, de três. Carlos Barbosa Gonçalves, pelotense de nascimento e jaguareense adotivo, ocupou a segunda cadeira entre 1920 e 1926; Alexandre Cassiano do Nascimento e Joaquim Augusto de Assumpção, a terceira vaga, respectivamente entre 1909/1912 e 1913/1915. Depois de um ano e meio de mandato, Assumpção viu-se obrigado a renunciar ao cargo, por motivo de doença, da qual viria a falecer quase em seguida. Foi substituído pelo ex-presidente da República Hermes da Fonseca, candidato do outro senador gaúcho, ocupante da segunda cadeira, José Gomes Pinheiro Machado. No início da República Nova, entre a Constituinte de 1934 e a implantação do Estado Novo (1937), houve apenas duas vagas por estado, sendo ambas preenchidas através de eleição indireta, conduzida pela Assembleia Constituinte de cada unidade da Federação. Nesse período exerceu o cargo de Senador da República — a partir de 30 de abril de 1935 — o pelotense Augusto Simões Lopes. Durante a ditadura do Estado Novo não houve, é evidente, representação política. Com o retorno ao estado de direito, a Constituinte de 1946 restaurou as três cadeiras — agora todas, indiferenciadamente, com a duração de oito anos. Desde então e até os dias atuais, houve um único senador pelotense: Carlos Alberto Chiarelli, que ocupou a terceira vaga entre 1983 e 1990, licenciando-se antes de concluir o mandato para assumir o Ministério da Educação no governo Collor. Finalmente, é preciso mencionar o senador Otacílio Camará: natural de Pelotas, ocupou uma vaga na Câmara Alta entre 1918 e 1920, mas representando o Distrito Federal (Rio de Janeiro).

Bibliografia.— Aita, Carmen; Axt, Günter; Araújo, Vladimir (orgs.). *Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1926*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RGS, 1996; Osório, Fernando. *A cidade de Pelotas*, 3ª edição, 2 volumes. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997/1998.

(Mario Osorio Magalhães)

Sesmarias. Através da concessão de sesmarias — uma forma extensiva de povoamento e exploração da terra, através da pecuária —, transferia o poder público ao seu proprietário, o estancieiro, domínio sobre uma superfície que variava entre 10 e 13 mil hectares. Ocupava sete sesmarias, no final do século XVIII, a região onde se estabeleceria, em 1832, o município de Pelotas: Feitoria, pertencente a Paulo Rodrigues Xavier Prates; Pelotas, a Tomás Luís Osorio; Monte Bonito, a Manuel Carvalho

de Souza; Santa Bárbara, a Teodoro Pereira Jacome; São Tomé, a Manuel Moreira de Carvalho; Pavão, a Rafael Pinto Bandeira; e Santana, a Antônio Araújo. Com exceção da mais antiga – a sesmaria de Tomás Luís Osorio –, todas as outras foram doadas aos seus proprietários depois da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777), quando teve início a ocupação regular de terras neste extremo sul brasileiro. Concedido em 1758 (ao final da Guerra Guaranítica), o rincão de Pelotas “extremava-se no Sangradouro da Mirim (São Gonçalo) e arroio Pelotas até topar com o arroio Correntes e deste à Lagoa dos Patos, no lugar de Canguçu”; em 1779 foi vendido ao casal Manuel Bento da Rocha e Isabel Francisca da Silveira, partilhando-se depois em cinco estâncias: Patrimônio, Palma, Graça, Galatéia e Laranjal. Já a sesmaria de Monte Bonito, doada em 1779, corresponde à área onde foi edificada a cidade. Estava situada entre os arroios Pelotas e Santa Bárbara, isto é, “na última ondulação da várzea que, vinda de Monte Bonito, se aproxima do **Canal de São Gonçalo**”. Desde cedo foi se retalhando, como se as coisas se preparassem naturalmente para que nos seus limites, a partir de 1812, se assentasse a povoação. Quando José Pinto Martins veio do Ceará, em 1780, escolheu um terreno da primitiva sesmaria de Manuel Carvalho de Souza (à margem direita do arroio Pelotas) para instalar a primeira **charqueada** sul-rio-grandense.

Bibliografia.– Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*. 1º volume, 3ª edição. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997.

(Mario Osorio Magalhães)

Sindicatos. Associações representativas de trabalhadores, seja por ramo de atividade, como hoje, ou por ofício, como no passado. Até a década de 1930 a associação sindical era livre e costumava manter-se pela mobilização de cada categoria profissional. Portanto, enquanto algumas tiveram sindicatos fortes e combativos, outras só conseguiam manter suas entidades em épocas de mobilização e/ou greves. A partir de 1931, o governo Vargas, através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, iniciou o processo de atrelamento sindical, assim chamado porque composto de leis que, ao mesmo tempo em que garantiam a representação sindical para todas as categorias, regulamentavam e controlavam os sindicatos, inclusive reservando ao Estado o poder de intervenção e destituição das diretorias, quando não cumprissem as leis determinadas. Grande parte da estrutura jurídica de sustentação sindical e da legislação trabalhista, acoplada a ela, vigora ainda hoje, em que pese ter sido estabelecido em pleno regime ditatorial do Estado Novo. Os sindicatos de Pelotas tiveram um maior desenvolvimento em quatro momentos, historicamente: na década de 1910, sob a inspiração do sindicalismo revolucionário; na década de 1930, já sob a tutela do Estado, após 1945, no período do populismo, e ao final da ditadura militar, no período da

redemocratização. Entre as entidades sindicais mais importantes da região, destacaram-se no passado aquelas vinculadas ao **porto** e aos **transportes**, com algumas categorias de trabalhadores de fábricas também mostrando dinamismo em sua organização. Além dos sindicatos, em momentos de ascenso é comum surgirem centrais sindicais, que coordenam e dinamizam o **movimento operário da cidade**.

Bibliografia.—Loner, Beatriz. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas, 1888-1937*. Porto Alegre, UF-RGS, 2 vols., 1999. Tese (Doutorado em Sociologia).

(Beatriz Lonner)

Sírio-libaneses. A **imigração** sírio-libanesa para o Brasil originou-se dos conflitos que dominaram o Oriente Médio durante os séculos XIX e XX. Os atuais territórios do Líbano e da Síria eram unificados sob o domínio da Turquia, até o final da Primeira Guerra. Em 1918, a França passou a exercer um protetorado sobre a região e dividiu-a nos dois países citados. Embora possa haver uma diferenciação quanto à religião (católica maronita e muçulmana, respectivamente), causa de muitos conflitos no passado, os habitantes de ambos os países compartilhavam muitos traços culturais e, no Brasil, sempre foram tratados e considerados como pertencentes ao mesmo grupo. Além disso, até 1892, os imigrantes vindos dessa região eram arrolados entre os turcos devido a seu passaporte ser do Império turco, só posteriormente se diferenciando entre sírios e libaneses. Sua imigração foi pequena, comparativamente ao número de imigrantes de outras nacionalidades que vieram ao Brasil, mas se distinguiu por ter sido sempre feita de forma privada, vindo por sua própria conta e estabelecendo-se na cidade, não no campo. Pelotas e a região sul do estado gaúcho de maneira geral, foram locais de significativa concentração de imigrantes do Oriente Médio, em parte pelo fato de ser forte praça comercial e em parte por ser próxima à fronteira, lugar privilegiado por aqueles que trabalhavam no comércio. Além disso, após o estabelecimento de alguns, aqueles que vieram posteriormente apresentaram a tendência de buscar locais onde já houvesse familiares, conhecidos ou simplesmente conterrâneos, pois os laços nacionais eram fortes o bastante para que os já integrados na sociedade local tentassem auxiliar os recém-chegados. Os primeiros a virem para o Rio Grande do Sul chegaram a partir de 1860, havendo indícios de que alguns vieram para Pelotas, sobretudo a partir do final da década de 1880, em número sempre crescente. Quase todos seguiram a mesma trajetória, iniciando como mascates e depois procurando estabelecer-se com loja comercial. Na segunda ou terceira geração, encontram-se muito dos seus descendentes como profissionais liberais ou em outras profissões. Na cidade, formaram algumas associações: uma *Sociedade Síria Libanês*, surgida em

1917, assim como o Comitê Patriótico Sírio Libanês em 1918, ambas voltadas para o apoio à separação da Síria e do Líbano do Império turco e sua tutela pela França, ao final da Primeira Guerra. Elas se destacaram por serem as primeiras em que houve o conagraçamento dos dois grupos. Em 1957 foi fundada a Sociedade Libanesa de Pelotas que existe ainda hoje.

Bibliografia.- Becker, Klaus. Sírios e outros imigrantes árabes. In: *Enciclopédia Rio-grandense*, vol. 5, Imigração. Canoas, Ed. Regional, 1958, p. 311-321; Marques, Emerson. *Do Oriente Médio à Pelotas: análise da imigração sírio e libanesa*. Monografia (Licenciatura em História), UFPel, Pelotas, 2000; Rosa, Carla Silveira. *Primeiros Imigrantes sírios e libaneses na cidade de Pelotas: final do século XIX e início do século XX*. Artigo (Especialização em História), UFPel, Pelotas, 2005.

(Beatriz Loner)

Sociedades de socorros mútuos. As sociedades de socorros mútuos, também conhecidas como sociedades mutualistas ou mutualistas, eram associações voluntárias, de funcionamento supostamente democrático, cujos membros contribuíam regularmente com dinheiro para garantia de direito a auxílios. Em vários casos, os auxílios vinham sob a forma de tratamento de saúde, como faziam a **Beneficência Portuguesa** e o **Clube Caixeiral**. Uma mesma sociedade podia oferecer vários socorros para ajudar seus sócios na vida e na morte. Além de assistência à saúde, podia, por exemplo, pagar diárias ao associado que estivesse preso, como fazia a Harmonia dos Artistas (1881-1916), ajudar a encontrar emprego, emprestar dinheiro, e mesmo acompanhar o sócio até o túmulo, pagando as despesas para evitar que fosse enterrado como indigente. Às vezes fica difícil saber qual era exatamente a diferença entre uma sociedade de socorros mútuos e outras associações voluntárias que também prestavam auxílio, como ocorria com algumas **Irmandades**. Muito próximo de uma mutualista é, por exemplo, o **Círculo Operário**, associação católica que também ajudava os seus sócios. Outras associações também se aproximavam do mútuo socorro, como acontecia, por exemplo, com a Loja maçônica Artista, que mantinha um montepio que, em 1876 ou 1877, prometia fornecer aos doentes “médico, botica, e uma quantia diária que os preservará de lutas com as primeiras necessidades da vida”. Também parecidas com as mutualistas eram as empresas que patrocinavam auxílios a seus empregados, como a Caixa de Socorros dos Operários da Fábrica Aguiar, que em 1900 subvencionava trabalhadores para integrarem a **Beneficência Portuguesa**. Os casos mencionados, ainda que muito semelhantes ao típico socorro mútuo, dele se afastam por causa de seu funcionamento não-democrático ou da restrição religiosa. Ao longo da história de Pelotas, é possível encontrar mutualistas de vários tipos, indicando a complexidade dos grupos sociais existentes na cidade. De modo

geral, as notícias sobre as 68 associações já inventariadas em Pelotas indicam-nas como preferencialmente associando homens adultos. Em alguns casos, sequer permitiam a associação de mulheres, que, mesmo quando sócias, não podiam votar ou participar de assembleias. Uma exceção é a Caixa de Socorros Mártires da Princesa do Sul, exclusivamente feminina, que funcionou na primeira década do século XX. Não obstante, esses homens e mulheres procuraram companheiros para sua proteção social. Algumas vezes esses companheiros pertenciam ao mesmo grupo étnico. Assim, os que falavam alemão organizaram o Deutscher Krankenverein (1857-1914) e a Hulfverein (sic) der Deutschen, (1880-1900?); os que falavam italiano mantiveram a Unione e Filantropia (1873-1960) ou o Circolo Italiano Garibaldi (1883). Os que falavam polonês sustentaram a Henrique Sienkiewicz (1904-1939) e os que provinham da França podiam apoiar a Societè Cosmopolite de Socorros Mútuos L'Union Française (1884-1918). Os **portugueses** mantiveram longevas associações, como a Sociedade de Beneficência Portuguesa (1857-actual) e a Caixa de Socorros Marquez de Pombal (1882-1940). Os **uruguaios** criaram a Sociedade de Socorros Mútuos entre Orientais (1897-1905), e, dentre as várias associações de **negros**, pode-se elencar o Montepio da União Africana (1890-1903) e a já mencionada Mártires da Princesa do Sul (1906-1908/1918?). Outras vezes, os companheiros encontrados pertenciam à mesma profissão e, nesse caso, encontra-se maior variedade de associações: os comerciários mantinham o **Club Caixeiral** (1879-actual) e os tipógrafos se associaram à Sociedade Beneficente Tipográfica Guttemberg (1899-1960), enquanto sapateiros, alfaiates, carroceiros/boleiros, motoristas, cozinheiros, padeiros, telegrafistas, carteiros, chapeleiros, funcionários públicos etc. também constituíram mutuais que, mesmo de breve duração em alguns casos, exibiam a diversidade da vida social em Pelotas. Também houve mutuais organizadas segundo as zonas da cidade, tais como a Caixa de Socorros Arealense (1908-1939) e a Caixa de Socorros Fragatense (1935). Religião e política partidária não eram atividades frequentes nas sociedades de mútuo socorro, mas existem casos em que ambos ocorrem. Como muitas delas se responsabilizavam por pagar as despesas de enterro, acontecia de montarem capelas, como a da Beneficência Portuguesa, ou seus membros se declararem devotos de São João Batista, tal como acontecia com a Fraternidade Artística. A política partidária (ou debates sobre ela) ocorreu na mesma Fraternidade Artística, que, por haver apoiado a eleição de Fernando Osório para deputado geral, em 1881, cindiu-se, e os descontentes criaram a Harmonia dos Artistas em 1882. Mesmo no período imperial, associações tinham “chapas republicanas”, como aconteceu em 1882 na Classes Laboriosas, mas se desconhecem os vínculos claros entre os republicanos e a Mutualidade Republicana Pátria e Trabalho (1904). Por outro lado, a luta contra a **escravidão** mobilizou várias mutuais, sobre-

tudo as que contavam com maioria de associados negros. Em solenidade na **Bibliotheca Pública**, em 1881, estiveram presentes a Classes Laboriosas, o Clube Caixeiral, o Grêmio Tipográfico, a Fraternidade Artística e a Harmonia dos Artistas. A Feliz Esperança, por seu turno, mandou pintar em 1887 os retratos da “trindade do abolicionismo no império, os senhores doutores José Mariano, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio”. Nas décadas de 1920 e 1930, as sociedades **italianas** eram os principais locais de recrutamento das elites fascistas. Não obstante, vários casos de atividade política aparecem no **movimento operário**, porque muitos sindicatos primeiro se constituíram no interior de mutuais. Assim aconteceu com a **Liga Operária**, a União Operária e mesmo com o **Clube Caixeiral**, que se criou em 1879 como instrumento na luta pelo fechamento do comércio.

Bibliografia.— Loner, Beatriz Ana. *Construção de classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora UFPel, 2001; Silva Jr., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Tese (Doutorado em História).

(Adhemar Lourenço da Silva Jr.)

Sociedades Recreativas. As sociedades recreativas iniciais surgiram em meados da década de 1870 e se desenvolveram mais amplamente nas duas décadas seguintes. Eram constituídas por nacionalidades, por posição social ou por categorias profissionais, sendo que este último critério era seguido com maior rigor. As suas diretorias eram masculinas, embora em alguns casos as mulheres, geralmente da família dos diretores, formassem uma diretoria feminina para auxiliar em festas. Nesse primeiro momento, predominaram as associações bailantes, que costumavam promover um baile por mês para seus sócios, cada um deles organizado pelo diretor do mês, havendo certa competição entre os encarregados sobre a excelência dos bailes. Muitas dessas associações também terminavam formando grupos teatrais entre seus sócios e podiam até realizar bailes de carnaval. A elas devem-se agregar também as sociedades mutualistas étnicas, que frequentemente promoviam festas de conagração para seus sócios. Outro tipo comum de sociedade recreativa eram os **clubes carnavalescos**, os quais podiam se restringir à época do Carnaval ou manter atividades o ano inteiro, frequentemente também de caráter dramático. Alguns clubes se notabilizaram no princípio da década de 1880, como o Clube Demócrito, de artesãos, que lançou um boletim impresso e desfilava com seus carros pelas ruas, repletos de críticas e sátiras, políticas ou sociais. Havia rivalidade e competição entre ele e os Satélites de Momo, um dos clubes da elite. Mas muitos outros clubes surgiram, alguns menos duradouros, nessa e na próxima década, pois estes clubes eram associações de jovens dispostos a brincadeiras

momescas e, conforme a idade de seus integrantes avançava, eles terminavam perdendo seu dinamismo. Nessa época, costumavam fazer desfiles pelas ruas também antes do **Carnaval**, como uma espécie de preparação para este, no qual visitavam algumas casas, ou outras associações, com seus estandartes desfraldados. Já no século XX, as sociedades recreativas apenas bailantes começaram a diminuir significativamente, enquanto surgiram os **clubes** recreativos, que então procuraram englobar várias atividades de lazer numa mesma associação, como o Diamantinos ou o Brillhante. Este processo correu em paralelo com a diminuição de importância do mutualismo nas sociedades étnicas, alterando as características destas, que vão tentar funcionar como um clube para seus sócios, na tentativa de continuar a congregar os oriundos de cada nacionalidade e seus filhos. Ao mesmo tempo, os novos clubes carnavalescos que surgiram ampliaram suas atividades para o ano inteiro, também realizando bailes, chás, quermesses, reuniões dançantes e outras atividades.

Bibliografia.—Loner, Beatriz. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas, 1888-1937*. Porto Alegre: UFRGS, vol 1 e 2, 1999. Tese (Doutorado em Sociologia); Loner, Beatriz. Pelotas se diverte: clubes recreativos e culturais do século XIX. *História em Revista*, v. 8, 2002, pp. 37-68; Magalhães, Mario Osorio. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPel, 1993.

(Beatriz Loner)



Antiga Estação Ferroviária

Teatro **amador**. As representações de personagens folclóricos ou de cenas religiosas estiveram presentes desde o início da vida da cidade, sendo encenadas em **praças**, festas ou mesmo ao ar livre. Como sociedade culta, a elite pelotense prestigiava intensamente as companhias profissionais, que aqui aportavam com grande regularidade, mas o teatro amador também esteve muito em voga, especialmente nas últimas duas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX. Isto se explica, em parte, pelas poucas oportunidades de diversão e entretenimento disponíveis para a população. Além disso, no final do século XIX o modelo do homem culto e educado incluía o apreço ao teatro e à literatura, que era levado a efeito não só na condição de consumidor, mas também na de praticante, em vários casos. A paixão pelo teatro contagiava a todas as classes e, assim, muitas associações tiveram sócios dedicados à representação cênica, ou formaram-se grupos teatrais independentes, que encenavam desde peças inteiras, normalmente dramas ou comédias de costumes, até quadros rápidos ou cenas únicas. Os anarquistas, principalmente, utilizavam-se do poder do teatro como forma pedagógica de difusão de suas ideias. Houve diversos pequenos teatros na cidade, no século XIX, geralmente localizados junto a alguma associação, como o teatro Dante Alighieri, que depois passou para o Recreio dos Artistas, em 1887. Outro teatrinho era encontrado na Félix da Cunha, pertencente ao clube carnavalesco Sectários de Momo, e ainda outro na General Neto, ambos na década de 1890. A Liga Operária construiu o Teatro Primeiro de Maio em sua sede e manteve o Grupo Teatral Cultural Social, de 1914 a 1918/19. A S. B. União Operária de Pelotas também possuía, nessa época, palco-salão, no qual esses mesmos grupos, além de outros, se revezavam em peças para o público operário. Seus espetáculos não podiam competir com as grandes companhias, mas não era isso que se buscava e sim atender à necessidade de divertimento do grupo que encenava a peça e de seus espectadores. Havia, inclusive, peças encenadas no interior das casas, envolvendo apenas os atores e seu círculo pessoal de amizades, especialmente no caso de famílias da elite. A participação da mulher era vista com muito preconceito, normalmente sendo a “dama” a única contratada e paga nesses grupos de amadores, que reduziam ao máximo os papéis femininos. Outra saída era colocar homens representando as personagens femininas, o que era mais comum ainda nas comédias. Uma das primeiras sociedades teatrais existentes foi a Terpsychore, fundada em 1865, e que talvez tenha existido até 1904, ligada ao comércio e ao **Clube Caixerai**, tal como a Euterpe (1886-1887) e a Melpômene (1884-1887), compostas também por empregados do comércio e vinculadas ao Caixeiral. Houve sociedades teatrais negras ainda no século XIX, como a Satélites do Progresso, o Grêmio Recreio Operário e a Flores do Paraíso, com finalidades recreativas e teatrais. A Filhos de Thalia reunia **artesãos** e pequenos patrões, enquanto o Grêmio Filhos do Trabalho, também carnavalesco, reunia trabalhadores

imigrantes, e a Fenix Dramática tinha vários membros entre tipógrafos e jornalistas. Thalia foi um nome comum entre essas associações, existindo uma que era abolicionista, em 1880, além daquela citada acima, a Thalia do Areal (1901/02), a S.D.P. Infantil Thalia, de 1895, e por fim, os Netos de Thalia. Nas duas primeiras décadas do século XX, ocorre uma maior ampliação das atividades filo-dramáticas com o surgimento das sociedades Recreio Dramático, Luzo Brasileiro, América do Sul, Lealdade, Obreiros do Progresso, Amor à Arte, Culto à Arte, Progresso da Juventude, Castello Branco, Harmonia e Progresso e Grupo Teatral Cultural Social, algumas com influência anarquista. Nos anos 1920 apareceram outros grupos, como o Coelho Neto, o Arthur Azevedo e o Gil Vicente. Com o advento do cinema, essa forma de arte sofreu muita concorrência, mas mesmo assim mantiveram-se alguns grupos, como o Corpo Cênico da União Pelotense, mais tarde chamado de Corpo Cênico do Apostolado dos Homens da Catedral, nascido em 1914 e que em 1946 se transformou no Teatro Escola de Pelotas, existindo atualmente. Houve ainda a Cia. Negra de Operetas e Variedades Pelotense, de 1934, e em 1937 tentou-se criar um Instituto Teatral de Amadores Pelotenses.

Bibliografia.— Loner, Beatriz. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas, 1888-1937*. Porto Alegre, IFCH, UFRGS, vol 1 e 2, 1999. Tese (Doutorado em Sociologia); Loner, Beatriz. Pelotas se diverte: clubes recreativos e culturais do século XIX. *História em Revista*, v. 8, 2002, p. 37-68; Magalhães, Mario Osorio. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPel, 1993.

(Beatriz Loner)

Teatro Guarany. Localizado desde a sua fundação na Rua Lobo da Costa nº. 849, foi mandado construir pela firma Xavier, Santos & Cia., que tinha como proprietários Francisco Vieira Xavier, Francisco Santos e Rosauro Zambrano. Santos era ator, natural de Portugal, sendo um dos pioneiros na área do **cinema** no Rio Grande do Sul, através da Guarany Films. Xavier era produtor teatral e Zambrano era comerciante, entrando na sociedade com o capital que permitiu a construção do teatro. A sociedade, porém, durou pouco, e em 1922 Zambrano já era o único proprietário do Guarany. O nome do teatro foi escolhido em homenagem à ópera de Carlos Gomes, e a sua inauguração estava prevista para 1920, ano do jubileu de ouro de O Guarany. Por esse motivo o ano está estampado na fachada, mesmo que o edifício tenha sido inaugurado mais tarde. O projeto de construção é de autoria de Stanislaw Szarfarkí, sendo executado por Rodrigues & Cia. Os trabalhos de drenagem do terreno começaram em 2 de dezembro de 1919 e a construção foi iniciada em 4 de fevereiro de 1920. A cúpula do teto, toda de ferro, veio especialmente da Argentina, e as pinturas, bem como as decorações,

foram realizadas por Willy Schmidt e Joaquim Lamas Filho. As peças em mármore italiano foram trabalhadas por Ângelo Giusti. Ocorreu a inauguração em 30 de abril de 1921, com a apresentação da peça *O Guarany*, organizada pela Companhia Marranti. No seu interior, o teatro possui 81 camarotes de 1ª e 2ª classes, 1.088 lugares na plateia e 1.200 na “geral”. Esta parte do teatro, reservada à população de classe mais pobre, ficou conhecida como “paraíso”, nome pomposo que foi atribuído ao que se conhecia antigamente como “poleiro”. A estreia das sessões cinematográficas no *Guarany* verificou-se no dia 18 de maio de 1921. Em 17 de dezembro de 1930, estreava o cinema sonoro em Pelotas, com uma audição especial no então moderno teatro pelotense. O teatro sofreu grande reforma na década de 1970, sob responsabilidade do pintor e decorador Adail Bento Costa, que acabou rebaixando o forro da plateia, escondendo as pinturas do teto e pondo fim ao “paraíso”, sob a alegação de falta de recursos para recuperar as pinturas, que estavam em péssimo estado de conservação. Esse fato gerou polêmica. Atualmente, está em curso uma campanha por uma nova restauração do teatro.

Bibliografia.— Caldas, Pedro Henrique e Santos, Yolanda Lhullier dos. *Guarany – o grande teatro de Pelotas*. Pelotas: Semeador, 1994.

(Angela Beatriz Pomatti)

Theatro Sete de Abril. A primeiraideia de teatro em Pelotas foi estabelecida pela Sociedade Cênica, associação teatral em funcionamento desde 1831. A cerimônia de formalização da elevação da **freguesia** à condição de **vila**, em 7 de abril de 1832, data comemorativa da passagem de um ano da abdicação de Dom Pedro I, realizou-se na atual Praça Coronel Pedro Osório, reunindo-se mais tarde a população local em um pequeno teatro, instalado num galpão, posteriormente transferido para a Praça. Nos seus arredores, em 2 de dezembro de 1833 foi inaugurado o novo prédio, já denominado Sete de Abril, que na sua arquitetura — obra do engenheiro Eduardo Von Kretschmar e possivelmente inspecionada e custeada pelo cidadão José Vieira Vianna — contém elementos inspirados nos teatros europeus. Nos seus estatutos de 1834, consta uma lista de 210 sócios, por sua vez proprietários de 61 camarotes e 233 cadeiras, o que comprova o alto poder aquisitivo da maioria dos espectadores, que eram **charqueadores**, estancieiros, comerciantes ou então vereadores. O Teatro serviu de depósito de armamentos e munições durante a **Revolução Farrroupilha**, retomando-se as suas atividades com muito vigor a partir de 1845: não apenas as representações de companhias amadoras e declamações de poesias continuaram a compor os espetáculos; também muitos foram os concertos, recitais e companhias dramáticas de projeção nacional e internacional que se apresentaram no Teatro Sete de Abril durante a segunda metade do século XIX. Registre-se a passagem de João Caetano, grande figura dos palcos brasileiros no perí-

odo. O funcionamento constante, que perdurou mesmo durante a **Guerra do Paraguai**, impressionou o imperador Dom Pedro II e seus acompanhantes, que nele estiveram em 1865. Já em 1869 artigos do estatuto referem-se à cedência gratuita do Teatro, pelo menos por duas vezes anuais, para a realização de espetáculos em prol de instituições como a **Santa Casa de Misericórdia**, a **Beneficência Portuguesa** e o Asilo de Órfãs Desvalidas, ou em benefício da libertação de escravos. Após a inauguração, o prédio sofreu algumas melhorias, entre 1861 e 1869, e uma alteração na sua fachada em 1916. Por sua importância arquitetônica, sua contribuição para o desenvolvimento cultural e artístico da região, e ainda por ser o mais antigo teatro brasileiro em funcionamento, o Sete de Abril foi tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional em 1979.

Bibliografia.— Duval, Paulo. Apontamentos sobre o teatro no Rio Grande do Sul [...]. In: *Revista do IHRGS*. Porto Alegre, n.º 97, 1945; Gutierrez, Ester J.B. *Barro e Sangue*: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária - UFPel, 2004; Magalhães, Mario Osorio. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*: um estudo sobre a história de Pelotas(1860-1890). Editora da UFPel, 1993; Moura, Rosa Maria Garcia Rolim; Schlee, Andrey Rosenthal. *100 imagens da Arquitetura Pelotense*. Pelotas: Gráfica e Editora Pallotti, 1998.

(Mariluci Cardoso de Vargas)

Telefones. A primeira notícia referente à instalação de serviço telefônico em Pelotas data de 1882, quando o decreto nº 8.457 concedeu à Companhia Telefônica do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, permissão para prestar serviços nas cidades de Salvador, Maceió, Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Petrópolis. Não se teve notícias do telefone até 14 de abril de 1883, quando Narciso José Ferreira & Cia. solicitaram à **Câmara** Municipal permissão para instalar uma linha telefônica desde sua residência, situada à Rua São Jerônimo (atual Mal. Floriano) até o seu estabelecimento comercial, localizado no **porto** da cidade. Já em maio de 1884, o Sr. Luís Augusto Ferreira de Almeida, cujo representante na cidade era o Sr. Antonio Joaquim Pinto da Rocha, solicitou a Câmara autorização para instalar linhas telefônicas. As mesmas não foram autorizadas, uma vez que só o governo imperial poderia aprovar tal pedido. Em junho de 1884, o proprietário do jornal **Correio Mercantil**, Sr. Antonio Joaquim Dias, obteve autorização para instalar linhas telefônicas na cidade. Em seguida, em conjunto com o Sr. José Dias Moreira, diretor da agência de correios, instalou uma linha telefônica da Rua do Imperador (atual Felix da Cunha) até o armazém da Companhia São Pedro, localizada no Porto. Outros pedidos foram realizados, como por exemplo pelos comerciantes José Pinto de Madureira, Joaquim Maria da

Silva e os **charqueadores** Junius Brutus Cássio de Almeida e Francisco Antonio Gomes da Costa. No ano seguinte foi instalada uma linha telefônica do Laboratório Homeopático de José Álvares Souza Soares até o **Parque Pelotense**. Com a instalação das diversas linhas, o proprietário do *Correio Mercantil* tentou implantar um centro telefônico, mas não conseguiu, pois cabia ao governo imperial a prestação de tal serviço. Nesse ínterim, em 1888 a Câmara Municipal concedeu ao Sr. José Bernardino de Souza permissão para instalar linhas telefônicas na cidade e no município; criou-se o *Centro Telephonico Pelotense*. A Câmara Municipal inseriu no contrato de concessão uma cláusula que não permitia a qualquer empresa ou particular estabelecer linhas ou redes telefônicas no município durante dez anos. Com as mudanças do regime político do país (de Império para República), cabia aos estados a regulamentação do setor, estabelecendo as respectivas esferas de competência: o governo federal cuidaria dos serviços interurbanos interestaduais; o governo estadual dos serviços interurbanos municipais e estaduais e o governo municipal, dos serviços restritos à área do município. Após essas reformulações, em 1891, o Centro Telephonico Pelotense perdeu sua concessão, e os direitos passaram à Companhia Industrial e Construtora do Rio Grande do Sul, que prestava serviços nas cidades de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre. As notícias sobre essa companhia, porém, são escassas. Em 1895, a empresa Companhia Industrial e Construtora do Rio Grande do Sul vendeu sua concessão à *Empresa União Telefônica*, cuja sede administrativa ficava na cidade de Pelotas. Concedeu também o privilégio do serviço telefônico das três principais cidades do Estado (Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas) e de seus bens materiais (propriedades, material de manutenção, etc.). A Empresa União Telefônica enfrentou uma série de crises financeiras e seus acionistas decidiram pela fusão com a *Companhia Telefônica Riograndense*, empresa fundada em 1908, com sede em Porto Alegre e de propriedade de Juan Ganzo Fernandez. Porém, a cidade de Pelotas conheceu os serviços dessa companhia ainda em 1907, quando muitos proprietários da Empresa União Telefônica adquiriram os telefones da empresa *Ganzo, Durruty & C.* — empresa criada em 1902 e associada a grupos financeiros do Uruguai. Em 1907, o *Diário Popular* publicou, a mando da empresa, uma lista com os nomes dos novos assinantes, em sua maioria vinculados ao comércio, serviços e indústrias. O telefone servia ainda para conectar as residências ao local de trabalho. Dos 180 assinantes, mais da metade era de uso comercial sendo a rua com maior densidade de telefones Quinze de Novembro. A Companhia Telefônica Riograndense inaugurou em 1909 a primeira estação telefônica do país à bateria central, com telefonista, serviço semi-automático e cabos subterrâneos. Em 1912 realizou-se a primeira conexão de longa distância entre Porto Alegre e Pelotas. As principais notícias sobre essa companhia em Pelotas referem-se à pedidos de instalação dos serviços, já que a cidade se expandia rapidamente. Em 1918 as principais reivindicações realiza-

das, referiam-se à pedidos de manutenção da rede e reclamações sobre os altos preços cobrados pela empresa. Em 1919, em reunião na sede da Associação Comercial de Pelotas, o então diretor do Banco Pelotense, Sr. Alberto Rosa, resolveu, em conjunto com outros agentes locais, fundar a **Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência**, cujos objetivos eram “melhorar” o serviço e “resistir” aos capitais externos ao município.

Bibliografia.— Ueda, Vanda. *Inovação tecnológica e espaço urbano: a implantação da Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência em Pelotas/RS*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998 (Dissertação de Mestrado); Ueda, Vanda. *Innovación tecnológica y cambio social: agentes y estrategias en las redes de telecomunicaciones en Rio Grande do Sul, Brasil (1852-1930)*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2002 (Tese de Doutorado).

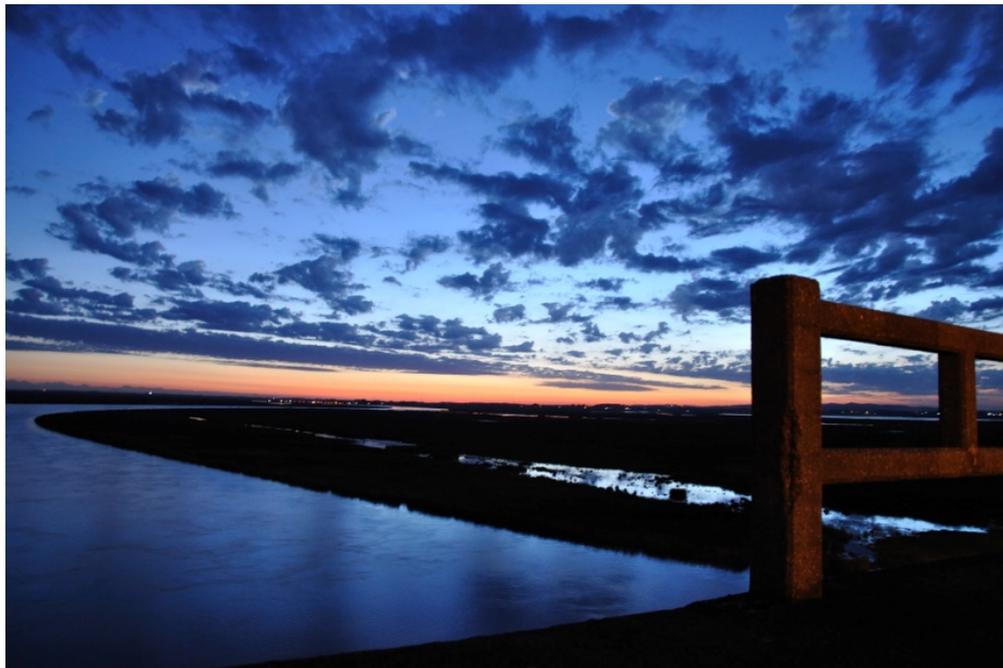
(Vanda Ueda)

Transportes. Em 1873 os **bondes** puxados a burro foram a novidade que inaugurou o meio de transporte coletivo em Pelotas. Inicialmente os bondes contavam com duas linhas que desembocavam em estações, uma central e outra na entrada do bairro Fragata. Já no início do século XX, a empresa Ferro Carril e Cais de Pelotas, de propriedade do município, transportava sem custo agentes do correio, da polícia e empregados públicos, desde que esses portassem uma autorização. Com a necessidade de modernizar esse meio de transporte, foram introduzidos em 1915 bondes elétricos, proporcionando maior conforto e lucro do que os antigos. Esses estiveram em trânsito até 1955. Paralelamente aos bondes, em 1874 os moradores também contavam com a opção dos carros de aluguel, que ficavam em torno da Praça Dom Pedro II (atual Coronel Pedro Osorio), mais especificamente em frente ao Teatro Sete de Abril e a leste e ao sul do Mercado Público. A cobrança era feita de acordo com a corrida, e podiam ser carroças, ou as conhecidas seges – fabricadas em Pelotas, situação pioneira na região - assim como luxuosas carruagens. A cidade nessa época tinha o serviço de diligências não só para passageiros como para o transporte de encomendas, correspondências e dinheiro. Não por acaso, na década de 1860, em decorrência do auge vivenciado pela **Princesa do Sul**, o porto de Pelotas passou a fazer o trajeto de embarcações com um fim além do comercial, abrindo o canal para grandes vapores, viabilizando rotas nacionais e internacionais, assim como favorecendo a embarcação de passageiros. Por último e não menos importante, a Estação Ferroviária de Pelotas foi um dos meios de transporte de grande relevância, pois esteve por 98 anos em atividade (1884-1982). Interligando as cidades de Rio Grande, Pelotas e Bagé, a ferrovia teve a sua fundação no auge da **economia** pelotense, contribu-

indo para a expansão populacional e urbanística da cidade, além de auxiliar na circulação de mercadorias para o porto e para a Tablada. As dificuldades encontradas no uso desse tipo de transporte verificaram-se nos primeiros anos, pelo altocusto se comparado ao trabalho dos tropeiros, e durante o período da **Revolução Federalista** (1893-1895) os serviços foram paralisados. Segundo Cardoso e Zamin (2002, p. 61) “Em 1905, a Estrada de Ferro Rio Grande-Bagé foi encampada pelo governo federal e em seguida arrendada para a Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer du Brésil, que teve neste ano seu contrato com o governo federal renovado e ampliado, o que inclusive concretizou a unificação da rede ferroviária no Rio Grande do Sul, sob a administração dessa companhia belga.” (2002, p.61)

Bibliografia.— Gutierrez, Ester J.B. *Barro e Sangue*. mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888. Pelotas: Universitária UFPel, Pelotas, 2004.; Oliveira, Leni Dittgen de. *O início do fim da Ferro Carril e Cais de Pelotas*: O caso dos bondes na noite de 14 de Dezembro de 1914. Pelotas, UFPel, 1997, Monografia (Licenciatura em História); Cardoso, Alice e Zamin, Frinéia. *Inventário das Estações: 1874-1959*. Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

(Mariluci Cardoso de Vargas)



Vista da Ponte sobre o Canal São Gonçalo

Umbanda. A primeira metade do século XX foi um momento de transformações em toda a sociedade brasileira, que caminhava no sentido da urbanização e da industrialização. A Umbanda surgiu dentro desse contexto, num movimento de reordenação das redes sociais. Conglomerando práticas mágicas, tradições indígenas, elementos do Cabula, do **Catolicismo** popular, de diversas nações africanas, do **Espiritismo** Kardecista e do Candomblé, ela adapta alguns rituais deste ao meio urbano e agrega-lhe os valores da caridade cristã, ficando no meio do caminho entre ser uma religião mágica e de manipulação do destino e uma religião ética que se preocupa com a caridade, tornando-se a mais ocidental das religiões afro-brasileiras. Caminhando de encontro ao catolicismo e ao kardecismo, ao afirmar que este não é um mundo de sofrimento, mas que o estar nesse mundo implica na necessidade de aproveitá-lo, de usar a criatividade para buscar a felicidade, ela se espalha sem fazer distinção de classe, raça ou cor. Até a década de 1950 a Umbanda foi muito perseguida. Em 1940 a Igreja Católica declarou-a abertamente como inimiga, e apesar da laicização oficial do Estado, até um pouco depois do final da ditadura do Estado Novo, a polícia ainda atuou como órgão de repressão religiosa. Somente em 1960, devido ao número de fiéis e a organização das Federações, a Umbanda passa a ser considerada pelo IBGE como religião. Tais federações, representativas e difusoras da religião, tinham componentes tão heterogêneos quanto os centros de culto, participando delas operários, advogados, jornalistas, militares, políticos etc. Em Pelotas, as federações começaram a se organizar na década de 1960. Em 1965, a União de Umbanda da Princesa do Sul, que teve origem no Centro Espiritualista São Sebastião, foi registrada como sociedade civil, tendo como fundadores os Senhores Dinorá Leal, José Coelho e João Madail. Este representou nessa mesma época o Conselho de Umbanda do Estado na cidade e, segundo sua informação, também neste período esteve em atividade o Conselho de Umbanda de Pelotas, um centro considerado como de “pesquisas espirituais” que se localizava na Rua Lobo da Costa, e que contou com a colaboração de José Coelho.

Bibliografia.— Amaral, Meliza Pellegrinotti do. *A escravidão do negro e as influências na religiosidade brasileira: o caso da cidade de Pelotas*. Pelotas: UFPel, 2003. Monografia (Licenciatura em Geografia); Dias, Ângela Cristina Nunes. *As religiões afro-brasileiras em Pelotas: Umbanda*. Pelotas: UFPel, 1999. Monografia (Licenciatura em História); Prandi, Reginaldo. As religiões negras no Brasil. In: Dossiê Povo Negro 300 anos. *Revista da USP*, nº 28. São Paulo, 1989, p. 65-83.

(Juliana Marcello)

União Gaúcha Simões Lopes Neto. A primeira entidade tradicionalista do Rio Grande do Sul foi o Grêmio Gaúcho, fundado em Porto Alegre no dia 22 de maio de 1898. A segunda, criada no ano se-

guinte, foi a União Gaúcha, de Pelotas – atualmente, União Gaúcha J. Simões Lopes Neto. Em 10 de setembro de 1899, uma primeira assembleia, reunindo 74 pessoas na sede da Sociedade Ginástica Alemã e sob a presidência de Vasco Pinto Bandeira, preferiu por grande maioria de votos o nome de União Gaúcha ao de dois outros que lhe foram propostos: União dos Guascas e Sociedade Crioula. Formada uma comissão para elaborar os estatutos, dez dias depois – no aniversário da **Revolução Farrroupilha** – uma segunda assembleia, realizada nos salões da **Bibliotheca Pública**, elegeu para presidente Justiniano Simões Lopes, ao mesmo tempo em que decidiu considerar como fundadores mais 14 tradicionalistas presentes, num total de 88. No dia 1º de outubro, verificou-se a posse dessa primeira diretoria, durante festa realizada na chácara de Guilherme Bohns, nas Três Vendas, ocasião em que foram admitidos mais 60 sócios. Ao contrário do que já foi assegurado, com certa convicção, o escritor J. Simões Lopes Neto, cujo nome passaria a identificar a União Gaúcha muitos anos depois, não figura entre os seus fundadores: conforme o seu biógrafo Carlos Francisco Diniz, na ocasião Simões Lopes Neto encontrava-se em viagem, no Rio de Janeiro, de onde só retornou no dia 21 de outubro. Não obstante, o autor dos *Contos Gauchescos*, sobrinho do primeiro presidente, teve de fato atuação marcante na consolidação da entidade. Proposto e aceito como sócio em julho de 1901, já em 1903 passou a pertencer à sua diretoria, exercendo a presidência durante duas gestões consecutivas: a de 1905-1906 e a de 1906-1907. Em 8 de setembro desse último ano, foi aclamado presidente honorário, como reconhecimento aos seus esforços em prol da associação: sob a sua presidência, haviam sido realizadas uma memorável festa campestre em homenagem ao escritor Coelho Neto (que qualificou a União Gaúcha como “arca das tradições rio-grandenses”) e uma estrondosa recepção pública ao presidente Afonso Pena, em que desfilaram mais de 300 cavaleiros devidamente pilchados; deve-se ainda à sua insistência a criação, um ano depois, da sociedade Tiro Brasileiro sob a égide da União Gaúcha. Diz Carlos Diniz que, “coincidência ou não, o exame das atas revela que depois da era Lopes Neto a sociedade vai aos poucos perdendo prestígio na comunidade”. Com poucos sócios e enfrentando sérias dificuldades financeiras, deixou de funcionar em 1912. Durante os próximos 38 anos, houve duas tentativas de reerguimento, ambas frustradas. Finalmente, em 16 de setembro de 1950, um movimento encabeçado por alunos do Ginásio Pelotense e do Ginásio Gonzaga – pasmesse: os rivais gatos-pelados e galinhas-gordas! – conseguiu a reestruturação do antigo centro de tradições, primeiro através de uma diretoria provisória, tendo à frente José Ubirajara Timm, e, quatro meses depois, em 18 de dezembro, elegendando uma diretoria efetiva, sob a “patronagem” de Adão Dartagnan Costa. Em 1952, houve a legalização da reforma estatutária da entidade, que passou a usar o aposto J. Simões Lopes Ne-

to, numa justa homenagem a um dos maiores escritores regionalistas do Brasil.

Fontes.— *Diário Popular*, 10 de dezembro de 1951 e 16 de maio de 1972.
Bibliografia.— Diniz, Carlos Francisco Sica. *João Simões Lopes Neto: uma biografia*. Porto Alegre: AGE/UCPel, 2003; Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*. 3ª edição, 2º volume. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1998.

(Mario Osorio Magalhães)

União Operária. Foi criada em 13 de agosto de 1905, e sua fundação está relacionada à discriminação, por parte da **Liga Operária**, de operários pobres e/ou de cor, pois naquele momento a Liga ainda estava sob a influência de empresários e/ou profissionais de classe média. Como consequência disso, seu estatuto só aceitava trabalhadores manuais, não permitindo a participação de patrões. Reuniu ainda a posição de representação de classe e mutualismo, inovando ao tratar as companheiras como casadas, no caso de concessão de benefícios devido a falecimento de sócios. Em seu início, também apresentou a participação de lideranças anarquistas, que nem tentavam ser aceitas pela Liga devido às posições reacionárias desta última. Suas lutas mais significativas ocorreram em 1911, quando da campanha pelas 8 horas; em 1913, na luta contra a carestia de vida; e nos anos de 1917 e 1919, quando participou das greves do movimento, numa posição subordinada à liderança da Liga, então sob direção sindicalista-revolucionária. Para as décadas de 1920 e 1930, sua atuação política foi praticamente nula, dedicando-se a bailes, quermesses e comemorações de datas proletárias. Esta sociedade existiu até 1936/1937, nos últimos anos sem sede própria e configurada como sociedade de maioria negra.

Bibliografia.— Loner, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária—UFPel, 2001; Loner, Beatriz. Quarto congresso Operário do Rio Grande do Sul (1928). *Cadernos do ISP*, Pelotas, n.º 11, dez. 1997, pp. 21-48.

(Beatriz Ana Loner)

Universidade Católica. Criada a partir de iniciativas voltadas à educação por parte de religiosos católicos, atuantes na cidade desde o final do século XIX, foi oficialmente implantada pelo Decreto n.º 49.088 de 7 de outubro de 1960, sob a denominação de Universidade Católica Sul Riograndense de Pelotas. A Faculdade de Economia e Administração, fundada em 1937 por irmãos Lassalistas, com sede no **Colégio Gonzaga**, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de 1953, foram os primeiros empreendimentos das escolas católicas voltados ao

ensino superior na cidade. Tinham como um dos objetivos, em um primeiro momento, qualificar a formação de professores e lideranças para o trabalho de evangelização e o bispo diocesano de Pelotas, d. Antonio Zattera, exerceu forte influência para esta orientação. Ao longo da década de 1950 foram criados outros cursos superiores, como o Colégio Comercial Universitário (1955), os cursos de Pedagogia e Didática (1956) e o curso de Jornalismo (1958). Tais iniciativas se expandiram para cidades da região, com a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, em Bagé (1958) e em Rio Grande (1960). Ainda neste mesmo ano, foi fundada em Rio Grande a Faculdade de Direito. Durante a década de 1960, após a criação da Universidade, ocorreu a expansão da instituição, com a fusão dos cursos existentes bem como a criação de novos, como as Faculdades de Serviço Social, Medicina e de Ciências Contábeis, em 1962. A década seguinte foi marcada pelas reformas da instituição, como a cessão de cursos existentes em outras cidades, como Bagé, Rio Grande e Camaquã. Em Bagé, foram cedidos à Fundação Átila Taborda, a qual originou a FUNBA (Fundação Universidade de Bagé). Em Rio Grande, foram cedidos à FURG, criada em 1969. Em Camaquã, o curso de Ciências Contábeis passa a ter autonomia a partir de 1974. Entre os principais cursos criados neste período estavam: Farmácia e Bioquímica, Psicologia, Enfermagem e Engenharia Elétrica, todos em 1973. Dentre outras iniciativas ligadas à Universidade Católica, se destacam a Rádio Universidade, fundada em 1967 com sede no prédio da reitoria e o Hospital Francisco Simões, atual São Francisco de Paula, com vistas a melhorias do curso de Medicina. Em julho de 1977, a instituição passou a ter uma diretoria leiga. D. Antonio passou suas funções episcopais e a chancelaria da Universidade ao bispo d. Jayme Chemello, e em outubro do mesmo ano, este nomeou Carlos Alberto de Souza Vianna como reitor. Atualmente, a Universidade conta com 24 cursos de graduação e 31 de pós-graduação, distribuídos em unidades de Pelotas e outras cidades da região, como Arroio Grande, Canguçu, Pinheiro Machado, Piratini e Santa Vitória do Palmar.

Bibliografia. – Zanotelli, Jandir João. *Universidade Católica de Pelotas, 40 Anos*. Pelotas: EDUCAT, 2000.

<http://www.ucpel.tche.br/portal/index.php?secao=historico&PHPSESID=2504b3ae6d551b2625db0707d1ea6123> (acesso em 05 de maio de 2009)

(Vanessa Devantier)

Universidade Federal. Foi oficialmente criada pelo decreto-lei nº. 750, de 8 de agosto de 1969, como parte do plano de expansão e interiorização do ensino superior elaborado pelos governos militares. Entretanto, suas origens se mesclam com a história da cidade de Pelotas

desde o século XIX, quando foi criado o Lyceu de Agronomia, Artes e Ofícios, inaugurando-se, em 1890, seu curso superior de Agronomia e Veterinária, que passou para o Ministério da Agricultura em 1945 e transformou-se na Universidade Rural do Sul nos anos 1960. Em 1967, transferido para o Ministério da Educação, seria parte, juntamente com o Curso de Ciências Domésticas e o Curso de Medicina Veterinária, a ser criado, da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, que nunca chegou a entrar em funcionamento devido à criação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), que a incorporou. Em 1911 e 1912 foram criadas, respectivamente, a Faculdade de Farmácia e **Odontologia** e a **Faculdade de Direito**, que subsistiram como particulares até 1948, quando foram incorporadas à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo fechado o curso de Farmácia. Com a perspectiva de incorporação desses cursos, já federais, embora de outras instituições, e buscando agregar outras unidades, seja particular, como a **Faculdade de Medicina** (Leiga) ou municipais (**Escola de Belas Artes** e **Conservatório de Música**), foi iniciada uma campanha para criar uma Universidade Federal em Pelotas, a qual, a princípio, encontrou certa resistência em alguns setores, mas obteve amplo respaldo popular e frutificou, incorporando ainda o Instituto de Sociologia e Política, então vinculado à Faculdade de Direito. Após a fundação da Universidade, foi construído seu *Campus* principal nas instalações da antiga Universidade Rural do Sul (no atual município de Capão do Leão) para a Reitoria e demais cursos e institutos que ainda seriam criados, ao passo que as faculdades que já tinham prédios na cidade continuaram ocupando-os. A UFPel se instalou conforme os parâmetros da reforma universitária, estabelecida pelos governos ditatoriais, que visava criar um sistema de ensino e pesquisa integrado, além de expandir a pós-graduação. Iniciada apenas com os cursos citados, e agregando os particulares, rapidamente se expandiu, criando institutos básicos e novos cursos de graduação. As atividades de extensão já possuíam um bom desenvolvimento nos cursos existentes anteriormente à UFPel, e isso continuou a ser incrementado, mas a pesquisa, até então restrita a algumas áreas, conseguiu disseminar-se após sua criação. Do mesmo modo, houve um notável avanço na pós-graduação. Hoje, a UFPel detém um dos maiores orçamentos do município, e seus alunos, professores e funcionários movimentam bastante a economia da cidade. Com o tempo, e considerando-se a necessidade de ampliação dos institutos e a criação de novos cursos, preferencialmente noturnos, muitos institutos e atividades da Universidade vieram para a cidade, constituindo-se vários *campi* universitários.

Bibliografia.— Loner, Beatriz. UFPel: um breve histórico. In: Magalhães, Mario Osorio (org.) *UFPel: 30 anos*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária-UFPel, 1999, p. 29-48.

(Beatriz Ana Loner)

Uruguaios. Os imigrantes uruguaios tiveram uma presença marcante na cidade de Pelotas, principalmente na zona urbana. Essa presença se reproduz até os nossos dias, facilitada pela proximidade geográfica. O aumento do fluxo de imigrantes uruguaios à cidade passou a ocorrer na década de 1840, por conta de uma fuga em massa da Guerra de Oribe (Guerra Grande), que foi um conflito civil no país vizinho, durando de 1839 a 1852. Com a tentativa de modernização das **charqueadas**, também houve uma busca de trabalhadores da região do Prata que tinham experiência com o trabalho nos “saladeros”. Segundo o registro de entradas de estrangeiros na cidade, entre 1843 e 1844 os uruguaios eram o quinto maior grupo, ficando atrás dos **franceses**, espanhóis, **portugueses** e **italianos**. Já no recenseamento de 1899 os uruguaios eram o terceiro maior grupo na zona urbana, ficando atrás apenas de portugueses e italianos. E em 1911 ocupavam o posto de segunda maior colônia de estrangeiros na cidade, com 1.348 imigrantes, ficando atrás apenas dos portugueses, com 1.964. A maior presença de uruguaios foi registrada na zona urbana. Eles exerceram funções em manufaturas e pequenos serviços, não aparecendo em atividades comerciais ou produtivas como donos de estabelecimentos, ficando vinculados ao contingente de trabalhadores que na maioria das vezes moravam em cortiços e possuíam precárias condições de **saneamento** básico. Na década de 1940, dos 148 trabalhadores estrangeiros registrados com carteira de trabalho, 36 eram uruguaios, ficando atrás apenas dos portugueses, com 49. Devido a essas características, os uruguaios foram umas das principais vítimas de tuberculose, doença bastante associada às péssimas condições de vida, entre 1890 e 1930. Dos internados na **Santa Casa** com a doença, 12% eram estrangeiros; destes, 43% eram uruguaios e os outros 57% eram pessoas pertencentes a várias outras nacionalidades. No século XX, a antiga Rua Independência passou a ser chamada Rua Uruguai, por determinação da **Câmara** de Vereadores, em uma visível homenagem, mesmo que houvesse poucos uruguaios morando naquela rua.

Bibliografia.- Anjos, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária - UFPel, 2000; Gill, Lorena Almeida. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Porto Alegre: EDUCAT, 2007; Koschier, Paulo L. C. *Perfil dos Trabalhadores pelotenses na década de 1940 a partir das informações contidas nas fichas de qualificação da DRT-RS*. Pelotas, UFPel, 2005, Artigo (Especialização em História do Brasil); Magalhães, Mario Osorio. *Os Passeios da Cidade Antiga: guia histórico das ruas de Pelotas*, 2ª edição. Pelotas: Armazém Literário, 2000.

(Mário San Segundo)



Porto de Pelotas e, ao fundo, ponte sobre o Canal São Gonçalo

Viajantes. Valiosa e vasta, a literatura dos viajantes relativa ao Brasil é típica do século XIX. Antes, as tentativas de percorrer a colônia esbarraram na negativa portuguesa, pelo temor de que a descrição do território pudesse resultar em invasão estrangeira. A partir da abertura dos portos, em 1808, inúmeros viajantes realizaram inventários não só da natureza, flora e fauna: também de comunidades brasileiras, opinando sobre o comércio, população, transportes, instituições e cotidiano de vilas e cidades. Seus livros foram editados com sucesso nos países de origem, dada a curiosidade que o Novo Mundo e as próprias aventuras decorrentes de cada viagem despertavam na Europa. Sobre Pelotas, o mais antigo relato que se conhece data precisamente desse início: em 1809, dirigindo-se do Rio de Janeiro para os países platinos, o comerciante inglês John Luccock atravessou o **São Gonçalo**, o **arroio Pelotas** e a região das **charqueadas**. O francês Auguste Saint-Hilaire – talvez o mais célebre dos viajantes que escreveram sobre o Brasil – permaneceu alguns dias hospedado num estabelecimento saladeiril, em 1820. Outros depoimentos – do soldado alemão Carl Seidler, em 1827; do comerciante francês Arsène Isabelle, em 1833; do farmacêutico alemão Hermann Blumenau, em 1846; do príncipe francês Gastão d’Orléans, em 1865; do comerciante irlandês Michel Mulhall, em 1871; do naturalista norte-americano Herbert Smith, em 1882; e do jornalista italiano Vittorio Buccelli, em 1905 – permitem concluir que Pelotas, durante o século XIX e no início do século XX, era uma das cidades mais interessantes do Brasil, graças à simpatia com que foi vista, de um modo geral, por esses escritores-viajantes. A única exceção é o depoimento do médico alemão Roberto Avé-Lallemant, em 1856: por sua atividade econômica predominante, Pelotas pareceu-lhe nada mais que uma “degoladora de bois”. Observe-se, enfim, que esses viajantes, possuindo formações diversas, tinham diferentes finalidades para viajar e relatar. Embora mais ou menos precisos, mais ou menos preconceituosos, seus juízos são sempre inestimáveis como fonte historiográfica, pela contemporaneidade e pela presunção de imparcialidade, no que se refere a vínculos de origem.

Bibliografia.– Magalhães, Mario Osorio. *Pelotas: toda a prosa*. 2 volumes. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2000/2002.

(Mario Osorio Magalhães)

Vice-Presidentes da Província. Enquanto os **presidentes das províncias** brasileiras, em regra geral, eram originários de outras unidades regionais, os vice-presidentes, ao contrário, eram quase sempre naturais da província. Havia a intenção, por parte do Imperador, que os nomeava, de que servissem de auxiliares, de informantes do presidente, e apenas isso; quando se fazia absolutamente necessário, em razão das circunstâncias, assumiam a interinidade do cargo durante muito pouco tempo, raramente por mais de quatro meses. Precisamente oito cidadãos

naturais de Pelotas ou pelotenses por adoção foram vice-presidentes da Província de São Pedro: Joaquim Vieira da Cunha, de 1867 a 1868; Israel Rodrigues Barcelos, de 1868 a 1869; João Simões Lopes, de 1870 a 1871; João Chaves Campello, de 1877 a 1878; Leopoldo Antunes Maciel, em 1882; Miguel Rodrigues Barcelos, de 1883 a 1885; Joaquim Jacinto de Mendonça (ex-presidente de Sergipe), de 1887 a 1888; e Joaquim da Silva Tavares, em 1888. É interessante observar que quatro desses cidadãos receberam títulos nobiliárquicos: Simões Lopes foi Visconde da Graça, Leopoldo Maciel, Barão de São Luís, Miguel Barcelos, Barão de Itapitocai e Silva Tavares, Barão de Santa Tecla, sendo que apenas este ostentava o título durante o exercício do cargo.

Bibliografia.-Lyra, Heitor. *História de Dom Pedro II*. 3 volumes. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977; Osorio, Fernando. *A Cidade de Pelotas*. 3ª edição, 2 vols. Pelotas: Armazém Literário, 1997/1998; Silva, Riograndino da Costa e. *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1968.

(Mario Osorio Magalhães)

Vila. Decreto provincial de 7 de dezembro de 1830 criou a Vila de São Francisco de Paula, desmembrando a então **freguesia** do mesmo nome da Vila do Rio Grande de São Pedro. Instruções para a instalação do novo município foram transmitidas ao ouvidor geral e corregedor da comarca do Rio Grande, a quem cumpria essa função. Esse magistrado, porém, conseguiu protelar o seu cumprimento durante um ano e quatro meses: pode-se presumir que não interessava às lideranças políticas do município vizinho a emancipação do seu distrito mais próspero – a região onde se localizavam as **charqueadas** e cuja **população** já era maior do que a da própria sede. Em princípios de 1832 tomou posse da comarca do Rio Grande o dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga – futuro presidente da Província, deposto em 20 de setembro de 1835 pelos revolucionários farroupilhas –, que tratou imediatamente de fazer cumprir o decreto de 1830. Sendo 7 de abril feriado nacional, comemorativo da abdicação do primeiro imperador e da aclamação do segundo, foi esse o dia escolhido para a instalação do município. Realizou-se a solenidade ao ar livre, na praça principal (atual Coronel Pedro Osorio, batizada então de Regeneração em alusão ao feriado), inaugurando-se um pelourinho, no seu interior, como símbolo da autonomia política e judiciária da nova comarca. No dia 12, foram empossados os juizes ordinários e, no dia 29, eleitos os primeiros sete vereadores, que tomaram posse de seus cargos no dia 3 de maio seguinte, já na sede da **Câmara Municipal** – uma casa térrea de aluguel, à esquerda do atual Theatro Sete de Abril, onde está situado o Edifício Sulbanco.

Bibliografia.— Osorio, Fernando. *A cidade de Pelotas*. 3ª. edição, 1º. volume. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997.

(Mario Osorio Magalhães)

Vilas Operárias. No ano de 1913 a Companhia Fiação e Tecidos, indústria têxtil com grande número de operários em Pelotas, entrou com solicitação, junto ao poder público, para construir casas destinadas “preferencialmente” para seus funcionários. Apesar do projeto não ter sido materializado, o que teria constituído uma experiência semelhante àquela promovida na cidade de Rio Grande pela Fábrica de Tecidos Rheingantz, provocou o início de um conjunto de leis que previam isenção de impostos e taxas de aprovação de projeto e licença para obras aos investidores em imóveis de baixo valor de aluguel. Aprovadas entre os anos de 1913 e 1929, essas leis estipulavam o valor máximo de aluguel e incluíam uma definição do que seria considerado como uma casa operária: não ter menos do que três aposentos, sendo dois dormitórios e uma sala de jantar, além da cozinha. O tanque de lavagem e o *water-closet* seriam localizados no exterior. Ao longo das décadas de 1920 e 1930, industriais, comerciantes, prestadores de serviços, enfim, pequenos e médios proprietários urbanos, construíram inúmeros conjuntos de casas entre duas e dezesseis unidades. Num período em que poucos eram proprietários dos domicílios e caracterizado por uma demanda habitacional aquecida e um capitalismo pouco evoluído, o investimento em casas de aluguel era uma forma segura de aplicação de capital. Organizados sob a forma de vilas, com casas iguais, a maioria voltadas para uma rua interna, ou sob a forma de casas em fita, três ou mais casas iguais, voltadas para o passeio público, esses conjuntos mantêm semelhanças com a arquitetura popular construída nos países do Prata, especialmente com a “casa standard” uruguaia ou com a “casa chorizo” argentina. Foram construídos predominantemente nas áreas de expansão do núcleo urbano implantado ao longo do século XIX: o entorno do Santa Bárbara, a Várzea e o **Porto**, lugares que se caracterizaram por uma maior concentração de moradias populares. A ocupação de novos quarteirões, com as edificações construídas sobre o alinhamento frontal e lateral, reproduziu, nas áreas de expansão, uma característica marcante da forma urbana da cidade tradicional, a rua corredor, na qual as paredes frontais dos edifícios são o limite entre o interior e o exterior, entre o público e o privado. Os terrenos com testadas predominantemente até 6 metros impunham limites à distribuição do programa habitacional. As casas eram subdivididas em até seis compartimentos e reproduziam um dos tipos básicos presentes na cidade desde o período colonial: a casa de porta-e-janela, uma edificação térrea, ocupando toda a testada do lote e apresentando na fachada principal uma porta e uma janela e circulação por um corredor lateral ou por entre as peças. Refletindo transformações culturais e urbanas, como a construção de redes de água e esgoto na cidade e mudanças na legisla-

ção, essas moradias foram incorporando corredores, propiciando circulação independente, compartimentos como cozinha, banheiro e eliminação de alcovas pela introdução de recuos laterais ou áreas de ventilação.

Bibliografia.— Moura, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Habitação popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Tese (Doutorado em História).

(Rosa Maria Garcia Rolim de Moura)

Voz do Escravo, A. Dedicado à propaganda abolicionista, o primeiro número deste jornal circulou em 16 de janeiro de 1881. Apresentava-se como propriedade de uma associação, mas seu dono era o construtor **negro** e livre Manoel Conceição da Silva Santos. Faziam parte de sua redação o professor e literato Bernardo Taveira Júnior, o jornalista João José Cezar, o Cônego Canabarro, o poeta Francisco de Paula Pires, Licurgo de Menezes, Ferreira da Silva —, nomes destacados do abolicionismo na cidade. Segundo os seus próprios fundadores, *A Voz do Escravo* nasceu como meio de iniciar a campanha da **abolição na cidade**, pois em reunião de meados de 1880, percebendo que ainda não tinham o necessário respaldo para fundar um clube abolicionista, decidiram criar um jornal, como medida preparatória. A estratégia deu certo e em meados deste mesmo ano, conseguiram fundar o Clube Abolicionista, a que se agregaram outros idealistas e intelectuais. O jornal durou pouco, pois foi envolvido nas disputas político-partidárias do segundo semestre de 1881. Alguns dos seus redatores se retiraram e ele não conseguiu sustentar-se. Não tinha oficinas próprias, utilizando-se primeiro da tipografia do *Jornal do Comércio*, depois de *A Discussão* e, por fim, do *Diário de Pelotas* para ser impresso. Sua periodicidade era quinzenal e tinha pequeno formato.

Bibliografia.— Loner, Beatriz. Abolicionismo e imprensa em Pelotas. In: Alves, Francisco (org.) *Imprensa, História, literatura e informação*. Anais do II Congresso Internacional de Estudos Históricos. Rio Grande: Editora da FURG, 2007, p.57-64.

(Beatriz Loner)

COLABORADORES

Adhemar Lourenço da Silva Jr. Doutor em História pela PUC/RS; Professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPe).

Aline Mendes Lima. Mestre em História pela PUC/RS.

Álvaro Barreto. Doutor em História pela PUC/RS, Professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPe).

Angela Beatriz Pomatti. Mestre em História pela PUC/RS.

Beatriz Ana Loner. Doutora em Sociologia pela UFRGS; Professora aposentada da Universidade Federal de Pelotas.

Caio Ricardo Duarte Ribeiro. Mestre em Ciências Sociais pela UFPe. (*in memoriam*).

Caiuá Cardoso Al-Alam. Doutor em História pela PUC/RS, Professor da Universidade Federal do Pampa.

Carla Gabriela Cavini Bontempo. Especialista em História do Brasil pela UFPe e Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Católica de Pelotas. Analista da Embrapa Mandioca e Fruticultura/BA.

Carla Gastaud. Doutora em Educação pela UFRGS; Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPe).

Carmen Regina Bauer Diniz. Doutora em Educação pela UFPe; Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPe).

Carmen Souza Soares Reis. Mestre pela The George Washington University; Professora Aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Cássia Ferreira Miranda. Graduada em História UFPe; Mestre em Teatro pela Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC); Doutoranda em Teatro pela UDESC; Professora na Universidade Federal de Tocantins.

Cláudia Tomaschewski. Doutora em História pela PUC/RS.

Dalila Müller. Doutora em História pela UNISINOS; Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPe).

Daniel Marques Aquini. Bacharel em Direito pela UFPel; Mestre em Sociologia pela UFPel. Analista da EMBRAPA – Clima Temperado.

Eliane Teresinha Peres. Doutora em Educação pela UFMG; Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Emmanuel de Bem. Graduado em História pela UFPel.

Érica Lopes de Lima. Especialista em História do Brasil pela UFPel; Professora da rede municipal de ensino de Pelotas.

Ester Gutierrez. Doutora em História pela PUC/RS; Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Fernanda Oliveira da Silva. Mestre pela PUC/RS; Doutora em História pela UFRGS; Professora do Centro Universitário Ritter dos Reis.

Francisca Ferreira Michelin. Doutora em História pela PUC/RS; Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Giancarla Salomoni. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Rio Claro. Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Isabel Porto Nogueira. Doutorado em História e Ciências Musicais pela Universidad Autonoma de Madrid, UAM, Espanha; Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Janaina Silva Xavier. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel.

Jaqueline Koschier. Mestre em História da Literatura pela FURG; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pelotas; Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IF-Sul).

João Antônio Oliveira dos Santos. Especialista em História do Brasil pela UFPel.

João Manuel dos Santos Cunha. Pós-Doutor em Literatura Comparada pela Université de Paris III - Sorbonne Nouvelle, Paris. Professor Aposentado da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

José Antônio dos Santos. Doutorado em História pela PUC/RS.

José Leonel da Luz Antunez. Especialista em Ginástica Escolar pela UFPel. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IF-Sul).

Juliana Marcello. Graduada em História pela UFPel, Mestre em Gestão Educacional pela UNISINOS.

Larissa Patron Chaves. Doutora em História pela Unisinos. Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Leandro Ramos Betemps. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel.

Leni Dittgen de Oliveira. Graduada em História pela UFPel.

Leonor Almeida de Souza Soares. Doutora em Ciência dos Alimentos pela Unicamp; Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Lorena Almeida Gill. Pós-doutora em História pela Università Degli Studi di Siena, Itália; Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Luís Borges. Doutor em Educação pela UFPel.

Luiz Carlos Rigo. Doutor em Educação pela Unicamp. Professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Marcelo Freitas Gil. Doutor em Educação pela UFPel; Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul).

Márcio de Sousa. Doutor em História Cultural pela PUC/RS; Professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Marcos Hallal dos Anjos. Mestre em História do Brasil pela PUC/RS.

Marília Floôr Kosby. Doutoranda em Antropologia Social pela UFRGS; Mestre em Ciências Sociais pela UFPel.

Mariluci Cardoso de Vargas. Doutoranda em História pela UFRGS.

Mário Maia. Doutor em Música pela UFRGS; Professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Mario Osorio Magalhaes. Mestre em História pela UFSC; Ex-Professora Universidade Federal de Pelotas (UFPel) (*in memoriam*).

Mário Augusto Correia San Segundo. Graduado em História pela UFPel; Mestre em História pela UFRGS; Doutorando em Educação pela UFRGS; Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS - Campus Viamão.

Mauro Dillmann Tavares. Doutor em História pela UNISINOS; Professor da Universidade Federal de Pelotas.

Micaele Irene Scheer. Graduada em História pela UFPel; Mestre em História pela PUC-RS; Doutoranda em História pela UFRGS.

Paulo César Borges Duarte. Mestre em História pela PUC-RS; Professor da Faculdade Ampère e do Colégio Sesi, Educação Básica do governo do Paraná.

Paulo Roberto Rodrigues Soares. Doutor em Geografia Humana pela Universitat de Barcelona; Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Pedro Mentz Ribeiro. Doutor em História do Brasil pela PUC/RS; Ex-Professor da Fundação Universidade do Rio Grande (*in memoriam*).

Rosa Maria Garcia Rolim de Moura. Doutora em História pela PUC/RS; Ex-Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) (*in memoriam*).

Taiane Mendes Taborda. Graduada em História pela UFPel e Mestre em História pela UFPel.

Vanda Ueda. Doutora em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona, Espanha; Ex-Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (*in memoriam*).

Vanessa Devantier. Graduada em História pela UFPel e Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel.

Imagens:

Daniel Giannechini

Diagramação:

Paulo Luiz Crizel Koschier

Capa:

Paulo Luiz Crizel Koschier



núcleo de
documentação
histórica da
UFPEL



<http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh>



Editora e Gráfica Universitária
PREC - UFPel